



UNICAMP

LUCAS RIBEIRO MESQUITA

**ITAMARATY, PARTIDOS POLÍTICOS E POLÍTICA
EXTERNA BRASILEIRA**

Institucionalização de projetos partidários nos governos FHC e Lula

**CAMPINAS
2013**



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

LUCAS RIBEIRO MESQUITA

**ITAMARATY, PARTIDOS POLÍTICOS E POLÍTICA
EXTERNA BRASILEIRA**

Institucionalização de projetos partidários nos governos FHC e Lula

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, para obtenção do Título de
Mestre em Ciência Política.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE/DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELO ALUNO LUCAS RIBEIRO MESQUITA, E ORIENTADA PELO PROF. DR. SEBASTIÃO
CARLOS VELASCO E CRUZ

CAMPINAS
2013

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

M562i Mesquita, Lucas Ribeiro, 1988-
Itamaraty, Partidos Políticos e Política Externa Brasileira : institucionalização de projetos partidários nos governos FHC e Lula / Lucas Ribeiro Mesquita. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Sebastião Carlos Velasco e Cruz.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Cardoso, Fernando Henrique, 1931-. 2. Silva, Luis Inácio Lula da, 1945-. 3. Política externa - Brasil. 4. Partidos políticos - Brasil. I. Cruz, Sebastião Carlos Velasco e, 1948-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: Itamaraty, Political Parties and Brazilian Foreign Policy : Institutionalization of parties projects in the FHC and Lula

Palavras-chave em inglês:

Brazilian Foreign Policy

Political Parties

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Mestre em Ciência Política

Banca examinadora:

Sebastião Carlos Velasco e Cruz [Orientador]

Paulo Cesar Souza Manduca

Dawisson Elvécio Belém Lopes

Data de defesa: 24-04-2013

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política



A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 24 de abril de 2013, considerou o candidato LUCAS RIBEIRO MESQUITA aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz

A handwritten signature in black ink, appearing to be "S. Velasco e Cruz", written over a horizontal line.

Prof. Dr. Paulo Cesar Souza Manduca

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Paulo Cesar Souza Manduca", written over a horizontal line.

Prof. Dr. Dawisson Elvécio Belém Lopes

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Dawisson Elvécio Belém Lopes", written over a horizontal line.

Dedicatória

Aos Ribeiros;
Aos Mesquitas.

Agradecimentos

Mais um ciclo se encerra com esse texto, ciclo o qual não se resume somente aos anos de mestrando ou de redação textual. Pela complexidade do ciclo, os agradecimentos acabam se tornando uma das partes mais difíceis da dissertação, a preocupação de não cometer omissões e esquecimentos é algo recorrente, mas que caso ocorra, esse não é em função da não importância do agradecido, mas sim exclusivamente por um deslize de memória do autor.

O início pode ser delimitado antes mesmo do término da graduação em Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. No curso que se firmaria como um dos mais tradicionais na área tive a oportunidade de fazer amigos, parceiros de pesquisas, e duas coisas que são em sua essência justificativa para a realização do trabalho: a admiração aos mestres e o gosto pela pesquisa acadêmica.

Aos mestres da PUC Minas, o abraço especial ao prof., Júlio Buére que nessa jornada sempre acreditou no trabalho, ajudando desde o momento inicial da escolha da escola de Campinas. Ao professor Carlos Aurélio pelos conselhos mais que primordiais para a escolha da carreira. Na seara acadêmica das terras mineiras, o agradecimento mais do justo a um dos mais brilhantes e potenciais pesquisadores brasileiros do campo, o prof. Dawisson Lopes, que mais que orientador de outros momentos, se torna, a cada dia que passa, um amigo com o qual posso sempre contar. Muito obrigado pela confiança, a qual foi de extrema importância para o início da minha vida de pesquisa, permitindo o convívio com em uma das mais importantes universidades brasileiras, na qual agora se inicia um novo ciclo de pesquisa, dentro das mais promissoras redes de pesquisadores do país.

Aos amigos da PUC Minas que mesmo depois de formado permitem a convivência em vários momentos da minha vida. Um agradecimento em especial aos da Bolha, os quais permanecem como fiéis amigos, independentes dos desencontros, das distâncias cartográficas e das diferenças profissionais.

Ainda na graduação a escolha por estudar em Campinas foi se confirmando, de um projeto de pesquisa feito entre monografia, extensão e pesquisa, o resultado da aprovação veio como um presente, que não sei se por obra do acaso saiu no dia do meu aniversário. A

ida para Campinas era algo grande, sair do conforto, perder o convívio dos amigos, ficar distante da família, conviver com outras formas de pensamento e tipos de pessoa.

Essa caminhada foi possível devido ao apoio incontestável da minha família. Aos meus pais o agradecimento por me possibilitar o estudo, por acreditar na caminhada, por serem meus pontos de apoio. Vale também agradecer por serem no período inicial a melhor agência de fomento à pesquisa que alguém pode ter. Ao Vi, meu irmão, o muito obrigado pela paciência e pela consideração. Aos meus avôs pelo exemplo de vida e carinho.

À Roberta por seu companheirismo, paciência e compreensão na distância, por ser a grande torcida e estimuladora da realização da dissertação. Não canso de repetir, por bem ou mal, você é uma das principais culpadas pelas minhas escolhas. Muito obrigado por fazer parte e acreditar nos meus planos.

Em Campinas a turma aprovada era diversa em todas suas formas. De estudantes de partidos, de movimentos sociais, ao único estudante que procurava estudar questões internacionais do Estado brasileiro. Aos amigos da turma de Ciência Política 2010/2011 meus sinceros agradecimentos, que possamos nos encontrar pelos congressos e seminários da vida. Abraços especiais ao Fernando, Angélica, Tatiana, Patrícia, Karen, João, Vinicius, Larissa, Carolina, Rodrigo, Rony, Euclides, Bruno, Vitor, Pascoal, Matheus, Juliano, Pedro e Dani Ayres.

A preocupação inicial era como lidar com um campo, que por mais que seja próximo da formação em Relações Internacionais, se diferenciava em muito, com seus modelos, teorias e construções epistemológicas. O contato inicial com a Ciência Política foi tortuoso, pensar o Estado por outro prisma, tão peculiar à Política brasileira foi um desafio que cada dia que passava foi se tornando mais prazeroso.

Os que permitiram esse prazer acadêmico são a prof^a Evelina Dagnino, a qual abriu um mundo de interpretações ao recém analista internacional, com aulas que beiravam a perfeição acadêmica e didática, exemplo a ser seguido. Aos professores Armando Boito e André Koerner por destrinchar as “teorias políticas” meu agradecimento, esse que junto com o professor Shiguenoli Miyamoto foram de extrema importância na qualificação. Obrigado também professora Rachel Meneguello, por suas aulas de Metodologia que

juntamente com as aulas da prof^a Luciana Tatagiba possibilitaram um salto no projeto de pesquisa.

Ao professor Sebastião Velasco, um agradecimento especial. Mesmo com seu escasso tempo em função das diversas tarefas que somente um ícone da Ciência Política brasileira poderia realizar, as orientações no decorrer do processo foram de uma precisão cirúrgica nos problemas que poderiam surgir. No primeiro encontro, existia a preocupação de não ser aceito pelo professor, que foi superada com a aceitação da orientação. Nos encontros seguintes as considerações foram incisivas para a consolidação da pesquisa. Sua forma brilhante de orientar abriu novos caminhos, possibilidades e formas para pensar o problema.

Em Campinas ainda cabe um forte abraço aos amigos que me acolheram na nova cidade. Marcos, Tom, Leandro e todos da República do Osama foram verdadeiras válvulas de escape das preocupações acadêmicas e da saudade de casa. Foram amizades que sempre levarei comigo na memória.

A CAPES o agradecimento pela bolsa de pesquisa que em muito ajudou a realização da pesquisa, e a todos da Secretaria de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas que, na figura da Priscila, fizeram o processo burocrático parecer mais simples.

“Desde hoje, deves forjar o teu caráter. A tenacidade no estudo é o melhor meio. Ela te dará
têmpera rija e vontade férrea que te levarão a grandes vitórias”
Austero Riacho da Mata

Resumo

Inserida nas discussões sobre um suposto processo de ideologização da política externa, a dissertação busca dialogar e apresentar elementos de contestação da literatura que credita somente à política externa do governo Lula a característica ideologizada, através da demonstração da existência de uma adequação da política externa em outros momentos, bem como durante o governo FHC, o qual servirá de comparação. Partindo da pergunta “como que os detentores dos recursos decisórios da política externa, durante os governos Fernando Henrique e Lula, conseguem institucionalizar seus projetos políticos no Itamaraty e conseqüentemente na Política Externa Brasileira?” trabalhamos com a hipótese de que durante os governos analisados o processo de produção da política externa brasileira no Itamaraty foi influenciado, respectivamente, pelas propostas partidárias do PSDB e PT, em função do acesso desses ao centro decisório da política externa brasileira, via executivo federal. Tal condição permitiu ao grupo detentor dos recursos decisórios utilizar dos arranjos institucionais do Ministério das Relações Exteriores seja para promover seus projetos políticos - os quais são resultantes das condições sistêmicas, regionais, das orientações e das propostas partidárias – ou para filtrar e constranger ideias contrárias às propostas.

Palavras-Chave: Política Externa Brasileira; Partidos Políticos, FHC, Lula

Abstract

Inserted in discussions about a supposed process of ideological foreign policy, the dissertation seeks to dialogue and provide evidence of contestation in the literature that credits only to the foreign policy of the Lula government ideologized feature, by demonstrating the existence of an adequate foreign policy in other moments, as well as during the Cardoso government, which will serve as a comparison. Starting with the question "how that holders of foreign policy decision-making capabilities, during the Cardoso and Lula governments, can institutionalize their political projects in Itamaraty and consequently in Brazilian Foreign Policy?", we work with the hypothesis that in governments analyzed during the process of production of Brazilian foreign policy in the Foreign Ministry was influenced, respectively, by the proposed party PSDB and PT, due to the access of those to the center of Brazilian foreign policy decision-making, via federal executive . This condition allowed the group holder resource use decision-making institutional arrangements of the Ministry of Foreign Affairs to promote their political projects - which are the result of systemic conditions, regional, guidelines and proposals party - or to filter and constrain ideas contrary to proposals.

Key Words: Brazilian Foreign Policy, Political Parties, Cardoso, Lula

Listas de Siglas e Abreviações

ABC – Agência Brasileira de Cooperação
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
APE – Análise de Política Externa
APP - Análise de Políticas Públicas
BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China
CACD - Curso de Admissão à Carreira Diplomática
CAE – Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco
CAM - Coordenação-Geral de Acompanhamento de Mecanismos Políticos Multilaterais
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF – Constituição Federal
CGASPA - Coordenação-Geral de Seguimento da Cúpula América do Sul – Países Árabes
CGEUC - Coordenação-Geral de Assuntos dos Estados Unidos da América e do Canadá
CGFOME - Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome
CIBAS - Coordenação-Geral do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul
CMOR - Coordenação-Geral de Modernização
COCIT - Coordenação-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais
COF - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
COPPPAL - Conferência Permanente de Partidos Políticos de América Latina
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSL - Coordenação Socialista Latino-americano
DA - Departamento de Administração
DALCA - Divisão da ALCA
DAO - Departamento da Ásia e Oceania
DAOP - Departamento da África e Oriente Próximo
DAS - Departamento da América do Sul
DC - Departamento Cultural
DCB - Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior
DCD - Departamento de Comunicações e Documentação

DCJ - Direção-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior

DCT - Departamento Econômico e pelo Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos

DDS- Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis

DE - Departamento de Energia

DEAF - Departamento da África

DECAS - Divisão Econômica da América do Sul

DEOP - Departamento do Oriente Próximo

DES - Departamento de Estrangeiros

DEU - Departamento da Europa

DEUX - Divisão da União Europeia e Negociações Extra Regionais

DHS - Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais

DIN - Departamento de Integração Latino-Americana

DMAC - Departamento do México, América Central e Caribe

DME - Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais

DNI - Departamento de Negociações Internacionais.

DOI - Departamento de Organismos Internacionais

DOMA - Departamento do Oriente Médio e Ásia Central

DPL - Divisão de Promoção da Língua Portuguesa

DPR - Departamento de Promoção Comercial

DSE - Departamento do Serviço Exterior

EUA – Estados Unidos da América

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

GATT – *General Agreement on Tariffs and Trade*

IBAS – Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul

IIRSA - Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana

IRBr – Instituto Rio Branco

JK – Juscelino Kubitschek

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti
MRE – Ministério das Relações Exteriores
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OPAQ - Organização para a Proibição de Armas Químicas
PEB – Política Externa Brasileira
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiros
PPB - Partido Progressista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD - Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SENALCA - Seção Nacional da ALCA (SENALCA),
SERE - Secretaria de Estado de Relações Exteriores
SGAM - Subsecretaria Geral de Assuntos Políticos Multilaterais
SGAP - Subsecretaria Geral de Assuntos Políticos
SGAP - Subsecretaria Geral de Assuntos Políticos Bilaterais
SGAP I - Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos I
SGAP II - Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos II
SGAS - Subsecretaria-Geral da América do Sul (SGAS)
SGBE - Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior
SGEC - Subsecretaria-Geral de Cooperação e Promoção Comercial
SGET - Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos
SGEX - Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior

SICLAC - Comitê da Internacional Socialista para América Latina e Caribe

UDN – União Democrática Nacional

Lista de Tabelas

Tabela 1: Chanceleres afiliados a partidos políticos (1946-64).....	31
Tabela 2: Percentual de citações simultâneas de temas e regiões – FHC.....	118
Tabela 3: Subsecretários-Gerais: Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos	130
Tabela 4: Subsecretários-Gerais: Subsecretaria-Geral de Assuntos Bilaterais	130
Tabela 5: Subsecretários-Gerais: Subsecretaria-Geral de Assuntos Multilaterais	130
Tabela 6: Subsecretários-Gerais: Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior	131
Tabela 7: Subsecretários-Gerais: Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômico e de Comércio Exterior.....	131
Tabela 8: Percentual de citações simultâneas de temas e regiões – Lula.	155
Tabela 9: Subsecretários-Gerais: Subsecretária-Geral de Política I	169
Tabela 10: Subsecretários-Gerais: Subsecretária-Geral de Política II.....	169
Tabela 11: Subsecretários-Gerais: Subsecretária-Geral da América do Sul	169
Tabela 12: Subsecretários-Gerais: Subsecretária-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos	170
Tabela 13 Subsecretários-Gerais: Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior	170
Tabela 14: Subsecretários-Gerais: Subsecretaria-Geral de Cooperação e Comunidade Brasileira no Exterior.....	170

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	27
2. INSTITUCIONALIZANDO IDEIAS E CONSTRUINDO POLÍTICAS	39
2.1. A política Externa Brasileira no Pós Guerra Fria – do Neoliberalismo ao Partido dos Trabalhadores	40
2.2. Política Externa Brasileira e Ideias	54
3. COMPREENDENDO O ITAMARATY	69
3.1. O papel da Tradição	70
3.1.1. A Formação da Tradição	72
3.1.2. Consolidação da Tradição no MRE	74
3.1.3. As duas faces da tradição	78
3.1.4. Breves Conclusões: Para o bem e para o mal	82
3.2. O Processo Decisório	83
3.2.1. O Papel da Burocracia	84
3.2.2. Do Insulamento Burocrático à Abertura – Os ciclos da PEB	87
3.2.3. Unidades Decisórias da PEB	95
4. APRESENTANDO OS ATORES	101
5. GOVERNO FHC	105
5.1. A PEB do Governo FHC e sua sustentação social	105
5.1.1. Eventos Externos: O sistema internacional e a condição neoliberal	106
5.1.2. Orientação partidária: O PSDB e o Institucionalismo Pragmático	110
5.1.3. O discurso político: As propostas para a PEB	115
5.1.4. Estrutura Estatal: Índícios de Adequação Institucional	119
6. GOVERNO LULA	137
6.1. A PEB do Governo Lula: Mudança ou Continuidade	137
6.1.1. Eventos Externos: Uma nova ordem internacional	139
6.1.2. Orientação partidária: da esquerda crítica ao Anhembi	143
6.1.3. O discurso político: As propostas para a PEB	151
6.1.4. Estrutura Estatal: Índícios de Adequação Institucional	159
7. CONCLUSÃO	181
REFERÊNCIAS	189
ANEXOS	209
<i>Bibliografia dos Guias de Estudos do CACD (1996 – 2010)</i>	209
<i>Lista de Teses Curso de Altos Estudos Instituto Rio Branco (1995 – 2010)</i>	233

1. INTRODUÇÃO

“[H]á quem diga, por exemplo, que é preciso separar diplomacia de ideologia, o que redundaria em separar política de ideologia e reclamar tratamento burocrático, presume-se, para a fixação das políticas a serem perseguidas em diferentes áreas: será isso possível ou desejável?”

Fábio Wanderley Reis

“Política externa, de novo”, *Valor Econômico*, 22.03.2010

“Tenho mesmo dito que se há um ponto na política brasileira que encontrou um consenso de todas as correntes e pensamento, este ponto é realmente a política externa levada pelo Itamaraty”

Tancredo Neves

Discurso em 1984

Nada mais ideológico do que negar a presença das ideologias. (...) A política externa, como toda política, sempre dividiu e divide uma sociedade. (...)

Marco Aurélio Garcia

“Respostas da Política Externa Brasileira às Incertezas do Mundo Atual”. *Interesse Nacional*, ano 4, edição 13. 2011

Partidarização, ideologização e política externa guiada sob preceitos ideológicos partidários, são expressões que sempre retornam nas discussões da política externa brasileira. Com a ascensão do governo Lula, a política externa brasileira vivenciou um novo padrão na sua condução, em função da chamada correção de rumos iniciada ao final do governo Fernando Henrique, com a tentativa de reinterpretar as proposições da política externa brasileira, dando um novo sentido e um novo objetivo.

Foram retomadas as ideias da política externa como instrumento do desenvolvimento nacional e de globalismo, utilizando dessa política como pilar de sustentação da estratégia governamental, sendo essa orientada para as novas forças sociais que agora compõem o poder político dominante.

Essa reversão política, por sua vez não foi unânime na comunidade política nacional, apresentando em diversos momentos divergências sobre a mesma. Essa discussão se focalizou principalmente em duas instâncias da política nacional, dentro do Itamaraty

com suas divisões internas e nos discursos dos partidos políticos. A polêmica sobre a “politização” do Ministério das Relações Exteriores encontra eco também entre os acadêmicos, jornalistas e intelectuais, sendo razoável a distinção proposta por Almeida (2006) em dividir os comentaristas da política externa “lulista” entre vozes autorizadas, aliados ou simpatizantes e “independentes e críticos”.

O intrigante é perceber que durante o governo Fernando Henrique (FHC) acusações de ideologização das políticas externas e econômica também evidenciavam as disputas interpartidárias e intersocietárias, principalmente no que se referia a postura brasileira em relação aos Estados Unidos, a globalização, às políticas neoliberais e ao processo de privatização.

A observação da política externa dos dois governos, e conseqüentemente das críticas geradas por elas, nos leva a adotar certos pressupostos e alguns questionamentos, a saber: Seria a condução e formulação da política externa brasileira suscetível a mudança dos grupos dominantes? A política externa pode ser caracterizada como uma política passiva aos ideários ideológicos, principalmente os de cunho partidário?

Como afirma Velasco Júnior (2011) graças aos efeitos da redemocratização na sociedade brasileira e do aumento da transparência na execução das políticas públicas, o Itamaraty, como órgão de formulação e aplicação da política externa, tem sido objeto nos últimos anos de debate sem precedentes na História do país, pondo-se em discussão a pertinência e a coerência das decisões tomadas e das iniciativas lançadas.

Ainda para Velasco Júnior (2011) essa politização da política externa brasileira corrige a ausência de problematização de décadas anteriores, atribuída ao seu caráter consensual e à inegável capacidade de reprodução e continuidade ao longo do tempo. Nesse novo contexto, é comum, inclusive, a alegação de viés ideológico ou até mesmo partidário às linhas de ação adotadas.

Nesse sentido, a dissertação está inserida dentro das discussões sobre um suposto processo de ideologização da política externa, e buscará dialogar e apresentar elementos de contestação da literatura que credita somente à política externa do governo Lula a característica ideologizada, através da demonstração da existência de uma adequação da política externa em outros momentos, bem como durante o governo FHC, o qual servirá de comparação. Em paralelo, a discussão presente na dissertação transborda e vai contra a

literatura que define o Itamaraty como blindado as variações políticas brasileiras.

Essa literatura serve de plano de fundo para a ponto de partida da dissertação: como que os detentores dos recursos decisórios da política externa, durante os governos Fernando Henrique e Lula, conseguem institucionalizar seus projetos políticos no Itamaraty e conseqüentemente na Política Externa Brasileira?

Trabalhamos com a hipótese de que durante os governos Fernando Henrique Cardoso e Lula o processo de produção da política externa brasileira no Itamaraty foi influenciado, respectivamente, pelas propostas partidárias do PSDB e PT, em função do acesso desses ao centro decisório da política externa brasileira, via executivo federal. Tal condição permitiu ao grupo detentor dos recursos decisórios utilizar dos arranjos institucionais do Ministério das Relações Exteriores seja para promover seus projetos políticos - os quais são resultantes das condições sistêmicas, regionais, das orientações e das propostas partidárias – ou para filtrar e constranger ideias contrárias às propostas.

Na tentativa de encontrar respostas para a pergunta, será empreendida uma pesquisa com a intenção de elencar indícios da institucionalização de ideias nos governos Fernando Henrique e Lula, através da comparação de alguns parâmetros que servirão de análise para a institucionalização das ideias no Itamaraty. Serão observadas e analisadas [a] as mudanças organizacionais no Ministério de Relações Exteriores; [b] as medidas adotadas como mecanismo “filtragem” de ideias e pessoas; [c] o currículo e vínculos institucionais dos principais *policy-makers* do círculo decisório da política externa nos períodos em análise, de forma a tentar identificar suas ligações ideológicas e institucionais; [d] os trabalhos finais do Curso de Altos Estudos realizados pelo Instituto Rio Branco¹; e [e] os guias de estudos produzidos para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata.

Nosso objeto de análise se focará nas orientações gerais das políticas externa dos dois governos, nos permitindo deixar a análise pontual de casos para pesquisas posteriores. Nesse sentido, o que é relevante para a confirmação da hipótese são casos que explicitem essas orientações gerais, e não a análise propriamente dos casos. É certo que esse recorte priva nossa pesquisa de conclusões que versem mais sobre o “microcosmo” da política externa, ou sobre decisões que são compartilhadas principalmente em função do

¹ Não serão utilizados como parâmetro de avaliação as Dissertações do Mestrado em Diplomacia em função da não existência dos dados referentes ao governo FHC, devido ao fato do Mestrado ter sido instituído durante o governo Lula.

recente processo de horizontalização da política externa brasileira. Entretanto, assumimos a perda por dois motivos, o primeiro se deve ao fato do nosso objeto de estudo ser o processo de institucionalização de ideias no Itamaraty, e não sua ressonância para outras instituições, e o segundo movimento é a própria justificativa de não existirem estudos que procurem analisar o processo de institucionalização de ideias no MRE da forma proposta.

A literatura acerca da política externa já se debruçou sobre alguns embates intraburocrático e interburocráticos durante o processo decisório da política externa brasileira, principalmente no que se refere à cooperação com os EUA na área nuclear durante o a segunda administração Vargas e o governo JK (JESUS, 2011), as negociações do GATT (FARIAS, 2007; CASTELAN, 2009) a adoção no universalismo na política externa de Figueiredo (FERREIRA, 2009).

No entanto a ênfase dada às análises ideacionárias no campo das relações internacionais, e principalmente da política externa brasileira ainda é escassa. Devido ao fato, compartilhamos da preocupação de Cervo (2008) acerca da necessidade de trabalhos que preencham a lacuna do reduzido espaço dado as pesquisas que procurem entender a relação entre, governos, partidos e ideologias e suas influências na política externa brasileira contemporânea, sendo assim um modo de compreendermos a política externa brasileira enquanto política pública, com todas suas especificidades.

O campo da política externa ainda encontra-se muito defasado nos estudos que buscam relacionar o papel das ideias na definição política. A ciência política brasileira já realizou importantes avanços nas análises da influência de ideias e grupos políticos no processo decisório de burocracias. Esse avanço é encontrado principalmente nos estudos que trabalham com o impacto de ideias econômicas nas instituições financeiras-bancárias brasileiras. (SOLA, 1982; NOVELLI, 2001)

Entendemos que os detentores dos recursos decisórios da política externa são aqueles que estão no controle do Executivo Federal e dispõe dos mecanismos institucionais para colocar seus projetos políticos em ação, que no caso brasileiro pode ser creditada aos partidos políticos eleitos para o cargo de Presidente da República. Os Partidos políticos são instituições que dizem respeito ao poder e à representação política, sua definição está na sua capacidade de representação de interesses e de influência sobre as decisões de governo, porém, sua participação no processo de produção da política externa, apesar de existir em

momentos da república brasileira, historicamente foi pequena ou inexistente.

De acordo com um levantamento realizado por Carlos Henrique Cardim (*apud* Almeida, 1992), daqueles 16 que ocuparam o cargo máximo da diplomacia brasileira durante o período 1946–64, 14 eram homens de partidos políticos, sendo que desses, seis eram do PSD, cinco da UDN, dois do PSB, um do PTB. O quadro abaixo demonstra essa relação:

Tabela 1: Chanceleres afiliados a partidos políticos (1946-64)

Governo	Chanceler	Filiação Partidária
Dutra (1946-51)	João Neves da Fontoura	PSD/RS
	Raul Fernandes	UDN/RJ
Getúlio Vargas (1951-54)	João Neves da Fontoura	PSD/RS
	Vicente Rao	UDN/SP
Café Filho (1954-55)	Raul Fernandes	UDN/RJ
Nereu Ramos (1955-56)	José Carlos de Macedo Soares	PSD/SP
Juscelino Kubitschek (1956-61)	José Carlos de Macedo Soares	PSD/SP
	Francisco Negrão de Lima	PSD/MG
Juscelino Kubitschek (1956-61)	Horácio Lafer	PSD/SP
Jânio Quadros (1961)	Afonso Arinos de Melo Franco	UDN/GB
João Goulart/Tancredo Neves (1961-62)	Francisco C. San Tiago Dantas	PTB/MG
João Goulart/Brochado da Rocha (1962)	Afonso Arinos de Melo Franco	UDN/GB
João Goulart/Hermes Lima (1962-63)	Hermes Lima	PSB/BA
João Goulart (1963-64)	Hermes Lima	PSB/BA
	Evandro Lins e Silva	(Jurista)
	João Araújo Castro	(Diplomata)

(Baseado em ALMEIDA, 1992)

Entretanto, cabe aqui a observação de que a relação e participação ativa nas proposições de política externa representa uma mudança da mudança comportamental partidária em relação à política externa brasileira, principalmente em função e uma literatura consolidada que historicamente tratou a participação partidária na política externa foi tratada pelos estudiosos do tema como algo distante do dia a dia partidário. Valemos agora de algumas citações para explicitar esse distanciamento. Para Schneider (1976)

os partidos políticos não são fatores significativos na elaboração da política externa. Em termos de influência, os partidos variam entre a influência inexistente e marginal. Mesmo antes de 1964, a política externa era mais uma responsabilidade do Executivo que uma preocupação partidária; desta forma as posições de política externa de diversos partidos pecavam por falta de coerência (SCHNEIDER, 1976)

De acordo com Oliveira e Onuki (2010), “um estudo sistemático sobre partidos políticos e política externa no Brasil atenderia, no máximo, a um exercício de diletantismo”. Ainda para Almeida (1992)

a experiência brasileira apresenta evidências concretas do papel secundário, quando não marginal, dos temas de política externa na reflexão e atividade dos partidos políticos. Tanto no regime pluripartidário (...), como no bipartidarista (...), os partidos mantiveram-se ou foram mantidos à margem dos grandes temas de relações internacionais, como também, e principalmente, do próprio processo decisório (ALMEIDA, 1992)

Nunes (1997) indica o porquê de o MRE ser um ministério que não entrava na divisão partidária da governabilidade. O autor salienta que na distribuição ministerial durante 1945-63, a UDN tinha maior acesso ao Ministério das Relações Exteriores, mas pelo fato desse não gerar “lucros eleitorais” nem para o PSD ou PTB, uma vez que o Ministério “tinha pouco ou nada a oferecer em termos de patronagem conversível em votos.” (NUNES, 1997, p.102)

Cabe por sua vez, trazer os estudos que demonstram que esse distanciamento da relação partidos e política externa se alterou, principalmente no período pós democrático. Oliveira e Onuki (2010) defendem que

os partidos políticos brasileiros não apenas têm posições discriminantes em política externa como, a depender da composição governista, alteram o curso do comportamento do país no plano externo.[e que] a ausência de diagnósticos dando conta de nova realidade deriva de uma espécie de efeito inercial, no qual compreende-se a realidade presente a partir de esquemas analíticos e referências empíricas do passado. [nesse sentido] é possível afirmar que os partidos políticos contam em política externa em duas dimensões. Primeiramente pela influência direta dos partidos políticos sobre a tomada de decisão no âmbito executivo em função, (...) da composição governista [e] em segundo lugar pela influência indireta, por meio do legislativo. (OLIVEIRA & ONUKI, 2010)

Encontramos no próprio trabalho de Almeida (1992) que motivados pelos grandes temas da agenda internacional na década de 80 (...) os partidos passaram a se interessar pelas relações internacionais brasileiras. Nesse sentido, o autor começa a buscar

explicações para essa mudança comportamental dos partidos.

De atores marginalizados os partidos políticos passam a atores chave no processo de discussão e formulação da política externa atual. Lafer (1993) sinaliza, em entrevista, uma incipiente a mudança de percepção dos partidos, que viam no MRE uma possibilidade de adentrar ao governo.

“Lembro-me de ter dito na ocasião aos membros do meu partido, o PSDB, inclusive ao governador Franco Montoro, que eu entendia que o PSDB deveria ingressar no governo. E dizia isso com muita tranquilidade, porque se o PSDB ingressasse, o ministro das Relações Exteriores seria obviamente Fernando Henrique Cardoso (...) e nós tínhamos uma percepção comum de que o governo tinha um projeto modernizador (...) que é muito coerente quanto ao que deveria ser a agenda do país para os anos 90.” (LAFER, 1993, p.272)

Essa aproximação pode ser inclusive pensada como reflexo de uma mudança na concepção do conceito de política externa, e do seu papel dentro do Estado nacional, o qual pode ser explicado por alterações no sistema internacional e no ambiente doméstico.

O fim da Guerra Fria, segundo Hill (2003, p.17), trouxe mudanças qualitativas para a política internacional, as quais devem ser consideradas pela política externa. A emergência de novos temas e agendas no cenário político internacional, em concorrência as agendas de segurança internacional imperantes no contexto bipolar, demandou que as políticas externas passassem a trabalhar com questões mais complexas - no sentido da novidade operacional - como meio ambiente, educação, desenvolvimento econômico, cooperação internacional. A mudança na agenda criou a necessidade uma maior especialização das diplomacias nos novos temas, e por serem temas historicamente existentes no ambiente doméstico, o reflexo foi de uma maior convergência entre os dois níveis.

De acordo com Lafer,

a diluição entre o “interno” e o “externo” vem levando ao questionamento de uma das clássica hipótese de trabalho da teoria de relações internacionais: a de que conferia à política externa uma esfera de autonomia em relação à política interna. Tal autonomia estava lastreada nas características predominantemente interestatal e intergovernamental do funcionamento do sistema internacional (LAFER, 2001, p.17)

A nova configuração sistêmica se alterou, principalmente em função da expansão da globalização econômica e da fluidez das fronteiras, que conjuntamente com a emergência das políticas de caráter global enfraqueceu a, então duradoura, distinção entre política doméstica e política internacional, que culminou na reconfiguração do Estado para uma arena fragmentada de policy making, permeada por redes transnacionais e intra-estatais, na qual a formação do interesse nacional e da própria Razão de Estado se alterava. (MOSES, 2001; DEVIN e TOERNQUIST-CHESENIER, 2010)

No cenário doméstico, dois fatores intensificaram as mudanças na política externa, o processo de democratização política e a liberalização econômica, os quais geraram efeitos distributivos para a política externa brasileira na medida em que os resultados até então alcançados não correspondiam aos interesses dos novos atores envolvidos (LIMA, 2000). Como resultado, as estruturas estatais anteriormente voltadas exclusivamente para as questões internacionais passaram a ser questionadas por atores marginalizados das temáticas internacionais, que agora se importavam com a questão, e reivindicavam sua participação na política externa. (Lima, 2000, Faria, 2008, Belém Lopes, 2011)

A diluição apresentada entre o interno e o externo (LAFER, 2001), nos leva ao seguinte questionamento: As mudanças na concepção da política externa de uma política especial do Estado nacional, no sentido do seu não relacionamento com as variáveis domésticas, principalmente em função dos seus atributos monopolísticas e especializada, para uma política supostamente condicionada por fatores domésticos, pode levar a política externa a ser considerada como uma política pública?

Muitas vezes ao pensar a política externa somos levados a considerar inicialmente o externo, e deixar de lado o ambiente doméstico. Especificamente no Brasil, por ser delegada a uma burocracia especializada e de qualidade reconhecida, esse distanciamento foi catalisado, gerando a crença de que apenas as políticas voltadas para o ambiente doméstico – ex. saúde, educação, moradia, trabalho, entre outras – seriam políticas públicas, e suscetíveis a influências domésticas.

Para conceber a política externa como política pública é necessário avançar dois passos, o primeiro seria caracterizar o conceito de política pública, e depois estabelecer os principais fundamentos para relacionar a política externa como política pública.

Assim como na conceituação de política externa, a definição de política pública encontra várias possibilidades de conceituação. Lynn (1980) define a política pública como “um conjunto de ações governamentais que produzirão efeitos específicos”, complementando Peters (1986) sugere que seriam as “somadas das atividades dos governos, que agem diretamente ou por delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”. Em resumo, podemos conceber a política pública como uma “regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influir, alterar, regular o comportamento individual e coletivo através do uso de sanções positivas ou negativas.” (LOWI apud REZENDE, 2004). O interessante é que o conceito de política pública, se aproxima em muito do conceito de política externa apresentado por Arenal (1994) na qual a política externa, embora seja uma política para o internacional, reflete, e é sensível aos processos de formulação e implementação interno ao Estado. Na definição o autor sugere que

por política exterior deve se entender o estudo da forma com que um Estado conduz suas relações com outros Estados, se projeta ao exterior, ou seja, *se refere à formulação, implementação e avaliação das opções exteriores a partir do interior de um Estado, vistas da perspectiva do Estado, sem atender a uma sociedade internacional como tal*” (ARENAL, 1994 p.22, grifo do autor)

Para Sanchez *et al* (2006) dentre os principais fundamentos para estabelecer a relação entre política externa e política pública, estão de um lado, a política externa que, devido às mudanças no caráter da regulamentação internacional, cada vez mais, conecta-se ou confunde-se com políticas de caráter distributivo, redistributivo e regulatório; e de outro, a estrutura decisória necessária em Estados democráticos, a qual permite que se desenvolva uma nova abordagem dos processos decisórios, que agora estão ainda mais plurais e complexos e não mais circunscritos a tipologias pré-definidas (política interna distinta de política externa e da internacional)

Uma questão que se apresenta, especificamente em relação ao caso em análise – o papel das ideias na definição política -, é como relacionar os fatores ideacionais a política externa, e conseqüentemente as políticas públicas.

O passo inicial para considerar o papel das ideias na formação política é entender a divisão existente no campo do pensamento, entre os materialistas e os idealistas.

Para os primeiros as ideias não são atributos capazes de alterar a política, uma vez que a política seria campo dos aspectos materiais e racionais, dentro dessa linha se encontram os realistas políticos. Pensar o papel das políticas públicas somente pelo viés materialista e racionalista pode de acordo com Souza (2007) representar uma perda da percepção do possível embate que existem em torno das ideias, deixando de lado, o aspecto conflituoso e os limites que cercariam as decisões dos governos.

Tratar, no entanto, as ideias como algo suspenso no tempo e no espaço é abrir espaço para inúmeras falhas metodológicas e teóricas, além de suprimir uma análise mais robusta, que incorpore os atores formuladores dessas ideias. Para tal quando aqui tratamos de ideias, estamos trabalhando com a noção que essas ideias estão atreladas a grupos sociais que participam do processo, e que, possuem instrumentos para transformá-las em resultados políticos.

Aliado a tal consideração, trabalharemos com a suposição de que as ideias não são construções “passivas”, mas adquirem um papel ativo quando adentram a arena política, introduzindo novas categorias cognitivas que permitem aos atores a redefinição de seus interesses. Assim, no longo prazo, as ideias adquirem um papel ativo e influente na formação de identidades e preferências da política externa brasileira (MELLO E SILVA, 1998) como resultado do trânsito de indivíduos e grupos que, eventualmente, tem acesso sobre os órgãos e indivíduos participantes do processo de formulação (ARBILLA, 2000).

Para tal trabalharemos com a concepção de que a política externa é uma política “capaz de reproduzir uma identidade sustentada em uma ideologia específica” (MELLO E SILVA, 1998), em função da capacidade dos formuladores em atuar com as ferramentas institucionais para sustentá-las, o que poderia gerar no longo prazo o papel ativo e influente na formação de identidades e preferências da política externa brasileira.

Nesse ponto vale uma observação sobre a influência das ideias na política externa. Por incorporar várias facetas do interesse do país, a política externa sofre influência de arenas múltiplas; as ideias podem inferir opções econômicas, modelos de inserção internacional, modelos de integração regional, políticas voltadas para o âmbito social, parcerias estratégicas, entre outras.

Para realizar a proposta a dissertação foi dividida em três partes distintas. A primeira parte, a qual compreende a introdução e o capítulo dois, fica responsável em

apresentar o problema de pesquisa, conjuntamente com o modelo teórico sob o qual se baseia nossas análises, além de relacionar a temática com a literatura de política externa brasileira.

No segundo momento, a dissertação se volta para a compreensão do Itamaraty, se focando inicialmente no papel da tradição para a formação da coesão, no papel como legitimador da prática política, para depois lançar a discussão sobre a utilização da tradição ao longo da história como instrumento política. Dentro do mesmo capítulo, nosso o objetivo se volta em compreender o papel da burocracia diplomática, discutindo de forma breve o insulamento burocrático institucional, o processo decisório, e o recente processo de abertura e seus impactos para o processo decisório.

Nesse ponto buscar-se-á demonstrar o papel da cúpula decisória do Itamaraty no processo de institucionalização das ideias em função do seu alto grau de concentração de poder decisório, de forma a demonstra como o do processo decisório ser marcado pela forte centralidade na cúpula decisória (Presidente, Ministro, Secretário Geral, e Assessores) as ideias que sobressaem dentro da burocracia são aquelas vinculadas ao grupo dominante, e que utilizam das ferramentas institucionais para moldar a ação da política externa de acordo com seus projetos.

Por fim, aplicaremos o modelo teórico proposto na análise do Itamaraty nos dois últimos governos brasileiros, o do Fernando Henrique Cardoso e o do Lula, para que por fim possamos tecer nossas conclusões. A escolha desses dois governos justificasse por uma série de fatores, entre eles: inicialmente os projetos políticos dos dois partidos se encontram em espectros ideológicos distintos, o que permite uma comparação proveitosa, em ambos a política externa foi objeto de grande repercussão nacional, com um grande prestígio por parte dos presidentes, e com uma saliência consideração na discussão política brasileira.

2. INSTITUCIONALIZANDO IDEIAS E CONSTRUINDO POLÍTICAS

“Ideas do not float freely”
Thomas Kappen
International Organization. 1994

Os cientistas sociais, desde a clássica formulação weberiana de que ideias inovadoras podem criar novas imagens e, fundamentalmente, remodelar os interesses, estiveram interessados na influência das ideias na ação governamental (WEIR, 1994). Dentro do campo de pesquisa de Relações Internacionais, o movimento de relacionar fatores cognitivos e decisão política só teve espaço com o surgimento do movimento behaviorista, que fez surgir, dentro da disciplina, abordagens que valorizavam os fatores internos, e buscavam explicar o comportamento dos atores domésticos e sua influência sobre a formulação da política externa (WHITE, 1978).

Com o início desse debate, os estudiosos em relações internacionais começaram a se interessar em analisar as ações dos Estados diante dos constrangimentos e oportunidades que se apresentam no plano internacional e doméstico. Essas ações começaram a ser explicadas não apenas pelas condições sistêmicas e pelas capacidades materiais das unidades, mas também pelos interesses, objetivos e preferências dos grupos sociais e atores individuais com maior projeção no processo de formulação da política doméstica. Tais concepções criticavam as concepções realistas do Estado como ator unitário, racional e com preferências dadas em termos de comportamento internacional e o novo paradigma buscava a “abertura da caixa preta” estatal.

No Brasil, por sua vez, o estudo da política externa é marcado por um tradicionalismo que, ao longo do tempo, teve foco nos chamados *estudos diplomáticos*, que abrangiam as relações interestatais analisadas pela ação dos governos e das chancelarias. Outra característica que percebemos nas pesquisas sobre a diplomacia nacional é a aceitação do Itamaraty como uma instituição blindada às condições políticas da sociedade brasileira. Nossa intenção é nos afastarmos das duas “abordagens” clássicas da diplomacia nacional, buscando empreender um estudo mais crítico sobre a relação entre o processo de

institucionalização das ideias pelas elites com acesso ao poder decisório na formulação da política externa, o papel do Itamaraty e a execução da política externa.

Preferimos nos alinhar aos estudos, os quais, segundo Mello e Silva (1998), começam a destacar o grau de complexidade presente nos processos de formulação e implementação de nossa diplomacia, evidenciado no plano dos condicionamentos internos (demandas da política econômica, disputas entre agências burocráticas, interação entre atores estatais e não estatais) ou externos (grau de “permissibilidade” ou rigidez do sistema internacional).

O capítulo, a seguir, segue em duas partes; a primeira contextualizando as grandes linhas da política externa entre o período Collor até o governo Lula, tentando tocar nos pontos e nos questionamentos da influência das ideias na formulação política. Em seguida, apresentaremos as tentativas de mapear essa relação entre ideias e política externa no período recente. Aproveitaremos esse momento para discutir e apresentar nossa proposta de trabalho

2.1. A política Externa Brasileira no Pós Guerra Fria – do Neoliberalismo ao Partido dos Trabalhadores

O fim das disputas ideológicas no sistema internacional entre Estados Unidos e União Soviética e a supremacia estadunidense no jogo político internacional possibilitaram a expansão do processo de globalização econômica e a fluidez das fronteiras, permitindo o estreitamento das relações interestatais e a intensificação do processo de interdependência (KEOHANE, 1988). No início dos anos noventa, a política externa brasileira – tanto seus parâmetros de ação quanto as questões relativas à formação da agenda – encontrava-se em um processo de adaptação ao novo cenário e a “nova ordem mundial”. O cenário se pautava pelas visões de cooperação internacional, universalização dos regimes políticos e econômicos liberais, a criação de uma nova ordem sob a governança dos Estados Unidos com a utilização da Organização das Nações Unidas.

Marcada pelas características de dinamismo, tendo como exemplo a execução

do pragmatismo ecumênico e responsável, a política externa nacional serviu aos intuitos do modelo econômico e de industrialização dos governos brasileiros na segunda metade do século XX. Durante os anos 70 e 80, a diplomacia brasileira teve pequena margem de iniciativa na maioria das questões internacionalmente relevantes e foi condenada a reagir a investidas do exterior, as quais não podiam prever nem controlar, fazendo com que no período a política exterior fosse, basicamente, reativa e defensiva (ALBURQUEQUE, 2000 *apud* BERNAL-MEZA, 2002).

Durante governo Geisel, por exemplo, a diplomacia brasileira teve papel importante (e polêmico) no reconhecimento das ex-colônias portuguesas, no voto anti-sionista, na ONU; denúncia do acordo militar com os EUA, em 1977.

O Brasil, e toda América Latina, no entanto, começaram, no final da década de 80 e início da de 90, a presenciar uma fase turbulenta, na qual se colocavam em xeque as políticas adotadas sob o manto do desenvolvimentismo, em função de uma sensação de estagnação e de decadência das estratégias. Suscetível às mudanças da esfera global e interna, o modelo de política exterior da década de 1980, das presidências Figueiredo e Sarney, associado ao desenvolvimento nacional, deu lugar a uma fase de crise e contradições, criando a dança de paradigmas da política externa (CERVO, 2002).

Como sugere Casarões (2011), diante da corrosão econômica dos países do Terceiro Mundo, imposta pela crise da dívida, de um lado, e pelos próprios movimentos na estrutura da ordem internacional, de outro, o Brasil acabou mudando seu eixo de atuação. O país deixou, ao longo do tempo, de enfatizar uma política fundamentalmente global, ou seja, na qual as parcerias eram diversificadas e intensas, para concentrar-se, sobretudo na segunda metade da década de 1980, na América Latina como sua “vertente redentora”.

O marco da quebra do paradigma desenvolvimentista foi a ascensão de Collor à Presidência, com a adoção do neoliberalismo como pilar da gestão do Estado nacional e o alinhamento com o receituário do neoliberalismo mundial. Para lograr as modificações no perfil internacional do país, foram estabelecidas prioridades que, em seu conjunto, pretendiam alcançar três metas, a saber: 1) atualizar a agenda internacional do país de acordo com as novas questões e o novo *momentum* internacional; 2) construir uma agenda positiva com os Estados Unidos e; 3) descaracterizar o perfil terceiro-mundista do Brasil (HIRST; PINHEIRO, 1995, p. 6).

A reversão política não se fez sem críticas. Na mudança de rumos, parecia que o fim do consenso de Tancredo sobre a política externa era inevitável; começam a emergir acusações de adoção acrítica de ideologias, sem a percepção dos ganhos para a construção do interesse nacional brasileiro.

O pensamento político acerca da política externa não era mais consensual. De um lado, acadêmicos reafirmavam certo amadorismo e distanciamento do MRE na condução da política externa. Para Hirst e Pinheiro (1995), o projeto de voo curto de Collor colocou o consenso em debate e esse rompeu com a noção consagrada de que continuidade e consenso constituíam aspectos invioláveis da política internacional do país.

Cervo (2002), por sua vez, defende que além de haver se enfraquecido em razão da discordância interna e da prevalência de pensamento externo ao MRE, o Brasil imprimiu, desde o início dos anos 90, orientações confusas, até mesmo contraditórias, na política exterior em função, principalmente, da adoção do paradigma do *Estado normal*. Esse Estado se caracterizaria em razão de três parâmetros de conduta, sendo o *Estado subserviente* – aquele que se submete as coerções do centro hegemônico do capitalismo –, o *destrutivo* – o qual dissolve e aliena o núcleo central robusto da economia nacional e transfere renda ao exterior – e o *regressivo* – o qual reserva para a nação as funções da infância social.

O Estado normal teria emergido sob a ideia de mudança, convicção, segundo o autor, arraigada na mentalidade dos dirigentes brasileiros capaz de provocar o revisionismo histórico e a condenação das estratégias internacionais do passado; uma adoção acrítica de uma ideologia imposta pelos centros hegemônicos do poder; a eliminação de ideias e projetos de interesse nacionais; e a correção do movimento da diplomacia (CERVO, 2002).

Hirst e Pinheiro (1994) identificam que dentro e fora do MRE passou-se a questionar a essência estatal da política externa, tendo em vista a necessidade de ampliar suas bases domésticas de apoio. De acordo com as autoras, a politização da sociedade brasileira chegou ao âmbito diplomático, levando à diferenciação entre posturas mais próximas dos ideais neodesenvolvimentistas – e, conseqüentemente, nacionalistas – e posturas mais sintonizadas com o neoliberalismo, com um sentido mais cosmopolita.

Os grupos internos no Itamaraty passaram a se identificar com os ideias

externos a instituições que emergiam na vida política nacional, principalmente os de cunho partidário, politizando e dividindo cada vez mais as existentes distinções políticas/diplomáticas, passando principalmente a definir-se em função de uma temática central: o padrão de relacionamento com os Estados Unidos, tendo, para alguns, a certeza de que a convergência com Washington constituía o caminho para a recuperação da credibilidade internacional do Brasil; e para outros, a de que o distanciamento de Washington assegurava ao Brasil um espaço de manobra no sistema internacional, necessário para a defesa dos interesses nacionais (HIRST; PINHEIRO, 1994).

A mudança de rumos da política externa, no lançar da nova ordem mundial, como salienta Cervo (2002), não ocorreu de modo simples. De acordo com o autor, à primeira vista parece haver-se perdido o rumo que por sessenta anos havia impresso racionalidade e continuidade à política exterior de um Estado que buscava, obstinadamente, a promoção do desenvolvimento nacional.

Segundo o autor, o Itamaraty teve dificuldades de reagir. Entre 1990 e 1995, cinco ministros ocuparam a pasta das Relações Exteriores, dois de fora da casa, a denotar instabilidade de pensamento e de estratégia externa. Havia no Itamaraty quem lançasse dúvidas sobre o rumo tomado. O debate do pensamento interno ao MRE, externalizado de dentro da corporação diplomática, a partir do fim do governo Collor, prosseguiu durante o governo Itamar, nas manifestações de Rubens Ricupero, Celso Amorim, Luiz Felipe Seixas e Samuel Pinheiro Guimarães (CERVO, 2002).

Com leitura voltada mais para as lógicas e disputas de legitimidade, no seio da diplomacia nacional, Casarões (2011) sustenta que o neoliberalismo não foi invenção do governo Collor, mas, ao contrário, aquele presidente elegeu-se, entre outras coisas, porque já havia ocorrido uma inflexão importante no seio da própria sociedade no sentido de rejeitar o discurso desenvolvimentista.

No plano societário, para Casarões (2011), observou-se uma grande disputa pela legitimidade, na qual a adesão ao (neo) liberalismo tornou-se, progressivamente, mais intensa, quanto mais esgotado se mostrasse o Estado desenvolvimentista. Para que o país pudesse atualizar sua inserção internacional no contexto das várias transformações observadas, o novo presidente aproveitou-se de uma divisão interna no serviço diplomático – que, ao fim da década de 1980, polarizava os nacionalistas, detentores do monopólio

sobre o interesse nacional, e os liberais, que não encontravam muito espaço no meio de um consenso globalista.

Ainda segundo Casarões (2011), as transformações empreendidas por Collor foram, ao fim e ao cabo, menos importantes do ponto de vista da forma (ele mesmo tendo se arrependido de executar a tripartição da Secretaria Geral do MRE), mas cruciais no tocante a quem é alçado aos postos fundamentais da diplomacia. Nesse sentido, o presidente beneficiou-se das dissonâncias para permitir que uma agenda percebida como necessária – que envolveu, entre outras coisas, a abertura econômica, a reconstrução de relações positivas com os Estados Unidos e a descaracterização do terceiro-mundismo – fosse levada a cabo pelo Itamaraty. Não se marginalizou, como já se quis acreditar, a diplomacia das decisões sobre política externa.

Se durante o governo Collor a quebra do Estado desenvolvimentista se iniciou, a eleição de Fernando Henrique Cardoso para presidente da república representou, no seio do Estado brasileiro, o fim da utilização do aparato estatal e, inclusive, da política externa como instrumento do desenvolvimento nacional². De acordo com Lafer (2001),

a globalização e seus efeitos na dinâmica do sistema internacional levaram o desenvolvimento no relativo distanciamento de uma inserção na economia mundial gerenciado pelo Estado, viabilizado pela lógica do nacionalismo de fins, se tornou inoperante, encerrando a eficácia do repertório de soluções construídas a partir do governo Getúlio Vargas. (LAFER,2001, p. 113),

O grande tema da política externa brasileira na era FHC passa a ser a inserção do país em um sistema marcado pela lógica da globalização, na qual o papel do Estado brasileiro deveria ser revisto. De acordo com Lafer e Fonseca (1997), o Estado no primeiro pós-Guerra Fria era apresentado como um ator orientado, racionalmente, por valores da comunidade internacional, na qual se confirmava a tendência obsoleta do Estado, o qual perdia os elementos de atuação no âmbito nacional.

Cardoso (1996) defendia que a globalização significava o aumento do peso das variáveis externas na agenda econômica e a redução do espaço para as escolhas nacionais, e com isso a “diluição entre o “interno” e o “externo” levava ao questionamento da hipótese de autonomia da política externa em relação à política interna (*apud* LAFER, 2001).

² Para um entendimento melhor do papel do Itamaraty no governo FHC sugiro a leitura de SILVA (2008) e a da recente entrevista concedida pelo próprio FHC à revista publica pelo Instituto Rio Branco - Juca (nº6)

Embora o discurso de FHC sobre a globalização fosse, segundo Cruz (1999), ambíguo, esse, no entender do então presidente, projetava o Brasil para o limiar de uma nova era. A inserção brasileira, portanto, deveria abandonar os discursos terceiro mundistas e se inserir na lógica da globalização, que em resumo seria alterar as ações da diplomacia nacional, agora mais voltada para o jogo das grandes potências econômicas – EUA, União Europeia e Japão – participando ativamente dos mecanismos multilaterais do sistema internacional, com a intenção de projetar o poder brasileiro e transformá-lo em um ator capaz de influenciar a formação da agenda internacional.

Em um cenário caracterizado pela arbitrariedade e pelo acirramento da vontade hegemônica dos Estados Unidos e de seu poder quase incontestável (LIMA, 2010), a política externa brasileira se articulou sob as diretrizes tradicionais de sua agenda política, o apelo ao pacifismo na resolução dos problemas, o primado do direito internacional, a defesa dos princípios de autodeterminação e não intervenção e o pragmatismo como instrumento necessário e eficaz à defesa dos interesses do país.

De acordo com Vigevani *et al.* (2003), esses princípios são suficientemente gerais, os quais puderam, portanto, ser adaptados a diferentes circunstâncias ao proporcionarem aos tomadores de decisões uma flexibilidade discursiva e conceitual, facilitando, de acordo com as mudanças históricas ou conjunturais, o espaço para inserir mecanismos de adaptação a novas realidades ou a uma compreensão de mundo distinta.

A adaptação da agenda e da postura no cenário internacional foi, posteriormente, conceituada como sendo uma atuação baseada no conceito da *autonomia pela participação* (FONSECA JR., 1998). O diplomata assim a define:

A autonomia, hoje, não significa mais “distância” dos temas polêmicos para resguardar o país de alinhamentos indesejáveis. Ao contrário, a autonomia se traduz por “participação”, por um desejo de influenciar a agenda aberta com valores que exprimem tradição diplomática e capacidade de ver os rumos da ordem internacional com olhos próprios, com perspectivas originais. Perspectivas que correspondam à nossa complexidade nacional (FONSECA JR., 1998, p. 368).

O novo modelo de política externa renovava a atuação brasileira no cenário internacional, buscando a maior participação dentro dos espaços decisórios. A nova conduta brasileira, segundo Vigevani *et al.* (2003), era fundamental em um sistema desfavorável, na qual a própria lógica de poder era indefinida; nesse sentido, era preciso não realizar uma

adaptação passiva, mas, no limite do próprio poder, articular-se com o interesse de outros estados e forças, o de redirecionar e reformar o ambiente, buscando a possibilidade de participação nos assuntos internacionais por meio da elaboração de regimes mais favoráveis aos interesses brasileiros.

O posicionamento do Brasil em relação ao sistema internacional deveria ser à luz de uma *adaptação criativa* intencionada a adequar-se as complexas e crescentes mudanças na nova ordem mundial, de forma assertiva, evitando a passividade na lógica do jogo internacional, procurando participar efetivamente dos regimes internacionais (LAFER, 2000; CARDOSO, 2001; LAMPREIA, 1998).

Conforme o presidente Fernando Henrique:

A política externa brasileira não comporta simplificações, nem admite rótulos. A abrangência e a multiplicidade de nossos interesses no plano internacional apontam para a necessidade constante de mantermos sempre abertas as nossas opções. Não podemos nos limitar a parcerias excludentes ou a critérios reducionistas de atuação internacional. Temos que atuar em diferentes tabuleiros, lidar com diferentes parcerias, estar em diferentes foros (CARDOSO, 1993, p.9.).

A adesão a regimes internacionais, os quais em momentos anteriores da história diplomática foram colocados em xeque pela diplomacia nacional, ilustra a mudança comportamental da política externa brasileira. A assinatura do Tratado de Não Proliferação Nuclear e o compromisso com outros temas globais, como meio ambiente e direitos humanos, serviram para o fortalecimento do *soft power* brasileiro. A diplomacia brasileira propôs buscar a aproximação pela convergência nos regimes internacionais, creditando a tal postura não a uma situação de subordinação, ou de perda de autonomia, mas sim como catalisador da nova postura que era proposta para o Brasil na nova dinâmica de poder internacional.

De acordo com Lampreia (1998), o país, no seu projeto de inserção internacional, visaria uma *autonomia pela integração*, em contrapartida a uma ação isolacionista, mas que estivesse articulada com o ambiente internacional. Essa tendência na autonomia e na afirmação do país como um *global trader* e *global player* já era percebida no governo Itamar, sob o comando de Fernando Henrique e Celso Lafer da pasta de Relações Exteriores, os quais mudam a forma da inserção do Brasil (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003).

Para Vigevani *et al.* (2003), atuar dentro do sistema para a solução de divergências foi objetivo constante do governo FHC. As incoerências entre o discurso e a prática dos atores mais poderosos e influentes da sociedade internacional, em diferentes cenários, surgiram como realidades diante das quais não haveria outra forma de superação, a não ser pelo entendimento. Assim, a política externa viria contribuir para a resolução da agenda interna de desenvolvimento e de crescimento, ajudando a superar os problemas sociais. Em suma:

Avalia-se que a matriz neoliberal efetivamente teve influência decisiva sobre a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso. A matriz vinha a substituir o modelo desenvolvimentista que enfrentava suas fragilidades e estava em crise no início dos anos 1990. Daí em diante, a nova matriz emergente foi sendo implementada, figurando como elementos centrais a adesão aos ideais do Consenso de Washington e a uma nova posição perante o Estado e o Mercado. É interessante notar que ocorreu uma internacionalização do neoliberalismo por parte da política externa brasileira, que projetou para a política exterior o que o governo vinha praticando internamente (SILVA, 2008, p. 148).

O modelo encontrou respaldo em um Itamaraty que vivenciava uma virada ideológica do domínio dos ideais “terceiro-mundistas/estrutural-desenvolvimentista” para o discurso internacionalista, que se consolidou ao longo do governo Fernando Henrique. Evidência dessa mudança interna, o Itamaraty se publicizou por uma edição do Caderno Mais! da Folha de São Paulo, intitulada “A Nova Geração do Itamaraty é Neoliberal³”. O texto afirmava que

Sob a influência de um cenário internacional que ainda busca a acomodação à realidade pós-Guerra Fria, a diplomacia brasileira vive uma fase de revisão de conceito, (...) [e] a eleição de Fernando Henrique Cardoso, apoiado por aliados políticos de perfil liberal, reforça a nova tendência da política externa do país (SOUZA, 1994, p.6).

A figura de Paulo Tarso Flecha de Lima representava a nova cara do Itamaraty, na qual a defesa da diminuição do Estado, a superação do modelo de substituição de importações, a eliminação de barreiras protecionistas e a criação de incentivos para atração de capital externo estavam na ordem do dia da agenda diplomática brasileira. Outra importante apoiadora da diplomacia de Fernando Henrique era parcela da mídia nacional. A

³ FOLHA DE SÃO PAULO. A nova geração do Itamarati é neoliberal. Caderno Mais!. 18 dez. 1994.

Folha de São Paulo, em alguns editoriais do ano de 1995, qualificava as qualidades do presidente e da sua diplomacia, mas a partir de 1996 passou a adotar uma postura crítica em relação ao sucesso de FHC (CERQUEIRA, 2005).

O modelo, por sua vez, também não deixou de ser questionado pela elite política e acadêmica brasileira. As principais críticas se reduzem ao fato do aprofundamento da matriz neoliberal na política externa, em decorrência da aplicação das duas gerações de reformas sugeridas pelo Consenso de Washington⁴.

Na primeira geração, o Brasil implementou políticas de rigidez fiscal, retraiu o estado de bem-estar e retirou-o da esfera produtiva. Nas políticas da segunda geração, o Brasil procurou a transparência dos gastos públicos e garantias para o investimento estrangeiro. Enquanto isso, o governo transferia ativos nacionais para empresas estrangeiras por meio das privatizações, buscava recursos do Fundo Monetário Internacional e já sentia as consequências do aumento da vulnerabilidade externa (CERVO, 2002).

Para Cervo (2002), o Brasil desistiu de fazer política internacional própria, no momento em que aplicou as duas gerações de reformas do Consenso de Washington. Segundo o autor, a:

Subserviência do Estado normal, erigida como ideologia da mudança, engendrou graves incoerências, ao confundir democracia com imperialismo de mercado, competitividade com abertura econômica e desenvolvimento com estabilidade monetária. Completou-se com o desmonte da segurança nacional e a adesão a todos os atos de renúncia à construção de potência dissuasória (CERVO, 2002).

Outro foco das críticas foi a diplomacia presidencial, convergindo na ideia de que a materialização destas iniciativas foi precária e não conseguiu superar a limitação

⁴ O Consenso de Washington trata de um conjunto de prescrições de política econômica, propostas pelo economista John Williamson em seu artigo *What Washington Means by Policy Reform?* em observância das políticas de ajuste ocorridas na América Latina. As prescrições são: 1) Disciplina fiscal como meio para eliminar o déficit público, 2) Mudança nas prioridades das despesas públicas – eliminação de subsídios e aumento de gastos com saúde e educação, 3) Reforma tributária; aumento de impostos (“a base tributária deveria ser ampla e as taxas marginais deveriam ser moderadas”), 4) Taxas de juros positivas, determinadas pelo mercado, 5) Taxa de câmbio determinada pelo mercado, 6) Comércio liberal e orientado para o exterior 7) Investimentos diretos sem restrições, 8) Privatizações de empresas públicas, 9) Desregulamentação das atividades econômicas, 10) Direito de propriedade mais seguro. Como salienta Almeida (2007), John Williamson afirmava expressamente que suas regras eram mais “instrumentos de política”, do que um conjunto de objetivos ou resultados que devessem ser elevados à categoria de dogma. Elas estavam longe, portanto, de representar um remédio para economias doentes, pois que tinham sido concebidas como um conjunto de princípios para, justamente, manter as economias latino-americanas em estado “saudável”, sem a necessidade de correções de rumo brutais, com intervenção do FMI e pacotes de ajuda “impostos de fora”.

diplomática do Brasil, oriunda da redução da margem de manobra internacional do país frente à globalização e o abandono da noção de projeto de desenvolvimento (SILVA, 2008). Para os críticos, a utilização da “diplomacia presidencial pretendeu resolver retoricamente o vazio criado pela crise do projeto nacional na política externa” (GARCIA, 2001, p.7).

Esse quadro só iria se reverter, segundo Cervo (2002), quando o governo Fernando Henrique realizasse uma correção de rumos do modelo de Estado, se desvencilhando do Estado normal como único modelo, passando a adotar em coexistência [ensaios] do Estado logístico, o qual levou o país a controlar o processo de privatização para evitar o risco de consumir a destruição do patrimônio nacional a cargo do Estado normal.

Essa reversão, sinalizada por Cervo (2002), ocorreu em razão do esgotamento do modelo de matriz neoliberal, em função, principalmente, da crise do Plano Real, que redefiniu o papel do Mercosul, da América do Sul e a percepção do sistema internacional.

Na virada do milênio, a política externa corrigia seus rumos para um sistema internacional condicionado por assimetrias e por uma distribuição desigual do poder. De acordo com Cervo (2002), o quadro desfavorável do cenário internacional para a ação brasileira sob os auspícios do neoliberalismo “forçou o governo brasileiro a evoluir da subserviência do Estado normal a uma política de comércio exterior mais realista e condizente com o comportamento do Estado logístico” (CERVO, 2002, p. 474).

O *Estado logístico* é o paradigma no qual o Estado, segundo Cervo (2002), cumpre o papel de fortalecer o núcleo nacional, transferindo à sociedade responsabilidades empreendedoras e ajudando-a a operar no exterior, de modo a equilibrar os benefícios da interdependência, mediante um tipo de inserção madura no mundo globalizado.

Em meados do ano 2000, a postura brasileira já evidenciava a mudança de atitude. Em entrevista, o ministro Lampreia (*apud* SILVA, 2008) admitia que havia sido descartada a ideia de transformar o Brasil em uma potência mundial, com peso em decisões estratégicas tomadas globalmente. A mudança no comando da chancelaria brasileira para administração de Celso Lafer representava a necessidade de reacomodar a política externa no cenário internacional e manter o paradigma liberal vigente na condução da política externa brasileira.

De acordo com Silva (2008):

O ministro Celso Lafer gerenciava, com uma retórica liberal e uma prática que revelava certo autoritarismo, a crise da diplomacia brasileira, colhendo os resultados de um sistema internacional que se alterara com o limiar do milênio. Paradoxalmente, trabalhava com a ideia de “arrumar a casa”, procurando evitar, simultaneamente, uma retirada acelerada do paradigma neoliberal junto ao Itamaraty. Na realidade, considera-se que Lafer, não dispondo de um claro projeto alternativo à crise do paradigma neoliberal, basicamente gerenciou uma crise de paradigma, numa perspectiva de transição em final de governo (SILVA, 2008, p.162).

O objetivo principal se daria:

No desafio de efetivamente consolidar a nova agenda, adensando o caminho através do qual, no contexto de uma globalização assimétrica, o país amplie o poder de controle sobre seu destino e, com sensibilidade social-democrática, encaminhe o persistente problema da exclusão social (LAFER, 2001, p. 116).

Por mais que a política externa do governo Fernando Henrique tenha posicionado a imagem do Brasil como um ator influente no cenário internacional, principalmente pela noção do Brasil como um *global trader*, se adequando às condições de uma globalização assimétrica, as consequências das políticas de cunho neoliberais conduziram, no âmbito interno, a um grande desconforto da população em relação ao governo. A resposta da sociedade se confirmaria na eleição do Presidente Lula, nas eleições de 2002, candidato que se elegeu sob a bandeira da mudança socioeconômica nas políticas públicas brasileiras, entre elas a política externa.

Segundo Miyamoto (2011), a política externa vinha carregada de interrogações, inclusive sobre a conduta do país nas negociações econômicas, no cumprimento das obrigações assumidas pelo governo anterior, na (re) definição das parcerias tracionais e nas instâncias multilaterais.

A mudança na conduta foi algo contestado acerca da política externa. Segundo Cervo (2002), ao ensaiar o paradigma logístico, o neoliberal que se tornou cético abriu a porta para seu sucesso, que adotou esse padrão com o fim de promover a inserção interdependente do país. Nesse ponto, o autor sugere que não ocorreu uma mudança paradigmática em relação ao último período da política externa da FHC.

Vigevani e Cepaluni (2007) acreditam que a política externa de Lula, em comparação com a de FHC, apresentou, como sugeriu Lafer (2001), “mudanças dentro da continuidade” (p.108). Ainda segundo os autores, a administração de Lula não se afastou do

princípio desenvolvimentista e autonomista da política externa, mas adotou uma política que pode ser analisada como uma política de ajustes e de mudanças de programas. Para os autores, aceita-se a afirmação de que ocorram mudanças de ideias e mesmo de estratégias para lidar com os problemas, mas esses não se diferem dos históricos padrões de ação da política externa brasileira (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007).

Aqui cabe uma breve consideração. Embora o discurso fosse proferido sob a égide da mudança pela continuidade, sabemos que em política, geralmente, o discurso não corrobora a prática. Como sugerem Cruz e Stuart (2003), a novidade na política externa do governo Lula não consistia na eleição de objetivos explícitos radicalmente distintos dos que prevaleciam até então. Para os autores, no plano discursivo parecia existir uma continuidade sensível entre os dois governos; mas tal aparência não deveria alimentar equívocos: a prática diplomática seria complementemente diversa. A diferença existente seria expressa pela nova ênfase nos aspectos estritamente políticos da conduta diplomática, pela defesa mais incisiva dos interesses nos fóruns multilaterais e pela disposição de traduzir em atos as intenções proclamadas no discurso da diplomacia (CRUZ; STUART; 2003).

A ascensão do Partido dos Trabalhadores representou a construção de novas prioridades da política externa, que se caracterizaria por uma política externa “ativa e ativa” com a ampliação da capacidade do país de influenciar as questões mundiais e pressionar a correlação de forças entre as nações, de modo a buscar “um mundo mais justo e equilibrado do ponto de vista econômico, social e político” (DA SILVA, 2004).

Segundo Miyamoto (2011, p.123), “ativa e altiva seriam, portanto, as duas faces da moeda, as marcas que deveriam, a partir daquele momento, caracterizar a conduta brasileira no plano internacional”. A postura brasileira para ocupar e ampliar suas influências no mundo, escapando do entorno geográfico sul-americano, segundo Miyamoto (2011), seria marcada pela atuação em frentes diversas do cenário internacional, sem a preocupação de se fazer submisso às pressões e exigências das grandes potências e das agências multilaterais.

Garcia (2011) sinaliza para a mudança da postura brasileira em relação ao mundo. Para o assessor, o Brasil não pode se pautar por uma postura de potência média no cenário internacional, por acreditar que o conceito de potência média não se articula com a ideia de uma política externa que deva possuir interesses gerais na agenda internacional,

por limitar os espaços da atuação a situações delegadas às potências médias. A ideia de se configurar como uma nova postura no cenário internacional não é só fruto das condições internas. Como salienta Lima (2003),

A ideia de que existe espaço para uma presença internacional mais afirmativa do Brasil, como propõe o projeto do governo Lula, não é fruto apenas do voluntarismo a informar a política externa de um governo de centro-esquerda, mas reflete certa avaliação da conjuntura mundial, que assume a existência de brechas para uma potência média como o Brasil, que, por via de uma diplomacia ativa e consistente, podem até ser ampliadas (LIMA, 2003, p. 98).

Indícios do novo protagonismo ficaram evidentes nas tentativas que o Brasil fez de se projetar como o fiel da balança no plano regional e internacional. As disputas diplomáticas com Venezuela, Bolívia e Honduras, a postura presidencial nos fóruns internacionais, o papel de mediação em questões nucleares e participação em missões humanitárias, as propostas de revitalização do Mercosul e a intensificação da cooperação com a América do Sul via Unasul, o grande foco com a cooperação sul-sul com os países africanos de língua portuguesa e a tentativa mais proeminente de reforma das Nações Unidas exemplificam esse novo protagonismo.

De acordo com Lima (2003), essas atitudes sinalizam a disponibilidade do Brasil em arcar os custos do exercício de uma liderança cooperativa na sua circunvizinhança, cedendo, ainda, às demandas de seus sócios mais fracos no sentido de reforçar a dimensão institucional do Mercosul. Juntas, essas iniciativas representam uma mudança sensível na forma como a política externa sempre operou, com base na manutenção da flexibilidade e da liberdade de ação e pouca disposição para aceitação de injunções multilaterais no plano regional. A mera explicitação da aspiração de liderança representa a superação de arraigada sensibilidade da diplomacia profissional à questão, embora, na prática, o Brasil tenha se comportado sempre levando em conta a assimetria de recursos entre o país e os demais vizinhos geográficos (LIMA, 2003).

A opção pela vertente sul-americana, mesmo com a proeminência de um maior ativismo nas questões globais, era cara ao governo, principalmente por ser o hemisfério uma região para o exercício da liderança regional. Segundo Garcia (2008), o governo adota a América do Sul como uma dimensão estratégica para além das relações sul-sul, por acreditar que a perspectiva da formação de um bloco sul americano integrado

economicamente e com capacidade política é a de melhorar a situação socioeconômica da população regional, integrando a infraestrutura e ampliando o poder e o espaço destes países no cenário internacional.

Outra importante variação da política externa de Lula foi o espaço concedido à política social como tema da política externa brasileira. Lima e Hirst (2006) atestam que a inclusão da agenda social como tópico majoritário da política externa brasileira foi uma das mais importantes variações. Caracterizada por Faria e Paradis (2011) como a dimensão humanista e solidária da política externa brasileira, essa agenda merece um destaque em especial. Para os autores, essa dimensão da política externa estaria associada entre outros fatores: a) à ideologia do partido no poder, (b) à própria trajetória do presidente Luis Inácio Lula da Silva, somada (c) à intensificação da diplomacia presidencial no seu mandato, (d) ao sucesso de alguma das políticas sociais do seu governo, (e) às insuficiências do neoliberalismo, (f) à construção de uma nova agenda do desenvolvimento e (g) à busca por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, pelo governo brasileiro.

Com se observa, algumas agendas da política externa podem encontrar explicações no novo arranjo ideacional que emergiu na política externa com o Partido dos Trabalhadores. O Partido dos Trabalhadores pode ser considerado como o primeiro partido político brasileiro a tratar a política externa como uma política pública digna de reflexão e de amadurecimento. Desde sua criação, o PT já se preocupava com a posição do partido em relação aos assuntos internacionais, sejam relacionados à política externa brasileira ou à própria política internacional.

Embora se questione o impacto do PT na produção da política externa, Almeida (2003) salienta que a política externa brasileira no governo Lula pode ser considerada como uma mistura do pragmatismo, mas com preferências montadas sob os princípios da política internacional do Partido dos Trabalhadores. Segundo o autor,

O novo governo vem atuando com muito tato e bastante realismo na frente diplomática, mas está procurando igualmente impulsionar alguns dos temas caros à antiga agenda internacional do PT, feita de algumas opções preferenciais pelas chamadas forças progressistas e contestadoras de uma ordem mundial dominada pelos países capitalistas avançados, mas temperando-as com o pragmatismo que é de se esperar de um governo estabelecido (ALMEIDA, 2003, p.88).

A reversão política iniciada pelo governo Lula, por sua vez, não foi unânime na

comunidade política nacional, apresentando, em diversos momentos, divergências sobre a mesma. Essa discussão teve foco principalmente em três instâncias da política nacional, dentro do Itamaraty – principalmente os defensores dos princípios liberais –, nos partidos políticos da oposição – principalmente PSDB e PFL/Democratas –, e nos meios acadêmicos.

Uma das críticas versa sobre a mudança na inserção internacional, a qual, segundo Barbosa (2007), deveria se mover dentro da transformação da ordem mundial, tendo como símbolo o processo de globalização. Para o projeto de inserção internacional, o Brasil deve estar atento a essas mudanças e se mover dentro do mundo globalizado com os desafios que surgem devido ao aumento da interdependência.

Para o ex-chanceler Celso Lafer (2010), a diplomacia de prestígio e o voluntarismo da política externa lulista erraram na avaliação das possibilidades externas do país, postura que vem descapitalizando, de maneira crescente, o *soft power* da credibilidade internacional do Brasil, comprometendo, desse modo, o próprio prestígio do país.

Albuquerque (2005) defende que a política externa se baseia em três agendas conflitantes: a) a agenda permanente de política externa; b) a agenda pessoal de Lula; e c) a agenda ideológica; porém, como resultante dos diferentes recursos dos decisores para suscitar apoio ou, ao contrário, resistência a suas iniciativas, a aparência errática da política externa provém, na verdade, de que ela progride na linha da menor resistência. Isto tende, portanto, a beneficiar ações percebidas como capazes de compatibilizar a agenda ideológica com a agenda pessoal de Lula. Mas um fator explosivo é que existe um peso adicional dos conselheiros de *marketing* da Presidência, os quais, segundo o autor, estão apostando na aparente gratuidade de sucesso do oportunismo em assuntos internacionais. Isto permitiria que a política externa progredisse na linha do custo zero e da credibilidade ilimitada de Lula.

2.2. Política Externa Brasileira e Ideias

Como observado, a política externa dos três principais governos na “nova

república” – Collor, Fernando Henrique e Lula – foram pautadas por arranjos ideacionais distintos. Especificamente, é nítido que a política externa do governo FHC foi influenciada pelas ideias do neoliberalismo, da social democracia brasileira e da globalização, os quais culminaram no *modus operandis* da política externa (CERVO, 2002; BERNAL-MEZA, 2002; GOULART, 2006; SILVA, 2008). Da mesma forma, são nítidos os princípios de política internacional do Partido dos Trabalhadores na política externa do governo Lula (OLIVEIRA, 2003; ALMEIDA, 2003; CRUZ; STUART, 2003; GARCIA, 2011).

É percebido também que as matrizes de ideias que conformaram a política externa brasileira representaram, à sua época, um “novo pensamento” dentro do Itamaraty. Nos distintos momentos, as políticas externas dos respectivos governos foram acusadas de caminhar fora da tradição diplomática brasileira. No governo FHC, por exemplo, as ideias neoliberais no Itamaraty representavam a quebra do histórico padrão da diplomacia desenvolvimentista do Estado brasileiro. No governo Lula, a influente posição internacional do PT fora questionada por vários diplomatas e intelectuais.

Pela observação desse quadro, guiamos nossa dissertação na seguinte direção: partindo do pressuposto que as ideias que moldaram respectivamente a política externa brasileira durante os governos Fernando Henrique (1995-2002) e Lula (2003-2010) não fazem parte do tradicional arcabouço institucional do Itamaraty, quais foram os mecanismos utilizados pelos *policy makers* da política externa brasileira para transformar tais ideias em política externa brasileira?⁵

O'Donnel (1994) contribui de forma singular para a compreensão do papel das instituições no processo de produção política. Para o autor, algumas características definem o papel da instituição e permitem compreender sua função, a saber: instituições incorporam tanto como excluem e, nesse sentido, determinam quais agentes são aceitos como participantes válidos dos processos de tomada e implementação de políticas públicas, e as instituições determinam a provável distribuição de resultados. Para o autor, esses critérios são necessariamente seletivos e se adequam e favorecem certos agentes. De acordo com

⁵ O objetivo de não construir uma revisão extensa do Estado da Arte se dá por dois motivos. Primeiro, não queremos realizar uma ampla discussão sobre a evolução do campo, seja na área da Ciência Política ou de Relações Internacionais. Para uma discussão mais extensa acerca das relações, ideias e produção política, sugerimos a leitura de Hall (1989) e Steinmo (1994) referente às Ciências Políticas, e Herz (1994) e Jesus (2009) para Relações Internacionais. Nosso objetivo, e o segundo motivo, é apenas inserir a nossa discussão dentro da discussão mais ampla sobre a política externa brasileira.

Pwzerworski (1988 *apud* O'DONNEL, 1994), as instituições processam somente determinados atores e recursos e os fazem de acordo com certas regras, característica que determina a gama de resultados possíveis dentro do processo decisório.

Para além do papel institucional, os atores, segundo Hall e Taylor (2003), são incentivados a serem adeptos às instituições porque há custos em ir contra elas, mas também porque há a possibilidade de influenciar a própria instituição no processo de construção das decisões. Aliado a essas duas características, um elemento que essa corrente considera como fundamental para uma análise da instituição é a relação de poder existente dentro da mesma, principalmente no sentido de uma desigualdade de poder.

Essa premissa teórica servirá de base ao nosso trabalho para entender como processos históricos de distribuição de poder dentro do Itamaraty favorecem a estabilidade da instituição, com uma singularidade, a de quem participa do processo decisório tem interesses em criar e manter instituições que lhe favoreça e facilite a sucessão de aliados. Assim, trabalhamos com essa noção de que o Itamaraty, enquanto instituição marcada pela distribuição desigual de poder⁶, tende a adotar políticas que favoreçam o grupo no poder e tal desigualdade tende a se perpetuar, até o momento de uma mudança no cenário decisório.

Goldstein e Keohane (1993), na tentativa de criar um modelo que associe ideias e o processo de formulação de política externa, argumentam que

Ideias influenciam a produção política quando crenças causais ou de princípios que elas corporificam provêm roteiros que aumentam a clareza dos atores a respeito de objetivos ou de relações de fins e meios, quando elas afetam os resultados ou situações estratégicas em que não há um único equilíbrio, e quando elas se enraízam em instituições políticas (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993, p. 3).

O argumento se baseia na concepção de que as ideias, enquanto crenças desenvolvidas por indivíduos, operam dentro de três categorias: as “visões de mundo” – as ideias que afetam a vida social de múltiplas formas ao longo tempo –, os “princípios” – remetem às ideias normativas que especificam critérios para distinções – e as “crenças causais” – se referem a relações de causa e efeito que derivam da autoridade do consenso compartilhado de elites.

⁶ A explicação para a distribuição desigual do poder decisório dentro do Itamaraty será demonstrada no capítulo 3 da dissertação, quando trataremos especificamente do processo decisório nessa instituição.

Os autores trabalham com a possibilidade de influência das ideias de três modos, como mapas de interpretação [*road maps*], pontos focais [*focal points*] ou quando essas se institucionalizam [*embodied*]. As ideias como *road maps* servem ao decisor no momento em que as opções para a escolha da maximização dos interesses são incertas e o decisor pode agir baseado nas ideias para tentar encontrar um caminho menos incerto. As ideias como *focal points* servem para a resolução de situações na qual os *payoffs* se encontrem em equilíbrio. Quando o decisor se encontra em um jogo no qual seus custos e benefícios de escolhas são os mesmos, os fatores ideacionais podem servir como espécie de voto de minerva, pesando para a escolha na qual o fator normativo presente no decisor seja mais forte (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993).

Por fim, as ideias importam quando essas se institucionalizam. Esse ponto das conclusões de Goldstein e Keohane (1993) baseia alguns trabalhos que tentaram explicar a lógica entre ideias e política externa e começam a nos ajudar com nosso problema. Quando as ideias passam a ser incorporadas às instituições, os conjuntos de ideias e princípios se tornam verdadeiros manuais de condução. Para os autores, quando se institucionalizam, as ideias podem durar por longos períodos, mesmo em função de impactos exógenos à instituição (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993). Essa preferência analítica nos trabalhos sobre a política externa brasileira pode se explicar pela evidência da forte institucionalização das ideias e do complexo arranjo institucional do Itamaraty.

Vieira (2001) se aproxima do modelo proposto por Goldstein e Keohane (1993) ao tentar demonstrar que as propostas de Celso Lafer para a política externa nacional durante o governo Collor encontram ressonância institucional na tradição do paradigma globalista da política externa brasileira, principalmente o formado sob os conceitos da Política Externa Independente e do pensamento de Araújo Castro.

O principal argumento do autor é que a adoção de novas ideias em política externa não ocorre em um vácuo institucional, e que no caso brasileiro isto significa dizer que as ideias liberais que sobressaíram nos centros do poder internacional no começo dos anos 90 foram assimiladas de acordo com as visões de mundo e as identidades institucionais preexistentes (VIEIRA, 2001).

Ainda para o autor, as instituições constituem os quadros normativos, e esses informam as interpretações dos indivíduos. Assim, a ação do ator político é precedida de

uma interpretação da realidade ou do fato político. A interpretação, por seu turno, é condicionada por certas ideias permanentes que, através de um processo de socialização corporativa, se tornam visões de mundo restritivas do espaço cognitivo dos atores ou ‘gaiolas de aço’ (*iron cages*) da ação diplomática (VIEIRA, 2001).

Vieira (2001) se aproxima das conclusões de Goldstein e Keohane (1993) uma vez que as ideias são concebidas como orientadoras da política e as mudanças nos padrões só podem ser compreendidas dentro de um marco institucionalista. Para o autor, o poder do Itamaraty no modelo institucional seria o reflexo de sua hegemonia sobre as ideias que tradicionalmente informaram nossa política externa.

Arbilla (2000) caminha de uma forma menos determinista em relação à proposta de Vieira (2001) e procura, dentro de seu argumento, ser mais sensível às mudanças institucionais ocorridas no Brasil, principalmente o processo de permeabilidade de formação dos quadros conceituais da política externa brasileira.

O argumento do autor se baseia na ideia de que a circulação de ideias e seu ingresso na agenda externa são considerados, basicamente, como resultado do trânsito de indivíduos ou grupos que eventualmente têm acesso ou adquirem influência sobre os órgãos e indivíduos participantes do processo de formulação dos quadros conceituais da diplomacia brasileira. Nesse sentido, é a configuração institucional do Estado brasileiro que permite que indivíduos ou grupos adquiram influência na formulação da política externa (ARBILLA, 2000).

De acordo com o autor, a variável explicativa é atribuída aos arranjos institucionais que estimulam ou inibem o protagonismo de indivíduos particulares na formação dos quadros conceituais; nessa direção, a estrutura do Estado deve ser focalizada com o objetivo de examinar sua permeabilidade em relação a novas ideias (ARBILLA, 2000).

Uma importante contribuição de Arbilla (2000) foi perceber o peso da tradição para a legitimidade do discurso diplomático, ao sugerir que as novas ideias incorporadas somente ocorreram na medida em que foram inseridas em quadros conceituais compatíveis com a tradição institucional e com a biografia dos atores envolvidos no processo de tomada de decisão.

Embora sejam trabalhos importantes e representem avanços importantes na

discussão da relação entre política externa brasileira e ideias, os dois trabalhos não parecem abranger nosso problema inicial. Como os grupos que estão no poder utilizam dos arranjos institucionais para transformarem as ideias em política? Quais foram as adequações na estrutura do Estado brasileiro e do Ministério de Relações Exteriores que permitiram que essas ideias se transformassem em políticas?

Vieira (2001), por um lado, não parece lidar com o pressuposto de que as ideias que influenciam a política externa podem ser oriundas de um padrão normativo que não encontra referência dentro do Itamaraty. Por mais que o MRE atue como um “amortecedor” das ideias no cenário político, transformando-as em políticas mais palatáveis e em consonância com os modelos tradicionais, o arcabouço de ideias que influenciaram as políticas de FHC e Lula não nos parecem ter seu local fundador a Casa de Rio Branco.

É possível que possamos ter na política externa de Collor uma referência ao globalismo de Araújo Castro, que a postura de FHC em relação à América Latina reflita a conduta de Rio Branco, ou que se respalde a política externa de Lula em elementos da Política Externa Independente ou do pragmatismo responsável. Por sua vez, como será visto, um mecanismo de legitimação da política externa é relacioná-la com as tradições diplomáticas brasileiras. Por mais que se reafirme, no discurso diplomático, a relação com políticas passadas, muitas vezes essa relação existe mais para justificar tal política, ao invés de ser realmente uma matriz ideacional capaz de influenciar a PEB.

Arbilla (2000), apesar de creditar ao trânsito de indivíduos no poder decisório o triunfo de certas ideias, a nosso ver atribui muito peso ao papel da instituição na seleção das ideias, uma vez que adotamos uma postura mais crítica em relação ao papel autônomo do Itamaraty na formulação da política externa brasileira nos governos FHC e Lula.

Em paralelo à nossa hipótese de que o Itamaraty tenha sido rearranjado de acordo com os ideais políticos provindo dos partidos políticos, em função do acesso desses às instâncias decisórias, defendemos que para realizarem seus projetos, e como forma de legitimação, os grupos buscaram remeter suas orientações de política externa aos princípios da diplomacia brasileira que se aproximassem da postura adotada.

Em suma durante os governos analisados não houve um constrangimento da instituição na seleção das ideias dos atores políticos, como tende a literatura a defender. Pelo contrário, os atores analisados utilizaram da instituição e de seus arranjos para

promover seus projetos políticos, somando a isso, a utilização de elementos institucionais como instrumento de legitimação ou para despolitizar certas escolhas políticas.

A orientação teórica que sustenta nosso argumento passa pelo pressuposto de que os operados da política externa, enquanto grupo político, não operam suas ideias separadamente de seus interesses políticos e do contexto socioeconômico no qual ele está inserido, no sentido de que as ideias não são construções teóricas vagando em um espaço no qual a realidade não impacte nelas, ou seja, ideias não operam em separadas de seus formuladores e quando esses alcançam o espaço decisório institucional, esses detêm o poder para utilizar dos mecanismos institucionais para institucionalizar suas ideias e transformá-las em política.

Para tentar sustentar nossa hipótese, utilizaremos o modelo proposto por Hall (1989) para explicar como as ideias se institucionalizam e impactam na dinâmica política. O modelo permite entender como a configuração do Estado, da sociedade e do ambiente externo permitem o surgimento de novas ideias, ou o seu constrangimento, para que posteriormente seja possível essas se transformarem em decisões políticas.

O objetivo do modelo de Hall (1989) é demonstrar que o poder efetivo das ideias, e seu processo de institucionalização, não pode ser dissociado dos arranjos das instituições e dos diferentes interesses econômicos, políticos e sociais organizados, ou seja, a principal preocupação é analisar como as novas ideias conseguem acesso a estruturas institucionais mais ou menos consolidadas a ponto de alcançar os núcleos decisores e influenciar a política.

O primeiro aspecto, bastante conhecido na Ciência Política, é sobre a orientação partidária no governo e sua capacidade de alterar as instituições de acordo com suas premissas ideológicas, sendo uma das mais conhecidas a relação entre a presença de governos socialdemocratas no governo e a adoção de políticas keynesianas (PRZEWORSKI, 1989; HALL, 1989). Embora Hall (1989) não pretenda estabelecer uma relação causal entre orientação política e determinadas políticas, o autor considera um fator essencial para explicar a maior ou menor receptividade de algumas ideias econômicas em diferentes países a existência ou não de partidos que estejam adeptos a tais políticas.

Esse primeiro ponto se torna crucial para nossa pesquisa, uma vez que acreditamos que, durante o período analisado, a política partidária e suas consequências

para a formação dos quadros decisórios dentro do Itamaraty foram visíveis e, como será demonstrado ao longo da dissertação, impactaram na estrutura institucional e na definição das prioridades da política externa brasileira. Para tal, identificaremos a relação entre o partido ocupante do executivo federal e seu impacto na formação dos quadros decisórios da política externa brasileira, por exemplo, a indicação de ministros, secretários e assessores responsáveis pela produção da política externa brasileira. Esse ponto, na nossa discussão, merece uma atenção especial.

De acordo com Oliveira (2011), salvo melhor juízo, o único argumento a sustentar a especificidade da política externa no campo da tomada de decisão é de cunho normativo, o qual atribui à política externa um estatuto superior às demais esferas das políticas públicas. A política externa tratar-se-ia, nesta linha de argumentação, de política de Estado e, portanto, apartada do jogo de força político partidário. Esta ideia equivale a dizer que política externa não é tema para partidos e sim para um círculo restrito da burocracia central. Substantivamente, contudo, a política externa é um tema no qual as escolhas e decisões são resultantes de disputa de interesses, tal qual qualquer outra política pública (OLIVEIRA, 2011).

No Brasil existe a percepção, quase consensual, de que a política externa não gera benefícios eleitorais, não divide ou polariza a sociedade ou a elite nacional ou, mais importante, que os legisladores ou partidos políticos não alteram o curso da política externa brasileira. Alguns importantes trabalhos nacionais⁷ (LIMA; SANTOS, 2001; ALCÂNTARA, 2001; ALEXANDRE, 2006; DINIZ; RIBEIRO, 2008) defendem a postura de abdicação dos partidos e dos legisladores em relação à política externa no pós-redemocratização. Esses trabalhos poderiam colocar em questão o primeiro ponto do modelo, porém acreditamos que o foco da atuação partidária é que precisa ser revisto. Até agora, a literatura referente à relação entre partidos e política externa somente se voltou para uma face da atuação partidária, o Legislativo, deixando de lado o esforço em estabelecer relações mínimas da ação partidária no Executivo. Baseado na literatura a seguir, acreditamos que analisar a atuação partidária somente pela sua atuação no

⁷ A literatura internacional já produziu alguns estudos sobre a influência dos partidos na tomada de decisão dos governos. Thérien (2000) e Marks *et al.* (2006) são exemplos de trabalhos que avaliaram como as preferências são formadas e como as preferências de legisladores e partidos são mantidas e impactam a tomada de decisão dos governos em temas de política externa.

legislativo pode esconder indícios de novas possibilidades para compreender o papel desses na produção política.

De acordo com Katz e Mair (1994), o Estado adquiriu um papel crescente como elemento regulador da vida e do funcionamento dos partidos, sendo que as experiências de governo vêm ampliando as bases de seu desenvolvimento organizacional através dos recursos produzidos na esfera governamental. Os autores trabalham com a visão dos partidos como organizações constituídas de pelo menos três diferentes “faces”, cada uma das quais interagindo com as demais. Praticamente há uma cisão com o conceito tradicional dos partidos, vistos somente como uma estrutura voltada para a realização dos interesses da base eleitoral.

A primeira face é denominada de “*party in public office*”, a qual inclui a atuação parlamentar no governo e parlamento. A segunda, “*party on the ground*”, agrega a base e o eleitorado em potencial e a terceira, conhecida como “*party in central office*”, se refere a estrutura organizacional interna do partido.

O principal argumento de Katz e Mair (2002) é que apenas o “*party on the ground*” está em declínio, enquanto os recursos do “*party in central office*” e especialmente os do “*party in public office*” estariam sendo fortalecidos. Nesse sentido, deve se repensar o papel do partido político, na esfera governamental, uma vez que os partidos estariam ganhando acesso ao “*public office*” e também a mais recursos e meios alternativos de legitimação. Com isso, os partidos possuem a intenção explícita de influenciar sobre o Estado, cumprindo um papel diferenciado como articulador de coalizões políticas, no sentido que ocupam, ou podem potencialmente ocupar, posições no aparato estatal [e não somente no âmbito eleitoral, ou legislativo] que permitem outorgar direções para as políticas públicas (MEDINA, 2002).

O segundo ponto apresentado por Hall (1989) é a estrutura do Estado e as relações entre Estado e sociedade. O aspecto relevante, de acordo com Tapia e Gomes (2008), é saber quais são as estruturas que recebem fluxos de recomendações, quais são os interesses dos decisores públicos com maior autoridade na formulação de políticas públicas no que diz respeito à dinâmica política e à capacidade técnica para implementar novas ideias em programas e políticas públicas.

Para Hall (1989), devem ser observadas três características da estrutura estatal para explicar a incorporação de novas ideias: 1) a permeabilidade dos funcionários públicos; 2) o grau de concentração do poder sobre as decisões da área; e 3) o poder específico de um órgão ou agência governamental na formulação da política pública.

Segundo Loureiro (2010), historicamente a burocracia tem exercido papel de destaque na formulação e na condução das políticas públicas brasileiras nos períodos autoritários e também nos democráticos, quando, supostamente, tanto os partidos quanto o Legislativo recuperariam sua capacidade de influenciar ou participar das decisões governamentais de forma plena. Em outras palavras, as políticas públicas têm sido historicamente formuladas em arenas decisórias restritas e dominadas por burocratas nas quais os partidos políticos, atores fundamentais de uma ordem democrática, são meros coadjuvantes.

Atualmente, o movimento da burocracia diplomática brasileira está em processo de mudança, especificamente devido a pressões sociais (LIMA, 2000), e compreender como ela se relaciona com a sociedade é de primeira importância, uma vez que tais relações podem corresponder, segundo Hall (1989), a redes institucionalizadas que cumprem a função de organizar os diversos fluxos de informações, de recursos e as pressões entre atores públicos e privados. Como forma de avaliar essa relação, focaremos no processo de abertura do Itamaraty e o novo cenário de participação de novos atores no processo de produção da política externa brasileira.

O terceiro ponto diz respeito à relação entre o discurso político e o grupo de ideias que exercem papel de orientação na formulação política. Na proposição de Hall (1989), esse conjunto de ideias se relaciona com as diferentes visões acerca, por exemplo, do papel do Estado na condução política, econômica e social, as ideias comuns de determinada estrutura social, as quais serviriam de guias para a delimitação de políticas plausíveis e desejáveis pelo grupo detentor do processo decisório. Como lembra o autor, a natureza do discurso político dominante pode trabalhar como um elemento favorável ou desfavorável à introdução de novas ideias e propostas de políticas públicas. Para tal, avaliaremos as principais propostas dos grupos acerca da política externa no período analisado.

Embora tenha uma natureza um tanto quanto diversa, o último⁸ fator do modelo se torna, em função da especificidade da política analisada, de extrema importância para a definição ideacional de determinadas políticas, a saber: o impacto dos eventos externos.

Apesar de suas singularidades, esses eventos parecem ser variáveis intervenientes em termo do modelo explicativo em discussão, uma vez que a política externa é sensível a variações do ambiente internacional e regional e, para além dessa relação aparentemente causal e por vezes fragilizada, nos permite trabalhar com a noção da existência de condicionantes externos, no sentido de uma adaptação ao sistema regional internacional, da formação dos conceitos da política externa brasileira, principalmente aqueles provenientes da estrutura econômica e social.

A partir dessas conclusões, é necessário avaliar se o Itamaraty foi um órgão suscetível a mudanças geradas pelo ambiente socioeconômico e político e se essas mudanças críticas conjunturais impactaram na dinâmica interna de poder. Evidências⁹ demonstraram que, durante os governos FHC e Lula, o Itamaraty foi uma instituição utilizada para promover certos padrões de conduta que se adaptavam às propostas dos grupos no poder. Nos dezesseis anos analisados, encontramos nomeações e exonerações que promoveram ou constrangeram certas ideias, decretos e leis que alteraram o organograma para privilegiar determinadas políticas, transferência ou compartilhamento do poder decisório para outras burocracias em temáticas internacionais.

Isso não quer dizer que transformemos o Itamaraty em apenas uma arena para execução de uma possível política externa influenciada pela disputa política nacional. Como nos lembra Loureiro (2010), afirmar a dependência institucional do poder dos burocratas em relação aos políticos não significa reduzir a burocracia a mero instrumento do Executivo.

Segundo Miliband (1983 *apud* LOUREIRO, 2010), o pressuposto da separação entre o administrativo e o político é uma fórmula jurídica que nos ajuda a compreender o papel e as responsabilidades de cada um desses atores, mas que não descaracteriza o caráter político do papel e da atuação dos burocratas.

O Itamaraty ainda é um *locus* privilegiado, a instituição principal na produção

⁸ Para uma melhor compreensão das diferenças conjunturais e políticas, esse fator será o primeiro a ser trabalhado nos capítulos que propõe a aplicação do modelo.

⁹ Essas evidências serão trabalhadas ao longo da dissertação, principalmente nos últimos capítulos.

e, principalmente, na execução da política externa nacional, mesmo que em razão do processo iniciado com a democratização das políticas e a liberalização econômica, ocorridas então no Brasil no pós-redemocratização, o qual reconfigurou a definição do interesse nacional, esse começou a perder sua autonomia insular na produção da política externa.

Aliado a essa conjuntura, o fato da maior expressão dos assuntos internacionais na vida política brasileira elevou a importância dos assuntos internacionais para a realização dos projetos políticos nacionais e fizeram com que os governantes passassem a se importar mais com a política externa e, nesse sentido, querer utilizar do Itamaraty e da política externa para alcançar seus objetivos. Se anteriormente “*a política externa só dava (ou tira) voto no Burundi*”¹⁰ agora ela começa a importar para o jogo político nacional e, nesse sentido, como ocorre em outras burocracias, os governantes utilizam-na em função de seu projeto político. Em momentos anteriores, era possível estabelecer uma clara divisão entre a política externa e a política doméstica e o papel do Itamaraty como guardião do interesse nacional.

Marcado, principalmente, por um discurso de coesão e consenso interno, o Itamaraty se qualificou como o mais importante celeiro de ideias sobre a política externa brasileira, refletindo, pelo menos nos discursos de seus representantes, um alinhamento com a tradição e com a conservação das linhas tradicionais da PEB, oriundas de ações e premissas anteriores.

Aliado a essa tradição institucional, uma característica marcante do processo de formação da estrutura diplomática nacional foi o caráter insulado que se formou em relação às outras instâncias da sociedade brasileira¹¹, que permitiu, de certa forma, uma estabilidade e um monopólio da política.

Essas duas questões apresentadas nos levam a questionar como novas ideias poderiam adentrar em instituições marcadas pela estabilidade de suas políticas e, principalmente, com um baixo grau de permeabilidade de outras instâncias.

¹⁰ Ulysses Guimarães

¹¹ O processo de formação das tradições e do insulamento burocrático do MRE será trabalhado em capítulo posterior dessa dissertação.

Dunlavy (1994) e Hattam (1994) nos auxiliam nessa questão no momento em que defendem que mudanças no contexto político e socioeconômico, aliadas à emergência de novos atores na dinâmica institucional, podem trazer novos interesses desses atores que buscam, dentro da instituição, conquistar o espaço decisório e perseguir seus interesses.

O novo rearranjo distributivo da política externa brasileira fez com que os novos (e diversos) atores domésticos se preocupassem e fossem mais suscetíveis e ativos na discussão, buscando uma maior articulação de seus interesses com tal política, mudança que afetou o insulamento que desfrutava o Itamaraty. Essa mudança identificada em FHC e Lula deve-se, em última instância, à abertura do Estado e redefinição dos interesses da PEB.

Em decorrência da participação de atores novos no processo de produção da PEB, esses trouxeram consigo novas ideias e interesses, os quais interferiram na produção da política externa. Essas ideias, apesar de refletirem uma condição adaptativa do Brasil ao sistema internacional, também são condicionadas por elementos cognitivos no nível interno e regional, provenientes da estrutura econômica e social, e não somente da arca de tradições do Itamaraty.

Nessa direção, a dissertação pretende demonstrar que a política externa brasileira, especificamente as dos governos FHC e Lula, foram passíveis de influência de fatores ideacionais na sua concepção, refutando alguns pressupostos de que a política externa brasileira seria blindada pelas mudanças de governo e, principalmente, pelas mudanças de orientação ideológicas do governo.

Cabe um breve parêntese sobre o que nossa dissertação não é. Ela não é uma avaliação do impacto ou da influência de ideias em ações externas específicas, mas sim uma busca de compreender como os responsáveis pela formulação da política externa institucionalizam suas ideias no processo de produção da política externa e, conseqüentemente, se refletem na política. Não trabalharemos as ideias somente como *road maps* que condicionam a cognição do decisor. Iremos para além disso.

Ideias serão tratadas como projetos políticos atrelados a grupos sociais que participam do processo político e que adquirem um papel ativo e influente na formação de identidades e preferências da política externa brasileira (MELLO; SILVA, 1998) como resultado do trânsito de indivíduos e grupos que, eventualmente, tem acesso sobre as

esferas de decisão (ARBILLA, 2000) e, principalmente, pela sua institucionalização (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993).

Segundo Meyrav (1998),

Mesmo que o processo de formulação política seja um procedimento no qual os atores buscam maximizar benefícios, a noção do que constitui o interesse nacional é resultado das crenças e ideias dos tomadores de decisão. Embora sejam racionais, seus cálculos são baseados em ideias do que seriam melhores para o Estado e para eles.

Não pretendemos e nem caberia discutir se as ideias que influenciaram a política externa durante os dois governos são provenientes de lógicas sistêmicas ou por fatores do jogo político interno. Não queremos discutir se a política externa é mais sensível a *inputs* externos ou internos. Essa abdicação, no entanto, não nos exige de explicar a fonte e os fatores que geraram os pressupostos ligados a política externa, uma vez que é necessário identificar, por assim dizer, o ambiente de criação e execução dessas ideias. Para tal, demonstraremos como os grupos com acesso a cúpula decisória da política externa utilizaram dos mecanismos institucionais para colocarem em práticas suas propostas políticas.

O capítulo a seguir têm a função de compreender a instituição responsável pela produção da política externa. Primeiramente nos focaremos na discussão sobre o papel da tradição na política externa, importante ferramenta para a construção da legitimidade do discurso na PEB, e em seguida analisar o processo decisório no MRE.

3. COMPREENDENDO O ITAMARATY

“A tradição do Itamaraty é saber se renovar”
Ex-Chanceler Azeredo da Silveira
(*apud* MOURA, 2007)

O capítulo se insere nessa dissertação com o objetivo de entender o funcionamento da instituição responsável pela produção da política externa. O estudo das instituições é marcado pelas análises no processo de formação e sobrevivência institucional, porém, como sugere Francisco (2010), em especial no caso do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, é preciso buscar respostas para compreender como ela se mantém estável e como a instituição lida com mudanças ao longo do tempo.

Na busca de compreender o processo institucional do Itamaraty, o trabalho será focado em duas variáveis, a tradição e o processo decisório. A análise do primeiro objeto visa elucidar como ao longo da história brasileira os decisores buscaram na tradição justificativas para empreender seus projetos políticos, fato que permitiu a sustentação política e, conseqüentemente, a manutenção da instituição, que se projetou como coesa, independentemente das mudanças sociais e políticas.

Ao trazermos o foco para a discussão do papel da tradição para a formação da coesão do Itamaraty, evidenciamos algo que não fora muito salientado pela literatura e que, de certa forma, contradiz a máxima da coesão do pensamento interno da instituição: as disputas existentes dentro da própria instituição em relação às propostas da política externa brasileira.

Em seguida o objetivo é o de compreender o processo de insulamento burocrático do Itamaraty e o processo decisório, considerando o recente processo de abertura e seus impactos para o processo decisório. Nesse ponto buscará demonstrar o papel da cúpula decisória do Itamaraty no processo de institucionalização das ideias em função do seu alto grau de poder decisório, trabalhando com a ideia de que pelo fato do processo decisório ser marcado pela forte centralidade na cúpula decisória (Presidente, Ministro, Secretário Geral, e Assessores) as ideias que sobressaem dentro da burocracia são aquelas vinculadas ao grupo dominante, e que utilizam das ferramentas institucionais para moldar a ação da política externa de acordo com seus projetos.

3.1. O papel da Tradição

Se formos atrás de consensos na literatura sobre o Ministério de Relações Exteriores um que certamente será invocado é o da capacidade de se manter ao longo do tempo como uma unidade coesa, coerente e com uma estabilidade institucional como poucas burocracias nacionais. O grande trunfo, a nosso ver, dessa capacidade institucional do Itamaraty de perdurar como estrutura coesa, sustentando uma identidade ao longo de vários regimes e sistemas políticos nacionais é a força e o papel político e social da tradição.

O adjetivo tradicional, de acordo com Mariano (2007), reforça o reconhecimento de que a ação diplomática brasileira é singular, e ao mesmo tempo, dotada de padrão geral capaz de se ajustar as circunstâncias dominantes da época, adaptação que contribui para a continuidade e para a maior previsibilidade da política externa.

Em decorrência o Itamaraty mantém sua coesão, estabilidade e identidade não somente através da atualização de símbolos, signos e ritos, mas também pela criação e manutenção de um conjunto de ideias que por consequência permitem que a instituição apresente uma memória institucional, a qual é constantemente renovada e reutilizada de inúmeras maneiras. (BUERE, 2011)

Muitas vezes em função de se projetar como uma instituição coesa, o MRE procura ocultar suas divisões internas, deixando-as cair em esquecimento institucional. Porém o processo de consolidação de uma tradição “vencedora” não se constrói sem os embates políticos característicos de uma instituição que agrega interesses e projetos múltiplos.

O que confere a coesão é em grande parte a reafirmação da tradição, por isso o processo de produção das tradições, e seu uso como justificativa política não deve ser tratado sem perceber o caráter político por de trás das ações de construção institucional, mas pelo contrário,

a definição do que se lembrará e o que se esquecerá é feita no meio das lutas

políticas acerca de qual deverá ser o caráter da instituição, o que deverá ser destacado, resgatado, modificado ou renegado. E esta atividade tem relação direta com a complexidade da instituição que a produz; assim, quanto mais hierarquizada e competitiva, mais essa memória retornará aos pais fundadores e aos heróis da fundação - de fato ou simbólicos - da instituição. É, portanto, com base em projetos políticos do presente – que, por sua vez, estão relacionados com as barganhas políticas contemporâneas - que as memórias e, com elas, as identidades são construídas. (FRANCISCO, 2010, p.20)

O processo de construção da imagem do Ministério, nesse sentido, pode ser pensado como um processo baseado em uma dicotomia, a saber: fortalecimento do projeto dominante, e esquecimento do projeto concorrente. Como sugere Douglas (1998),

as instituições criam lugares sombreados no qual nada pode ser visto e nenhuma pergunta pode ser feita. (...) A história surge como uma forma não-intencional, como resultado de práticas direcionadas a fins imediatos, práticos” (DOUGLAS, 1998, p.76)

Os relatos de Almeida (2008) permitem ilustrar os grandes embates de interesses que estiveram presentes no MRE, os quais reverberavam os grandes conflitos de interesses da sociedade e do Estado brasileiro. Segundo o diplomata, dentro da história do Itamaraty sempre houve confrontos de ideias e de acomodações pragmáticas entre os partidários de diferentes correntes de opinião que perpassam e dividem a agência diplomática, como de resto sempre foi o caso com diversas outras instituições do Estado e com a própria sociedade brasileira.

Embates dicotômicos não foram raros na moderna história brasileira, colocando pessoas e grupos que defendiam posições antagônicas na agenda política em confronto direto, redistribuindo cartas nos jogos de poder que inevitavelmente acompanham esses enfrentamentos e provocando cisões na elite – e apenas na elite – como resultado desses confrontos, de resto mais ruidosos do que verdadeiramente ruinosos, mais ideológicos do que materiais, num país bem mais propenso à conciliação do que à ruptura.

A tradição brasileira em política externa se consolidou, e foi construída ao longo de um longo processo histórico, em duas linhas principais, pelo fortalecimento da memória institucional pelo próprio Itamaraty, que durante a história foi responsável pela mitificação de criação de personagens e mitos influentes na ação diplomática brasileira, e pela própria retificação por parte da academia desses preceitos tradicionais, a qual muitas vezes busca explicar os acontecimentos internacionais, e a política externa nacional por meio dos grandes padrões de regularidades e comportamento.

Para Francisco (2010, p.11) é a tradição que mantém a coesão e a unidade do Itamaraty, que [teoricamente] confere uniformidade ao pensamento e a formação de seus membros, e muitas vezes, é também a tradição que explica os rumos e as decisões da política externa brasileira.

Entretanto, qual seria o papel da tradição diplomática nas disputas e nos discursos políticos relacionados à temática? Trabalhando com a hipótese a seguir tentaremos apontar algumas reflexões sobre o tema: durante os quase duzentos anos da história diplomática brasileira a tradição é utilizada de duas formas bem distintas, a depender dos interesses de apropriação dos grupos em disputa. Por um lado, quando apropriada por aqueles que compõem o governo a tradição serve como recurso para despolitização da política externa brasileira, ao servir de elemento justificador das escolhas políticas. Pelo outro lado, e em contrapartida os grupos de oposição recorrem à tradição e ao questionamento da sua permanência nas escolhas políticas para politizar as escolhas internacionais do governo, nesse sentido, politizar a tradição serve como mecanismo de contestação política.

3.1.1. A Formação da Tradição

O Itamaraty em seus primórdios, fora o lugar da grande elite intelectual brasileira, sendo o lócus da “aristocracia republicana” (BELÉM LOPES, 2011), no qual foram “preferidos os bacharéis formados nos cursos jurídicos do império, e os graduados em academias ou universidades estrangeiras, que mais versados se mostrarem em línguas” (SOARES, 1984).

Essas peculiaridades permitiram que a Casa de Rio Branco se confirmasse como um local de destaque dentro da estrutura política nacional, o que de acordo com Belém Lopes (2011) permitiu que os membros da elite *bien pensant* brasileira do século XIX tivessem sido autorizados (ou se sentissem credenciados) a interpretar o interesse nacional (isto é, o que se entendia por “bem comum”) em nome da coletividade pátria, tendo por parâmetros os próprios padrões intelectuais e morais, individuais e coletivos.

A construção da memória institucional itamaratiana, pode ser pensada como a estratégia fundadora dessa tradição. Goffredo Jr. (2010), utilizando das premissas de Cheibub (1984) argumenta que

devido ao alto grau de profissionalismo e ao *esprit de corps* dos diplomatas, coube a eles tomar a liderança no que se refere não apenas à execução, mas também à formulação da política exterior do país durante quase todo o período republicano. Surge então a categoria dos “operadores/formuladores” que dialogam com elementos da “tradição” para conceber a política externa do país de acordo com as contingências do momento histórico em que vivem. Não raro, esses indivíduos vão buscar nos princípios históricos da diplomacia o sustento para dar legitimidade à posição brasileira. (GOFFREDO Jr., 2000, p. 95)

O modelo de construção da memória institucional invocada pela política externa se aproxima das concepções Eric Hobsbawn (1997) sobre o processo de formação das tradições, no qual as tradições surgem e se estabelecem na vida pública através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado

Em concordância com Francisco (2010), os exemplos apontam para fato de que a tradição pode atuar tanto como conceito no discurso político quanto como categoria analítica. Como é sugerido, as tradições da política são tradições inventadas, para utilizar o termo de Hobsbawn (1997), porém, o processo de consolidação da tradição “itamaratiana” deve ser pensada como um processo de resgate de certas tradições, os seja, a justificativa de projetos podem remeter as “forças profundas” (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967) que regem a política externa, na busca pela legitimidade necessária para ser colocada em prática.

Segundo Francisco (2010) as “forças profundas” têm o potencial, assim, de tornar-se uma categoria analítica justificadora da leitura da história da política exterior brasileira como um sistema baseado em padrões de generalizações que comportam permanência e rupturas. De acordo com a autora, a ação do Itamaraty, desde a sua fundação pode ser caracterizada pelo distanciamento ou pela aproximação na leitura do que propõe tal força profunda pelos homens de Estado e membros da instituição diplomática, o que possibilita o resgate e a defesa de projetos políticos, os quais adquirem status de atemporalidade e de ausência de contingência quando inseridos numa narrativa pautada pela ação das forças profundas sobre os homens e por sua organização das dinâmicas históricas.

Dentro dessa lógica, trabalharemos com o pressuposto de que a política externa brasileira foi formada como resultado de um processo de construção de tradições diplomáticas ao longo da história imperial e republicana. A forte tradição da política externa explicitada na figura do Barão de Rio Branco e das medidas de coesão institucional do Ministério, construídas sob os princípios basilares da política interna brasileira do século XIX, formaram ao longo da república a imagem de coesão do Ministério, essa sendo projetada para a sociedade.

Ao trazermos o foco para a discussão do papel da tradição para a formação da coesão do Itamaraty, evidenciamos algo que não fora muito salientado pela literatura, e que de certa forma contradiz a máxima da coesão do pensamento interno da instituição: as disputas existentes dentro da própria instituição em relação às propostas da política externa brasileira.

Cabe perceber que a despeito da projeção de fortes amarras institucionais na história brasileira as disputas internas existiram no MRE, e nesse sentido buscaremos a resposta para a existência de diferentes projetos existentes na própria instituição. Partimos, portanto, do pressuposto de que embora sejam fortes as tradições, seus padrões de recorrência e seus mecanismos de institucionalização, essas não impedem que o pensamento acerca da política externa brasileira seja coeso e unitário.

Acreditamos que os elementos tradicionais que o Itamaraty consegue manter como tradição da política externa, são reconstruídos ao longo da história e utilizados com diferentes propósitos sobre a inserção internacional do país, diferenças essas formuladas em função do acesso ao poder decisório por diferentes projetos políticos, e em consequência pela utilização dos constrangimentos institucionais.

3.1.2. Consolidação da Tradição no MRE

Para compreender como as tradições diplomáticas se consolidaram é necessário invocarmos as práticas e ritos, que foram responsáveis por tornar o Itamaraty um suposto exemplo de coesão. Foquemos inicialmente na visão mais antropológica da consolidação

das tradições itamaratianas. A análise dos rituais e práticas do Itamaraty nos permite ter uma visão privilegiada do processo de construção de tradições, dado que o domínio dos rituais de uma instituição permite a penetração “no cultural de uma sociedade, na sua ideologia dominante e no seu sistema de valores” (DaMatta, 1997, p.29)

Como elucida DaMatta (1997), o domínio dos ritos e das formulas que inventam e sustentam personagens culturais é a esfera daquilo que gostaríamos que estivesse situado ao longo ou mesmo fora do tempo, devido a tal, os rituais servem, sobretudo em uma sociedade complexa, para promover a identidade social e promover seu caráter

Segundo Moura (2007) o corpo diplomático brasileiro é uma coletividade que se define em termos profissionais através da noção de carreira e de categoria funcional, e um grupo de status que se distingue por um *ethos* e uma visão de mundo compartilhado. A auto representação do grupo é feita através de imagens que remetem à formação de um parentesco “diplomático, na qual a coletividade dos diplomatas se pensa através das metáforas biológicas, de parentesco e de relações domésticas, e a grande imagem que remete ao patriarca e patrono da Casa é o Barão de Rio Branco.” (MOURA,2007)

Para pensarmos Rio Branco hoje, é necessário termos em conta que esse nome é o principal recurso simbólico através do qual os diplomatas brasileiros pensam suas carreiras, sua instituição e a relação destas duas com a construção nacional. Rio Branco está presente em forma de bustos espalhados pelo Palácio Itamaraty em Brasília e no Rio, dá nome à ordem honorífica da diplomacia brasileira, empresta seu aniversário ao Dia do Diplomata, quando, após o Hino Nacional, se toca o Dobrado de Rio Branco, nomeia o Instituto responsável pela formação dos diplomatas brasileiros e, finalmente, intitula a própria instituição, que se autodenomina Casa de Rio Branco, em uma metáfora que invoca relações de parentesco dinásticas. Rio Branco é, assim, sinônimo da tradição na diplomacia brasileira, que se distingue por um *ethos* específico (MOURA, 2000, p. 82)

A invenção das tradições (HOBBSAWN, 1997) diplomáticas brasileiras foi baseada, segundo Moura (2000; 2007) na reprodução dos mitos, rituais, padrões de socialização da vida e da carreira diplomática, associada sempre a figura de Rio Branco, os quais procuraram consolidar a figura do personagem como o marco fundador da linhagem diplomática.

O interessante é perceber como as tentativas de relacionar a tradição à figura de Rio Branco são utilizadas pela burocracia para a manutenção da tradição de coesão interna

e do caráter central na produção política. Para tal, são utilizados dois mecanismos, a reprodução via biografias do caráter mítico do personagem, e a sua associação ao legado do modo de produção da política externa.

As palavras do chanceler Fernando Henrique Cardoso, em discurso nas comemorações do Dia do Diplomata reforçam a ideia.

[Esta] cerimônia traz, como qualquer ritual, conotações de tradição e renovação. Tradição, porque a diplomacia está ancorada na história. Nutre-se de ensinamentos do passado e da experiência de tantos servidores que engrandeceram o seu nome, muito deles ilustres homens públicos e estadistas, a começar por aquele que é seu patrono, Rio Branco (CARDOSO, 1993)

A narrativa mítica em torno do Barão de Rio Branco é geralmente fundada em torno da sua representação como um emblema de uma coletividade, materializado em estátuas e medalhas que acabam sendo portadoras de certa sacralidade, mas que encontra nas biografias a principal fonte de “mitificação”. (MOURA, 2000)

As narrativas biográficas, segundo Moura (2000), são importantes ferramentas da construção do caráter impenetrável da personalidade do mito, na qual é retratado o personagem como possuidor de uma trajetória única passível de ser biografada, principalmente a partir de sua carreira profissional. De acordo com Velho (1994 *apud* MOURA, 2000)

a trajetória do indivíduo passa a ter um significado crucial como elemento não mais contido mas constituidor da sociedade.[na qual] (...) carreira, biografia e trajetória constituem noções que fazem sentido a partir da eleição lenta e progressiva que transforma o indivíduo biológico em valor básico da sociedade ocidental moderna. (VELHO, 1994 *apud* MOURA, 2000, p. 83)

Essa narrativa de consolidação da figura de Rio Branco compreende, segundo Francisco (2010) uma série de manifestações com o fim de consolidar esse personagem como o início da árvore genealógica da “família” Itamaraty, no qual se ressalta o papel estadista de Rio Branco, afinal essa narrativa se constrói principalmente na ideia de que o Barão foi além do que se esperava de um executor, ele conseguiu visualizar e atingir os interesses nacionais e realizá-los sem participar do ambiente auto-interessado da política interna, sem participar das disputas políticas e jogo de interesses, feito compreensível porque o Barão foi um retraído político e um homem de estudo.

Essa construção institucional remete, e reforça a definição dos diplomatas como os detentores legítimos da definição do interesse nacional, e do caráter central do Itamaraty na formulação da política externa. A herança que Rio Branco deixou aos seus discípulos teria sido o legado de como se fazer política externa, o qual se definiria com uma aproximação indiscutível com as práticas imperiais de se fazer política. Segundo Francisco (2010) o legado se caracterizaria por

não permitir que esta se transforme em uma função das ambições e interesses particulares e não subordinar o Ministério das Relações Exteriores a mudanças de presidentes, com o objetivo único de trabalhar para consolidar os interesses maiores do Estado brasileiro. (FRANCISCO, 2010, p. 72)

Para além da manutenção do *modus* de produção, a narrativa em torno do Barão evidencia a construção da coesão interna, uma vez que o legado dele será sempre recontado e, assim, atualizado a partir de uma perspectiva interessada em determinado enquadramento de uma de suas faces, na qual o questionamento da figura e dos seus atos remete a uma postura iconoclasta (ALMEIDA, 1996; FRANCISCO, 2010).

Francisco (2010) nos ajuda a evidenciar uma parte da nossa hipótese – a da tradição como ferramenta de legitimidade política, ao defender que a tradição em torno de Rio Branco apresenta um caráter múltiplo - monarquista, diplomata, intelectual, chanceler, estadista o qual permite ser caracterizado de acordo com a versão da história que se quer contar, mantendo sua atualidade.

Ainda Francisco (2010) postula que a “atualidade” do modelo supostamente desenvolvido pelo Barão é construída pelos atores que têm poder sobre o processo de elaboração da memória institucional do Itamaraty, do qual o personagem Barão do Rio Branco é certamente o protagonista do enredo a ser transmitido como “tradição” o que permite, por exemplo, associar opções de política externa a imagem do Barão, como ferramenta de legitimação, uma vez que esse representa na sua essência a precedência do estadista, e toda representação que se constrói por trás do conceito, em relação ao político

Rio Branco, de fato, ajudou a consolidar as tradições da política externa brasileira, principalmente o pacifismo, o juridicismo, a igualdade jurídica entre os Estados e a preferência americana. A importância dele permitiu que tais práticas fossem incorporadas ao acervo permanente, conferindo segundo Mello e Silva (1995) “um traço de continuidade

e coerência sempre invocado pelo Itamaraty como um trunfo em sua atuação internacional” (MELLO E SILVA, 1999, p.98)

3.1.3. As duas faces da tradição

Após uma breve explicação do processo de formação das tradições diplomáticas brasileira, cabe agora demonstrar o seu uso político ao longo da história diplomática brasileira, recaindo o foco principal nos debates pós- 88. Apresentaremos a seguir trechos de discursos, opiniões e documentos que demonstram o caráter dúbio das tradições. Tentaremos na medida do possível situar as discussões na conjuntura da política externa.

O interessante é perceber que a utilização do questionamento as tradições como instrumento político não é recente. Ao assumir a chancelaria brasileira, Barão de Rio Branco, o *founding father* da diplomacia nacional, teve seus atos questionados em razão da tradição. De acordo com Cheibub (1984), particularmente em razão das suas discordâncias com o Visconde de Cabo Frio, Rio Branco alterou a hierarquia organizacional do MRE, mudança que alterou toda a estrutura de trabalho na Secretária de Estado e centralizou toda a administração em torno de sua pessoa de um ministério.

Anteriormente à gestão Rio Branco, o principal cargo da diplomacia brasileira (CHEIBUB, 1984) estava na função de Diretor Geral da Secretaria de Estado, cargo que tinha na figura de Cabo Frio a manutenção da tradição diplomática imperial, servindo de balança para as frequentes mudanças de Ministros. Com a ascensão de Rio Branco ao cargo de Ministro, a função de Diretor Geral se enfraqueceu, em contrapartida, o Gabinete do Ministro passou a ser o principal órgão decisor, o qual era personificado na figura centralizadora de Rio Branco.

À época as atitudes de Barão de Rio Branco foram questionadas pelos chefes de Seções, que se mostravam contrários às propostas, que no entender desses a postura de Rio Branco representava “a tendência cada vez mais acentuada, da quebra de uns tantos usos e costumes, desmoronando-se pela aparente desordem dos métodos de trabalho e de agir do Barão, ferindo o “tabu de” ritos e tradições” (AMARAL apud CHEIBUB, 1984, p.45, grifo

do autor).

No seu segundo governo, Getúlio Vargas no intuito de justificar sua aliança militar com os Estados Unidos na década de cinquenta, também buscou legitimar suas ações na tradição, dizendo “(...) que a nossa tradição histórica e os nossos interesses políticos e econômicos nos movem hoje, como nos moveram sempre, a uma política de estreita colaboração com os Estados Unidos da América (VARGAS, 1952, p.2)

Afonso Arinos e San Tiago Dantas também não abriram mão de invocar as tradições diplomáticas brasileiras. Ambos reafirmavam o respeito às tradições, e Afonso Arinos ensaiava, baseando-se nessas, indícios de mudanças.

Tradição nós não a rejeitamos, porque lhe conhecemos o sentido e a significação. Ao contrário do conservadorismo, tradição quer dizer, na acepção latina, entrega sucessiva, passagem periódica. Tradição não quer dizer estagnação num período, quer dizer depósito temporário e sucessivo. Honro a tradição do Itamarati, para declarar, explicitamente, que o Itamarati é uma casa de tradição (FRANCO apud MELLO FRANCO FILHO, 2001, p.144, grifo nosso)

Tais ideias, vitoriosas nesta casa e apresentadas pela diplomacia brasileira em todas as oportunidades em que lhe têm sido confiadas missões, são também as ideias do novo governo de gabinete, que especificamente decidiu reafirmar a continuidade da sua linha política dentro da melhor tradição da democracia brasileira fiel aos nossos ideais, às nossas tradições cristãs, a todos esses valores que formaram a nossa civilização e em defesa dos quais desejamos participar da vida internacional, provocando-os, defendendo-os, levando-os a todos os povos pelo valor intrínseco que neles se contém.(...) É o privilégio de uma chancelaria, atingida a maturidade dos seus métodos e a plena definição dos seus objetivos, impor-se ao homem público que é chamado eventualmente a dirigi-la. Aqui venho para ser um intérprete e um servidor dessa tradição (DANTAS, 1961, p. 159, grifo nosso)

Mesmo com a reversão de modelo estatal, durante o governo Collor o discurso da política externa também buscou nas tradições diplomáticas base para suas escolhas. Em entrevista a Casarões (2011), por sua vez, o ex-chanceler Francisco Rezek afirma o respeito às tradições da inserção internacional brasileira, especialmente o primado do direito, que segundo o chanceler se manteve. Nas suas palavras

eu estava convencido de que na sua frente de política exterior, o Brasil, desde a proclamação da República, ou antes, possivelmente desde a formação do Império, havia guardado fidelidade à ideia do primado do direito nas relações internacionais. Isso nunca mudou. Nunca se abalou em nenhuma circunstância, no regime civil ou no regime militar, (...) Então veja (...), eu assumo a chancelaria do governo Collor, tendo como diretriz dele apenas a fidelidade a

aquilo que havia de melhor na nossa política externa e à abertura (REZEK apud CASARÕES, 2011, p. 143, grifo nosso)

Como salientado anteriormente, o final dos anos 80 início dos 90 foi marcado no campo da política externa brasileira com a mudança no seu padrão de condução com a escolha do neoliberalismo como matriz ideológica, a qual segundo Cervo (2002),

não se trata de uma leviandade mental, mas de uma convicção profundamente arraigada na mentalidade de dirigentes brasileiros, capaz de provocar: a) o *revisonismo histórico e a condenação das estratégias internacionais do passado*; (...) Desistindo de fazer política internacional própria, o Brasil aplicou as duas gerações de reformas sugeridas pelo chamado Consenso de Washington. (CERVO, 2002, p.8, grifo nosso)

Para Bernal-Meza (2002)

Em síntese, *a política exterior brasileira foi se adaptando aos novos condicionamentos e cedendo a determinadas pressões que implicaram mudanças em alguns elementos de sua tradição*, como é o caso da adesão ao princípio de “não intervenção” ou a incorporação de temas da agenda internacional que haviam sido rejeitados no passado, como os direitos humanos, meio ambiente, a mudança de posição relativa à abertura de novas rodadas de negociação comercial no GATT e a estratégia de reforçar o apoio ao Conselho de Segurança da ONU, abandonando sua tradicional política passiva e opositora, posição que tinha se baseado em uma interpretação crítica a respeito dos processos decisórios da organização. (BERNAL-MEZA, 2002, p.61, grifo nosso)

Lafer (2001), na condição de chanceler do governo FHC justificou a reorientação da política externa para o sul da América no governo Fernando Henrique

em função de sua geografia, de sua experiência histórica e da linha de continuidade de sua ação diplomática o Brasil está à vontade e em casa com o componente sul-americano de sua identidade internacional, que é uma “*força profunda*”, de natureza positiva, na sua política externa (LAFER, 2001, p.62, grifo nosso)

Cardoso por sua vez justifica a escolha sul-americana com a convicção de que o

Brasil

parece ter compreendido que o seu projeto de desenvolvimento depende fundamentalmente, no plano externo, da rede de ligações que ele soube tecer em razão da sua identidade mais evidente, a sua sul-americanidade— em outras

palavras, que o seu devenir está em função do seu ser e que esse ser não poderia se reduzir a uma identidade amorfa com o Terceiro Mundo ou com a “América Latina”. *Para isso, a diplomacia desempenhou o seu papel, mantendo a tradição*: o Brasil, criação da diplomacia, fica um pouco mais próximo de garantir o seu futuro graças a uma tomada de consciência ontológica que foi em parte uma reinvenção diplomática. (CARDOSO *apud* DANESE, 2001, p.68, grifo nosso)

A política externa lulista também foi símbolo da utilização da tradição para os dois movimentos. Segundo Lafer (2009)

A política externa tende a ser, no Brasil e em outras nações, uma política de Estado, e não de governo ou de partido - como vem ocorrendo na Presidência Lula -, *em função de certas regularidades da inserção internacional de um país*. Essas regularidades contribuem para dar, com as adaptações devidas à mudança das circunstâncias, uma dimensão de continuidade à ação diplomática *No caso do Brasil são exemplos esclarecedores de regularidades*: a localização geográfica na América do Sul; a menor proximidade dos focos de tensão presentes no cenário internacional; a escala continental que dá relevância ao nosso país na vida internacional; a importância de um pacífico relacionamento com dez vizinhos; a natureza do contexto regional latino-americano, que é distinto de outros; os cuidados no gerenciamento da forte presença dos EUA nas Américas e no mundo; as realidades das assimetrias de poder; o desafio do desenvolvimento. (LAFER, 2009, p. A2 grifo nosso)

Segundo Cardoso as relações exteriores brasileiras

sempre foram *orientadas por valores e estiveram intransigentemente fincadas no terreno do interesse nacional*. A demagogia presidencial não passa de surto de ego deslumbrado, que desrespeita os fatos e mesmo a dignidade do país. Com exceção dos flertes com o totalitarismo europeu durante o Estado Novo, sempre nos orientamos pela defesa dos valores democráticos, pela busca da paz entre as nações, por sua igualdade jurídica e pela defesa de nossos interesses econômicos. (CARDOSO 2010, p.1, grifo nosso)

Em contrapartida, o Assessor Internacional do Brasil Marco Aurélio Garcia justifica que

a política externa do governo Lula e da nova presidenta resgatou valores que inspiraram os grandes momentos de nossa tradição diplomática: o respeito à soberania nacional e a não intervenção nos assuntos internos de outros países, a luta pela paz e pela solução política de conflitos, a defesa da democracia e dos direitos humanos, o multilateralismo. A essa agenda foram acrescentados (ou nela enfatizados) temas como o do combate à fome e à exclusão social no mundo, o que implicou a defesa de uma ordem econômica global mais justa. (GARCIA, 2011, p.2, grifo nosso)

Amorim e Feldman (2011) buscam na reafirmação das tradições legitimar a

política externa do Governo Lula, segundo os diplomatas,

Na orientação geral e na determinação e intensidade com que seus objetivos foram perseguidos, nossa diplomacia retomou sua ênfase em autonomia e pluralismo. (...) . À medida que o governo passou das enunciações iniciais para ações concretas, a atitude e o escopo da diplomacia revelaram *elementos da linhagem consolidada por Rui Barbosa e San Tiago Dantas*.(AMORIM e FELDMAN, 2011, p. 283, grifo nosso)

Como tentado demonstrar, as grandes discussões sobre a política sempre buscaram se respaldar na busca recorrente das tradições nacionais, fato que por si só não nos permite concluir que exista no Itamaraty somente uma tradição. Essa não implica unidade de pensamento, visto que a tradição pode englobar (e sempre engloba) mais de uma "corrente" ou forma de leitura da realidade. O problema está para além desse questionamento. Embora possamos encontrar no processo de construção da memória institucional certos padrões de regularidade, ao longo da história nacional os mesmos indícios tradicionais, nos levam a crer que a tradição não é utilizada da mesma forma por aqueles que participam das discussões da PEB.

3.1.4. Breves Conclusões: Para o bem e para o mal

Nossas conclusões perpassam as de Francisco (2010) que defende que a ideia de tradição, enquanto parte da dinâmica de produção e atualização da memória institucional, contribui para que a história produzida a partir do Itamaraty seja percebida como a principal vertente de uma história da política externa brasileira, na qual a importância se estende dos mitos fundacionais remetidos à Primeira República, até o debate político contemporâneo em que a ideia de tradição é manipulada.

Concordamos também com Garcia (2011), o qual defende que a política externa, como toda política, sempre dividiu e divide uma sociedade, salvo em momentos muito especiais, como os de graves ameaças forâneas. Isso porque a política externa – como a econômica, a social e tantas outras – expressa interesses sociais e políticos distintos, e percepções culturais diversas.

A tradição na política externa atende aos dois lados da disputa política. Com a tentativa de reafirmar ou enfraquecer a escolha política a tradição é colocada em discussão. Cabe salientar que acreditamos que a história da política externa foi escrita de acordo com os interesses dos grupos que possuem o poder decisório, e esses valores e ideias são reformulados e renovados, na melhor tradição itamaratiana para responder aos anseios desses projetos.

Nesse sentido a observação permite concluir que aqueles que buscaram interferir no debate da política via utilização das tradições, o fez de acordo com seus propósitos políticos dentro de duas chaves possíveis. A tradição diplomática foi utilizada tanto para defender quanto para atacar.

Quando utilizada para defender opções políticas, a política externa foi baseada em um discurso tradicionalista com a intenção, a nosso ver, de despolitizar um possível debate em torno da questão. A justificativa dos movimentos políticos, mesmo os de mudança, sempre estiveram bem assentados em discursos tradicionalistas, vide o discurso dos chanceleres da Política Externa Independente, na adoção do neoliberalismo, e durante o governo Lula.

Pelo outro lado, quando grupos contrários à política externa colocada em prática buscam o seu questionamento, esses em geral invocam o discurso do não respeito às tradições por parte do governo, ou seja, é também pela politização da tradição que os grupos opositores conseguem participar da discussão da política externa brasileira.

Nada mais simples e lógico do que acreditar que mesmo que o Itamaraty projete uma tradição una, o que percebemos é a existência de, se não várias tradições, ao menos a utilização de alguns princípios tradicionais em detrimento de outros.

Acreditamos que essa diversidade do uso da tradição está para além de uma avaliação valorativa ou moral, ela representaria um forte indicador de democratização do debate em torno da política externa, no qual, cada grupo tenta demonstrar seu grau de descontentamento ou de tolerância em relação à política externa brasileira.

3.2. O Processo Decisório

3.2.1. O Papel da Burocracia

Compreender o papel político das burocracias nos leva a inevitável necessidade de dialogar com a discussão conceitual do termo que consideram o padrão decisório estritamente técnico, cujas funções seriam somente objetivando implementar políticas.

Para Peters (2008), os termos burocracia e política pública têm sido empregados, no meio acadêmico, como abordagens antitéticas no provimento da governança na sociedade. Assim, se por um lado as burocracias são tipicamente caracterizadas como um instrumento necessário para a eficiência de programas na administração pública, essas são também consideradas como legalistas e indiferentes às demandas do cidadão. Em decorrência as burocracias são geralmente associadas a formas hierárquicas – e até mesmo autoritárias – de governança, apesar de desde sua institucionalização terem buscado a garantia da igualdade entre os cidadãos.

A promoção da estrutura burocrática na composição dos governos está intimamente relacionada com a expansão quantitativa e qualitativa das funções administrativas tanto na esfera pública quanto na privada, cada vez mais dependentes da burocracia em seus quadros de pessoal (TORRES, 2004). Segundo o autor

Geralmente, os governantes se esforçam por fortalecer a burocracia pública na medida em que esse processo lhes aumenta os poderes políticos, uma vez que maiores recursos materiais, humanos e financeiros estão disponíveis. Assim, decisões sobre investimentos, compras governamentais e gerenciamento de recursos humanos e financeiros possibilitam maiores recursos políticos para os governantes, que naturalmente tudo fazem para que esses elementos de barganha sejam cada vez mais significativos (TORRES, 2004, p. 24).

Conforme pontua Peters (1995), a soma dos elementos qualitativos e quantitativos faz dos burocratas atores capazes não apenas de moldar as técnicas, mas também políticas consideradas por eles como viáveis, pois essas organizações possuem metas próprias e podem não aceitar ofuscando ou atrasando a implementação das metas delegadas pelos seus superiores políticos.

Nesse sentido, como lembra Figueira (2009) além dos aspectos que tornam a burocracia um importante ator a ser considerado no processo político, os administradores públicos também gozam de algumas vantagens em relação aos políticos, em virtude essencialmente de sua estabilidade e permanência nos cargos, sendo que os políticos passam na maioria das vezes o seu mandato realizando ações que visam, sobretudo, garantir sua reeleição, o que os tornam muito vulneráveis às pressões domésticas. Por outro lado, as burocracias também estão submetidas às instituições políticas que possuem o poder necessário para a regulamentação de suas funções, além de terem o controle sobre a distribuição orçamentária do Estado, determinando, a seu critério, a distribuição financeira entre as burocracias, podendo ora destinar muita verba e, com isso, valorizar o trabalho e as políticas desenvolvidas por uma burocracia, ora pode diminuir seu orçamento e consequentemente suas funções e importância dentro do governo.

A proliferação da burocracia pública se deu igualmente em órgãos governamentais ligados à formulação e implementação da política externa. Atualmente, todo sistema moderno de Estado requer um corpo burocrático especializado na composição de suas embaixadas, suas forças armadas, para a avaliação e manuseio das intermináveis informações provenientes das relações internacionais contemporâneas (HILL, 2003).

Sendo assim, os organismos de política externa têm auferido um amplo reconhecimento pelos estudiosos dessa área nos últimos anos, que passaram a enxergar os burocratas/quadros de pessoal como atores relevantes no processo político.

A principal referência em pensar o papel político da burocracia principalmente nas decisões ligadas aos temas da política internacional e externa são os modelos burocráticos de Allison (1971), especialmente o modelo III¹², o qual compreende o papel político da burocracia.

Segundo Figueira (2009) a caracterização da burocracia como um ator político, presente no modelo III de Allison, remete-nos a um debate que vem sendo travado por grande parte dos analistas de política externa que problematizam qual o real papel da burocracia no processo de tomada de decisão, considerando a dinâmica do Estado contemporâneo e quais os mecanismos de controle democrático existem sobre esses atores,

¹² Para a compreensão dos outros dois tipos de modelos ver Allison (1969, 1971)

uma vez que são administradores públicos que assumem o cargo por competência técnica, estando aquém do controle do eleitorado.

De acordo com o modelo III a ação governamental não é escolhida por um indivíduo qualquer. A maioria dos resultados emerge da barganha entre jogadores, os quais compreendem de maneira distinta um tema e muitas vezes diferem sobre qual ação deve ser tomada. Assim, as ações raramente decorrem de uma doutrina em que todos concordam. (ALLISON, 1971). Nessas condições, as decisões ou ações governamentais emergem enquanto uma mistura de várias ações individuais, resultados de jogos menores e maiores e de entraves nas tomadas de decisão (ALLISON, 1969). Diante disso, se um Estado tiver executado uma determinada ação, essa terá sido “resultado de negociação entre indivíduos e grupos dentro do governo”

Conforme Neack, Hey e Haey (1995) o modelo III de Allison pode ser analisado pela metáfora de um “jogo” de políticas intra-nacionais, constituído por oficiais de alto escalão de governo, na medida em que esse modelo “retrata a política externa como resultado das manobras e obrigações dos tomadores de decisão, que interagem frequentemente, se conhecem bem e possuem crenças distintas sobre a política”

Ainda para os atores a noção de interesse nacional, no Modelo III, não é dada e nem pode ser considerada a partir da perspectiva de um único ator como tomador de decisão ou como resultante de processos organizacionais. Essa é definida através de processos de barganha entre burocratas/tomadores de decisão inseridos em um ambiente governamental competitivo. Apesar de esses processos serem muitas vezes guiados por visões políticas consistentes, outros fatores ligados à motivação do indivíduo são frequentemente inseridos na barganha, tais como: avanço na carreira, prestígio, ou desejo de poder pessoal. (ALLISON, 1971)

Nessas condições, as decisões ou ações governamentais emergem enquanto uma mistura de várias ações individuais, resultados de jogos menores e maiores e de entraves nas tomadas de decisão. Diante disso, se um Estado tiver executado uma determinada ação, essa terá sido “resultado de negociação entre indivíduos e grupos dentro do governo” (ALLISON, 1969)

A afirmação de Allison de que a “a maneira como você se posiciona depende de onde você se senta” (ALLISON, 1971, p.176) representa que a posição ocupada por um

determinado jogador pode envolver um alto grau de acesso a informações a partir do seu lugar ocupado no governo, a ponto de moldar suas prioridades e percepções.

Na análise de Rhodes (1994) o modelo de política burocrática propõe a rejeição da ideia de Estado enquanto ator unitário no processo de formulação política, para a aceitação de que as ações dos Estados são consequência da barganha entre atores intra-estatais. Em função da compreensão do Estado enquanto ator fragmentado, Kubálkova (2001) nos traz importantes implicações a serem consideradas, uma vez que a atuação de diversos corpos burocráticos na formulação e implementação da política externa se refere a um processo complexo tanto na arena da política internacional quanto na doméstica.

Em outros termos, se considerarmos que as ações dos Estados são executadas por diversos agentes governamentais, a implementação de uma determinada política externa pode ser incoerente aos fins a serem atingidos, tendo em vista as possíveis indisposições que podem proceder da interação entre os atores envolvidos, seja por questões ideológicas, de comunicação ou percepção (KUBÁLKOVA, 2001).

3.2.2. Do Insulamento Burocrático à Abertura – Os ciclos da PEB

É consenso na literatura a afirmação de que a política externa brasileira vivencia uma mudança no processo decisório (LIMA, 2000; FARIA, 2008; FIGUEIRA, 2009, SILVA, SPÉCIA E VITALE, 2010, BELÉM LOPES, 2010) entretanto, esse processo não representa uma mudança brusca e definitiva nos padrões e regras institucionais. O que se observa, pelo contrário, é uma mudança incremental no arranjo institucional da política externa brasileira, na qual alteram-se as dinâmicas de distribuição no poder decisório, com a inserção de novas regras, atores e padrões institucionais, mas o qual mantém a prevalência de certos padrões institucionais

Com isso, a política externa brasileira não pode ser pensada como um objeto solto no espectro temporal, pelo contrário, o ambiente no qual o sistema de política exterior está inserido pode ser caracterizado como um cenário de *path dependence*, no qual elementos históricos, cognitivos e institucionais constroem o processo político, nesse

sentido, os processos de mudança e de estabilidade institucional convivem e se consolidam na nova configuração institucional da política externa brasileira.

Mahoney e Thelen (2010) ao discorrer sobre mudanças institucionais defendem que nem todas as mudanças institucionais ocorrem de maneira abrupta, com uma transformação completa do arranjo institucional, sendo algumas mudanças explicadas pelo seu gradualismo.

Para os autores, tanto as características do contexto político quanto às da instituição em questão condicionam o tipo de mudança institucional, uma vez que essas são capazes de moldar o tipo de mudança, ou de agente que emerge em um determinado contexto, e os tipos de estratégias que esses agentes realizam para efetivar mudança.

Uma das propostas de Mahoney e Thelen (2010) para explicar a mudança institucional é o de modelo de *layering*, o qual se caracteriza pela introdução de novas regras no arranjo institucional sem necessariamente a completa substituição das pré-existentes. A mudança institucional nesse caso ocorre não pela substituição completa das regras e das instituições, mas pela adequação, revisão e adição de novos padrões e regras.

O processo de *layering* ocorre quando os atores que buscam a mudança institucional não possuem a real capacidade de alterar as regras existentes, de modo que possa ser construída uma alternativa plausível e concebível ao modelo existente. Ao invés de tentarem alterar por completo, esses buscam dentro das regras e das instituições existentes, a adição de novos padrões e regras, enquanto os defensores do *status quo*, embora sejam capazes de preservar as regras e padrões existentes, não são capazes, em função principalmente do contexto político e institucional de sustentar a introdução de novos padrões e modificações institucionais.

O processo de abertura do Itamaraty à sociedade ilustra muito bem a questão. Embora o processo redistributivo gerado pela democratização e liberalização econômica instigasse novos atores à participar da política externa (LIMA, 2000), e a pluralização dos atores interessados na inserção internacional do Brasil colocasse como o movimento exógeno mais sensível de destituir do Itamaraty o monopólio da formulação da política externa (BELÉM LOPES, FARIA E CASARÕES, 2010), o processo de abertura do Itamaraty à sociedade só ocorreu em função de uma inevitável circunstância democrática que operava na política brasileira e ressonava na política externa brasileira (Belém Lopes,

2011)

As conclusões de Faria, Nogueira e Belém Lopes (2012) ilustram a questão, no sentido de que mesmo que pese a aparição de novos *stakeholders* nas relações internacionais do país e o crescente compartilhamento de papéis institucionais (no relativo à condução da PEB) no seio do aparelho de Estado, esses não conseguem alterar de forma consistente a histórica relação tutelar que o Itamaraty mantém com a política externa brasileira, relação a qual permanece por meio de outras fórmulas.

Entretanto, como salientam Mahoney e Thelen (2010) mesmo que cada elemento de mudança represente um pequeno indicio, quando essas pequenas mudanças se acumulam podem levar a uma grande mudança ao longo do tempo. Na política externa brasileira por sua vez, mesmo que ainda perdurem elementos tradicionais, ou que não se possa afirmar a existência de uma mudança paradigmática à formação de tal política, de um processo claramente *top down* para um formato mais *bottom up* (FARIA, 2008) diversas evidências recentes que apontam, se não para a plena superação deste padrão insulado de formação da política, pelo menos para um comportamento organizacional, por parte MRE, no sentido da adoção de um padrão mais cooperativo (FARIA, NOGUEIRA E BELÉM LOPES, 2012).

Para além, a percepção da existência de uma “explosão diplomática” (DEVIN E TOERNQUIST-CHESENIER, 2010) de novos atores que agora se preocupam com a política externa, com a clara intenção de atuar seja de forma independente ou em cooperação com o Itamaraty em assuntos internacionais evidenciam mudanças graduais, que quando analisadas em sua completude indicam uma grande mudança no arranjo institucional do sistema de política exterior brasileira. Neste sentido podemos citar a atuação das unidades federativas, do parlamento, dos ministérios, das autarquias e empresas estatais, dos movimentos da sociedade civil, das organizações não governamentais, dos empresários, dos grupos de interesses, do judiciário, dos sindicatos e dos partidos políticos.

Preferimos pensar a formação do atual sistema de política exterior como resultante de ciclos políticos, dado a possibilidade de compreender a política externa brasileira dentro de um processo histórico, uma vez que o processo de formulação política pode sofrer modificações no decorrer dos processos de elaboração e implementação das políticas, nesse sentido se torna de fundamental importância ter-se em conta o caráter

dinâmico ou a complexidade temporal (FREY, 2000).

A abordagem de ciclos políticos como ferramenta na análise de política externa é muito recente (BELÉM LOPES, SANTOS e FARIA, 2012), mas ela é promissora por dar conta das dificuldades e inconsistências das molduras analíticas behavioristas de *foreign policy analysis*, ao passo que a abordagem fundamenta-se na compreensão de que as políticas externas – exatamente como as demais políticas públicas desenvolvidas dentro de institucionalidades democráticas – poderão ser avaliadas a partir da perspectiva dos “ciclos”, os quais contemplam desde as fontes (domésticas e internacionais) de uma determinada *policy* até a sua derradeira implementação/avaliação. Além de conferir densidade e profundidade às análises, por não negligenciar a sociologia política por detrás dos processos de produção da política exterior, tal operação de fusão entre técnicas da APE e da análise convencional de políticas públicas (APP) pretende assegurar comparações significativas entre os objetos em tela. (BELÉM LOPES, SANTOS e FARIA, 2012)

Um ciclo político compreende várias fases que se relacionam com a uma sequência de elementos do processo político-administrativo, sendo as fases: percepção e definição de problemas, *agenda-setting*., elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e, finalmente, a avaliação de políticas e a eventual correção da ação. (Frey, 2000).

O primeiro ciclo da política externa brasileira pode ser remetido à ao processo de consolidação do Itamaraty como detentor de todas as fases do ciclo político. A explicação do processo de centralização decisória é explicada por Faria (2008) como a confluência de distintos fatores, os quais, de forma muito sintética, dizem respeito a um longo processo histórico o qual concedeu grande autonomia ao Itamaraty e relegou uma postura marginal à sociedade e seus representantes, em função de uma significativa e precoce profissionalização da corporação diplomática do país, associada ao prestígio de que desfruta.

O ciclo também pode ser pensado como resultante de uma construção institucional na qual o adjetivo da tradição reforçou o padrão decisório da política externa, sendo a política externa resoadada com uma autonomia decisória do Itamaraty em questões internacionais, e fortemente influenciada pelas tradições gestadas e consolidadas.

O segundo ciclo da política externa brasileira encontra várias conceituações na literatura, entre elas pluralização dos atores (CASON e POWER, 2009), o

desencapsulamento burocrático (FARIA, 2008), horizontalização decisória (SANCHEZ-BADIN e FRANÇA, 2009). Esse processo ainda que tenha seu auge na crise do modelo nacional-desenvolvimentista nos idos da década de 80, segundo Belém Lopes, Faria e Casarões (2010) começou, timidamente em fins da década de 1960, inicialmente, com choques interburocráticos envolvendo a chancelaria e outros ministérios no tocante à abertura de novos mercados.

Esse movimento foi intensificado com a emergência de novas temáticas uma vez que as questões de política externa com características multidimensionais demandavam, com cada vez mais frequência, uma dinâmica interativa entre as burocracias federais, bem como um diálogo mais estreito entre os poderes Executivo e Legislativo na conformação das posições internacionais do país. (FIGUEIRA, 2010)

Lima (2000) atenta ao fato de que a democratização das políticas e principalmente a liberalização econômica, ocorridas então no Brasil, modificaram a natureza da política externa que, além de representar interesses coletivos no plano mundial, passou a ter que negociar interesses setoriais, inserindo-se diretamente no conflito distributivo interno. Devido a tal o rearranjo distributivo da política externa brasileira, fez com que os novos (e diversos) atores, passassem a se preocupar e serem mais perceptíveis a discussão, e a buscando uma maior articulação de seus interesses em questões internacionais.

A maior participação desses atores alterou a distribuição dos recursos de operação das fases do *policy cycle* da política externa nacional, no passo que os novos stakeholders questionavam a total autonomia do Itamaraty na condução política, e buscavam alternativas para conseguir recursos para participar de algumas fases do ciclo. Alguns indícios demonstram a divisão dos recursos operacionais dentro do ciclo da PEB.

Nas fases iniciais do ciclo – percepção e definição de problemas; *agenda setting* (FREY, 2000) – encontramos vários grupos e instituições que já conseguem influir de forma mais incisiva nas questões internacionais, como por exemplo, os empresários que conquistam mais “voz”, o parlamento que utiliza de suas prerrogativas para operar em questões internacionais, as organizações da sociedade civil que buscam novos espaços institucionais para participação – vide o Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo e o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa (Assano e

Amparo, 2008).

Pode-se observar também a constituição de Assessorias de Relações Internacionais e/ou Secretarias de Relações Internacionais em outras pastas ministeriais com a função de assessorar e coordenar ações da unidade administrativa com a Chancelaria, principalmente em casos de sobreposição de competências (FIGUEIRA, 2010)

Na fase de implementação da política externa também encontramos indícios desse de uma repartição de poder. Faria, Nogueira e Belém Lopes (2012) demonstram a intrincada rede de atuação de ministérios diretamente envolvidos nos programas de implementação do Fórum IBAS. Outro importante indício é a estrutura brasileira voltada para cooperação, a qual se consolida com “mais de uma centena de instituições brasileiras do governo federal, entre ministérios e entidades vinculadas, coordenadas em sua maioria pela ABC” (IPEA, 2010, p. 16)

Como salienta Gonçalves (2011), mesmo que a participação na fase da implementação não signifique uma capacidade efetiva de participação e influência no processo decisório, ao implementar as políticas, as organizações não apenas integram o processo decisório da política externa, como conseguem projetar potencialmente nas ações que executam suas expectativas, seus objetivos institucionais e seus interesses próprios. E, ao fazê-lo, podem eventualmente impactar as políticas do Governo.

Por parte do Itamaraty é percebido um movimento de adaptação à nova conjuntura, principalmente em busca da manutenção de sua centralidade decisória. Como sugere Figueira (2010) embora espaços de diálogo venham sendo abertos em relação a outros atores estatais e mesmo atores não estatais, no que se refere à estrutura interna do Ministério das Relações Exteriores, o que se observa é a manutenção do *status quo* organizacional, preservando-se a estrutura decisória altamente centralizada e hierarquizada na cúpula.

Para além, observa o aumento expressivo do MRE nas Comissões Interministeriais no período pós-redemocratização, e um aumento da participação “itamaratiana” via alocação de diplomatas para exercerem suas funções em outros Ministérios, os quais representam uma tentativa de gerenciar, mesmo que fora da instituição, os processos relacionados à PEB.

Uma importante alteração da participação, como sinalizado na introdução da

dissertação, foi a mudança comportamental dos partidos políticos. É nesse período que a atenção dada à política externa aumenta no ambiente partidário; acreditamos que esse movimento ocorreu em função da politização da PEB (FARIA, 2008), em decorrência do recente desinsulamento do processo decisório (FARIA, 2008; LIMA, 2000).

Historicamente os partidos brasileiros se constituam de “meros” representantes das demandas sociais, porém com a evolução do cenário político, esses começaram a adentrar no espectro da decisão política. Mesmo considerando que o processo da produção da política externa ainda necessita de uma maior porosidade às demandas sociais, a presença dos partidos na execução governamental pode reduzir o papel de “detector e filtro do interesse nacional” (LOPES, 2010) que o Itamaraty sustentava.

Almeida (2004, p. 251) pontua que o simples aumento da participação política, e conseqüentemente uma aproximação entre partidos e sociedade civil, um número maior de atores potencialmente interessados em temas da política externa para dentro dos partidos. Com a participação de diversos tipos de atores, os partidos iniciam uma condensação programática e adquirem oportunidades de intervenção em temas complexos da política nacional, como as questões oriundas da política externa.

Por outro lado a “oxigenação” (FARIA, 2008) do cenário de discussão da política externa implica em um envolvimento inevitável de mais atores na formulação da PEB. Tal é a crescente participação dos partidos nas discussões de política externa no período democrático, que durante as eleições de 98 e especificamente de 2002, as campanhas presidenciais tiveram como pontos programáticos as discussões acerca da globalização e seus efeitos, do processo de integração regional e das negociações comerciais e financeiras (ONUKE e OLIVEIRA, 2006; CRUZ, 2010), e como defendem Oliveira e Onuki (2010) os partidos políticos brasileiros têm posições diferentes em política externa como, a depender da composição governista, alteram o curso do comportamento do país no plano externo.

Entretanto, como pontua por Faria (2012) o Itamaraty ainda possui o papel central na política externa, e seus movimentos de reação do Itamaraty para superar as pressões sociais com relação ao seu insulamento evidenciam “a sua capacidade de coordenação da política externa do país” (FARIA, 2012, p.38).

Essa configuração, para Figueira (2010) resulta em duas lógicas administrativas

distintas: em primeiro lugar, o aumento da porosidade pressupõe diminuição do insulamento burocrático com a incorporação de preceitos gerenciais, que visam a atender os interesses dos cidadãos (cliente); por outro lado, a hierarquização e a rigidez funcional pressupõem reflexos de uma centralização administrativa.

A compreensão da dos ciclos de política externa resulta em uma dualidade explicativa do sistema de política externa brasileira, baseada nas lógicas de mudança e continuidade/adaptação, ou seja, existem indícios de mudanças institucionais oriunda do segundo ciclo, porém essas mudanças não representam uma ruptura, ou substituição por completo de elementos do primeiro ciclo político. A afirmação se baseia no reconhecimento de que mesmo que elementos de mudanças sejam percebidos, alguns padrões institucionais decorrentes do primeiro ciclo ainda são condicionantes para o processo decisório da política externa, principalmente àqueles que se referem à atuação do Itamaraty e sua relevância.

Como defende Georgiadou (2011) a racionalidade implícita no processo de mudança e adaptação da política externa, é que as corporações diplomáticas desejam manter sua relevância no ambiente operacional e manter sua centralidade no processo decisório.

De acordo com Belém Lopes (2010) a rigor, no curto intervalo de apenas uma geração, é provável que se tenha passado com a PEB aquilo que o francês Bertrand Badie chamou de “a intrusão da sociedade”. Isso porque, no referente a temas de política internacional, os povos, os grupos sociais, os indivíduos em geral são tratados, tradicionalmente, como intrusos. Badie (2009) aponta que, embora tenham ingressado na arena internacional sem ser convidados, esses “intrusos” dispõem de legitimidade e de recursos de poder tais que, dificilmente, deixarão de ser notados pelos tomadores de decisão estatais.

Ainda segundo Belém Lopes (2010) o custo político de ignorá-los é muito alto. À medida que um espaço público internacional se vai consolidando, a diplomacia passa a ser perturbada pelos agentes da sociedade – mesmo quando os atores sociais não se dão conta, ao fazerem demandas que se anunciam como domésticas, mas que remetem a processos de negociação travados para além das fronteiras nacionais.

3.2.3. Unidades Decisórias da PEB

As conclusões supracitadas de Figueira (2010) acerca da existência de uma dualidade administrativa da política externa na qual emana uma paradigma gerencial com uma hierarquização e rigidez funcional, aliada a intrusão de novos atores sociais Badie (2009) nos leva ao seguinte questionamento: quem decide na política externa?

Entendemos que para responder essa questão uma importante análise que pode realizada é a análise das unidades decisórias da política externa brasileira contemporânea. Na aplicação prática desse conceito na política externa encontramos sua aplicação em distintos casos, sendo os mais clássicos os estudos de Pinheiro (2000), Farias (2007) e Figueira (2009).

Ambos os estudos utilizam da classificação feita por Hermamm e Hermamm (1989), na qual o conceito de unidade decisória seriam os atores, entidade ou instituição que possuem a prerrogativa de comprometer recursos governamentais na política externa, com a capacidade de evitar que reversões provenientes de outras unidades do governo alterem suas decisões sem grandes custos.

Esses detentores dos recursos governamentais podem ser caracterizados como *Líder Predominante* - quando uma pessoa determina a ação da política externa – *Grupo* - grupo de indivíduos que coletivamente define o curso da ação adotado – e *Múltiplos Atores Autônomos* - grupo de indivíduos e agências, que disputam entre si a decisão sobre o resultado da política, uma vez que nenhum desses atores pode comprometer individualmente os recursos do Estado para adoção de uma linha de conduta definida por si em detrimento dos outros. (HERMANN e HERMANN, 1989).

Como pontua Farias (2007) o interesse em definir com maior precisão as características das unidades decisórias está no grande impacto que elas têm na substância das decisões – essencial, portanto, para uma explicação sobre o porquê de os decisores terem tomado determinado curso de ação e não outro – aliado ao fato que a ligação entre contornos institucionais e substância das resultantes está na forma pela qual as unidades decisórias servem de filtro entre os fatores domésticos e internacionais e as decisões estatais.

Milner (1997) adiciona ao informar que outro aspecto importante está em determinar como o poder sobre a tomada de decisão é alocado entre os atores nacionais; e a forma como o poder é compartilhado, por seu turno, afeta quais as preferências serão levadas em conta no processo de decisão.

Os estudos da política externa demonstram uma variação na composição da unidade decisória ao longo da história e de acordo com a *policy*. Segundo Pinheiro (2000), durante o período militar, diferentes unidades de decisão atuaram simultaneamente, revelando a existência de inúmeros focos de disputa entre as mesmas na busca de implementação de suas respectivas posições.

Paulo Vizentini (2004) discute a questão de quem determina a política externa durante o governo militar afirmando que

[...] os rumos e as decisões da política externa, não são definidos pelo conjunto do bloco social de poder que dá suporte a um governo, mas por alguns setores hegemônicos desse bloco. É preciso considerar que graças à porosidade do Estado moderno, *lobbies* e grupos de interesse conseguem influir em determinadas áreas da política externa. [...] Tal postura deve-se também a uma preocupação mais ampla: em proveito de quem ela é formulada? Tão e mais importante que os meandros e labirintos de determinadas lutas internas para formular a política exterior, talvez seja considerar o conjunto do projeto social e sua articulação com a política externa, para determinar-se em que direção ela é conduzida. (VIZZENTINI, 2004, p.15)

Em análise da atuação brasileira no GATT entre o período 1973-1993, Farias (2007) afirma que a unidade decisória da política externa foi marcada por uma concorrência burocrática, na qual o Itamaraty não teve o monopólio decisório na definição política, uma vez que outros órgãos estatais participaram, junto com o Itamaraty, na determinação e execução da posição do país nas negociações multilaterais.

E no período recente? O trabalho de referência do atual processo decisório da política externa é o de Figueira (2009), no qual se buscou compreender o padrão e a dinâmica decisória em política externa no Brasil no período de 1988 a 2007, através de uma abordagem macro estrutural da política externa, com o intuito de avaliar o comportamento dos atores com capacidade decisória.

Segundo a autora, na formatação atual, a competência e a distribuição de tarefas dos órgãos que compõem o organograma ministerial estão subdivididos em grandes eixos de atuação, que consideram tanto os aspectos geográficos como também os critérios

temáticos. O eixo estrutural e funcional do Ministério de Relações Exteriores é composto pelas sete Subsecretarias (Política I, Política II, América do Sul, Assuntos Econômicos e Tecnológicos, Comunidades Brasileiras no Exterior, Cooperação e Promoção Comercial, Serviço Exterior) que se encontram subordinados ao Secretário Geral que por sua vez está subordinado ao Ministro de Estado.

O processo decisório intraburocrático, segundo Figueira (2009) obedece a essa estrutura apresentada, altamente hierárquica, iniciando o processo com os Chefes de Divisões, que respondem hierarquicamente ao Chefe de Departamento, que está submetido ao Subsecretário Geral. O mesmo deve responder ao Secretário Geral que articula juntamente com os Chefes de Gabinete e com o Ministro de Estado as decisões de política externa.

De acordo com Figueira (2009) o fluxo decisório, assim como em momentos anteriores da história da organização, manteve-se concentrado na cúpula ministerial composta pelo Ministro de Estado, Secretário Geral e Chefes de Gabinete; abaixo deles estão os Subsecretários Gerais que comandam os sete eixos estruturais do Itamaraty, os Chefes de Departamento e os Chefes de Divisões.

Essa complexa interação decisória pode pressupor uma grande interação intraburocrática no processo decisório no Itamaraty, entretanto como conclui Figueira (2009) o contrário é que ocorre. No Itamaraty o ápice da cúpula decisória está nas mãos presidenciais que, juntamente com o Ministro de Estado e seus assessores diretos, tomam as decisões de cunho internacional do país, institucionalizando um processo decisório intraministerial altamente concentrado na cúpula, na qual estão submetidos todos os temas de caráter mais sensíveis e que envolvem maiores recursos financeiros, sendo que os demais atores alocados abaixo dessa estrutura funcional possuem baixa autonomia decisória, funcionando muitas vezes apenas como despachantes. (FIGUEIRA, 2009).

Os dados de Figueira (2009) confirmam que nas grandes decisões da política externa brasileira, os principais atores ainda são o Presidente e o Ministério das Relações Exteriores, o Secretário-Geral e seus assessores. Por isso, o interesse presidencial nos temas de política externa pode ser determinante na escolha das diretrizes internacionais de um governo (LIMA, 1994), sendo que a diplomacia presidencial está altamente atrelada a interesses domésticos (DANESE, 1999).

Na análise constitucional da política externa brasileira, o art. 84 da Constituição Federal/88 explicita as funções privativas do Presidente da República, algumas específicas em política externa. Em linhas gerais, os atributos privativos se resumem na manutenção das relações com outros Estados, celebração de acordos e tratados internacionais, nomeação de embaixadores, declaração de guerra¹³, e promoção da paz. De acordo com as prerrogativas pode-se observar que o Presidente da República é, constitucionalmente, aquele que possui a responsabilidade da representação em relação PEB. (BRASIL, 1988)

No mesmo artigo observa-se um importante mecanismo, que nos casos em análises, permitem uma conexão entre o campo das ideias e a sua institucionalização na política externa: o inciso I delega que é ao Presidente nomear e exonerar os Ministros de Estado. Durante os governos Fernando Henrique e Lula a nomeação dos Ministros de Estados responsáveis pela pasta exterior do Brasil, diferentemente de outros ministérios, não foi colocada na mesa de negociação com os partidos da base para conseguir a governabilidade dentro da lógica recorrente do presidencialismo de coalizão brasileira. Nos dois governos o cargo foi indicado pelo partido detentor do cargo presidencial, e foi concedido ou para diplomatas que compartilhavam de propostas de política internacional e externa semelhantes à do presidente, ou para autoridades ligadas ao partido.

O Ministério de Relações Exteriores de acordo com seu regime interno (MRE, 2008) a função auxiliar o Presidente da República na formulação da política exterior do Brasil, assegurar sua execução, manter relações diplomáticas com governos de Estados estrangeiros, organismos e organizações internacionais e promover os interesses do Estado e da sociedade brasileiros no exterior. Cabe ao Ministro de Estado das Relações Exteriores a função de ser o principal auxiliar do Presidente da República na direção da política exterior do Brasil e exercer as superiores orientação, coordenação e supervisão do MRE.

Ao Secretário-Geral das Relações Exteriores, compete [a] assessorar o Ministro de Estado na direção e execução da política exterior do Brasil, na supervisão dos serviços diplomático e consular e na gestão dos demais negócios afetos ao Ministério; [b] orientar, coordenar e supervisionar as unidades administrativas do Ministério no exterior; [c] dirigir, orientar, coordenar e supervisionar a atuação das unidades que compõem a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, exceto a dos órgãos de assistência direta e imediata ao

¹³ Com aprovação do Congresso Nacional

Ministro de Estado; e [d] realizar outras atividades determinadas pelo Ministro de Estado (MRE, 2008).

Ainda cabe ao Secretário-Geral substituir o Ministro de Estado em suas ausências do país e em seus impedimentos, com o título de Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores. (MRE, 2008)

Nas ausências do país ou impedimentos simultâneos do Ministro de Estado e do Secretário-Geral, o Subsecretário-Geral de maior antiguidade no cargo de Ministro de Primeira Classe assumirá com o título de Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores.

Para intensificar a concentração decisória, Figueira (2009) também observa que existe também uma dinâmica funcional hierárquica no interior de cada repartição do MRE, sendo que as mesmas seguem o caráter bastante rígido segundo os critérios do encaminhamento da carreira diplomática, na qual as atribuições seguem critérios específicos do planejamento meritocrático da carreira, sendo que as funções mais baixas na hierarquia da carreira devem responder a seus superiores hierárquicos, lembrando que os mesmos estão distribuídos dentro da estrutura organizacional que também possui sua hierarquia própria.

Resumindo o processo decisório da política externa pode ser caracterizado como um espaço de interlocução intra-ministerial aberto apenas para o tratamento de temas que são considerados menos sensíveis, pois, do contrário, principalmente referente às questões mais importantes da política – como no caso analisado, as orientações gerais da PEB– a decisão é realizada pela diplomacia de Gabinete, que restringe às decisões a um pequeno núcleo de pessoas da alta hierarquia governamental, como Presidente da República, Ministro das Relações Exteriores, Secretário de Estado, Subsecretários (FIGUEIRA, 2009)

Nossa tarefa agora parte para a análise de como essa restrita cúpula decisória utilizou dos mecanismos institucionais para moldar a política externa de acordo com seus ideais. Os próximos dois capítulos possuem a função analítico-descritiva dos indícios da institucionalização ideacional na política externa brasileira.

4. APRESENTANDO OS ATORES

O capítulo anterior nos permitiu compreender como a hierarquia decisória ainda é característica singular na produção da política externa brasileira. Mesmo que o processo de pluralização dos atores seja inegável, as decisões da política externa ainda são tomadas em última instância pelo presidente da república em conjunto com o ministro de Estado e seus assessores, ou seja, os detentores dos recursos institucionais ainda são restritos ao soberano e seus súditos mais próximos. Não procuramos negar a possibilidade de existir uma política externa com processos decisórios democráticos, ou que ao menos seja possível gerir de forma democrática tal política. Como resolver o dilema de conceber a política externa como uma política delegada pela alta cúpula estatal, sem que deixe de lado as mudanças vivenciadas pela mesma na “Nova República”?

Lima (2000), de forma muito elegante, discorre que a tensão permanente entre autoridade e controle democrático constitui o cerne das democracias e caracteriza sua operação cotidiana, uma vez que uma parte da política externa é política de Estado no sentido de sua definição como prerrogativa do soberano, o que não foge também às outras políticas públicas, do mesmo modo que a outra parte da política externa nega os pressupostos realistas do distanciamento democrático. Para a autora, bem como em outras políticas públicas, a política externa também é campo para recursos de autoridade e, simultaneamente, de representação e conciliação de interesses diversos e de administração do conflito.

Os relatos de Almeida (2008) permitem ilustrar os grandes embates de interesses que estiveram presentes no MRE, os quais reverberavam os grandes conflitos de interesses da sociedade e do Estado brasileiro.

Segundo o diplomata, dentro da história do Itamaraty sempre houve confrontos de ideias e de acomodações pragmáticas entre os partidários de diferentes correntes de opinião que perpassam e dividem a agência diplomática, como de resto sempre foi o caso com diversas outras instituições do Estado e com a própria sociedade brasileira. A luta de ideias sempre esteve presente em várias épocas de debate nacional: escravistas e abolicionistas, metalistas e papelistas, industrializantes e agraristas, liberais e protecionistas, estruturalistas e monetaristas, interdependentes (conhecidos também como

“associados” ou “entreguistas”) e nacionalistas e outras combinações ocasionais. Embates dicotômicos não foram raros na moderna história brasileira, colocando pessoas e grupos que defendiam posições antagônicas na agenda política em confronto direto, redistribuindo cartas nos jogos de poder que inevitavelmente acompanham esses enfrentamentos e provocando cisões na elite – e apenas na elite – como resultado desses confrontos, de resto mais ruidosos do que verdadeiramente ruinosos, mais ideológicos do que materiais, num país bem mais propenso à conciliação do que à ruptura.

Nesse sentido, Saraiva (2010) caracteriza duas correntes do pensamento recente dentro do MRE que se diferem em função do seu projeto político para a política externa: os institucionalistas pragmáticos e os autonomistas. Como será percebida, a caracterização feita por Saraiva (2010) se aproxima do nosso caso em análise e, nesse sentido, adotaremos a classificação da autora, com uma pequena ressalva que será explicada nos parágrafos seguintes.

Avançaremos nas análises da autora na medida em que seu trabalho somente foca em uma descrição dos autores, não avançando na compreensão sobre o contexto sociopolítico que influenciou a formação das ideias, ou para além, como esses grupos conseguiram transformar a instituição diplomática em um ambiente que fosse possível a ascensão das ideias e de seus projetos de política externa.

Para Saraiva (2010), os primeiros se caracterizam por priorizar a participação brasileira nos regimes internacionais em vigência, desde uma estratégica pragmática, sem detrimento de uma autonomia. Esses compõem uma corrente de pensamento e ação no Itamaraty que se fortaleceu e consolidou durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, na gestão do chanceler Luiz Felipe Lampreia. No campo econômico, são favoráveis a um processo de “liberalização condicionada” e no espectro partidário encontram identidade principalmente no Partido da Social Democracia Brasileira, mas também no PFL/Democratas (SARAIVA, 2010).

Ainda para a autora, esse grupo se caracteriza por três propostas principais para a PEB. O primeiro é o papel ativo da diplomacia nos foros multilaterais caracterizado pela expressão “*global player*”, com a adesão aos regimes internacionais sob o preceito da identificação da regulamentação das relações internacionais como um cenário favorável ao

desenvolvimento econômico brasileiro, uma vez que as regras do jogo devem ser seguidas por todos os países incluindo os mais ricos.

A segunda proposta diz respeito a uma visão idealista das relações internacionais, na qual a inserção internacional do país deve ser realizada a partir de uma nova visão dos conceitos de soberania e autonomia, aonde os valores globais devem ser defendidos por todos.

Por último, os institucionalistas pragmáticos defendem a construção de uma liderança brasileira na América do Sul, mas com moderação e com base nas ideias de estabilidade democrática e desenvolvimento de infraestrutura, com o cuidado de evitar que a integração fosse um obstáculo ao comportamento brasileiro com seus parceiros externos e a projeção brasileira no cenário internacional.

Os autonomistas, por sua vez, são um grupo com características mais voltadas ao pensamento desenvolvimentista e, em termos políticos, são ligados a grupos mais nacionalistas que, embora não sejam originários do Partido dos Trabalhadores, estabeleceram uma interação importante com o governo do presidente Lula. Nesse ponto, uma ressalva à classificação de Saraiva (2010).

Em sua classificação, Miriam Saraiva (2010) separa os autonomistas dos atores que estão ligados ao Partido dos Trabalhadores, baseada na hipótese de que o grupo oriundo do PT não possui vínculos históricos com a diplomacia. Acreditamos, porém, que a justificativa da autora é um tanto frágil.

A autora sugere que durante o governo Lula existiram dois grupos dentro da cúpula decisória da política externa: os autonomistas – que seriam diplomatas vinculados a carreira diplomática, e um grupo originário do Partido dos Trabalhadores. A diferenciação, segundo a autora, ocorre pelo simples fato do grupo ligado ao PT não ser tradicionalmente ligado ao MRE.

A autora, no entanto, parece esquecer que no governo FHC também existiram na cúpula decisória participantes do partido presidencial. Se fossemos seguir estritamente a lógica da autora, também deveríamos separar os institucionalistas pragmáticos dos grupos do PSDB. As matrizes ideacionais que geraram a política externa do governo FHC, como já foram apresentadas ao longo da dissertação, não foram formuladas dentro da corporação

diplomática, mas sim das propostas da reforma do Estado brasileiro provenientes do pensamento socialdemocrata brasileiro.

Além disso, a separação desses dois grupos pode gerar uma percepção enviesada da participação dos partidos políticos na recente produção da política externa brasileira. Para evitar uma compreensão problemática, preferimos englobar os atores provenientes do PT no grupo dos autonomistas, que embora apresentem algumas propostas diferentes, fazem parte da mesma coalizão governamental.

Esse grupo possui como proposta principal a defesa de uma projeção mais autônoma e ativa do Brasil na política internacional, caracterizado pelo esforço articulado de tornar o país uma liderança regional e incrementar a sua ascensão para a posição de potência global. A convicção demonstrada pelos regimes internacionais é menor, dando destaque para um comportamento mais ativo com vistas a modificá-lo em favor dos países do Sul ou em benefício próprio.

Esses possuem um comportamento reformista da ordem internacional, com preocupações de caráter político-estratégico em relação ao embate Norte/Sul e buscam uma aproximação com outros países considerados emergentes, que teriam características comuns com o Brasil e com interesse no reordenamento do sistema internacional.

Em termos gerais, Saraiva (2010) define que o reflexo desta corrente na política externa resultou no convívio entre autonomia, ampliação da presença internacional e busca de situações favoráveis ao desenvolvimento nacional a partir de um padrão proativo, que equilibrou crenças com pragmatismo.

5. GOVERNO FHC

5.1. A PEB do Governo FHC e sua sustentação social

Antes de se tornar presidente da república, Fernando Henrique Cardoso foi responsável, durante o governo Itamar, pelo processo de estabilização econômica, via Plano Real, o que abriu cenário para uma mudança paradigmática no Estado brasileiro.

No tocante a política externa, ocorria uma redefinição na matriz emergente da política externa do Brasil no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, que vinha substituir a matriz desenvolvimentista, deslocando a participação dos países recém industrializados de uma postura antagônica e direta com o ordenamento internacional para uma postura de participação e aceitação geral das bases e regras do ordenamento internacional vigente, colocando-os em sintonia com os princípios gerais do sistema, seus regimes e procedimentos (SENNES, 2003).

No governo FHC, a influência das ideias neoliberais na política externa pode ser percebida antes mesmo de sua chegada ao poder. Em sua campanha para presidente, o então candidato e ex-chanceler Fernando Henrique apresentou alguns conceitos que posteriormente seriam englobados na produção e na condução da política externa do seu governo. Podemos citar as ideias de inserção competitiva do Brasil no mundo, a vocação universal da diplomacia brasileira, o aumento da integração com a economia mundial, a regionalização aberta, a adequação do Brasil ao fenômeno da globalização e a democratização das relações internacionais (ALMEIDA, 2004).

A seguir tentaremos compreender como as ideias provenientes do projeto político do governo Fernando Henrique se consolidaram e se transformaram em política externa. A análise será pautada nos quatro pontos elucidados em Hall (1989), os quais de forma conjugada permitem compreender quais eram as ideias dominantes, como elas se relacionavam com o momento internacional e as dinâmicas internas e como a coalizão governamental adaptou a instituição para a execução do seu projeto político.

5.1.1. Eventos Externos: O sistema internacional e a condição neoliberal

Essa parte do capítulo não busca realizar uma extensa análise do cenário internacional durante o período FHC, mas sim busca situar o contexto internacional, para que posteriormente possamos compreender a política externa brasileira dentro das mudanças ocorridas no cenário internacional da década de 1990 e início dos anos 2000. Como apresentado no segundo capítulo, o fim dos anos 90 tem como evento mais emblemático o fim da Guerra Fria e a desestruturação da União Soviética, o que levanta suposições sobre o futuro do cenário internacional, de uma leitura liberal do fim da história (FUKUYAMA, 1992) ao possível choque entre civilizações (HUNTINGTON, 1996).

O fim da bipolaridade internacional ocorre ao mesmo tempo em que se percebe a formação de blocos econômicos regionais, a internacionalização e o aceleração dos fluxos de capitais financeiros, os quais estão intimamente ligados às transformações econômico-tecnológicas que ocorrem no sistema mundial e que se constituem como resposta a crise do sistema de acumulação vigente, a qual transborda em um desemprego estrutural crescente, na readequação da divisão internacional do trabalho, na crise do *welfare-state* e do estado *keynesiano*, assim a globalização e regionalização atuaram como processos substitutivos para buscar novas fontes de rentabilidade no cenário internacional (KURZ, 1993). Esses dois fenômenos – globalização e regionalização – convergiram, cada um à sua maneira, para o processo de abertura do mercado nacional e para o incremento dos fluxos de capital.

A nova configuração do cenário internacional se construiu em função do colapso socialista, baseada em uma economia de mercado triunfante, tomando como pressuposto ideológico o neoliberalismo. Essa nova ordem internacional, porém, não era uma condição estável na estrutura do sistema. Como aponta Hobsbawn (1995), o fim da guerra fria gerou um choque na estrutura, alterando suas bases de sustentação, restando um mundo em desordem e o colapso parcial, porque nada havia para substituí-los. Com isso, a ideia de que a velha ordem bipolar podia ser substituída por uma “nova ordem” baseada na única superpotência restante logo se mostrou irrealista.

A política integracionista se apresentava como resposta a crise e representava tanto interesses econômicos como políticos, mas que se convergiam no intuito de incrementar o comércio, os investimentos e o desenvolvimento de determinada região, com a utilização, principalmente, da diminuição ou eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias.

A grande matriz do pensamento integracionista latino-americano foi o conceito de regionalismo aberto proposto pela CEPAL no início da década de 90, o qual foi absorvido pelas políticas externas de vários países da região, inclusive o Brasil. Pela definição cepalina, esse tipo de regionalismo é

(...) um processo de crescente interdependência no nível regional, promovida por acordos preferenciais de integração e por outras políticas, num contexto de liberalização e desregulação capaz de fortalecer a competitividade dos países da região e, na medida do possível, constituir a formação de blocos para uma economia internacional mais aberta e transparente (CEPAL, 1994 *apud* CORAZZA, 2006, p. 145).

Percebe-se, segundo Corazza (2006), que o regionalismo aberto procura conciliar dois fenômenos: a crescente interdependência regional resultante dos acordos preferenciais e a tendência do mercado em promover a liberalização comercial. Para o autor, esse tipo de regionalismo quer conciliar as políticas de integração regional com as políticas que visem promover a competitividade internacional ou, ainda, procura combinar a liberalização comercial entre os parceiros do bloco regional com políticas de liberalização em relação a terceiros países, ou seja, como acentuam seus autores, num contexto de regionalismo aberto, os acordos de integração podem servir como mecanismo para a adoção das regras internacionais. O “regionalismo aberto” vê o mercado comum latino-americano como meio de superar o modelo de industrialização através da substituição de importações, de diversificar a estrutura produtiva e de diminuir a vulnerabilidade externa.

Como convém lembrar, foi nessa conjuntura que se firmou o Tratado de Assunção, em março de 1991. De acordo com o preâmbulo do mesmo, o Mercosul se constituiria como uma tentativa de adequar a América do Sul ao novo cenário internacional, uma vez que afirmava que a integração promovida por esse mercado é vista formalmente como uma resposta adequada ao objetivo de se alcançar uma também adequada inserção

internacional para os países-membros face à evolução dos acontecimentos internacionais, especialmente a formação de grandes espaços econômicos (MERCOSUL, 1991).

Para Corazza (2006), o processo de integração regional do Mercosul se orienta por dois movimentos: primeiro, a liberalização do comércio interno, com o objetivo específico de expandir os mercados nacionais de cada país, promover certa especialização através da complementação dos diferentes setores da economia, da redução dos custos de produção e dos ganhos de economia de escala, e em segundo lugar, o estabelecimento de um grau de proteção externa e o aumento da competitividade internacional dos países integrantes do bloco econômico. Ou seja, como salienta Faria (1993), de um lado, procura-se criar estímulos internos e, de outro, os necessários meios de proteção externa, especialmente através de uma tarifa externa comum e de posições externas também comuns, o que aumenta, por certo, o poder de barganha dos países-membros face à concorrência internacional.

A América Latina presenciava o esgotamento dos modelos autoritários de governos e do modelo desenvolvimentista. Para Trindade (2000), o esgotamento se deu em duas etapas, sendo a primeira responsável por restabelecer as instituições básicas para uma gestão democrática e a segunda evidenciou manifestações de ruptura do “consenso fundacional” dos novos regimes democráticos. Para o autor:

Nos governos das novas democracias diante dos efeitos corrosivos da hiperinflação e dos remédios amargos do receituário neoliberal, o desempenho das políticas econômicas de ajuste tornaram-se cruciais para assegurar a legitimidade política e a governabilidade democrática dos novos regimes em fase de consolidação” (TRINDADE, 2000, p. 369).

Segundo Sader (1995), o neoliberalismo na América Latina, como na Europa, é filho da crise fiscal do Estado, do Estado de bem-estar social e da industrialização substitutiva de importações. A crise da dívida e a década de 1980 teriam acentuado os traços da crise de hegemonia do desenvolvimentismo e o fortalecimento do neoliberalismo.

Segundo Cruz (1998, p.93), embora bastante geral, a tendência em direção às “reformas orientadas para o mercado” está muito longe de constituir um movimento ordenado, sincrônico e uniforme. Em alguns países, a experiência de reformas radicais nessa direção precede de muito o movimento global.

O que vale salientar nas conclusões de Sader (1995) é a observação de que cada país tomou uma versão do neoliberalismo conforme as mudanças deixadas pelos modelos hegemônicos anteriores, nesse sentido, para Saes (2001), as políticas neoliberais [implementadas] não podem coincidir integralmente com a doutrina que as inspira, já que elas não são implementadas em um espaço social vazio, destituído de qualquer historicidade.

Portanto, é necessário estar atento aos eventos históricos e ao peso desses na definição política, dessa forma “o qualificativo de neoliberal não deve ser utilizado apenas para políticas estatais que se conformem integralmente com o pensamento liberal” (SAES, 2001, p. 82). Conforme Emir Sader (1995), “ao longo dos anos 1980, a economia brasileira viveu processo de acomodação, com a imposição da hegemonia do capital financeiro, que finalmente desembocou no neoliberalismo, iniciado no final da década ainda no governo Sarney” (SADER, 1995, p. 36).

Para Silva (2008), podem se elencar quatro conclusões sobre o sistema internacional pós Guerra Fria. Em primeiro lugar, as abordagens sobre as relações internacionais pós Guerra Fria oscilaram entre o otimismo liberal e o pessimismo. Enquanto o otimismo liberal ressaltava a vitória do mundo ocidental e dos Estados Unidos sobre a ameaça comunista, o pessimismo demarcava os perigos e instabilidades oriundas do descongelamento da ordem mundial.

Em segundo lugar, a fragilidade da maioria dos países do terceiro mundo, que apareciam como fragilidades políticas (marginalização) e econômicas (crise, dívida externa), provocaram uma bifurcação em relação aos países que se industrializavam rapidamente, como os Tigres Asiáticos. O resultado deste processo foi um relativo desengajamento, fragmentação e desarticulação do movimento terceiro-mundista e do questionamento articulado e integrado do ordenamento mundial. Desde então, a tendência é a rearticulação de grupos de países por interesses e geometria variada.

Em terceiro, tem ocorrido uma nova rearticulação internacional, cujas bases remontam os anos 1970, mas que, efetivamente, apenas no final dos anos 1990 foi instrumentalizada. E por último, a possibilidade da emergência de uma nova hegemonia está ligada à capacidade de um país reconstruir a ordem internacional em novas bases,

oferecendo uma saída para a era de incerteza reinante. Além disso, deve coordenar um eixo de estados preocupados com a crise social sistêmica e com os problemas internacionais.

Para Diniz e Boschi (2003), a crise do modelo nacional desenvolvimentista e a transição para um modelo centrado no mercado constituíram a tônica neste período e atingiram os diferentes ramos de atividade industrial, com impactos significativos no conjunto da economia. Para esses, no Brasil, durante a década de 90, se identificam três processos de recomposição das propriedades das empresas, caracterizados por formas diferenciadas de atuação do governo. No primeiro momento, que compreende de 1990-1993, observa-se os efeitos iniciais da abertura econômica, em que ocorreu um grande número de fusões nos setores produtivos da economia, acompanhado pelo segundo período (1994-1997) que corresponde à implantação do Plano Real e à estabilização econômica e, por fim, o terceiro período (1998-2000) em que prevaleceu o avanço das privatizações.

5.1.2. Orientação partidária: O PSDB e o Institucionalismo Pragmático

O governo Fernando Henrique foi eleito sob uma coalizão com membros do PSDB e do PFL, caracterizada como centro-direita, que posteriormente congregaria o PTB, o PMDB e o PPB, o qual permitiu uma sustentação parlamentar que beirava os 75% das cadeiras na Câmara e no Senado, percentual mais do que suficiente para aprovar a série de emendas constitucionais, cujo objetivo era desbloquear o caminho para as reformas liberalizantes fossem realizadas (COUTO; ABRUCIO, 2003).

Criado em função de um racha interno no PMBD, o Partido da Social Democracia Brasileira inicialmente se declarava no espectro ideológico da centro-esquerda brasileira, porém, como é frequentemente afirmado, há um deslocamento ideológico do partido a partir de 1994. Segundo Roma (2002), esse deslocamento estaria expresso na redefinição de suas diretrizes políticas, deixando de lado o ideário socialdemocrata para adotar um programa de governo rotulado como neoliberal. Esta guinada para a direita, com políticas mais favoráveis ao mercado, teria sido, sobretudo, o custo que o partido teve de pagar para chegar ao governo e para governar em aliança com o PFL.

O processo de construção da identidade programática do PSDB, segundo Roma (2002), revela um dilema ideológico entre se declarar socialdemocrata, de um lado, e apresentar um programa de governo orientado por teses liberais, de outro. Este dilema inicial, de certa forma, impôs uma diferenciação importante no que se refere à composição dos membros do partido. O discurso ideológico socialdemocrata, explicitamente manifestado no conteúdo dos documentos partidários e nos cursos de formação política ministrados pelo partido, foi fundamental no processo de mobilização de filiados e militantes no interior do PSDB, o que conferiu um viés mais de esquerda na sua origem. A tônica liberal, presente no seu programa de governo, por outro lado, predominou como concepção ideológica de seus membros dirigentes com cargos eletivos.

Roma (2002) defende que desde a sua criação, ao contrário do que o movimento de reordenação ideológica sugere, a orientação programática liberal já estava claramente estabelecida desde a origem do partido ao demonstrar que, embora no manifesto de anúncio de seus princípios ideológicos o partido tenha procurado ocupar uma posição de centro-esquerda no espaço político nacional, seu programa de governo datado no mesmo momento orientou-se por uma agenda política com teor claramente liberal – desregulamentação da economia, abertura econômica ao capital estrangeiro e privatização das empresas estatais. Nesse programa, a intenção declarada era a de romper com o caráter nacionalista e estatizante que caracterizava a feição do Estado brasileiro desde o governo Vargas na década de 1930.

Para Anderson (1995), a hegemonia do neoliberalismo se consolidou quando seus pressupostos passaram a ser incorporados pelos grupos sociais democratas, e não exclusivamente pela parcela da direita, o que representou uma mudança de opção programática importante, já que o neoliberalismo havia começado tomando a socialdemocracia como sua inimiga central, em países de capitalismo avançado, provocando uma hostilidade recíproca por parte da socialdemocracia, que posteriormente se mostraria mais resolutos em aplicar as políticas neoliberais.

O caminho escolhido pelo governo seria a atenção e alocação de recursos no projeto da estabilidade monetária como condição primária para o crescimento econômico e a alternativa do mercado internacional como substituto para o modelo nacional desenvolvimentista. Seguindo o formulário neoliberal, pensado em Washington pelos

economistas e adotado, mais tarde, pelo Fundo Monetário Internacional, o governo Cardoso iniciou a simplificação da máquina estatal, intensificando o programa de privatizações e os planos de reforma administrativa, criando um ministério responsável pela reforma estatal, cujo objetivo foi a consolidação de um novo estado, de características gerenciais.

Porém, como pontua Saes (2001), do grupo que elegeu Cardoso, somente para uma parcela da base de sustentação interessava a realização integral do programa neoliberal – aqueles vinculados ao capital financeiro internacional –, assim a burguesia industrial defendia o desmonte da legislação trabalhista e o programa de privatizações, mas esses setores empresariais aparentavam certo desconforto com a abertura total e incondicional da economia brasileira ao mercado internacional, dado os riscos de desaparecer o empresariado industrial.

A conexão desses fatos, para Saes (2001), leva à síntese de que as resistências sociais em relação à implantação do programa neoliberal no Brasil vieram, em grande parte, de dentro da própria aliança conservadora, condição que explica o presidencialismo invulgarmente forte, cuja principal tarefa não é sufocar o movimento popular, mas neutralizar as resistências conservadoras, de caráter particularizado. Com isso, existia uma forte polarização no bloco no poder que, segundo Sallum (1999, p.15), ressonava para a constante disputa em torno da política econômica e em uma “certa duplicidade e hibridismo nas próprias ações do Estado em relação à economia”, polarização que ocorria basicamente entre duas versões de liberalismo: uma mais doutrinária e fundamentalista, o neoliberalismo, e outra, que absorvia parte do ideário da anterior, a liberal-desenvolvimentista.

Conforme Sallum (1999), embora o “Efeito Tequila” comprometesse o liberalismo em contraposição à ascensão do liberalismo desenvolvimentista, o fundamentalismo liberal continuou orientando a política econômica, opção que, segundo o autor, foi política percebida pelo presidente como mecanismo de preservação da estabilidade dos preços e de produção de prestígio político difuso para o governo e, conseqüentemente, de manutenção de um maior controle sobre a atuação dos agentes e sobre os resultados obtidos nas várias arenas de disputa política. Essa necessidade de controle da base de sustentação do projeto político de Cardoso permitiu o surgimento do neoliberalismo abraçador.

Conforme o autor, não era inevitável a escolha pelo fundamentalismo neoliberal, em detrimento do liberal-desenvolvimentismo, até porque estavam dentro do mesmo espectro ideológico, embora essa escolha implicasse em consequências políticas.

A escolha entre as matrizes fundamentalista e liberal-desenvolvimentista, segundo Sallum (1999), se fazia permanentemente e, embora fosse predominante, com o tempo percebe-se o enfraquecimento da hegemonia neoliberal, que culminou em 1999 com a crise do Plano Real e permitiu que as bases de transição do fundamentalismo liberal para o polo liberal-desenvolvimentista fossem geradas.

Na política externa, a posição brasileira no sistema internacional foi moldada pela matriz emergente de inserção internacional do Brasil, que nos anos 90 assumiu, segundo Silva (2008), o processo de globalização e a adoção de políticas neoliberais como paradigma de desenvolvimento, que seria capaz de permitir a superação da crise econômica e da estagnação dos anos 1980. Esse movimento paradigmático, que atingiu diversos países da América Latina, foi acompanhado em parte pelo Brasil, reorientando sua inserção internacional, que desde o final da década de 1980 substituiu sua matriz de política externa desenvolvimentista pela matriz neoliberal.

Para o presidente Fernando Henrique, a diplomacia deveria proceder a um *aggiornamento*, se adaptando às necessidades, com relações que priorizassem as negociações em termos de configuração de blocos econômicos, atração de tecnologias e aos novos temas na agenda internacional (SILVA; ROSSI, 1994). Com isso, a política externa se baseava em quatro princípios básicos, a saber: a liberdade econômica, com preocupação social; a economia mais aberta à competição internacional; a defesa dos direitos humanos, do meio ambiente e da proteção das minorias; e o combate à criminalidade e ao narcotráfico (CARDOSO, 1995).

Pautada nos princípios acima, a PEB se guiaria por cinco objetivos a serem alcançados: a ampliação da base externa para estabilidade econômica interna, com o fim da retomada do desenvolvimento sustentável socialmente equitativo; mais acesso aos mercados pela melhoria da competitividade e maior produtividade; uma maior participação do processo decisório regional e mundial, nos fóruns políticos e econômicos; a reforma da ONU; e a ampliação da assistência a brasileiros no exterior (CARDOSO, 1995).

A nova diplomacia procurou construir a imagem do Brasil como uma liderança

regional que procurava uma inserção global, como compensação à ampliação da vulnerabilidade externa, bem como buscou uma aproximação com os países desenvolvidos. As demandas passaram a ser menos sistêmicas e mais pontuais. Na matriz da política externa dos anos 1990, que denominamos de neoliberal, o Brasil alterou suas estratégias multilaterais e bilaterais de inserção internacional (SILVA, 2008).

De acordo com Cervo e Bueno (2002), a política exterior brasileira no período desenvolvimentista manipulava a relação bilateral e a parceria estratégica como uma linha de força da ação externa. O paradigma da globalização das relações internacionais e a disposição do governo brasileiro de influir sobre a regulamentação do sistema multilateral de comércio e sobre a arquitetura das finanças internacionais subtraíram força ao bilateralismo.

Cervo e Bueno (2002) defendem que embora a política externa do governo FHC tenha se encaixado em uma perspectiva neoliberalizante, o modelo desenvolvimentista não foi completamente substituído pelo “Estado Normal” e pelo neoliberalismo no governo Cardoso.

Segundo eles, durante o governo coexistiu um ensaio de Estado logístico, resultado que acabou gerando uma indefinição programática. Acreditamos que assim como foi detectado pela literatura uma dança de paradigmas na condução da política brasileira entre um fundamentalismo liberal e um liberal-desenvolvimentismo, a política externa foi também uma política capaz de sofrer variações conceituais, em torno da sua adequação a realidade política brasileira.

Como pontua Bernal-Meza (2002, p.61), “em síntese, a política exterior brasileira foi se adaptando aos novos condicionamentos e cedendo a determinadas pressões que implicaram mudanças em alguns elementos de sua tradição”. O presidente afirmava esse embate de fatores e apontou caminho para uma inserção internacional

Consistente e duradoura, qual seja, o de que ela se faça a partir dos condicionantes domésticos, que não seja uma construção no vácuo. (...)A democracia trouxe a possibilidade de uma nova linguagem, que não é dada, mas construída, que não aceita outro rótulo que não seja o do interesse nacional, definido no confronto de ideias, por canais institucionais, com a participação da sociedade. Certamente não é tarefa fácil perseguir uma diplomacia sem rótulos, sobretudo quando o mundo em que se busca inserir está em permanente mutação (CARDOSO, 2002, p. 534).

A crise do Real e a inflexão do neoliberalismo fundamentalista impactaram diretamente na política externa brasileira, elevando o discurso da inserção brasileira na globalização assimétrica como conceito chave para a política externa. Silva (2008) observa que, no segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, a política externa brasileira sofreu uma nova correção de rumos, mostrando o esgotamento da matriz neoliberal, em especial após a crise financeira de 1999, que denunciou a vulnerabilidade externa do país, externalizada com a recuperação do discurso de que o sistema mundial está condicionado por assimetrias e uma distribuição desigual de poder, em especial nas negociações comerciais.

Esse processo foi acompanhado de uma redefinição do papel do Mercosul e da América do Sul para a política externa brasileira, os quais se tornam o grande caminho a ser trilhado pela diplomacia nacional. Lampreia (2000 *apud* SOLIANI, 2000) assumia o descarte do projeto do Brasil em ser uma potência mundial, capaz de ser influente nas decisões internacionais.

Acompanhando as conclusões de Silva (2008), avalia-se que matriz neoliberal efetivamente teve influência na política externa do governo Cardoso, substituindo o modelo desenvolvimentista que enfrentava suas fragilidades e estava em crise no início dos anos 1990. Daí em diante, a nova matriz emergente foi sendo implementada, figurando como elementos centrais a adesão aos ideais do Consenso de Washington e a uma nova posição perante o Estado e o mercado, nesse sentido a política externa foi um instrumento da projeção do que o governo vinha praticando internamente.

Contudo, a política externa do período deve ser explicada a partir de três importantes matizações. Em primeiro lugar, já havia ocorrido um ajuste no discurso neoliberal com o governo Itamar Franco; em segundo, a adesão ao neoliberalismo não foi integral, mostrando a persistência do paradigma desenvolvimentista; e por último, a mudança no final da década em razão da inflexão com a crise de matriz neoliberal.

5.1.3. O discurso político: As propostas para a PEB

Como salienta Saraiva (2010), os institucionalistas pragmáticos possuem, em

seu alinhamento político, uma ligação ideológica ao PSDB e, devido a tal ou em função de tal alinhamento, as propostas para a política externa tendem a se aproximar. Lampreia (2008), por exemplo, afirma a coincidência na visão de mundo, que ele e o então presidente FHC possuíam nas relações internacionais brasileiras. Além disso, como pretendemos na nossa argumentação, agruparemos nessa seção as propostas do grupo de diplomatas, políticos e intelectuais que foram responsáveis pela formulação intelectual da política externa durante o governo Cardoso.

As primeiras demonstrações do Partido da Social Democracia Brasileira em relação à política externa foram apresentadas de forma não muito explícita no seu Manifesto, Programa e Estatuto, de 1985.

O programa pontuava, ao longo do texto, propostas isoladas, não reservando um campo ao tema da política exterior brasileira, entre elas a promoção do mercado nacional com a integração soberana do país no sistema econômico internacional. O texto também citava o enfrentamento da dívida externa através de uma estratégia compatível com a manutenção da soberania nacional e, por fim, afirmava os clássicos princípios de autodeterminação dos povos, da integração latino-americana e da preservação da paz mundial (PSDB, 1985).

Em 1989, durante a campanha presidencial de 1989, o partido lançava, com uma expressiva plataforma política, a proposta da reforma de Bretton Woods e do Sistema Financeiro Internacional, inclusive pelo estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, mais justa e equitativa, reflexo da proposta desenvolvimentista do partido (GPRI, 1989 *apud* ALMEIDA, 2004).

Na segunda eleição direta para o cargo máximo da política nacional, se lançava o ex-ministro da fazenda e das relações exteriores Fernando Henrique Cardoso, que trazia consigo propostas para a política externa refletindo sua postura enquanto ministro.

As propostas de FHC eram pautadas na democratização das relações internacionais e a defesa do multilateralismo, com regras e instituições bem definidas e da criação de uma área de livre comércio sul-americana, sem exclusividades, uma vez que as relações com os EUA eram prioritárias (ALMEIDA, 2004). Com o governo FHC, o processo de formulação da política externa era, pela primeira vez, tratado por um partido político, em que era colocado que a diplomacia brasileira deveria procurar bases internas

democráticas e instáveis.

Já ocupando o mais alto escalão da política nacional, o PSDB e FHC preservaram o posicionamento da política externa brasileira e adotaram como proposta de campanha eleitoral a preservação da política externa e das diretrizes do comércio exterior brasileiro. Em 1998, o PSDB propunha a expansão da participação em foros multilaterais e a inserção no processo de globalização, como oportunidade de “inserir mais decisivamente o Brasil nos grandes fluxos de investimentos diretos” (CARDOSO, 1998).

Quando analisado o discurso presidencial acerca da política externa brasileira, Vilela e Neiva¹⁴ (2011) demonstram que Fernando Henrique apresentou uma relação privilegiada com os países europeus e utilizou um discurso mais favorável aos Estados Unidos. Os mesmos autores atribuem à filiação partidária e à orientação ideológica do presidente a explicação para uma maior proeminência dos temas da democracia e dos direitos humanos nos discursos presidenciais.

A política interna parece ter influenciado a atuação internacional do presidente; embora a democracia já estivesse presente durante os dois mandatos de FHC, ela estava menos consolidada do que durante o governo do seu sucessor. Como ainda era um tema que incomodava, o seu uso frequente parece ter tido o objetivo de reforçá-la ou de demonstrar o seu compromisso com ela (VILELA; NEIVA, 2011, p. 82).

A análise avança quando a preocupação se volta para a comparação entre a avaliação das temáticas e as regiões. Para Vilela e Neiva (2011), verifica-se a atenção dada pelo presidente Fernando Henrique à relação com o continente europeu, sendo a região a que mais foi associada aos assuntos.

Quando falou em meio ambiente, FHC citou a Europa em 31,4% das vezes, nos assuntos relacionados à cooperação internacional as proporções foram de 38,2%, economia

¹⁴ O trabalho de Vilela e Neiva (2011) propões a aplicação do método da análise de conteúdo aos discursos oficiais da política externa de Lula e de FHC com a intenção de responder as seguintes perguntas: interessa-nos responder às seguintes perguntas: os posicionamentos históricos do PT e do PSDB e as diferenças programáticas e ideológicas refletiram-se na política externa defendida pelos dois presidentes? Elas fizeram diferença na escolha dos parceiros que foram buscados na arena internacional? A exemplo do que aconteceu na área econômica, Lula deu continuidade à política externa implementada por FHC? Em que áreas? Quais as áreas que sofreram mudanças? É possível identificar políticas e temáticas diferenciadas para diferentes regiões, em cada um dos dois governos? Até que ponto os acontecimentos e mudanças vivenciadas na arena internacional nesses 16 anos influenciaram tais políticas? (VILELA; NEIVA, 2011)

31,3%, democracia e direitos humanos 33,2%. Vale ressaltar que no que diz respeito ao discurso, a posição de que a política externa de Fernando Henrique voltou-se mais para os países desenvolvidos precisa ser relativizada, uma vez que os dados relativos aos Estados Unidos não possuem expressividade. Em contraste com a Europa, FHC cita os Estados Unidos (e Canadá) em apenas 3,5% dos discursos relacionados ao meio ambiente, à cooperação 3,8%, economia 8,3%, democracia e direitos humanos 6,6%.

Há também o importante foco na América do Sul que, juntamente com a Europa, foi a região mais citada por FHC, quando falava de vários assuntos, principalmente em temas de instituições internacionais em que se apresentaram 42% dos casos, quase sempre relacionada ao Mercosul, economia 33,2% e democracia e direitos humanos 34,7%.

A seguir, os resultados completos dos autores:

Tabela 2: Percentual de citações simultâneas de temas e regiões – FHC

	África	México Caribe América Central	EUA Canadá	Ásia	América do Sul	Europa	Oriente Médio
Meio ambiente	7,0%	9,3%	3,5%	10,5%	37,2%	31,4%	1,2%
Cooperação internacional	12,7%	9,4%	3,8%	7,1%	26,4%	38,2%	2,4%
Paz e Segurança internacional	10,0%	7,2%	8,3%	7,2%	30,6%	26,7%	10,0%
Economia	6,1%	11,1%	6,1%	10,5%	33,2%	31,3%	1,7%
Desigualdade social	3,8%	11,5%	11,5%	6,7%	29,8%	33,7%	2,9%
Democracia e Direitos humanos	8,1%	6,9%	6,6%	6,6%	34,7%	33,2%	3,9%
Instituições internacionais	15,1%	6,3%	5,9%	4,4%	42,3%	23,5%	2,6%

Fonte: VILELA e NEIVA, 2011

Em seguida, Vilela e Neiva (2011) sintetizam os resultados encontrados para FHC, nos quais se percebe o papel central que tiveram os temas relacionados à economia, à democracia e às instituições internacionais na sua política externa e a aproximação discursiva com a América do Sul e Europa. Para os autores, os resultados mostram que o meio ambiente e a desigualdade social ocuparam uma posição menos relevante em relação a outros temas.

Os autores concluem que os pronunciamentos de Fernando Henrique estiveram mais voltados para os temas do que para os países ou regiões: com exceção da América do Sul e da Europa, as referências às outras regiões foram secundárias e estão muito distantes da sua agenda predominante, o que reafirma a postura do grupo de que o mundo de hoje vive a transformação da ordem mundial, tendo como símbolo o processo de globalização, e para o projeto de inserção internacional o Brasil deve estar atento a essas mudanças e se mover dentro do mundo globalizado com os desafios que surgem, devido ao aumento da interdependência que é criada pela rapidez dos fluxos de informações e financeiros, pela abertura comercial e pelo processo de integração econômica (BARBOSA, 2007).

Acerca da integração regional, os institucionalistas pragmáticos apresentam propostas que versam sobre um Mercosul como espaço privilegiado de ação, servindo como espaço de barganha para o Brasil em relação ao mundo. Conforme Lampreia (1999), a consolidação do bloco deverá ser uma das linhas mestras da política externa brasileira, sendo o instrumento permissivo para a uma participação mais intensa nas negociações para a ALCA, e permitirá também a ampliação das relações comerciais brasileiras com a União Europeia e com outras regiões, utilizando a alavancagem do Mercosul.

Para esses, o Mercosul serve à gradual liberalização do intercâmbio comercial entre os países membros (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e é aspecto central da política externa e comercial brasileira, devendo o governo priorizar o processo de integração, investindo em infraestrutura, energia e intercâmbio comercial, retomando o programa de construção de rodovias e ferrovias na região pelo interesse estratégico de permitir o acesso de nossas exportações para a Ásia, a partir de portos do Peru e do Chile, alegando que a integração da América do Sul avançou apenas retoricamente (MESQUITA, 2012).

5.1.4. Estrutura Estatal: Índícios de Adequação Institucional

O Itamaraty, à época de Cardoso, se tornava cada vez mais liberal. Segundo Souza (1994), o MRE passava por um acelerado processo de ‘neoliberalização’ e a ótica terceiro mundista, em voga nos governos militares, atravessava com dificuldades a fase Sarney, e naquele momento era vista pela nova geração do Itamaraty como uma tendência “defunta”.

Lampreia (1994 *apud* LIMA, 1994) defendia que o conceito de Terceiro Mundo já estava superado, sendo relevante como categoria operacional a dos países de economia dinâmica, a dos países emergentes, como o Brasil, a Argentina, o Chile, o México e países da Ásia como Malásia, Indonésia, Cingapura, Índia, Tailândia, os quais seriam os parceiros naturais do Brasil.

As primeiras mudanças ocorridas na estrutura organizacional do Itamaraty no período Fernando Henrique foram provenientes do Decreto 1.756, de 22 de dezembro de 1995, assinado pelo chanceler Luiz Lampreia. Como salientam Castro e Castro (2009), o decreto estabeleceu que os órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado ficaram reduzidos a dois: Gabinete do Ministro e a Secretaria de Planejamento Diplomático.

A adaptação da estrutura institucional em função da nova política externa é clara no primeiro decreto, o qual realiza reorganizações estruturais, com o intuito de fortalecer certas linhas de ações em detrimento de outras, principalmente nos temas de direitos humanos e de energia nuclear. Em entrevista, Lampreia (2008) concorda que durante sua gestão ocorreu uma mudança na estrutura interna, valorizando certos órgãos, tirando o poder de outros, para que fosse possível colocar o projeto político em prática.

O decreto promulgou a fusão entre Departamento da África (DEAF) e Departamento do Oriente Próximo (DEOP), que resultou no Departamento da África e Oriente Próximo (DAOP), criou o Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais (DHS) e a Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis (DDS).

A fusão dos departamentos da África e do Oriente Próximo, a nosso ver, é indício de uma preferência da política externa em não privilegiar a região, uma vez que ao fundir esses cargos, os recursos institucionais para as regiões são reduzidos a uma única esfera e, por sua vez, a criação de departamentos de direitos humanos e com temas voltados

para o desarmamento e tecnologias sensíveis evidenciam as intenções e as preocupações do governo com as temáticas.

As alterações eram também notadas nos grupos que assumiam certas questões internas no Itamaraty. De acordo com Fonseca Jr. (2008), a organização interna do Itamaraty responsável pelos temas multilaterais teria mudado durante o mandato de Lampreia. Segundo o diplomata,

O Felipe [Lampreia] queria mudar um pouco a organização desse mundo multilateral dentro do Itamaraty, que (...) tinha sempre um grupo [que], mais ou menos, dominou isso a vida inteira (...) Era o grupo que talvez fosse mais ligado ao Paulo Nogueira¹⁵ (FONSECA JR., 2008, p. 9).

Um importante mecanismo de institucionalização de ideias utilizado durante o governo Fernando Henrique foi a utilização da diplomacia presidencial. Para Albuquerque (1996), o traço mais marcante do primeiro ano do governo Cardoso foi o fato da presidência da república estar à frente da diplomacia, o qual sugere a disposição de concentrar na presidência uma parte essencial da formulação de política externa.

Essa concentração foi defendida pelo chanceler Lampreia (1995, 2008), o qual colocava como condição para cumprir os objetivos da política externa brasileira a participação do presidente na condução da política externa.

Nesse panorama de renovação do Brasil e de consolidação de novas credenciais para operarmos no plano externo, contamos com um presidente que tem uma profunda disposição de estar à frente da política externa, participando intensamente da diplomacia de chefes de Estado e Governo que é a marca das relações internacionais contemporâneas e uma característica particularmente importante da diplomacia hemisférica. Pelas suas qualidades de intelectual e cidadão do mundo, nosso presidente nos dá condições de participação e acesso inigualáveis no diálogo de alto nível. Jamais em toda a História do Brasil o Itamaraty terá contado com uma circunstância comparável para a execução da política externa (LAMPREIA, 1995, p. 31).

Como salienta Danese (1999), o presidente Cardoso criou dois órgãos de assessoramento direto na política externa, no âmbito do Conselho de Governo. A Câmara de Comércio Exterior foi criada em seis de fevereiro de 1995, com o objetivo de formular políticas e coordenar atividades de comércio exterior, e a Câmara de Relações Exteriores e

¹⁵ O diplomata Paulo Nogueira, durante o início da década de 90, principalmente durante o governo Collor, teve papel expressivo nas críticas em relação ao modelo neoliberal de atuação da política externa. Para uma excelente releitura do papel do Itamaraty e das disputas internas durante o período, ver Casarões (2011).

Defesa Nacional, instituída em seis de maio de 1996, tinha o objetivo de formular políticas, estabelecer diretrizes, aprovar e acompanhar estes assuntos.

Durante a gestão de Cardoso, em função do espaço concedido na agenda internacional aliado à própria ênfase dada pelo discurso diplomático brasileiro do período à diplomacia presidencial, o termo diplomacia presidencial é recorrentemente ligado a conceituação da política externa do governo FHC.

O interessante é perceber que a intensa participação pessoal do presidente não era referida explicitamente na sua plataforma de governo, nem no seu discurso de posse, mas segundo Silva (2008), a ênfase na diplomacia presidencial foi introduzida a partir da própria chancelaria, em especial pelo ministro Lampreia, que, conforme Danese (1999, p.29), seria o “núcleo organizador da ação diplomática, estratégia de ação e catalisador da ação externa de todo o governo”.

O fato demonstra que a chancelaria brasileira estava de acordo com a utilização da diplomacia presidencial, e que essa fora utilizada como um mecanismo de transmitir à política externa padrões de conduta em política externa que possivelmente encontraria resistência por parcelas do Itamaraty.

De certa forma, a diplomacia presidencial significou também a minimização do Itamaraty no processo decisório, com a consequente ampliação do papel decisório do presidente, ou, pelo menos, a concentração do poder (...) em síntese, a diplomacia presidencial, como organização da ação diplomática, reorientou o modelo de gestão diplomática do Brasil. Esse novo modelo de gestão diplomática também permitiu minimizar o papel decisório do Itamaraty, no qual alguns quadros poderiam oferecer resistências ao neoliberalismo, como aparecerá de modo mais claro a partir das críticas ocorridas no final do governo Cardoso (SILVA, 2008, p. 99).

Segundo Ribas e Farias (2011), a diplomacia presidencial esteve voltada para a América Latina e Europa, acompanhada da América do Norte e com pouca participação nos outros continentes. Segundo dados dos autores, durante os oito anos do mandato de Cardoso, a América do Sul recebeu 43,47% do total das viagens presidenciais, seguido pela Europa (29,56%), América do Norte (12,17%), Ásia (6,95), América Central e Caribe (4,43%) e África (3,47%).

Algumas visões sobre a diplomacia presidencial corroboram a visão do prestígio presidencial, enquanto outras buscam analisar de forma mais crítica o que

significou a utilização da diplomacia presidencial. Esse é o caso de autores que trabalham com hipótese de que a atuação internacional de Cardoso estaria ligada a uma intenção, quando não ao exercício, de liderança (embora disfarçada no discurso) na América do Sul, cuja finalidade seria reestruturar o posicionamento do Brasil no mundo.

Para Pfeifer (1998), em análise do discurso presidencial,

Pode-se inferir que o Executivo nacional assume cada vez mais uma posição declarada de liderança ativa na América do Sul – o que contrasta com a tradição de perfil discreto e afastado. (...) As declarações de Fernando Henrique, assim, parecem evidenciar a gestação de uma nova atitude do Brasil com relação à América do Sul: a de líder assumido.

Além de servir como catalisador das relações entre países, alguns defendem que a diplomacia presidencial tem por efeito atrair a atenção da sociedade para assuntos relacionados à política externa, principalmente em razão da ampla cobertura midiática da agenda presidencial. Nesse sentido, de acordo com Cerqueira (2005), essa ferramenta diplomática é, portanto, um instrumento de diplomacia pública em sintonia com o discurso da chancelaria, que apontava para uma abertura do processo de formulação da política externa em favor da participação ativa da sociedade.

Segundo Barros (1998), as mudanças que procuraram a democratização decisória também ocorreram no âmbito institucional da diplomacia, sendo marcada por algumas transformações, entre elas a criação de espaços de consulta pública e diálogo, como a Seção Nacional da ALCA (SENALCA), o Foro Consultivo Econômico- Social e a Assessoria de Relações Federativas.

Como apresentado por Belém Lopes (2011), a criação da Assessoria de Relações Federativas e de inúmeros conselhos empresariais multilaterais ou bilaterais acompanhou a possibilidade constitucional de incorporação de demandas dos governos subnacionais na composição do chamado “interesse nacional”.

Essas medidas permitiram que o relacionamento governo-empresariado no período se adensasse consideravelmente (BELÉM LOPES, 2011). Percebemos nessa atitude uma clara influência do pensamento partidário, que na figura de FHC propunha a democratização das relações internacionais e a formação de uma base interna democrática para tal.

Com a renúncia do chanceler Lampreia, assume o professor e jurista Celso Lafer. A indicação de Celso Lafer é, em si só, representativa da intenção da coalizão governamental em encampar uma política externa mais baseada nos princípios da socialdemocrata. A atuação do professor em sua militância política sempre esteve ligada ao projeto do partido socialdemocrata brasileiro.

A troca do chanceler levantou algumas questões na disputa pelo poder dentro da instituição. À época, o posto estava cotado entre o jurista e o diplomata e então embaixador em Buenos Aires, Sebastião do Rêgo Barros, porém a indicação de Lafer era a mais provável, dado que a indicação de Rêgo Barros exigiria uma grande modificação nos postos do exterior para acomodar e remanejar os diplomatas de alto escalão. Além disso, considerava-se que o embaixador Luiz Felipe de Seixas Correa, então secretário-geral do ministério e, como tal, vice-chanceler, não tinha relações “suficientemente azeitadas” com Rêgo Barros para permanecer no posto (SILVA, 2008).

Um dos fatos mais marcantes durante a administração Lafer que estiveram envolvidos com a tentativa de coibir a emergência de projetos políticos contrário ao dos institucionalistas pragmáticos foi a instauração da “lei da mordaza” e a exoneração do embaixador Samuel Pinheiro em decorrência dessa. A conhecida e polêmica “lei da mordaza” foi uma circular recomendatória referente à manifestação dos diplomatas em relação ao processo de produção da política externa brasileira. A seguir transcrevemos a circular:

“Manifestação pública por parte de integrantes do Serviço Exterior Brasileiro

Com referência à circular postal 87/96, transmito a seguir novos procedimentos para que os funcionários do Serviço Exterior Brasileiro solicitem autorização para manifestações públicas sobre matéria relacionada à formulação e à execução da política exterior do Brasil.

As manifestações (artigos na imprensa, entrevistas, textos em publicações especializadas e assim por diante) devem, como regra geral, restringir-se a situações em que haja interesse institucional na difusão pública de princípios e posições da diplomacia nacional.

Nos casos excepcionais em que se justifiquem e sejam convenientes para o ministério manifestações públicas em caráter pessoal dos membros do Serviço Exterior Brasileiro, passam a ser observados os procedimentos a seguir

a) Postos no exterior

O chefe de posto solicitará autorização à Sere (Secretaria de Estado de Relações Exteriores) para manifestações próprias nos casos em que julgar necessário.

Os funcionários devem solicitar autorização ao chefe do posto, o qual -se estiver de acordo com a publicação- submeterá o texto à Sere, em expediente oficial com primeira distribuição para a SG e segunda para a área responsável pelo tema.

b)Sere

Os funcionários devem solicitar autorização por meio de memorando ao chefe imediato, que -se estiver de acordo com a publicação- encaminhará o texto a consideração superior; cabendo a decisão final ao secretário-geral”.

A “lei da mordaza”, segundo Silva (2008), estava atrelada à tentativa de Celso Lafer de administrar a crise do paradigma neoliberal que vinha ocorrendo dentro do Itamaraty, com a tarefa de promover uma reacomodação e transformação da política externa brasileira, ao mesmo tempo em que deveria conter as consequências políticas da insatisfação e perplexidade ante a crise.

O interessante é perceber que a decisão sobre quais manifestações possuem o aval para circular estão sob o crivo da cúpula decisória do Itamaraty, o que a nosso ver sugere a condução da política externa sob os ideais do grupo detentor do poder decisório, nesse sentido as opiniões divergentes não teriam espaço para se manter ativas na instituição.

Samuel Pinheiro foi um dos maiores críticos do projeto da Área de Livre Comércio das Américas, tendo organizado livros, seminários e palestras que tinham como tema principal a problematização da entrada brasileira na ALCA. Entre eles, gostaríamos de salientar o seminário “ALCA e MERCOSUL: riscos e oportunidades para o Brasil”, realizado nos dias seis de março de 1998, no Rio de Janeiro, e oito de maio de 1998, em São Paulo, organizado pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, que contou com a presença de críticos ao projeto, como o próprio Samuel Pinheiro e o professor Marco Aurélio Garcia.

A exoneração do embaixador Samuel Pinheiro foi resultado de movimentos que serviriam para constranger ideias contrárias a dos institucionalistas pragmáticos. Lafer (2001) defendia o ato como justificativa da seriedade da chancelaria brasileira, a qual como qualquer chancelaria séria deve buscar defender os interesses nacionais de forma coerente e convincente junto a seus interlocutores. Em seguida, alega que, por estarem investidos da representação do país para a negociação de acordos e a defesa dos interesses nacionais, os

funcionários da carreira diplomática estão sujeitos a determinadas normas de conduta profissional e pessoal, como em todos os ministérios do exterior, no sentido de que se um diplomata brasileiro, ainda que alegando estar expressando opiniões pessoais, manifestar de maneira pública a sua oposição à política exterior, causará descrédito do país junto a nossos interlocutores. Para o chanceler dos diplomatas, espera-se que subordinem as suas manifestações públicas sobre temas de política externas às circunstâncias impostas pela condução desta (LAFER, 2001).

Especificamente na estrutura do Ministério das Relações Exteriores, durante a gestão Celso Lafer, empreenderam-se mudanças na estrutura organizacional do MRE pelo Decreto nº 3.959, de 10/10/2001. Segundo Castro e Castro (2009), as reformas empreendidas foram pontuais e estavam voltadas para ajustar as transformações no cenário mundial no começo do século XXI e adequar as mesmas à visão do chanceler Celso Lafer, principalmente a diplomacia comercial, as quais, a nosso ver, privilegiavam o reordenamento da política externa à perspectiva assimétrica.

As principais mudanças ocorreram na Secretaria Geral das Relações Exteriores, com a criação de um novo órgão de Direção Geral, a Direção Geral de Integração Latino-Americana (DIN) com destaque a Coordenação Geral para as Negociações Mercosul-União Europeia, que evidencia os recursos concedidos pela cúpula decisória aos temas relacionados a integração latina americana e as negociações comerciais com a União Europeia.

Com relação ao projeto de multilateralização da política externa brasileira, observamos que houve o desmembramento da Subsecretaria Geral de Assuntos Políticos (SGAP) em Subsecretaria Geral de Assuntos Políticos Bilaterais (SGAP) e Subsecretaria Geral de Assuntos Políticos Multilaterais (SGAM), além disso, restaurou-se a Coordenação de Acompanhamento de Mecanismo Político Multilaterais (CAM).

De acordo com Castro (2009), na gestão Celso Lafer, foram resgatados alguns órgãos que compuseram a estrutura organizacional da gestão Saraiva Guerreiro, visto que o multilateralismo voltou como tema importante na estratégia e ação da diplomacia brasileira.

No que se refere a estrutura das Subsecretárias, ao final do governo FHC, elas se dividiam em quatro: [a] Subsecretaria de Assuntos Políticos Bilaterais; [b] Subsecretaria de Assuntos Políticos Multilaterais; [c] Subcretaria-Geral do Serviço

Exterior; e [d] Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômico e de Comércio Exterior

De acordo com o Decreto 2070/96 de 13 de novembro de 1996, o qual aprova a estrutura regimental do Ministério das Relações Exteriores a Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos tem a função de assessorar o Secretário-Geral das Relações Exteriores no trato das questões de natureza política das relações entre os Estados.

Anteriormente a divisão ocorrida sob o comando de Celso Lafer, a Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos era uma das mais extensas subsecretarias da estrutura do MRE, sendo composta pelo Departamento da África e Oriente Próximo, Departamento das Américas, Departamento da Ásia e Oceania, Departamento da Europa, Departamento Cultural, Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, Departamento de Organismos Internacionais e Departamento de Temas Especiais. (MRE, 1996)

Com a divisão pelo Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001 a Subsecretaria-Geral de Política Bilateral ficou dividida em Departamento da África e Oriente Próximo, Departamento das Américas, Departamento da Ásia e Oceania,. Departamento da Europa e Departamento Cultural, enquanto a Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais se dividiu em Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, Departamento de Organismos Internacionais e Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais. (MRE, 2001)

A primeira ficaria designada a assessorar o Secretário-Geral das Relações Exteriores no trato das questões de política exterior de natureza bilateral, bem como coordenar e acompanhar a política do Brasil com cada país e com o conjunto das suas respectivas áreas geográficas.

A de cunho multilateral ficaria responsável pelo trato das questões de natureza política multilateral, dos temas afetos aos direitos humanos e das matérias internacionais de caráter especial.

Antes da divisão da SAGP em Assuntos Bilaterais e Multilaterais, dois diplomatas assumiram a Subsecretaria-Geral - Ivan Oliveira Cannabrava e Bernardo Pericas Neto. Ambos os diplomatas tiveram sua experiência atrelada as questões da SGAP, tendo o primeiro assumidos os postos de embaixador em Israel e Angola em seus dois últimos

postos, e o último Subsecretário-Geral, antes do cargo esteve envolvido com questões de cunho político e de interação, sendo tanto Coordenador da Comissão Nacional de Apoio a CPLP e Coordenador Nacional do Foro de Consulta e Concertação Política do Mercosul.(Tabela 3)

Após a divisão Bernardo Pericas assumiu o posto de Subsecretário Geral de Assuntos Políticos Bilaterais, posteriormente substituído por Giberto Vergne Sabóia, diplomata que anteriormente foi Chefe de Delegação na Conferência Mundial contra Racismo e Secretário de Estado para Direitos Humanos.

Nos Assuntos Multilaterais quem assumiu o cargo de Subsecretario foi Luiz Augusto Saint-Brisson de Araujo Castro, que antes foi o Diretor Geral de Organismos Internacionais no Ministério de Relações Exteriores Brasileiro.

À Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior compete assessorar o Secretário-Geral das Relações Exteriores no trato de todos os aspectos administrativos relacionados com a execução da política exterior. Sua divisão é uma das mais simples: Departamento de Administração, Departamento de Comunicações e Documentação e Departamento do Serviço Exterior. (MRE, 2001)

Dentro do governo FHC a Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior foi a única que não teve alocado em seu posto de comando diplomatas “especialistas” no trato administrativo do Ministério das Relações Exteriores. Os três embaixadores nomeados durante o governo tiveram seus dois últimos cargos como embaixadores ou lotados em outras burocracias do governo federal, como o diplomata Oto Maia que foi Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral da Presidência da República e Chefe da Assessoria para Assuntos Sociais da Presidência da República. (Tabela 4)

No caso da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior isso não ocorreu, e da mesma forma que nas duas Subsecretarias de Assuntos Políticos, os subsecretários que comandaram a pasta possuíam ampla experiência nos temas relacionados. (Tabela 5)

O primeiro subsecretário nomeado foi o diplomata José Botafogo Gonçalves, um dos principais nomes dentro da diplomacia comercial brasileira, anteriormente Cônsul-geral em Milão e Vice-Presidente de Relações Externas do Banco Mundial. Posteriormente

o embaixadores assumiria o posto de Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo e Secretário da Câmara de Comércio Exterior Brasileiro.

Após sua saída para o MDIC, assumiu o diplomata José Alfredo Graça Lima, o qual nos seus últimos dois cargos ocupou postos de destaque da “parcela econômica” no MRE, o de Diretor-Geral do Departamento Econômico do MRE e o de Assessor para Assuntos Econômicos e Comerciais. Em seguida assumiu o diplomata Clodoaldo Hugueneu Filho, o qual fora Chefe Missão junto às Comunidades Europeias, cargo que foi assumido pelo seu antecessor. Clodoaldo permanece no cargo durante o governo Lula, na subsecretaria “similar”, assumindo o posto de Subsecretário Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos, e logo após assume um dos mais importantes cargos econômicos da estrutura, o de Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra.

A organização da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior está dividida em quatro departamentos, o de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, o Econômico, o de Integração Latino-Americana e o de Promoção Comercial. A ela compete assessorar o Secretário-Geral das Relações Exteriores no trato das questões de natureza econômico-comercial relacionadas com a economia internacional e com a promoção do comércio exterior. (MRE, 2001)

Tabela 3: Subsecretários-Gerais: Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos

Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos*						
Nome	Entrada	Saída	Cargo Anterior I	Cargo Anterior II	Cargo Posterior I	Cargo Posterior II
Ivan Oliveira Cannabrava	04/jul/95	30/mai/01	Embaixador em Israel	Embaixador em Angola	Chefe de Delegação na V Reunião dos Países do Tratado de Cooperação Amazônica	Alto Funcionário nas negociações de paz entre Peru e Equador
Bernardo Pericas Neto	30/mai/01	09/out/01	Coordenador da Comissão Nacional de Apoio a CPLP	Coordenador Nacional do Foro de Consulta e Concertação Política do Mercosul	Sub-Secretário Geral de Assuntos Políticos Bilaterais	Representante Permanente na Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI

* Posteriormente a Subsecretaria de Assuntos Políticos foi dividida em Assuntos Bilaterais e Multilaterais

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados concedidos pelo Departamento do Serviço Exterior/MRE e através de dados do site do Senado Federal

Tabela 4: Subsecretários-Gerais: Subsecretaria-Geral de Assuntos Bilaterais

Subsecretaria-Geral de Assuntos Bilaterais						
Nome	Entrada	Saída	Cargo Anterior I	Cargo Anterior II	Cargo Posterior I	Cargo Posterior II
Bernardo Pericas Neto	10/out/01	24/jan/02	Sub-Secretário Geral de Assuntos Políticos	Coordenador da Comissão Nacional de Apoio a CPLP	Representante Permanente na Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI	Representante Permanente na Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul
Giberto Vergne Sabóia	25/jan/02	19/set/03	Chefe de Delegação na Conferência Mundial contra Racismo	Secretário de Estado para Direitos Humanos	Sub-Secretário Geral de Política I	Representante Permanente na OPAQ

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados concedidos pelo Departamento do Serviço Exterior/MRE e através de dados do site do Senado Federal

Tabela 5: Subsecretários-Gerais: Subsecretaria-Geral de Assuntos Multilaterais

Subsecretaria-Geral de Assuntos Multilaterais						
Nome	Entrada	Saída	Cargo Anterior I	Cargo Anterior II	Cargo Posterior I	Cargo Posterior II
Luiz Augusto Saint-Brisson de Araujo Castro	01/mar/02	31/mar/03	Diretor Geral de Organismos Internacionais	Embaixador no Uruguai	Embaixador no México	Embaixador no Peru

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados concedidos pelo Departamento do Serviço Exterior/MRE e através de dados do site do Senado Federal

Tabela 6: Subsecretários-Generais: Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior

Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior						
Nome	Entrada	Saída	Cargo Anterior I	Cargo Anterior II	Cargo Posterior I	Cargo Posterior II
Oto Agripino Maia	15/abr/93	18/mar/96	Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral da Presidência da República	Chefe da Assessoria para Assuntos Sociais da Presidência da República	Embaixador na África do Sul	Embaixador na Santa Sé
João Augusto de Médicis	18/mar/96	30/jul/99	Embaixador na China	Embaixador na Polónia	Embaixador no Chile	Secretário-Executivo da CPLP
Gilberto Coutinho Paranhos Velloso	09/jul/99	10/jan/02	Embaixador no Chile	Embaixador na Santa Sé	Chefe do Escritório Financeiro em NY	
Carlos Antonio da Rocha Paranhos	11/jan/02	14/ago/03	Assesor Especial do MAPA	Chefe de Gabinete MDIC	Representante na Delegação Permanente em Genebra	Presidente da Conferencia da UNCTAD

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados concedidos pelo Departamento do Serviço Exterior/MRE e através de dados do site do Senado Federal

Tabela 7: Subsecretários-Generais: Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômico e de Comércio Exterior

Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômico e de Comércio Exterior						
Nome	Entrada	Saída	Cargo Anterior I	Cargo Anterior II	Cargo Posterior I	Cargo Posterior II
José Botafogo Gonçalves	29/mar/95	1998	Cônsul-geral em Milão	Vice-Presidente de Relações Externas do Banco Mundial	Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo -	Secretário da Câmara de Comércio Exterior
José Alfredo Graça Lima	01/abr/98	22/mar/02	Diretor-Geral do Departamento Econômico do MRE	Assessor para Assuntos Econômicos e Comerciais	Chefe Missão junto às Comunidades Europeias	
Clodoaldo Hugueneu Filho	23/mar/02	22/jun/03	Chefe Missão junto às Comunidades Europeias	Embaixador na Venezuela	Subsecretário Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos	Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados concedidos pelo Departamento do Serviço Exterior/MRE e através de dados do site do Senado Federal

Um dos parâmetros para averiguar a institucionalização dos ideais político-partidários na PEB, conforme salientado na introdução, será a análise da bibliografia sugerida para a entrada no Curso de Admissão à Carreira Diplomática. A seguir serão analisados a bibliografia dos Guias Estudos CACD durante o período 1996-2002. Apesar do contato com o Instituto Rio Branco, e as bibliotecas do MRE e do próprio Instituto, os guias de estudos do primeiro ano do governo FHC, e de governos anteriores¹⁶ não foram disponibilizados.

Uma visão geral¹⁷ do período salienta uma clara preferência pela bibliografia produzida pelos diplomatas da linhagem “institucionalista”, daqueles que no governo Lula seriam caracterizados como críticos. Em 1996 e 1997 a bibliografia sugerida tinha cinco livros e artigos produzidos por essa linhagem do pensamento diplomático, como os livros produzidos e organizados pelo Assessor Presidencial Gelson Fonseca e pelo embaixador Rubens Barbosa, além do manual produzido por Demétrio Magnoli. As outras obras ou eram obras clássicas da literatura de Relações Internacionais (Aron, Hobsbawm, Kissinger e Morgenthau), ou obras referentes às Nações Unidas e a participação brasileira nessa.

Em 1998, toda a bibliografia dos anos anteriores foi mantida, sendo adicionadas quatro novas obras, todas essas de diplomatas brasileiras, os quais em sua maioria retratavam memórias da diplomacia nacional. Percebe-se, mesmo que não de forma intencional, um reforço de certas “tradições” ou de uma memória institucional que valoriza e reforça a instituição diplomática.

No ano seguinte são acionadas sete novas obras sendo seis de diplomatas, com especial destaque a introdução do livro do diplomata e economista Roberto Campos¹⁸, os ensaios de Rubens Barbosa sobre a inserção brasileira, as obras de Antonio Patriota, George Lamaziere, Sérgio Florêncio e Ernesto Araújo que introduziam as novas questões da política externa (Nova configuração da Segurança Internacional no pós Guerra-Fria, Questões Nucleares e Mercosul) no guia de estudos, além de mais uma obra de uma dos principais “arquitetos” da política de FHC, Gelson Fonseca, e do livro de Paul Kennedy que

¹⁶ Os guias de anos anteriores poderiam servir como parâmetro de comparação.

¹⁷ A bibliografia sugerida do período analisado se encontra no Anexo da Dissertação.

¹⁸ Roberto Campos foi um dos mais importantes economistas brasileiros, ocupando importantes cargos na estrutura federal. Entre suas ideias defendia uma proposta mais ligada aos setores mais liberais do pensamento econômico brasileiro, característica que lhe rendeu a reputação de entreguista e o apelido de "Bobby Fields", ambos concedidos pelos seus adversários de tendência anti- EUA.

apresentava a nova condição sistêmica do sec. XXI. A bibliografia se manteve no ano seguinte.

Em 2001 a única adição foi a obra do ex-chanceler Luiz Felipe Lampreia, a qual contem os principais discursos do diplomata enquanto Ministro de Estado, elucidando as diretrizes da atuação externa do Brasil nos últimos anos do século XX com a intenção de apresentar a avaliação das propostas de política externa tomadas durante seu mandato nas principais questões internacionais e salientar quais seriam as prioridades externas do país.

No último guia de estudos produzidos no governo FHC sete obras são inseridas, com destaque para a adequação da visão corrente da inserção da diplomacia brasileira no fenômeno da globalização e da própria concepção do modo de se fazer diplomacia. As obras de Lafer, Castañeda, McGrew e Held demonstravam a visão de mundo que a diplomacia brasileira possuía, principalmente em relação a inserção na globalização, enquanto as obras de Lafer, Evans e Putnam sinalizavam a nova forma de conceber o processo decisório da política internacional e da política externa, na qual as fronteiras entre o externo e o interno se diluíam.

A seguir partiremos para a análise de outro indicador da institucionalização da PEB, a produção dos diplomatas no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Esse parâmetro permite avaliar se os diplomatas em um estágio mais avançado da carreira diplomática são influenciados pelas novas tendências da diplomacia.

A análise dos dados referentes à produção das teses no CAE/IRBr¹⁹ durante o governo FHC permite algumas indicações sobre o comportamento e as preocupações da burocracia acerca da política externa. Apesar de existir o acompanhamento de linhas da política externa brasileira, com estudos recorrentes sobre a ALCA, direitos humanos, globalização, integração regional, os trabalhos produzidos no CAE, sob mandato do presidente FHC, apresentam uma diversidade temática surpreendente.

Era esperado que os trabalhos focados nas regiões periféricas do globo não encontrariam lugar nos estudos, em função principalmente das preferências políticas da cúpula decisória, entretanto quando se observa as teses produzidas não há essa preferência explícita, pelo contrário existem vários estudos sobre a África (Tese n°266, n° 268, n° 293, n° 324, n° 337) e Ásia (Tese n° 276, n°281, n°287, n°299, n°301). Porém é perceptível a

¹⁹ As teses produzidas durante o governo FHC se encontram no Anexo da Dissertação.

preferência pelo espaço americano - entendido como todo o continente -, das cento e seis teses produzidas no período analisado, trinta e sete (34%) tratam sobre algum assunto relacionado ao espaço geográfico.

O primeiro CAE analisado, no ano de 1995 já revela a preferência da diplomacia em estudos referentes a América do Sul (Tese n° 248, n° 249, n°250, n°251) e ao comércio internacional (Tese n° 247, n°252, n°256), entretanto as novas “linhas” da política externa brasileira já aparecem nos estudos, principalmente as questões sobre democracia (Tese n°249) e direitos humanos (Tese n°253).

No CAE de 1996, os diplomatas brasileiros começam a tratar das novas questões inseridas pelo novo presidente como a temática ambiental (Tese n° 265) e da democracia (Tese n° 257), mas preservam a intenção do espaço de atuação americano (Tese n° 257, n°260, n°261, n°263, n° 264) como principal foco dos estudos.

No ano seguinte, a influência das novas linhas da política externa é que se faz mais evidente. Nesse ano a temática da inserção brasileira diante do fenômeno da globalização e do seu impacto nas relações internacionais é recorrente nas teses (Tese n°272, n°277, n°278), bem como a atuação brasileira no sistema de segurança internacional (Tese n°270, n°276, n°280). Vale salientar que no ano de 1997, o diplomata Sérgio Danese escreve sua tese sobre a diplomacia presidencial (Tese n° 279), na qual defendia a utilização desse mecanismo de ação diplomática, principalmente durante o governo FHC.

O ano de 1998 é marcado dentro do CAE por uma diversidade nas temáticas das teses, com trabalhos que tratavam desde a relação entre saúde e política externa (Tese n°282), a questões de regimes nucleares (Tese n° 289). Pontos de destaques são as duas teses referentes ao projeto da Área de Livre Comércio das Américas (Tese n°284, n°285) que retratam o papel brasileiro e as oportunidades brasileiras no novo regime.

Em 1999 a diversidade temática também é característica dos Cursos de Altos Estudos realizados, com a presença de estudos principalmente sobre práticas consulares e diplomáticas (Tese n° 294, n°298, n°302), segurança internacional (Tese n°296, n°297), relações bilaterais (Tese n° 299, n° 300).

Na virada do milênio, o CAE de 2000 apresenta três grandes concentrações temáticas, uma sobre defesa e segurança internacional (Tese n° 310, n° 311, n° 314), outra sobre estudos acerca do Itamaraty e das práticas diplomáticas (Tese n° 305, n° 313, n°315,

nº316, nº318) e a última sobre estudos americanos (Tese nº 306, nº308, nº310, nº314, nº320, nº321, nº322). Os outros estudos diversificam em muito seu objeto de estudos passando de questões da comunidade brasileira no exterior (Tese nº 305) ao novo trabalhismo britânico (Tese nº 319).

No próximo ano as teses do CAE também se focam em temáticas regionais (Tese nº326, nº328, nº329, nº335, nº336, nº338, nº341), com destaque para a discussão sobre a ALCA (Tese nº 341). Cabe sinalizar que nesse ano há a intensificação dos estudos que se focam nas questões do comércio internacional (Tese nº 338, nº341, nº343, nº344), nas questões de segurança internacional (Tese nº 326, nº328, nº334, nº337, nº339, nº340). No último CAE realizado no governo FHC a temática comercial permanece como uma importante parcela dos estudos (Tese nº 345, nº 347, nº 348) juntamente com as questões de segurança internacional (Tese nº 346, nº349, nº350, nº351, nº353).

6. GOVERNO LULA

6.1. A PEB do Governo Lula: Mudança ou Continuidade

A política externa do governo Lula desempenhou durante todo seu governo um papel de destaque na agenda governamental como ferramenta para o desenvolvimento nacional e como ilustração da capacidade brasileira tanto internamente como no cenário internacional. Acompanhada por uma intensificação das discussões acerca das escolhas, aliadas ao crescente processo de politização política, a política externa lulista se caracterizou pela ampliação das pautas e dos parceiros, com uma intensa atuação da chancelaria, estabelecendo acordos com diferentes países, com a presença presidencial em viagens diplomáticas, com uma participação efetiva e ativa em foros internacionais e debates multilaterais, consolidando um a imagem atuante do Brasil no cenário internacional.

Além de esses fatos contribuírem para a popularização da política externa durante o período, segundo Prado (2007), a figura emblemática do governante foi intensamente projetada nos discursos diplomáticos: a diplomacia presidencial foi desenvolvida, juntamente com a atuação mais ativa de outros atores da política externa brasileira: além do chanceler, Celso Amorim, houve o intenso envolvimento do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, e do Assessor Especial para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia, nos assuntos diplomáticos.

Segundo Burges (2005), o governo Lula seguiu uma agenda política psicologicamente transformadora no sul global, cujo objetivo não é derrubar ou desvincular do sistema internacional existente político e econômico, mas levar o país, e o sistema internacional a uma mudança na forma como os países em desenvolvimento são inseridos e veem o sistema. Para o autor, essa ambição não seria particularmente original e estaria firmemente enraizada em chamadas persistentes durante o governo Cardoso, como as reforma das instituições internacionais de governança econômica para torná-los mais inclusiva ao sul.

A originalidade, entretanto, reside na estratégia de alcançar o fim proposto pela política externa. Mesmo que as propostas de reforma institucional e compromisso com o multilateralismo fossem aspectos centrais da política externa brasileira em ambos os governos, na era FHC essas assumiram um papel subordinado a uma agenda conceitual que explicitamente questiona a divisão clara entre desenvolvidos e em desenvolvimento. Já em Lula, as propostas estariam conscientemente tentando reformular a dicotomia do desenvolvimento, através da reformulação da identidade do Sul e do Brasil na economia política internacional. Ao invés de apresentar o país como um Estado em desenvolvimento que necessita de ajuda, a ênfase durante o governo Lula está em apresentar um Brasil como uma economia complexa e altamente sofisticada dotada de uma política que está trabalhando para superar um padrão de desenvolvimento desigual interno e internacional. (BURGUES, 2005)

De acordo com Pomar (2010) a política externa do governo Lula se desenvolveu nos marcos de uma situação mundial que pode ser resumida como sendo de crise e transição: a) crise do ideário neoliberal, num momento em que o pensamento crítico ainda se recupera dos efeitos de mais de duas décadas de defensiva político-ideológico; b) crise da hegemonia estadunidense, sem que haja um hegemom substituto, o que estimula a formação de blocos regionais e alianças transversais; c) crise do atual padrão de acumulação capitalista, sem que esteja visível qual será a alternativa sistêmica; d) crise do modelo de desenvolvimento conservador e neoliberal na América Latina e no Brasil, estando em curso a transição para um pós-neoliberalismo cujos traços serão definidos ao longo da própria caminhada.

Dentro dessa conjuntura, Pomar (2010) postula que durante o governo Lula, a política externa foi um importante instrumento para atingir, entre outros, os seguintes objetivos: a) desenvolvimento nacional, integração regional e redução das vulnerabilidades externas; b) fortalecimento do papel do Estado, inclusive em termos de Defesa das fronteiras marítimas e terrestres, com destaque para a Amazônia legal; c) ampliação do papel internacional do país, por exemplo, obtendo a condição de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, incidindo na reforma das instituições multilaterais, consolidando relações com outros grandes Estados periféricos, evitando acordos subalternos e investindo fortemente na integração regional.

6.1.1. Eventos Externos: Uma nova ordem internacional

A grande temática internacional em voga durante quase todo o mandato do governo Lula foi a consideração e a percepção da mudança na ordem internacional. A ordem internacional presencia o desgaste da proposta estadunidense, a qual no recente pós guerra-fria sustentava-se no predomínio dos Estados Unidos e da tríade capitalismo-democracia-liberalismo e objetivava a construção de uma ordem internacional baseada em normas e regimes internacionais os quais seriam fortalecidos e reproduzidos pela participação e aceitação dos outros Estados nacionais.

Segundo Fiori (2007) no início do século XXI, a crise expansiva do império americano reacendeu a competição entre as nações, e, em todos os lados, o que se observa é uma diminuição da capacidade de intervenção unilateral dos Estados Unidos, com o aumento dos graus de incerteza e de liberdade de ação das velhas e novas potências, em cada um dos “tabuleiros regionais” do sistema mundial. Nações que antes eram colocadas em segundo plano no jogo político-econômico internacional passam a ter cada vez mais importância.

Em paralelo a contestação da hegemonia estadunidense, ocorre a pluralização de polos de poder, os quais segundo Moreira Jr (2012) tendem a construir equilíbrios de poder de geometria variável, estabelecendo uma nova correlação de forças, refletindo reformas no sistema internacional, sobretudo em regimes e organizações multilaterais.

A literatura de relações internacionais vem desenvolvendo grandes esforços conceituais de empíricos na tentativa de compreensão da nova configuração internacional. Flesher (2010) resume o estado da arte pontuando a existência de debates preocupados com a unipolaridade centrados no argumento neorrealista, no qual ambos os poderes, estabelecidos e emergentes, buscam a dominação hegemônica na sua própria região e o enfraquecimento da posição dos outros poderes dentro de suas regiões. Ainda para o autor outros artigos questionam se a transformação sistêmica irá conduzir a um “cartel de potências”, a um “mundo não polar”, à “multipolaridade instável” ou à “multi-multipolaridade” ou a uma “ordem mundial multi-regional”.

Para Fletes (2010) a ordem global é constituída, de um lado, pela União Europeia como uma região relativamente funcional e, por outro lado, de muitas grandes potências sem regiões funcionais, como são os Estado Unidos, a China, a Rússia e a Índia. Segundo Fiori (2007) O Brasil e África do Sul compartilham com a China e a Índia o fato de serem os estados e as economias mais importantes de suas respectivas regiões, responsáveis por uma parte expressiva da população, do produto, e do comércio interno e externo da América do Sul e da África, mas se diferem por não terem disputas territoriais com seus vizinhos, não enfrentam ameaças internas ou externas à sua segurança e não são potências militares relevantes.

Ainda em Fletes (2010) o Brasil também fornece bens coletivos de relativa estabilidade e segurança, bem como infraestrutura regional, considerando que a China, Rússia e Índia são vistos como potenciais ameaças por parte de alguns dos seus vizinhos regionais. Por outro lado, o Brasil não está disposto, ao contrário das potências europeias, a construir instituições regionais democráticas e representativas, incluindo processos participativos de tomada de decisão. Pode-se dizer, então, que o Brasil está numa encruzilhada e pode prosseguir ativamente suas estratégias globais com ou sem a sua região, uma vez que a posição das potências do Sul, como o Brasil, que está, por um lado, entre o centro e a periferia da atual ordem mundial e, por outro lado, na interface da política internacional com a regional, demanda estratégias de política externa particularmente complexas.

Com a nova configuração internacional o Brasil, segundo Hakim (2010) teria substituído, dentro do teatro sul-americano, os Estados Unidos como a presença dominante em uma série de questões. Essa ascensão para o autor Brasil, em parte, tem origem em fatores esperados, uma vez que o país é o quinto maior país em área territorial de todo o mundo, e também em termos populacionais, com seus quase 200 milhões de habitantes, além de figurar entre as dez maiores economias do mundo com reservas petrolíferas recentemente descobertas que prometem converter o país num grande exportador de petróleo. Para o autor, o Brasil é a nação dominante da América Latina e, de longe, o país mais importante da América do Sul. (HAKIM, 2010,p.2)

Para Souto Maior (2003), a ordem internacional contemporânea, tal como se apresenta, oferece um duplo desafio para os grandes países periféricos, tendo esses que

superar os obstáculos impostos por esse sistema, assim como ao mesmo tempo tendo que promover uma ordem menos assimétrica. Paralelamente, para Soutto Maior (2004), à redistribuição do poder econômico entre as grandes economias capitalistas, produziu-se, porém, um crescimento altamente significativo de uns quantos países em desenvolvimento de renda média, entre os quais o Brasil.

O Brasil nessa ordem se encontra em uma situação diplomática complexa, sendo demasiado grande para aceitar passivamente uma ordem mundial flagrantemente injusta e antidemocrática, mas não grande bastante para sobre ela influir direta e significativamente. Nesse sentido, o país tem na cooperação com países afins a única forma de responder efetivamente àqueles desafios, desenvolvendo um “bilateralismo forte” com países como China, Índia e Rússia, assim como criando com estes países frentes de atuação conjuntas em organismos multilaterais, bem como nas próprias estruturas multilaterais.

A opção brasileira pode ser entendida sobre a chave da autonomia pela diversificação (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007), na qual o fortalecimento do eixo Sul-Sul ganha fundamental importância estratégica a partir da diplomacia brasileira de estreitamento das relações e da aproximação comercial com parceiros da América do Sul, África e da Ásia (GUIMARÃES, 2005).

De acordo com Lima (2003) o entendimento da ordem internacional que transparece nos pronunciamentos e iniciativas do governo Lula é distinto da visão vigente durante o governo Fernando Henrique, na qual a primazia estadunidense não é percebida como danosa pelos demais membros do sistema internacional, uma vez que o “auto interesse esclarecido” do hegemônico conduziria ao investimento na criação e na consolidação de instituições multilaterais que, em última análise, seriam funcionais à gestão internacional e à manutenção da preeminência dos Estados Unidos. Em última análise, a unipolaridade seria legitimada por via da disposição e capacidade do hegemônico em produzir bens coletivos para os demais países.

Nesse sentido a leitura da ordem internacional realizada pelo governo Lula é a de que mesmo com o predomínio militar dos EUA, a ordem se caracteriza como menos homogênea e mais competitiva, na qual haveria espaço para um movimento contra-hegemônico no qual a unipolaridade não consegue se legitimar. Devido a tais características, em um contexto mundial com vetores multipolares, o exercício multilateral,

em particular nos fóruns políticos, torna-se crucial para atenuar a primazia estadunidense e conter seus impulsos unilaterais, que se tornariam inevitáveis em uma ordem internacional sem competidores ou opositores. (LIMA, 2003). Para a professora

“somente uma avaliação da ordem contemporânea com tendências à multipolaridade confere sentido a uma estratégia internacional que enfatiza a dimensão de protagonismo político e o plano multilateral de discussão das questões globais. A ideia de que existe espaço para uma presença internacional mais afirmativa do Brasil, como propõe o projeto do governo Lula, não é fruto apenas do voluntarismo a informar a política externa de um governo de centro-esquerda, mas reflete uma certa avaliação da conjuntura mundial, que assume a existência de brechas para uma potência média como o Brasil, que, por via de uma diplomacia ativa e consistente, podem até ser ampliadas.” (LIMA, 2003, p.98).

Acerca da condição na América Latina, as reflexões de Boschi (2007) sintetizam as mudanças ocorridas no período recente. Segundo o autor, após cerca de 70 anos, em média, em que os países da região se pautaram, em graus diferenciados, por um modelo de desenvolvimento por substituição de importações dirigido pelo Estado, a efetivação das reformas orientadas ao mercado teria inaugurado um novo ciclo caracterizado pela adesão à globalização financeira com a crescente hegemonia do receituário neoclássico. A América Latina se converteu num verdadeiro laboratório de aplicação dos preceitos neoliberais, com variações de país a país quanto à intensidade, a amplitude e o próprio tempo das reformas.

Em um segundo momento a instauração de regimes democráticos como parte desse processo, favoreceu, pela via de eleições populares, a ascensão de lideranças de esquerda e o retorno de uma perspectiva favorável ao intervencionismo estatal, em grande medida como uma resposta às promessas não cumpridas pelo conjunto das políticas de mercado quanto à retomada do crescimento e que tiveram como consequência o agravamento da crise social endêmica na região.

Nesta onda, deflagram-se ações em diferentes países, que vão desde a implementação de políticas industriais até as renacionalizações de recursos estratégicos, em alguns casos – como na Bolívia – inaugurando um terceiro ciclo nesta direção. Em outros contextos, a incorporação da estabilidade monetária na nova agenda, marcada pelo temor do retorno da espiral inflacionária, provoca debates acerca do receituário e, mais

especificamente, quanto à dosagem dos instrumentos de controle envolvendo câmbio, taxa de juros e equilíbrio fiscal. (BOSCHI, 2007)

6.1.2. Orientação partidária: da esquerda crítica ao Anhembi

À época da sua formação²⁰ o Partido dos Trabalhadores presenciou a confluência de setores da esquerda brasileira no período pós regime militar, agrupando em seus quadros militantes e instituições mais diversas da nova esquerda, principalmente os sindicatos, setores da esquerda da igreja católica e movimentos sociais, além de ser um partido que atingiu, com exceção da capital paulista, “um público socioeconomicamente diferenciado, pertencente a estratos mais favorecidos da população” (MENEGUELLO, 1989, p.173).

Segundo Terron e Soares (2010) o PT agregou várias correntes da esquerda brasileira em torno da representação de classes e estruturou uma ampla rede social, passível de mobilização política, mantida por um forte engajamento de ativistas e militantes, com um crescimento notável em todos os setores da representação política, especialmente de meados da década de 1990 em diante.

A grande inovação do PT, de acordo com Meneguello e Amaral (2008) foi ter conseguido ao longo dos anos 90, metabolizar no campo da esquerda a relação de congruência entre cidadãos e Estado no nível das estruturas formais do funcionamento democrático, levando para a arena eleitoral o terreno da expressão de demandas e insatisfações de setores da sociedade civil com os processos políticos e sociais. Formado em um cenário de emergência da 'esquerda social' e a partir da confluência de matrizes políticas distintas, o PT organizou uma ampla proposta política de esquerda, que aglutinou diversos atores políticos e sociais e garantiu a participação das bases no seu processo decisório interno.

²⁰ Apesar de ter sido fundado em 1980, no rumo das possibilidades legais que o regime militar abria com a Reforma Partidária de 1979, as mobilizações para a sua formação ocorreram desde 1978, fortemente associadas aos avanços políticos do „novo sindicalismo“, vertente moderna do movimento sindical, vinculado aos setores de ponta mais avançados da indústria nacional, estabelecidos, sobretudo na região do ABCD paulista (MENEGUELLO e AMARAL, 2008).

A atuação política do Partido dos Trabalhadores e do seu líder político - Lula - teria, segundo Rennó e Cabello (2010), desde a sua primeira candidatura à presidência, em 1989, mesmo que não na mesma intensidade, sedimentado seu papel na política brasileira, uma vez que o PT conseguiu consolidar-se como uma alternativa viável no Poder Legislativo no nível federal e nos níveis Executivos municipais, enquanto Lula sofria derrotas eleitorais consecutivas, primeiro para Fernando Collor, em 1989, e depois para Fernando Henrique Cardoso, nas eleições de 1994 e 1998. O interessante é notar que entre 1989 e 1998, houve uma acentuada “desideologização” do programa petista, acompanhada da exaltação da capacidade do partido para resolver problemas concretos da população e governar de forma responsável e com a colaboração de outras forças políticas (AMARAL, 2003).

As eleições de 1989 representam um marco na formação ideológica do PT, uma vez que foi sua participação no 2º turno da eleição presidencial levou o partido a definir sua primeira concessão política. Para Meneguello e Amaral (2008) embora a eleição de 1989 tenha produzido um divisor claro do mapa ideológico de forças expressivas no cenário nacional, dando a Lula e ao PT um espaço privilegiado de articulação e representação da esquerda, o ingresso do PT na dinâmica eleitoral como partido de apelo político amplo impôs a definição da política de alianças e de ampliação do leque de setores políticos.

Os autores sinalizam que durante a década de 90, o partido adotaria uma posição cada vez mais flexível com relação à construção de alianças eleitorais e a formação de frentes para a disputa de pleitos presidenciais, definindo sua estratégia em agregar todas as forças políticas contrárias ao 'projeto neoliberal', estendendo o arco, inclusive, para setores dissidentes das agremiações de centro e centro-esquerda (MENEGUELLO e AMARAL, 2008).

A campanha, entretanto contra o neoliberalismo e ao PSDB encontrou um grande obstáculo no sucesso da política econômica implantada por FHC, a qual se configurou como definitivo para as duas derrotas do PT e das frentes de esquerda nas eleições de 1994 e 1998 (MENEGUELLO, 2006), na qual a avaliação equivocada do partido sobre as possibilidades de consumo e bem-estar que o Plano Real e a estabilidade monetária criavam para segmentos significativos da população impediu que o PT

adquirisse, no plano nacional, uma capacidade mais ampla de aglutinação (MENEGUELLO e AMARAL, 2008).

Embora em função da função da crise internacional e do esgotamento do modelo de estado implantado, fato que beneficiou o Partido dos Trabalhadores, algumas mudanças comportamentais do PT sinalizaram sua mudança ideológica, principalmente no que se refere ao posicionamento em relação ao capital internacional e aos empresários. Segundo Singer (2012) em julho de 2002, no programa da Coligação Lula Presidente já é perceptível uma mudança de tom em relação ao capital, passando de um lugar de confronto com o capital financeiro globalizado, para um afirmação de que o país não deveria se prescindir das empresas e do capital estrangeiro, além de propor medidas como preservação de superávits primários, de responsabilidade fiscal e macroeconômicas como forma de garantia aos empresários brasileiros.

Para Meneguello e Amaral (2008) a aliança com os empresários nacionais fundava-se na busca pela rearticulação da economia com o resgate da estabilidade, o fortalecimento do mercado nacional e o combate ao desemprego.

De fato, a superampliação pragmática do leque de forças de oposição foi formalizada em março de 2002, quando o Diretório Nacional autorizou a aproximação do PT a setores do PMDB oponentes ao governo federal, e ao PL, que viria a compor com Lula a chapa para a presidência da República na eleição de outubro daquele ano.

Anteriormente identificado como um partido da classe média brasileira, o realinhamento eleitoral vivenciado pelo partido, impactou no “espírito do PT” (SINGER, 2010). Nascido sob o signo da nova sociabilidade a proposta de fundação do partido almejava a criação de um partido sem padrões, que não fosse “eleitoreiro” e que organizasse e mobilizasse os trabalhadores na luta por suas reivindicações e pela construção de uma sociedade justa, sem explorados e exploradores, com um discurso voltado a organização de classe obteve êxito entre os trabalhadores industriais, entre as categorias em expansão do setor de serviços, com propostas de fazer um partido aberto a participação. (SINGER, 2010).

Tal mudança ideológica foi sentida inclusive nas bases partidárias do PT, que como demonstrado por Samuels (2008), gerou mudanças nas bases do petismo, sendo que uma distinção entre ideologia esquerda/direita não prediz mais para o petismo. Segundo o

autor “a ideologia de esquerda não prediz mais a identificação com o PT, indicando que a moderação petista ao nível de sua elite ao longo da última década teve reflexo sobre sua base de apoio de massa.” (SAMUELS, 2008, p.311).

O grande marco da inflexão do espírito petista ocorreu em meados dos anos 2002, com a divulgação de uma carta ao “povo” brasileiro. Em função de uma desconfiança ao cumprimento dos compromissos com o mercado financeiro internacional, a vitória de Lula teve que sinalizar seu compromisso com o capital, compromisso expresso pelo seu Diretório, reunido no Anhembi²¹, enfatizando, como pontuam Meneguello e Amaral (2008), a integração nacional como pilar da mudança, articulando uma vasta coalizão que aglutinava de lideranças populares a setores do empresariado para a confecção de um novo contrato social. Segundo Singer (2010)

Quando a campanha de Lula decidiu fazer as concessões exigidas pelo capital, cujo pavor de um suposto prejuízo a seus interesses com a previsível vitória da esquerda levava a instabilidade nos mercados financeiros, deu-se o sinal de que o velho radicalismo petista havia sido arquivado. Foi a princípio, uma decisão de campanha, mas cerca de um mês depois o Diretório Nacional, reunido no centro de convenções do Anhembi, em São Paulo, aprovou as propostas antecipadas pela carta, transformando-as em orientações partidárias. No programa divulgado no final de julho de 2002 pelos partidos que integravam a Coligação Lula Presidente, há um perceptível cambio de tom em relação ao capital. Em lugar do confronto com os “humores do capital financeiro globalizado”⁶⁰, que havia sido aprovado em dezembro de 2001, o documento de campanha afirmava que “o Brasil não deve prescindir das empresas, da tecnologia e do capital estrangeiro” (SINGER, 2010, p.105).

Acompanhando Singer (2012), como se observa, a alma do Anhembi assume um compromisso com a estabilidade, o qual condiz com o sentimento do subproletariado que começava a se aproximar do partido, e acalmava a burguesia, ao mesmo tempo em que a alma do Sion²², poucos meses antes, insistia na necessidade de operar uma efetiva ruptura global com o modelo existente, a do Anhembi toma como suas as “conquistas” do período neoliberal: “a estabilidade e o controle das contas públicas e da inflação são, como sempre foram, aspiração de todos os brasileiros”.

²¹ Centro de Convenções em São Paulo

²² A expressão “alma do Sion” é de Singer (2012) e faz referência ao local de criação do Partido dos Trabalhadores, o qual foi fundado em fevereiro de 1980 no Colégio Sion em São Paulo. A expressão em seu aspecto político faz referência as propostas de cunho mais radical que o partido apresentava.

Sallum Jr (2008) defende que apesar de o período de governo de Luiz Inácio da Silva ter características específicas, elas só podem ser entendidas no interior do processo de construção de uma nova forma de Estado, iniciada em 1995 no Brasil. Segundo o autor.

a nova forma de Estado tem sido ao mesmo tempo democrática, do ângulo de suas relações com a sociedade, e moderadamente liberal, da perspectiva de suas relações com a economia. Ela tem dois alicerces centrais: de um lado, a Constituição democrática de 1988 – com suas garantias políticas e sociais; e, de outro, o Plano Real de estabilização monetária, lançado em 1994, e o conjunto de reformas liberais que se seguiram à posse de FHC e ocuparam principalmente o seu primeiro governo. (SALLUM JR, 2008, p. 217)

O argumento central do autor (SALLUM JR, 2008) perpassa pela defesa de que o período Lula vem consolidando a hegemonia liberal cuja estruturação política ocorreu no período FHC, a qual aprofundou se socialmente e se tornou mais flexível no que diz respeito às articulações entre o poder público e capitais privados, acentuando sua orientação desenvolvimentista. Para Vianna (2007) a composição pluriclassista do governo se traduziu em uma forma de Estado de compromisso, abrigando forças sociais contraditórias entre si — em boa parte estranhas ou independentes dos partidos políticos —, cujas pretensões são arbitradas no seu interior, e decididas, em última instância, pelo chefe do poder executivo.

Capitalistas do agronegócio, MST, empresários e sindicalistas, portadores de concepções e interesses opostos em disputas abertas na sociedade civil, encontram no Estado, onde todos se fazem representar, um outro lugar para a expressão do seu dissídio. Longe do caso clássico em que o Estado, diante da abdicação política das classes dominantes, se erige em “patrão” delas para melhor realizar os seus interesses, a forma particular desse Estado de compromisso se exprime na criação, no interior das suas agências, de um parlamento paralelo onde classes, frações de classes, segmentos sociais têm voz e oportunidade no processo de deliberação das políticas que diretamente os afetam. Nesse parlamento, delibera-se sobre políticas e se decide sobre sua execução. À falta de consenso, o presidente arbitra e decide. (VIANNA, 2007)

A contra face propriamente política do mencionado aprofundamento liberal tem sido, para Sallum Jr (2008) o esmaecimento das fronteiras partidárias e o ressurgimento de práticas políticas populistas pelo poder central. Nessa lógica argumentativa o elemento chave que permite ligar os dois períodos é que ambos adotaram a *estabilidade monetária*

como valor máximo a ser atingido, buscada por meio de políticas macroeconômicas universalmente aceitas, ilustrada pela inércia durante o governo Lula das reformas liberalizantes do período anterior.

Por outro lado, análises de política econômica denominada como *novo-desenvolvimentismo*²³ observam, e de alguma forma guiam a ação do governo Lula que passou a adotar novas iniciativas e políticas que se mesclaram às políticas macroeconômicas neoliberais, estabelecendo-se uma política econômica híbrida que teria caracterizado seu governo (ERBER, 2011).

Reconhecendo o novo desenvolvimentismo como uma política ainda em construção, Oliva (2010) defende que o Brasil, ao longo do governo Lula, começou a construir um Novo Desenvolvimentismo, um novo padrão de desenvolvimento substancialmente distinto tanto do neoliberalismo quanto do antigo nacional-desenvolvimentismo predominante no passado.

Segundo Morais e Saad-Filho (2011) o novo-desenvolvimentismo tem duas fontes teóricas distintas, a primeira vem de Keynes e se inspira no conceito de complementaridade entre Estado e mercado, a segunda fonte é o neoestruturalismo cepalino, com a ênfase na competitividade internacional através da incorporação de progresso técnico, e a necessidade da equidade social para o desenvolvimento bem-sucedido.

Bresser-Pereira (2006) apresenta outra definição ao termo, que seria uma estratégia nacional de desenvolvimento alternativa ao populismo latino-americano e à ortodoxia convencional²⁴, representada pelas análises, diagnósticos, reformas e políticas do Consenso de Washington, com a retomada da ideia de nação no Brasil e nos demais países da América Latina, fato que reafirma a importância da dimensão política do Estado-nação para o novo-desenvolvimentismo, ao mesmo tempo em que se delinea a América Latina como área geopolítica de sua aplicação.

²³ Segundo Erber (2011) o termo “novo-desenvolvimentismo”, denominando um conjunto de políticas econômicas alternativas às políticas neoliberais (especialmente pós-Consenso de Washington), foi introduzido por Bresser---Pereira.

²⁴ Antigo Desenvolvimentismo: Estado tem papel central em poupança forçada e investimento em empresas; Protecionista e pessimista; Certa frouxidão fiscal; Certa complacência com inflação. Novo Desenvolvimentismo: Estado tem papel subsidiário, mas importante em ambas as atividades; Exportador e realista; Disciplina fiscal; Nenhuma complacência com inflação (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.16).

A leitura realizada pelo novo desenvolvimentismo da postura do Governo Lula ao início do seu mandato pode ser interpretado de acordo com Erber (2011) como o reconhecimento da necessidade de uma nova “convenção de desenvolvimento”, ratificada pelo recuo da convenção neoliberal, tanto no plano internacional como no Brasil. O apelo a um “pacto social amplo” também era consistente com o “presidencialismo de coalizão” que caracteriza o sistema político brasileiro e que obriga o Presidente a realizar coalizões com forças que não sustentaram a sua candidatura e que tem objetivos programáticos (quando os tem) distintos.

Para Oliva (2010) a “Carta ao Povo Brasileiro”, concebida em um momento em que a economia brasileira sofria forte ataque especulativo, e representou um compromisso de responsabilidade política com uma transição gradual dos programas neoliberais fracassados para as novas diretrizes políticas, compromisso tinha um caráter fundamentalmente tático, que fora superado no primeiro governo Lula acompanhado por medidas destinadas a resolver os problemas estruturais e sociais que não poderiam ser resolvidos simplesmente pelos mecanismos do “mercado” e pelo crescimento econômico.

Dessa forma o social passaria a constituir um dos eixos estruturantes do Novo Desenvolvimentismo brasileiro, representando tanto uma profunda ruptura com as políticas do período em que predominava a hegemonia do paradigma neoliberal no Brasil e na América Latina, bem quanto a ruptura com o padrão de acumulação histórico do país, caracterizado pela concentração e pela exclusão. (Oliva, 2012)

A discussão sobre o modelo de Estado impacta inclusive nas reflexões sobre a política externa. Em uma linha de pensamento que questiona uma mudança brusca do modelo de política externa Albuquerque (2005) destaca que o governo Lula representa um paradoxo, no sentido de que não houve a esperada mudança no plano econômico, aliás, houve o que se pode chamar de guinada à direita quanto ao plano político historicamente defendido pelo Partido dos Trabalhadores. Pelo outro lado, segundo o professor, na política externa, em que o Brasil tem uma tradição de continuidade, não se esperavam muitas mudanças, mas houve uma guinada à esquerda. Tanto a guinada à esquerda quanto o sucesso da política externa eram inesperados pelos observadores políticos da época. Esta guinada acontece visto a mudança de rumo em setores fundamentais como o comércio e a segurança.

Para os defensores do novo desenvolvimento brasileiro, esse ressoa na política externa e na atuação brasileira no cenário internacional. Para Oliva (2010) embora uma das

características principais do Novo Desenvolvimentismo no Brasil seja a transformação do social em um dos eixos estruturantes do processo de crescimento e desenvolvimento, com a consequente dinamização do mercado interno de massa, o setor externo foi também de fundamental importância na criação das condições necessárias para a constituição de um novo modelo de desenvolvimento no Brasil.

De acordo com o ministro

a política externa e de comércio exterior diversificou enormemente nossas parcerias econômicas e comerciais, o que foi de fundamental importância para a superação da vulnerabilidade externa de nossa economia, principal fator de fragilização do país frente ao cenário internacional. (...) a baixa consistência estratégica da política externa praticada no período anterior ao governo Lula e as políticas internas de ajuste econômico se retroalimentavam em um círculo vicioso que enfraquecia a capacidade do Estado Nacional de formular e implementar diretrizes e ações destinadas à conformação de um novo ciclo de desenvolvimento e de um maior protagonismo internacional do Brasil. (OLIVA, 2010, p. 413).

Bernal-Meza (2010) credita ao governo Lula, e conseqüentemente à política externa, um processo de renovação governamental, baseada em um modelo que caracterizou a transição da maioria dos países latino-americanos entre o final do século XX e início do século XXI como respostas das sociedades nacionais à crise provocada pelo modelo neoliberal e da implementação de políticas públicas de acordo com a visão ideológica da globalização. Para o autor essa visão superada pelo novo modelo incluiu a transferência de ativos nacionais (públicos e privados) para o capital transnacional, a abertura unilateral das economias, a desregulamentação dos mercados (financeiro, comercial e do trabalho), em geral, e uma política de submissão aos Estados Unidos e ao capitalismo central.

O grande trunfo e diferenciação do Brasil para os outros países latinos é que o Brasil possui os atributos em termos de geografia, economia, demografia para aplicar seu modelo de inserção no sistema internacional contemporâneo. Durante as gestões Lula da Silva, a política externa teria encontrado uma direção clara, ligada à fase de reformulação e mudança que caracterizou a década de 1970, em que a política foi associado com os avanços do desenvolvimento brasileiro. (BERNAL-MEZA, 2010)

6.1.3. O discurso político: As propostas para a PEB

O Partido dos Trabalhadores pode ser considerado como o primeiro partido político brasileiro a tratar a política externa como uma política pública digna de reflexão e de amadurecimento. Desde sua criação, o PT já se preocupava com a posição do partido em relação aos assuntos internacionais, sejam relacionados à política externa brasileira ou à própria política internacional.

Essa diferenciação da atuação do Partido dos Trabalhadores se deve ao fato de ser o partido responsável pela organização de diversos fóruns de debates que extrapolam os “simples” problemas da política externa brasileira, e transcendem para o espectro da discussão internacional. O Foro de São Paulo é o principal exemplo do pensamento internacional do Partido.

O Foro de São Paulo, iniciativa petista, foi a tentativa – que posteriormente se transformou em algo tangível – de reunir os principais partidos da esquerda latino-americana e do Caribe para discutir as repercussões do novo cenário internacional, pós guerra fria, entre eles o desenvolvimento das práticas neoliberais no continente americano e a repulsa as ações imperialistas de cunho capitalista. A principal proposta do grupo era buscar uma alternativa popular e democrática ao neoliberalismo, que estava entrando na fase de ampla implementação mundial, através de uma modelo alternativo de desenvolvimento com justiça social. (FORO DE SÃO PAULO, 2009).

O fórum ainda apresenta atividade política no cenário da esquerda latina, conseguindo reunir-se de forma significativa mantendo relações com outras iniciativas partidárias de reuniões partidárias – a Conferência Permanente de Partidos Políticos de América Latina (COPPPAL), a Coordenação Socialista Latino-americano (CSL) e o Comitê da Internacional Socialista para América Latina e Caribe (SICLAC) -, além de manter uma forte interlocução com os representantes dos movimentos e organizações sociais do continente, que tem por objetivos a construção de agendas e ações comuns. (FORO DE SÃO PAULO, 2009).

O debate sobre a “política externa” petista data do seu manifesto de fundação de 1980, cujo já apresentava preocupações, de forte cunho socialista, com a política externa. No documento de fundação do partido já se encontravam pequenas reflexões sobre

a luta contra o capitalismo e o fim da “dominação imperialista a favor do legítimo direito dos trabalhadores de conquistarem a independência nacional, o não alinhamento às potências globais, (as quais dominariam e controlariam o sistema de acordo com seus interesses),” e a defesa de uma “política internacional de solidariedade entre os povos oprimidos e de respeito mútuo entre as nações, que aprofunde a cooperação e sirva à paz mundial”. (PT, 1980)

Segundo Prado (2007) logo na primeira declaração oficial do partido, a política externa brasileira foi elucidada sob uma ótica própria, e as diretrizes petistas para essa esfera já indicavam o tom ideológico e a representatividade da classe trabalhadora. Nesse documento, o âmbito internacional aparece como espaço de comércio desigual controlado pelas grandes potências: para o PT, o combate à entrada ilimitada do capital internacional no Brasil seria uma das apostas para o desenvolvimento nacional, sendo a política externa, assim como todas as esferas.

Posteriormente esses atributos foram incorporados ao Primeiro Programa do partido, datado de 1984, documento conhecido como “Programa, Manifesto e Estatuto”. Em tal programa, o item Independência Nacional (PT, 1984) retomava itens como a luta contra o imperialismo e contra o capitalismo internacional, utilizando de uma política externa independente que respeitasse a autodeterminação dos povos e solidariedade aos povos oprimidos.

De acordo com o partido o fato da aspiração socialista leva o PT a

defender uma política internacional em favor dos interesses dos povos que lutam por sua libertação. Devemos recusar todas as formas de submissão do País à dominação imperialista, como as que impõem restrições nas relações internacionais. Uma política externa independente implica, hoje, a ampliação das relações comerciais e diplomáticas com os países socialistas e do Terceiro Mundo. A luta do povo brasileiro é inseparável das lutas dos outros povos latino americanos, pela semelhança das condições econômicas, históricas e culturais (PT, 1980, p.8).

Na campanha presidencial de 1989, o partido não apresentou inovações relacionadas à política externa brasileira. O partido reafirmava os princípios tradicionais da PEB, não inovando em questões substanciais. Segundo Prado (2007) na campanha daquele ano o discurso do candidato petista para a área diplomática ilustrava o perfil do seu partido, baseado em um discurso enérgico de Lula, não só para as ações diplomáticas, o que pode

ter prejudicado o candidato nas eleições de 1989, em função das manobras políticas dos concorrentes, bem como do medo que pairava na população de uma possível exclusão do país em relação ao resto do mundo, com a vitória de um governo de tradição de esquerda. Em função disso o discurso em 1994 se alterou.

O partido criticava a ausência de um projeto nacional de desenvolvimento, pontuando que o Brasil deveria se inserir de forma soberana no mundo, mas de forma que fosse possível a alteração das forças de trabalho internacional (PT *apud* ALMEIDA, 2003), mas optou por excluir a luta pela implantação do regime socialista das pautas (Prado, 2007).

No programa (PT *apud* ALMEIDA, 2003) já é interessante notar as primeiras iniciativas de uma cooperação sul-sul, com as propostas de coordenação na agenda tecnológica e científica com a China, Rússia, Índia e África do Sul, além disso, procurava desenvolver uma política externa que buscará simultaneamente uma inserção soberana do Brasil no mundo e a alteração das relações de força internacionais contribuindo para a construção de ordem mundial justa e democrática (PT, 1994a).

Nesse projeto de política externa o PT já delimitava seu espaço de atuação, com metas bem definidas para a política externa nacional na qual o partido buscava

uma integração soberana do Brasil no mundo para enfrentar as grandes transformações políticas, econômicas e sociais hoje em curso. O Brasil afirmará sua vocação universal, em suas relações internacionais, defenderá o meio ambiente e os direitos humanos, lutará pela democratização das relações internacionais, propugnará por uma reestruturação econômica internacional em proveito dos países do Sul, na defesa do emprego e de uma cooperação científica e tecnológica. O Brasil enfatizará as relações com a América Latina, em especial a América do Sul, fortalecerá políticas de integração continental, dentre as quais o Mercosul reformulado, e fará de sua política externa um componente essencial do seu projeto nacional de desenvolvimento (PT, 1994b).

Na sua terceira tentativa de alcançar a presidência, o foco da política externa petista era a reforma dos órgãos multilaterais principalmente ONU, FMI e OMC, além da intenção de fortalecer as relações do país com a América Latina e África Meridional (ALMEIDA, 2003). O ponto mais forte, e que o partido mais se pronunciava era em relação à ALCA e as propostas neoliberais e de globalização.

Essa postura se manteve na linha partidária até meados da campanha presidencial de 2002, na qual o partido começou a amenizar seus velhos conceitos, de

“forma a se adequarem as novas realidades e a coalizão de forças com grupos nacionais moderados (...) a começar pelas alianças contraídas com vistas a viabilizar um apoio ‘centrista’ ao candidato” (ALMEIDA, 2003, p.92), que culminou na própria mudança de atitude do partido acerca da área de livre comércio, e de outras questões outrora controversas.

O discurso do presidente, analisado por Vilela e Neiva (2011) demonstra que Lula voltou-se mais para a África, a Ásia e o Oriente Médio do que o seu antecessor. Para os autores verifica-se que Lula teve uma atuação mais plural do que o seu antecessor. Enquanto Fernando Henrique concentrou suas manifestações na Europa e na América do Sul, a política externa de Lula parece ter sido mais globalista e diversificada, tanto no que diz respeito às temáticas utilizadas quanto nas parcerias que privilegiou.

Essa preferência pode ser explicada pelo viés ideológico-partidário, uma vez que principal característica da política de parcerias internacionais do PT é marcada pelo conceito da pluralidade e da cooperação sul-sul. O partido apoia a política do governo Lula de abertura de novas embaixadas brasileiras em capitais da África e da Ásia, como exemplo da ampliação das parcerias estratégicas, além do contato estratégico com o Oriente Médio, e a aproximação com a América Latina. (PT, 2007)

O partido (SOUZA e RIBEIRO, 2010) acredita que essa maior articulação política entre os países do Sul alavancou a capacidade de barganha frente às potências ocidentais, o que garante informação de primeira-mão em ambientes cada vez mais cruciais para o desenvolvimento econômico mundial e contribui para o desenvolvimento sustentável desses países, interessante para o Brasil no longo prazo.

O direcionamento da política externa, de acordo com o líder petista na Câmara Federal durante o governo Lula, Fernando Ferro (2010), garante a valorização de laços culturais entre os povos, ferramenta importante para a promoção de um desenvolvimento que combata as assimetrias entre as economias desses países, que finalmente despertaram para o potencial de um relacionamento mais estreito entre os países.

Segundo Vilela e Neiva (2011) embora fossem esperados diferenças, vista suas filiações partidárias e orientações ideológicas diferentes, os temas referentes a meio ambiente, paz e segurança, cooperação internacional e instituições internacionais ocuparam no discurso dos dois presidentes proporções parecidas. No entanto, segundo os autores a

diferença foi expressiva em duas áreas. Por um lado, Lula fez um número substancialmente maior de referências à desigualdade social, extrapolando uma de suas principais preocupações na política interna para o ambiente externo. Por outro lado, FHC apresentou uma incidência bem maior de referências ao tema da democracia e dos direitos humanos.

Uma das propostas do Partido dos Trabalhadores foi a securitização das questões sociais, principalmente a o problema da fome. Em 2003, o recém presidente Lula na reunião do G-8, reunião marcada pela monopolização da agenda internacional pela temática do combate ao terrorismo, propôs e voltou-se para a superação da miséria e do subdesenvolvimento, entendendo que sem isso não há paz possível. Essa postura é reafirmada pela proposta petista de projetar a campanha fome-zero para o nível internacional.

[É] Preciso aumentar o peso dos países do Sul e redirecionar os objetivos das instituições internacionais, para priorizar a luta contra as crescentes desigualdades econômicas e sociais e a luta contra a fome e a pobreza (...) [entre eles] o direcionamento dos gastos com pesquisa e venda de armamentos para o combate à pobreza e à fome e o aumento dos investimentos em educação e saúde. (PT, 2010a)

No que tange a integração regional os autores percebem uma priorização da América do Sul e da África pelo governo Lula, que se evidencia pela alusão ao tema da desigualdade social relacionada ao continente africano (em 21% das vezes) e o destaque às instituições, à democracia e à economia, associadas à América do Sul. A tabela abaixo sintetiza o discurso presidencial em relação aos temas e regiões.

Tabela 8: Percentual de citações simultâneas de temas e regiões – Lula.

	África	México, Caribe e América Central	EUA Canadá	América do Sul	Ásia	Europa	Oriente Médio
Meio ambiente	21,8%	10,2%	8,7%	18,8%	15,2%	22,9%	2,5%
Cooperação internacional	20,9%	6,9%	3,9%	26,2%	16,3%	19,9%	5,9%
Paz e Segurança internacional	17,7%	14,3%	7,7%	22,4%	11,1%	14,1%	12,6%
Economia	16,8%	6,9%	10,0%	29,5%	14,2%	17,8%	4,9%
Desigualdade social	21,2%	10,2%	10,4%	27,1%	11,2%	17,1%	2,8%
Democracia e Direitos humanos	18,9%	15,3%	5,3%	29,8%	10,0%	16,0%	4,8%
Instituições internacionais	16,5%	9,7%	9,3%	31,4%	10,7%	16,7%	5,6%

Fonte: Vilela e Neiva (2011)

Se pudéssemos resumir a política de integração proposta pelo partido dos trabalhadores ela seria a “opção sul-americana” (GARCIA, 2008). O partido dos trabalhadores adota uma a integração regional como uma dimensão estratégica para além das relações sul-sul, por acreditar que a perspectiva da formação de um bloco sul americano integrado economicamente e com capacidade política é a de melhorar a situação socioeconômica da população regional, integrando a infra estrutura e ampliando o poder e o espaço destes países no cenário internacional.

O PT alega que a preferência pela América do Sul se dá por dois motivos, o primeiro constitucional pautado no parágrafo único do art. nº4 da CF/88, que versa sobre a busca brasileira pela integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações, e secundamente por buscar uma associação com os países de seu entorno, com os quais comparte história, valores e possibilidades de complementação econômica (GARCIA, 2008), além de servir como instrumento na construção de uma sociedade pós-neoliberal (PT, 2007).

Com relação ao MERCOSUL, o PT credita a retomada e o fortalecimento da instituição nos últimos anos devido a harmonia entre as política macroeconômicas e dos projetos de desenvolvimento de seus países integrantes, acabou por exercer atração sobre as demais economias da América do Sul.

Nesse ponto, o PT defendeu veemente o ingresso venezuelano no organismo, mesmo sobre pesadas críticas acerca da condição política interna do país. Rebatendo, o partido vê que a adesão venezuelana representaria uma mudança qualitativa no bloco ao incorporar um país com importantes reservas energéticas e minerais e com um potencial mercado consumidor, além de ampliar a atuação do bloco para o norte do continente, o que facilitaria o processo de integração americana. (GARCIA, 2008)

Acerca dos temas comerciais e de economia internacional Vilela e Neiva (2011) concluem que há um espaço expressivamente maior do que as outras temáticas em ambos os governos, sendo que as manifestações relacionadas à economia ocuparam na agenda da política externa de ambos os presidentes mais de um terço de todas as manifestações em política externa. Entretanto deve se manter cuidado com relação ao tipo de comércio internacional proposta por ambos os grupos.

Se no governo FHC as propostas voltavam-se para uma inserção internacional via globalização e fluxos financeiros, a principal característica do pensamento petista sobre o comércio internacional é o questionamento da correspondência entre o livre-comércio e a prática comercial internacional. A indagação petista extrapola a discussão superficial sobre o livre comércio. A proposta petista busca “aprofundar a relação entre comércio e desenvolvimento econômico, particularmente a afirmação de que o livre-comércio é um fator fundamental para o crescimento da economia.” (JAKOBSEN, 2005).

O ex-secretário de Relações Internacionais do município de São Paulo, e ex-secretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores do Brasil, Kjeld Jakobsen apresenta críticas ao discurso dominante no comércio internacional para justificar a adesão dos diferentes países ao liberalismo econômico e às regras da OMC.

De acordo com a visão petista, existem discursos errôneos sobre o livre comércio e as vantagens decorrentes dessa visão. Para o partido o pensamento liberal [e neoliberal] nunca foi capaz de colocar em prática seus preceitos de igualdade de condições entre os países e principalmente a questão da liberdade comercial. O Partido faz alusão que atualmente é “vedado aos países que hoje lutam pelo desenvolvimento utilizar as mesmas políticas que favoreceram os atuais países industrializados no passado.” (JAKOBSEN, 2005).

Para o PT, se nem mesmo as discussões sobre as *commodities* e produtos agrícolas ainda não chegaram a um consenso, colocando em dúvida a máxima de que o livre comércio seria o caminho para o pleno desenvolvimento e que bastaria aos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento segui-lo para alcançar o crescimento econômico. Existe essa descrença em relação ao “poder” neoliberal como motor para o desenvolvimento de todos os países, por crer que exista atualmente uma assimetria de acesso aos mercados internacionais. Os países menos desenvolvidos ou em desenvolvimento

não possuem sequer o mesmo acesso aos mercados que os atuais países industrializados tiveram para vender os seus produtos primários, pois os preços de commodities vêm caindo e o comércio de produtos agrícolas é altamente distorcido por subsídios. É importante lembrar que todos os países desenvolvidos inauguraram sua participação no comércio mundial com a exportação de produtos primários. (JAKOBSEN, 2005).

Aliado a essa falsa condição de acesso, de acordo com o PT, as estruturas regulatórias do comércio de bens industriais criadas no pós segunda guerra só fizeram aumentar as diferenças existentes entre os países pertencentes a chamada economia internacional, inclusive, e inicialmente, com a própria adoção do GATT como mecanismo de controle do comércio internacional. Com a implementação do acordo geral, os países protegidos por tarifas mais elevadas levaram vantagem naquele momento, pois “iniciaram as reduções tarifárias, que eram lineares, a partir de patamares mais altos que os outros”. (JAKOBSEN, 2005).

A cláusula 102 da Proposta de Resolução da Secretaria de Relações Internacionais do PT, apresentada no IV Congresso do partido em 2010 propõe a superação do neoliberalismo e também do capitalismo, exigindo diferentes estratégias de resistência, de construção do poder e do socialismo. Para tal o partido apoia as iniciativas de integração regional, que reduziram as desigualdades & assimetrias, seja para atuar internacionalmente como bloco, seja para aproveitar melhor as potencialidades da América do Sul. (PT, 2010b)

Para solucionar essas assimetrias o Partido dos Trabalhadores (JAKOBSEN, 2005; PT, 2010a) propõe algumas alternativas de reformas para as instituições e regimes do comércio. O primeiro ponto seria permitir um tratamento especial para os países menos desenvolvidos, seguido do fim da adesão ao livre-comércio como condição para ter acesso a recursos do FMI e do Banco Mundial e a manutenção das reformas já iniciadas nesses dois organismos de fomento internacional.

Na linha da nova arquitetura do sistema financeiro/comercial internacional estariam as propostas de reforma da OMC para assegurar transparência e democracia no seu funcionamento de acordo com as propostas das ONGs e da realização de auditorias periódicas sobre a evolução do comércio mundial e distribuição de seus resultados.

Para tal, os regimes internacionais deveriam garantir uma maior disciplina sobre as ações das corporações transnacionais, criação de um fundo para garantir os preços das commodities e fim dos subsídios à exportação de produtos agrícolas, que seriam alcançados na conclusão da Rodada de Doha, favorecendo os países pobres e em desenvolvimento e, no âmbito do G-20, contribuindo para a aplicação de políticas anticíclicas que permitam a retomada do crescimento e, sobretudo, o combate ao desemprego no mundo.

6.1.4. Estrutura Estatal: Índícios de Adequação Institucional

Em concordância com Mapa (2011) é possível notar, desde o início do mandato de Lula da Silva em 2003, que a política externa de seu governo apresenta-se como agente de um novo dinamismo agregado à diplomacia brasileira, dado pelo rompimento com a crença da existência de um mercado internacional autorregulador e justo, cuja dinâmica proporcionaria ganhos àqueles que se abrissem ao seu movimento.

Pomar (2010) defende que por ter se desenvolvido, por um lado, em um momento de crise do ideário neoliberal e da hegemonia estadunidense, e por outro lado, em um ambiente de transição na configuração da ordem no sistema internacional, a atual política externa do Brasil corresponde aos interesses estratégicos de uma ‘potência periférica, entendida como a aspiração à condição de potência mundial, tendo como plataforma de ascensão a liderança exercida entre os países em desenvolvimento (o Sul).

Essa aspiração de potência brasileira é perceptível no pensamento do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães (2005), cuja tese defendida é de que o Brasil possui todas as condições geográficas, territoriais, demográficas, de riqueza do solo para se tornar uma potência mundial, com a observância e desafio em quatro pontos: a redução das disparidades sociais, a superação das vulnerabilidades externas, a concretização do potencial brasileiro e o fortalecimento da democracia.

A percepção de Guimarães é de que o sistema internacional caminha para uma configuração de polis de poder, um na Europa - França-Alemanha -, outro na Ásia - Japão-China e um na América. Especificamente para o caso da América, o embaixador defende a ideia da articulação entre Brasil e Argentina como meio de configurar a região como um polo ascendente de poder no sistema internacional multipolar que se configura, procurando fugir da hegemonia norte-americana, pois, conforme defende, “o destino da sociedade brasileira *jamaís poderá ser médio*, tendo em vista as dimensões de seu território [...] O destino brasileiro será de grandeza ou caos” (GUIMARÃES, 2005, p. 341).

Segundo análise de Mapa (2011) a visão de Guimarães apresenta um forte posicionamento anti-hegemônico (onde o sistema internacional é percebido a partir da

dicotomia entre centro e periferia), que exerceu forte influxo sobre a política externa de Lula, que rumou em direção à África, Oriente Médio e Ásia, sem tirar os olhos dos EUA e da Europa, e procurou fortalecer o bloco regional de sua preponderância. Essa preocupação, principalmente em termos de fortalecimento do bloco regional, vão ao encontro das propostas de caráter mais partidário do governo.

O fato é ratificado pelas declarações de Marco Aurélio Garcia (MARINGONI, 2006), em que elogiou o bom desempenho [do Brasil] na área internacional, já que o objetivo fundamental era “criar uma solidariedade regional” sul-americana, acrescentando que em uma conjuntura adversa, o Brasil tenta mudar a correlação de forças internacional, ou se aceita passivamente a correlação de forças, ou se tenta alterá-la, intervindo para mudar significativamente a região.

Valter Pomar (2010), então secretário de Relações Internacionais do PT, postula que diferentemente do governo Fernando Henrique Cardoso que implementou o neoliberalismo no Brasil e aliou-se a seus promotores no mundo; o governo Lula nasceu da oposição ao neoliberalismo e adotou, progressivamente, uma estratégia de superação desenvolvimentista do neoliberalismo, no sentido que a rigor, podemos dizer que a política externa antecipou o movimento progressista realizado pelo conjunto do governo Lula, estando desde o início sob hegemonia de concepções fortemente críticas ao neoliberalismo e a hegemonia dos Estados Unidos.

Especificamente sobre os movimentos de reacomodação de forças dentro do Itamaraty, Pomar (2010) discorre que a existência, no Itamaraty, de uma corrente nacionalista, desenvolvimentista e pró-integração regional, cujas principais lideranças são exatamente o chanceler Celso Amorim e o secretário-geral Samuel Pinheiro Guimarães, aliado também à militância internacionalista do Partido dos Trabalhadores e do presidente Lula, expressa na criação de uma assessoria especial do presidente da República encabeçada por Marco Aurélio Garcia²⁵, contribuíram na execução do projeto de superação da política externa lulista. Também contribuíram, para conformar a política externa, as características geopolíticas do país, o porte de suas grandes empresas e certas tradições da

²⁵ O professor Marco Aurélio Garcia na época era um dos vice-presidentes nacionais do Partido dos Trabalhadores e durante muitos anos foi secretário de relações internacionais do PT

diplomacia brasileira, incompatíveis com o molde estreito concebido para nós pelo neoliberalismo.

A participação dessas personalidades, que iriam posteriormente compor a cúpula decisória da política externa merece atenção especial, uma vez que sinalizam um rearranjo de forças dentro do Itamaraty e a utilização de mecanismos institucionais para a adequação da instituição ao projeto político proposto pelo Partido dos Trabalhadores.

A participação de Marco Aurélio Garcia diretamente na política externa brasileira ocorreu antes mesmo do governo Lula assumir suas responsabilidades, fato que segundo Cruz e Stuart (2003), pode ser entendido como o primeiro indício da mudança na política externa. Sua primeira atuação internacional aconteceu no final do ano de 2002 ao ser enviado como emissário pessoal de Lula à Caracas para encontrar com Hugo Chávez e membros do governo para apresentar as preocupações de Lula com a crise política que a Venezuela presenciava, episódio o qual se desdobrou em manifestações de repúdio por parte de setores conservadores/oposicionistas da imprensa brasileira.

Como pontuam os autores a estranheza no episódio não era apenas a disposição corajosa de envolver-se em um conflito de tal intensidade, ciente de que ao fazê-lo frustrava grupos ligados a preferência estadunidense, mas também a novidade de agir no plano internacional por meio de um ator político ligado diretamente ao partido político do presidente, como um longo passado de militância na esquerda.

A indicação de Marco Aurélio Garcia, intelectual muito próximo à Lula e secretário de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores, para o cargo de Assessor Especial de Relações Internacionais da Presidência da República, modificou o papel do cargo, uma vez que historicamente esse foi designado a um membro da diplomacia tendo sua participação na maioria das vezes foi muito discreta. Com Marco Aurélio o Assessor passou a ter um papel central no processo de produção política, inclusive como salientado por Miyamoto (2011), por serem possuidores de estilos diferentes, em alguns momentos os principais decisores vivenciaram algumas inquietações, durante apreciável tempo, sobre o grau de competência e esfera de atuação de cada um, principalmente o novo assessor.

O cargo de Secretário-Geral foi concedido a um dos maiores “desafetos” e críticos da política externa fernandista, Samuel Pinheiro Guimarães, que foi “promovido”

da posição de diretor de um órgão de pesquisa de baixo prestígio na carreira diplomática para a segunda pessoa mais importante na estrutura ministerial, cargo em que permaneceu até a sua aposentadoria, em 2009, tendo participação efetiva no processo de formulação das diretrizes políticas que o Brasil adotou no cenário internacional.

Dois casos também são de extrema valia como evidencia das forças institucionais. O primeiro faz referencia ao embaixador José Maurício Bustani, que durante o governo FHC (2002) presidia a Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), que segundo Belém Lopes (2010) teria sido vítima de campanha político-diplomático estadunidense, que culminou com a sua destituição do cargo, com uma suposta falta de empenho do governo brasileiro em mantê-lo no posto, em função de choques com o chanceler Celso Lafer, mas que de forma sintomática, em 2003, Bustani foi indicado para a embaixada brasileira em Londres, tida como uma das mais prestigiosas. O trecho da matéria sobre o caso ilustra a questão:

“Após sua destituição, Bustani ocupou provisoriamente o posto de côsul-geral do Brasil em Londres, mas acabou afastado. Chocou-se com o ex-chanceler Celso Lafer, ao acusá-lo repetidas vezes de não ter movido uma palha para impedir o impasse da Opaq. Ao lado do atual embaixador do Brasil na Áustria, Roberto Abdenur, o então embaixador no Reino Unido e atual chanceler, Celso Amorim, foi um dos poucos a manifestar diretamente a Lafer seu apoio a Bustani, de quem igualmente é amigo de longa data”. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2003).

O segundo caso, e mais ilustrativo da utilização de elementos institucionais como filtro de projetos políticos dentro do Itamaraty foi o caso do então embaixador do Brasil em Washington, Roberto Abdenur. Segundo Davila (2006) o embaixador, o qual seria um desafeto público do chanceler Amorim, por não ter se retratado ao ir contra o fato de o Brasil reconhecer a China como economia de mercado, teve seu cargo pedido em telegrama enviado pouco depois das eleições que reelegeram o presidente Lula.

A destituição do posto de embaixador teve seus reflexos ressoados pela sociedade brasileira, em função principalmente de fortes críticas feitas pelo próprio Abdenur sobre a política externa lulista. Para Belém Lopes (2010) se possível fosse identificar um marco zero do processo de “politização ruidosa²⁶” da PEB, ele seria a publicação da entrevista concedida por Roberto Abdenur à revista *Veja*, em fevereiro de

²⁶ Belém Lopes (2010) entende pela expressão *politização ruidosa* como a escalada verbal e a explicitação das tensões políticas e ideológicas existentes, desde há muito, no interior da corporação diplomática brasileira.

2007, adjetivando a PEB de Amorim/Lula de “ideológica” e “antiamericanista”, além de denunciar a “intolerância à pluralidade de opinião” no seio do Itamaraty. Pela interpretação de Belém Lopes (2010) Abdenur ajudou a promover o desencadeamento de tensões políticas que se arrastam até hoje, que se somam as manifestações contrárias do ex-chanceler Mario Gibson Barboza (2008) e do ex-embaixador Márcio Dias (2007).

Apesar dessas nomeações e exonerações de cargos na estrutura estatal servirem de indicadores da utilização das prerrogativas institucionais em favor da consolidação do projeto partidário dentro de determinada linha de política externa, quando a análise se volta para a nomeação dos cargos de Subsecretários-Gerais durante o governo Lula, da mesma forma que ocorre no governo FHC, esses cargos não parecem ser preenchidos em função de preferências ideacionais, mas de acordo com a experiência do burocrata com os temas a serem trabalhados em cada Subsecretaria.

Diferentemente do governo FHC, no governo Lula há uma ampliação das Subsecretarias-Gerais pelo Decreto n.º 5.979, de 06/12/2006, o qual consolidou na estrutura do Itamaraty ao final do mandato sete Subsecretarias-Gerais: [a] Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos I (SGAP I); [b] Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos II (SGAP II); [c] Subsecretaria-Geral da América do Sul (SGAS); [d] Subsecretaria-Geral Assuntos Econômicos e Tecnológicos (SGET); [e] Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior (SGEX). [f] Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGBE); e [g] Subsecretaria-Geral de Cooperação e Promoção Comercial (SGEC).

De acordo com os artigos 41 e 42 do regimento interno do Itamaraty à SGAP-I compete assessorar o Secretário-Geral das Relações Exteriores no trato das questões de política exterior de natureza bilateral e multilateral, dos temas afetos aos direitos humanos e das matérias internacionais de caráter especial e supervisionar e coordenar o trabalho das Missões Diplomáticas na área de sua competência. Sua divisão é definida em seis grandes Coordenações e Departamentos: [a] Coordenação-Geral de Assuntos dos Estados Unidos da América e do Canadá (CGEUC); [b] Departamento da Europa (DEU); [c] Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais (DHS); [d] Departamento de Organismos Internacionais (DOI); [e] Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais (DME) e [f] Departamento de Energia (DE) (MRE, 2008)

Como se observa na tabela 5 dos quatros Subsecretários-Gerais que assumiram a pasta, três - Giberto Vergne Sabóia, Vera Pedrosa Martins de Almeida e Everton Vieira Vargas – tiveram nos últimos dois cargos assumidos temáticas relacionadas às questões tratadas pela SGAP-I, como por exemplo, o diplomata Giberto Vergne que além de ex-Subsecretário-Geral de Assuntos Bilaterais no governo FHC foi o Chefe de Delegação na Conferência Mundial contra Racismo.

O único que não teve como dois últimos cargos algo relacionado com a temática da Subsecretária foi o Antônio de Aguiar Patriota, mas que não falsifica a conclusão, uma vez que o diplomata já serviu em temas ligados a SGAP-I durante sua carreira, como por exemplo, a Missão Permanente do Brasil junto aos Organismos Internacionais em Genebra e na Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York.

Um fato interessante é que após assumirem a Subsecretária todos os quatros assumiram postos de trabalhos em questões ou países que se relacionam a temática da SGAP-I (Tabela 5).

A segunda Subsecretaria-Geral de Política possui a competência de auxiliar o Secretário-Geral das Relações Exteriores no trato das questões de política exterior de natureza bilateral, birregional ou multilateral, quando cabível, com os países ou o conjunto de países da África, Ásia, Oceania e do Oriente Médio, além de supervisionar e coordenar o trabalho das Missões Diplomáticas na área de sua competência. (MRE, 2008)

Sua organização consiste em: [a] Coordenação-Geral de Seguimento da Cúpula América do Sul – Países Árabes (CGASPA); [b] Coordenação do Fórum de Diálogo Índia – Brasil – África do Sul (CIBAS); [c] Departamento da África (DEAF); [d] Departamento da Ásia e Oceania (DAO) e [e] Departamento do Oriente Médio e Ásia Central (DOMA). (MRE, 2008)

A Subsecretária-Geral de Política II é o único caso durante o governo Lula que não encontramos nos últimos dois cargos ocupados pelos Subsecretários-Gerais uma correlação com a temática específica da subsecretaria. Dos dois ocupantes, Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos foi Presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial e Vice-Chefe de Missão da Embaixada Brasileira em Washington.

Tal peculiaridade pode ser justificada pela novidade temática proposta pela Subsecretária. Anteriormente as questões da alçada da SGAP II, ou eram inexistentes (Cúpula América do Sul – Países Árabes e IBAS) ou eram se tornaram secundárias para a política externa brasileira (África, Ásia, Oceania e Oriente Médio).

Na nomeação da diplomata Maria Edileuza Fontenele Reis pode-se encontrar uma tentativa residual de “encaixar e combinar” a temática com a experiência diplomática, dado que a mesma foi responsável pela coordenação de fóruns de diálogos pelos quais o Brasil participou, nesse sentido sua expertise pode ser atrelada às temáticas da SGAPII.

A terceira Subsecretaria-Geral, como o nome sugere, possui a competência de assessorar o Secretário-Geral das Relações Exteriores no trato das questões de natureza política e econômica relacionadas com a América do Sul, inclusive os temas afetos à integração regional, ao México, América Central e Caribe com a função de coordenar a formulação e execução das diretrizes de política exterior em matéria de natureza política bilateral e cultural; contribuindo para a formulação das diretrizes de política exterior em matéria de natureza política multilateral, e zelar por sua execução, além de supervisionar e coordenar o trabalho das Missões Diplomáticas na área de sua competência. (MRE, 2008)

A Subsecretaria-Geral da América do Sul é organizada em: [a] Coordenação-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais (COCIT); [b] Coordenação-Geral de Acompanhamento de Mecanismos Políticos Multilaterais (CAM); [c] Departamento do México, América Central e Caribe (DMAC); [d] Departamento da América do Sul (DAS); [e] Departamento de Integração (DIN); e [f] Departamento de Negociações Internacionais.

Dos cinco ocupantes da SGAS, quatro diplomatas - Luiz Filipe Macedo Soares Guimarães, José Eduardo Martins Felício, Enio Cordeiro e Antonio José Ferreira Simões – estiveram locados, em seus dois últimos cargos, foram embaixadores em países da região ou em burocracias relacionadas aos temas da SGAS, como por exemplo, embaixada no México e Venezuela e no Departamento da América do Sul/SGAS/MRE.

Assim como na primeira Subsecretaria-Geral, após sua saída da SGAS, todos os ex-Subsecretários assumiram postos relacionados à temática, seja como embaixador no Uruguai, Peru e Argentina ou como Coordenador Nacional do Grupo Mercado Comum. (Tabela 6).

Segundo o regimento interno do MRE, a Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos (SGET) é formada pelo Departamento Econômico e pelo Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos (DCT), os quais tem a função de [I] assessoramento da Secretaria-Geral em questões relacionadas com os temas tecnológicos e a economia internacional; [II] tratamento de questões de política externa de natureza econômico-comercial, financeira, científica e tecnológica, bem como de defesa comercial, nos planos multilateral e bilateral, de questões afetas ao setor de serviços e aos investimentos, acesso a mercados de produtos não-agrícolas e ao comércio de produtos agrícolas e de produtos de base no âmbito bilateral e multilateral; [III] orientação acerca da atuação brasileira na solução de contenciosos de natureza econômico-comercial e nas negociações sobre propriedade intelectual; além de [IV] supervisionar e coordenar o trabalho das Missões Diplomáticas, Missões e Delegações junto a organismos internacionais de natureza econômica e Repartições Consulares nas áreas econômica, financeira, científica e tecnológica. (MRE, 2008)

De acordo com os dados da tabela 10, dos três ocupantes do comando da SGET dois tiveram como posto de trabalho anterior cargos os quais estavam relacionados com a competência geral da Subsecretaria-Geral, concedendo um destaque especial ao diplomata Clodoaldo Hugueney Filho, diplomata que no governo FHC ocupou o cargo Subsecretário-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, Subsecretaria que se pode considerar como a correlata da SGET no governo anterior, permanecendo no cargo com a mudança do governo.

Acerca dos outros dois Subsecretários-Gerais percebemos uma adequação temática com a carreira diplomática de ambos, como por exemplo, o diplomata Roberto Carvalho de Azevêdo um dos mais reconhecidos negociadores comerciais brasileiros, que anteriormente era Coordenador-Geral de Contenciosos no MRE, e o diplomata Pedro Luiz Carneiro de Mendonça que assumiu a Subsecretaria duas vezes.

Da mesma forma que em outras Subsecretarias, após a saída do cargo de Subsecretários, todos os três diplomatas foram removidos para cargos que se aproximavam da temática comercial: Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra, Cônsul-Geral em Paris e Representante Permanente do Brasil junto à OMC.

Acerca da quinta Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior ela se organiza em cinco departamentos, o de Coordenação-Geral de Modernização (CMOR); o de Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (COF), o Departamento de Administração (DA), o Departamento de Comunicações e Documentação (DCD) e o Departamento do Serviço Exterior (DSE).

Dentre suas funções, de acordo com o art. 161 do regimento interno, a SGEX assessora o Secretário-Geral no trato de todos os aspectos administrativos relacionados com a execução da política exterior, coordena a execução de política administrativa do MRE, supervisiona e coordena o trabalho das Missões Diplomáticas e Repartições Consulares na área administrativa, além de levar periodicamente à apreciação do Conselho de Política Externa e ao Secretário-Geral questões referentes ao quadro pessoal.

Durante o governo Lula quatro diplomatas ocuparam o posto mais alto dentro da SGEX, sendo que três (Almir Franco de Sá Barbuda, Maria Stela Pompeu Brasil Frota e Denis Fontes de Souza Pinto) nos seus dois últimos postos de trabalho ocuparam cargos referentes a área administrativa e de serviço exterior no Itamaraty. Cabe citar que o primeiro Subsecretário da SGEX no governo Lula ocupava o cargo de Diretor Geral do Departamento de Administração, sendo substituído pela ex-presidente da Funag e ex-assessora da Secretaria Geral. Atualmente o cargo está delegado ao ex-diretor do Departamento do Serviço Exterior e ex-coordenador geral da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças

Nesse caso os três ex-Subsecretários não ocuparam cargos relacionados à administração do serviço exterior brasileiro. Em ambos os casos ocorreu a indicação para assumir o posto de embaixador(a).

A sexta e a sétima Subsecretaria-Geral são resultantes da divisão da Subsecretaria de Cooperação e Comunidade Brasileira no Exterior em Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) e Subsecretaria-Geral de Cooperação e Promoção Comercial (SGEC).

A SGEB tem a função de assessorar o Secretário-Geral das Relações Exteriores no tratamento dos temas relativos aos brasileiros no exterior e aos estrangeiros que desejam ingressar no Brasil, bem como daqueles atinentes à cooperação jurídica internacional, opinar sobre projetos de lei em matéria da competência da Subsecretaria-Geral, e

determinar, às unidades competentes da SGEB, a atualização periódica do Manual de Serviço Consular e Jurídico. Sua divisão é simples e subdividi-se no Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior (DCB) e no Departamento de Estrangeiros (DES).

Com relação à SGEC sua competência genérica está no assessoramento do Secretário-Geral das Relações Exteriores no trato das questões relacionadas com cooperação técnica, com promoção comercial e com a política cultural, sendo dividida em três departamentos, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Departamento de Promoção Comercial (DPR) e o Departamento Cultural (DC).

Anterior a divisão da Subsecretaria de Cooperação e Comunidade Brasileira no Exterior, o responsável pela Subsecretaria foi o diplomata Ruy Nunes Pinto Nogueira, o qual tinha, o qual além de ter ocupado o cargo de embaixador na Venezuela, serviu como Cônsul-Geral em Londres, um dos principais cargos da atividade consular brasileira.

Com a divisão, Ruy Nunes se tornou o Subsecretário-Geral de Cooperação e Promoção Comercial, e depois foi promovido, após a aposentadoria de Samuel Pinheiro Guimarães, ao cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil.

A Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior inicialmente ficou a cargo do diplomata Oto Agripino Maia, que anteriormente fora Embaixador na Suécia. Ao final do mandato de Lula, assumiu a Subsecretaria o então Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Eduardo Ricardo Gradilone Neto.

Tabela 9: Subsecretários-Gerais: Subsecretária-Geral de Política I

Subsecretaria-Geral de Política I						
Nome	Entrada	Saída	Cargo Anterior I	Cargo Anterior II	Cargo Posterior I	Cargo Posterior II
Giberto Vergne Sabóia	25/jan/02	19/set/03	Subsecretário-Geral de Assuntos Bilaterais	Chefe de Delegação na Conferência Mundial contra Racismo	Representante Permanente na OPAQ	Embaixador nos Países Baixos
Vera Pedrosa Martins de Almeida	07/nov/03	06/jul/05	Embaixadora na Dinamarca	Embaixadora no Equador	Embaixadora na França	
Antônio de Aguiar Patriota	07/jul/05	13/fev/07	Chefe de Gabinete do Ministro	Secretário de Planejamento Diplomático	Embaixador do Brasil nos Estados Unidos	Secretário-Geral das Relações Exteriores
Everton Vieira Vargas	14/fev/07	30/jun/07	Representante na Comissão Intergovernamental sobre Mudança do Clima		Representante Especial do Presidente da República na Reunião das Grandes Economias sobre Segurança Energética e Mudança do Clima	Embaixador na Alemanha

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados concedidos pelo Departamento do Serviço Exterior/MRE e através de dados do site do Senado Federal

Tabela 10: Subsecretários-Gerais: Subsecretária-Geral de Política II

Subsecretaria-Geral de Política II						
Nome	Entrada	Saída	Cargo Anterior I	Cargo Anterior II	Cargo Posterior I	Cargo Posterior II
Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos	08/jan/07	09/ago/10	Presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial	Vice-Chefe de Missão da Embaixada Brasileira nos Estados Unidos	Embaixador no Reino Unido	
Maria Edileuza Fontenele Reis	10/ago/10		Coordenadora da Comissão Intergovernamental Brasil-França para a Construção da Ponte sobre o Rio Diapoque	Alta Funcionária do Brasil para a Cúpula América Latina e Caribe-União Européia		

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados concedidos pelo Departamento do Serviço Exterior/MRE e através de dados do site do Senado Federal

Tabela 11: Subsecretários-Gerais: Subsecretária-Geral da América do Sul

Subsecretaria-Geral da América do Sul						
Nome	Entrada	Saída	Cargo Anterior I	Cargo Anterior II	Cargo Posterior I	Cargo Posterior II
Luiz Filipe Macedo Soares Guimarães	02/jul/03	06/jul/05	Embaixador no México	Chefe de Delegação no Comitê Preparatório da Conferência da ONU sobre Tráfico Ilícito de Armas Pequenas e Armamentos Leve	Coordenador Nacional Grupo Mercado Comum	Delegado Permanente na Unesco
José Eduardo Martins Felício	07/jul/05	08/ago/06	Secretário da Secretaria de Planejamento Diplomático	Chefe do Departamento da América do Sul	Embaixador no Uruguai	
Jorge d'Escragnolle Taunag	09/ago/06	04/dez/07	Embaixador em Angola	Consul Geral em Marselha	Embaixador no Peru	
Enio Cordeiro	05/dez/07	15/mar/10	Representante do MRE no Conselho de Administração da Itaipu	Diretor do Departamento da América do Sul	Embaixador na Argentina	
Antonio José Ferreira Simões	16/mar/10		Embaixador na Venezuela	Diretor do Departamento de Energia		

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados concedidos pelo Departamento do Serviço Exterior/MRE e através de dados do site do Senado Federal

Tabela 12: Subsecretários-Gerais: Subsecretária-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos

Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos						
Nome	Entrada	Saída	Cargo Anterior I	Cargo Anterior II	Cargo Posterior I	Cargo Posterior II
Clodoaldo Hugueneq Filho	23/jun/03	09/out/05	Subsecretário-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior	Chefe Missão junto às Comunidades Europeias	Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra	
Pedro Luiz Carneiro de Mendonça	10/out/05	20/dez/06	Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares	Embaixador em Moçambique	Cônsul-Geral em Paris	Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos
Roberto Carvalho de Azevêdo	29/dez/06	26/out/08	Coordenador-Geral de Contenciosos		Representante Permanente do Brasil junto à OMC	
Pedro Luiz Carneiro de Mendonça	27/out/08	22/set/10	Cônsul-Geral em Paris	Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos	Embaixador na África do Sul	

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados concedidos pelo Departamento do Serviço Exterior/MRE e através de dados do site do Senado Federal

Tabela 13 Subsecretários-Gerais: Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior

Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior						
Nome	Entrada	Saída	Cargo Anterior I	Cargo Anterior II	Cargo Posterior I	Cargo Posterior II
Almir Franco de Sá Barbuda	26/abr/04	23/mar/06	Diretor Geral do Departamento de Administração	Chefe do Escritório Financeiro em NY	Embaixador na Bélgica	
Maria Stela Pompeu Brasil Frota	24/mar/06	18/nov/08	Presidente da Funag	Assessora da Secretaria Geral	Embaixadora em Liechtenstein	
Paulo Cesar Meira de Vasconcelos	19/nov/08	01/jul/10	Chefe de Gabinete da Subsecretaria de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior	Diretor do Departamento Cultural	Embaixador na Tailândia	
Denis Fontes de Souza Pinto	02/jul/10		Diretor do Departamento do Serviço Exterior	Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças		

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados concedidos pelo Departamento do Serviço Exterior/MRE e através de dados do site do Senado Federal

Tabela 14: Subsecretários-Gerais: Subsecretaria-Geral de Cooperação e Comunidade Brasileira no Exterior

Subsecretaria-Geral de Cooperação e Comunidade Brasileira no Exterior*						
Nome	Entrada	Saída	Cargo Anterior I	Cargo Anterior II	Cargo Posterior I	Cargo Posterior II
Ruy Nunes Pinto Nogueira (Subsecretário-Geral de Cooperação e Comunidade Brasileira no Exterior)	26/abr/04	30/jun/07	Embaixador em Caracas	Cônsul-Geral em Londres	Subsecretário-Geral de Cooperação e Promoção Comercial	Secretário Geral do MRE
Ruy Nunes Pinto Nogueira (Subsecretário-Geral de Cooperação e Promoção Comercial)	01/jul/07	22/set/10	Subsecretário-Geral de Cooperação e Comunidade Brasileira no Exterior	Embaixador em Caracas	Secretário Geral do MRE	
Oto Agripino Maia (Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior)	02/jul/07	18/jul/10	Embaixador na Suécia		Embaixador na Grécia	
Eduardo Ricardo Gradilone Neto (Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior)	19/jul/10	09/jul/12	Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior	Assessor Técnico na Subsecretaria-Geral da América do Sul	Embaixador na Nova Zelândia	

* Posteriormente a Subsecretaria de Cooperação e Comunidade Brasileira no Exterior foi dividida em Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior e Subsecretaria-Geral de Cooperação e Promoção Comercial

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados concedidos pelo Departamento do Serviço Exterior/MRE e através de dados do site do Senado Federal

No que tange as modificações estruturais do Ministério de Relações Exteriores algumas modificações inseridas durante o governo Lula evidenciam a adequação do Itamaraty para a execução de “políticas externa” que não estavam presentes na pauta internacional brasileira.

A primeira modificação, segundo Castro e Castro (2009) ocorreu em 21 de junho de 2003, quando se publicou o Decreto n. 4.759, que aprovou a nova estrutura regimental do MRE, versando principalmente a readequação da Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Segundo os autores

Desde que assumiu a pasta das Relações Exteriores, o Chanceler Celso Amorim engajou-se em promover uma reforma da estrutura da SERE para *aperfeiçoá-la no planejamento e implementação da política externa do Governo Lula, e adaptar o Itamaraty às transformações nos cenários interno, regional e internacional*. (...) O princípio norteador das mudanças frequentes na estrutura do MRE tem sido o de aproveitar experiências de gestões anteriores e, se necessário, criar novos órgãos para atualizar e tornar mais operativa a atividade da diplomacia brasileira. (CASTRO e CASTRO, 2009, p. 288, grifo nosso)

Exemplos dessa adequação aos cenários podem ser ilustradas pela criação da Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFOME), a criação da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPL) junto à da Direção-Geral Cultural (DG), ambas subordinadas diretamente ao Secretário Geral. A criação da CGFOME é indício do processo de securitização e internacionalização das políticas sociais brasileiras e o necessário o ajuste do Itamaraty à política social do Governo Lula no plano doméstico e internacional. A DPL, além de significar a importância dada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, segundo Castro e Castro (2009), demonstra que área da cooperação cultural e educacional e, em especial, a consolidação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, uma das prioridades da gestão Celso Amorim.

A manutenção da Direção-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior (DCJ) na Secretária-Geral, evidencia a intenção do Itamaraty de ampliar a prestação de ajuda a brasileiros no exterior, levando a reformulação da rede consular.

Se a “opção sul-americana” (GARCIA, 2008) foi o grande eixo da política externa “lulista”, a afirmação de Castro e Castro (2009) de que “a principal mudança e

contribuição da gestão Celso Amorim na evolução organizacional do MRE concretizou-se na criação da Subsecretaria-Geral da América do Sul, indicando a prioridade da política externa do Brasil para a região sul-americana”, destaca o impacto dessa na estrutura ministerial.

Segundo informam Castro e Castro (2009) na Subsecretaria-Geral da América do Sul (SPAS), integraram-se o Departamento da América do Sul (DAS) e o Departamento de Integração (DIN), provenientes do antigo Departamento de Integração Latino-Americana (criado na gestão Rezek), que, mais tarde, se tornou Direção-Geral de Integração Latino-Americana (na 2.^a gestão Celso Lafer). Além disso, criou-se o Departamento de Negociações Internacionais (DNI) formado pela Divisão da União Europeia e Negociações Extra-Regionais (DEUX) e a Divisão da ALCA (DALCA).

Outra indicação do incremento das relações com os países da América do Sul resultou na criação da Divisão Econômica da América do Sul (DECAS) para lidar com assuntos da área econômica fora da área do Mercosul.

Outra marca do governo Lula foi a utilização da cooperação sul-sul como mecanismo de projeção brasileira no mundo e formação de parcerias. Nesse sentido, reflexos dessa preferência política foram a divisão do Departamento da África e Oriente Próximo (DAOP), o qual se bipartiu no Departamento da África (DEAF) e no Departamento do Oriente Próximo (DEOP), e a inclusão na Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos II (SGAP II) a Coordenação-Geral do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (CIBAS) e a Coordenação-Geral de Seguimento da Cúpula América do Sul – Países Árabes (CGASPA). Para além, essas medidas, segundo Castro e Castro (2009) foram executadas para o reforço da política de Cooperação Sul-Sul, sendo as Coordenarias-Gerais responsáveis por realizar encontros e reuniões específicas com aqueles países.

A presidencialização da política externa brasileira também foi instrumento utilizado durante o governo Lula, a despeito das críticas realizadas pelo grupo petista quando esse ocupava a oposição em relação à prática. Como pontua Figueira (2009) houve um aumento expressivo da atuação do Chefe de Estado comparada a gestões anteriores, demonstrando a tendência de aumento da presença de atores estatais, que não apenas o

Ministério das Relações Exteriores, na condução e na tomada de decisões em política externa no Brasil.

Pode-se dizer que sua utilização foi realizada antes mesmo do presidente eleito assumir seu cargo. Em um encontro no ano de 2002 no “National Press Club”, em Washington, Lula apresentou uma prévia do que seria constantemente repetido durante seus anos à frente do Brasil, postulando que a relação bilateral com os Estados Unidos da América deveria ser aprofundada e trabalhada sempre com respeito a sua história e princípios, porém importa ao Brasil manter sua autonomia e independência; o combate à fome e ao desemprego, recalcado com a afirmativa de cumprimentos dos deveres econômicos tanto internos, quanto para com as instituições financeiras internacionais; a Paz e a Democracia, com alusão a importância histórica de Rui Barbosa para a Política Externa do Brasil; Integração Regional e ALCA, em que, pela proximidade e pelos laços, as nações latinas e norte-americanas, dever-se-iam dialogar (DASILVA, 2003: 11).

De acordo com os dados de Figueira (2009), durante o primeiro mandato do governo Lula, o mesmo realizou 67 vistas bilaterais a outros países do sistema internacional, participou de 48 reuniões multilaterais ocorridas tanto no Brasil quanto sediadas por outros Estados, recebeu no Brasil um número expressivo de visitas de Chefes de Estados de toda a parte do mundo, um total de 107, demonstrando além da dimensão, a diversificação das parcerias propostas pelo governo no que tange às diretrizes da política externa.

Para Ribas e Faria (2011), a diplomacia presidencial durante o governo Lula também teve como eixos principais a América Latina e Europa, da mesma forma que o governo FHC. A mudança foi o aumento significativo da presença presidencial na Ásia e África – essa mudando da última posição para a terceira - e a redução das visitas na América do Norte – passando de terceira mais visitada para última.

Segundo dados dos autores, durante os oito anos do governo Lula a América do Sul recebeu 35,51% das visitas presidenciais, seguido pela Europa (23,26%), África (13,87%), Ásia (11,42%), América Central e Caribe (8,16%) e América do Norte (7,75%)

²⁷. Pelos dados pode-se perceber que a política externa brasileira durante o governo Lula reduziu sua presença nos espaços tradicionais, ou centrais, de participação política, privilegiando a ampliação da presença brasileira em outros espaços, em consonância com o projeto universalista de ampliação das parcerias brasileiras para consolidação do seu poder no cenário internacional.

Uma das mudanças mais salientes durante governo Lula foi a revisão da bibliografia indicada para os candidatos à carreira diplomática no Guia de Estudos para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata²⁸. Como demonstrado no capítulo anterior, durante o governo Fernando Henrique a bibliografia indicada contemplava em sua grande maioria obras de diplomatas de carreira, com uma clara preferência àqueles que compartilhavam da visão de mundo dos institucionalistas pragmáticos, ou faziam parte do governo.

Tal condição permanece com poucas mudanças até o ano de 2003, sendo que a partir de 2004 há a revisão. O período de 2004 a 2006 pode ser percebido como um período de transição e adequação da bibliografia, uma vez que durante o período várias sugestões são adicionadas e retiradas, sendo consolidada somente em 2007, a qual se mantém, em sua estrutura principal, salvo algumas pequenas adições e remoções, até a presente data.

Em 2003, a bibliografia apresentava um total de vinte e seis sugestões, essas de forte filiação à Casa e ao pensamento institucionalista pragmático, entretanto no ano de 2004 somente quatro dessas foram mantidas, sendo o manual do candidato, dois textos clássicos sobre política internacional, e um compêndio de discursos brasileiros nas Nações Unidas. Em contrapartida, foram adicionadas novas quarenta e quatro obras, englobando textos de viés mais críticos, como o clássico livro marxista de interpretação do cenário internacional de Halliday (*Repensando as relações internacionais*), bem como o clássico livro de Guy Debord (*A Sociedade do Espetáculo*), a análise de Sevares sobre a nova realidade do capitalismo global que se alia à bancos e rede de delito global para a formação de um capitalismo criminal, e o posicionamento crítico de Moniz Bandeira sobre o papel

²⁷ Para melhor visualização os dados referentes ao governo FHC, apresentado no capítulo anterior são: 1) América do Sul (43,47%); 2) Europa (29,56%); 3) América do Norte (12,17%); 4) Ásia (6,95); 5) América Central e Caribe (4,43%) e; 6) África (3,47%). (RIBAS E FARIA, 2011)

²⁸ A bibliografia sugerida do período analisado se encontra no Anexo da Dissertação.

dos Estados Unidos na América, sendo que os textos produzidos no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco ficaram como leituras complementares, salvo algumas que foram incluídas na referência obrigatória.

Uma mudança perceptível é a presença de uma bibliografia de cunho mais acadêmico e ligados aos principais temas da política externa, o que pode ser indicio da nova necessidade de atuação dos diplomatas brasileiros. Obras de referências de economia e desenvolvimento internacional (Gilpin, Ashworth, Chang), de teoria de relações internacionais (Halliday, Milner e Keohane) bem como textos sobre Mercosul, América Latina, Amazônia, Patentes, Política de Defesa.

Um fato interessante, que pode estar relacionado ao projeto de ampliação das parcerias internacionais brasileiras, é que a partir de 2004 o guia apresenta obras de processos decisórios, ou de história diplomáticas de outros países, fato que não se apresentava em outros momentos. Esses países, coincidentemente são os principais parceiros da política externa lulista, Índia, Argentina, Rússia, Estados Unidos, Europa.

Em 2005 a base da bibliografia se mantém, com a introdução de apenas duas leituras, uma versando sobre a Cronologia das Relações Internacionais do Brasil, e outra um manual da Funag sobre História Geral Contemporânea. A alteração importante nesse ano é a retirada de grande parte dos textos produzidos no Curso de Altos Estudos e publicados pela Funag.

Em 2006, a bibliografia também sofre várias alterações, com a inclusão de onze novas obras de referencia, e a remoção de vinte e uma obras. Dentre as obras incluídas cabe uma observação que nove delas versavam sobre principalmente a nova configuração das relações internacionais e sobre a inserção da política externa brasileira nesse cenário multitemático das relações internacionais. Cabe também ressaltar que nesse ano o Manual do Candidato produzido pelo professor Demetrio Magnoli, o qual segundo Almeida (2005) está categorizado como independentes ou críticos da política externa brasileira, foi retirado do programa. Essa alteração a nosso ver é de extrema importância para uma adequação do Itamaraty ao projeto petista, uma vez que a nosso ver o autor em função principalmente

pela sua militância política²⁹ pode ser caracterizado como crítico ao projeto petista e governamental de política externa.

Em 2007 a bibliografia não sofre alterações significativas em relação a bibliografia sugerida. No ano seguinte temos importantes considerações para o perfil do candidato preterível. Em 2008 são inseridos os livros de caráter mais críticos em relação à ordem internacional e ao papel do Brasil. Podemos citar a obra de Samuel Pinheiro Guimarães que apresenta a nova forma de inserção brasileira no cenário internacional, o livro de Gilberto Dupas, um dos principais estudiosos das lógicas e dos efeitos do capitalismo global, que aborda as assimetrias existentes entre os poderes que os principais atores econômicos, políticos e sociais exercem sobre a nova ordem, e a obra de Marcílio Moreira e Arnaldo Niskier que busca retomar a atualidade do pensamento de San Tiago Dantas. Nos dois anos seguintes a bibliografia se mantém a mesma, não apresentando nenhuma novidade ou remoção.

Analisemos agora a produção dos diplomatas no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Da mesma forma que ocorreu durante o governo Fernando Henrique Cardoso a produção diplomática resultante do curso esteve ligada a uma extensa gama de assuntos, com uma predisposição dos autores em buscar relacionar o Brasil na questão tratada com o objeto da tese.

Mas quando se observa a produção como um todo, durante o governo Lula percebe-se uma ampliação das temáticas tratadas pelos trabalhos. Mesmo que durante o governo FHC seja encontrada algumas teses que tratem de questões mais amplas, esses são estudos pontuais e singulares dentro de todo o escopo de produção.

No entanto, a ampliação temática não pressupõe uma relação causal com a institucionalização de projetos políticos, mas pode-se pressupor uma possível tendência de acompanhamento das teses das grandes linhas da política externa, a qual em última instância é definida pela cúpula decisória.

Nesse sentido se anteriormente os diplomatas, tendiam a tratar dos grandes temas da política internacional e externa brasileira como segurança internacional, , direitos

²⁹ A presença do professor Demétrio em mídias contrárias e críticas ao governo Lula é recorrente com uma participação também crítica e contrária as ações governamentais.

humanos, defesa nacional, globalização, atuação de regimes internacional, salvo algumas intenções mais voltadas para questões “marginalizadas da PEB, durante o governo Lula também observa-se o acompanhamento das temáticas envolvidas em relação ao foco da atuação da Chancelaria brasileira.

É salutar ressaltar que apesar de uma ampliação temática durante o governo Lula, alguns estudos ainda mantiveram o foco nas questões “mais clássicas” da diplomacia, visto que embora tenha ocorrido a ampliação de agendas no cenário internacional, as temáticas clássicas ainda constituem importante linha de atuação da diplomacia nacional. Em suma, a ampliação temática não significou a retirada de temas, mas sim a inclusão de outros, fato que complexifica a atuação internacional das chancelarias.

A partir de 2003 as teses do CAE/IRBr começam a tratar de questões mais diversas da política internacional e da atuação da política externa. Para além de estudos sobre a questão comercial brasileira (Tese nº355, nº.356, nº357, nº361) já encontramos alguns estudos que já começam a tratar aspectos da cooperação internacional (Tese nº.364) e da cultura (Tese nº.367) para a política externa nacional. Quando se observa o aspecto regional das teses essas ainda tendem a priorizar a América do Sul (Tese nº.358, nº 359, nº374) e os grandes centros do capitalismo (Tese nº.354, nº 356, nº 375, nº376).

Em 2004, cabem citar os trabalhos sobre a atuação brasileira na Febre Aftosa (Tese nº383), as questões sobre a Biossegurança (Tese nº390) e Meio Ambiente (Tese nº381). Durante o ano de 2004 a temática comercial é uma das mais importantes quando se observa o quadro geral, com teses tratando sobre negociações agrícolas na OMC (Tese nº379, nº387, nº390 e nº 391) e ALCA (Tese nº389). Quando das regiões, as teses mantêm a preferência sul americana (Tese nº383, nº388, nº389) e estadunidense/europeia (Tese nº379, nº387).

No ano de 2005 algumas novas temáticas que acompanham a política externa brasileira do período são estudadas pelos diplomatas brasileiros, dando destaque as teses que tratam sobre o papel do esporte (Tese nº393), da cooperação internacional, (Tese nº417), da cooperação em educação (Tese nº394) e da saúde (Tese nº399) para a inserção brasileira. Nesse ano os primeiros estudos sobre a cooperação sul-sul brasileira são realizados, especificamente o IBAS (Tese nº420) e a IIRSA (Teses nº398, nº406, nº419).

O grande espaço regional ainda cabe a América do Sul e (Teses nº398, nº404, nº406, nº407, nº 408, nº 413, nº416, nº419), com uma pequena participação dos Estados Unidos e Europa (Teses nº409, nº418).

Em 2006 a tendência se mantém, as temáticas das teses refletem a atuação e experiência dos diplomatas ou se alinham as linhas da política externa em vigor. Podemos citar, por exemplo, como alinhamento as propostas governamentais uma preferência por temáticas “mercosulinas” (Tese nº 440, nº 447, nº451), comerciais (Tese nº 429, nº431, nº 433. Nº 437, nº 446) e de cooperação (Tese nº435, nº438, nº444). Pela primeira vez durante o governo Lula a temática africana encontrava lugar nas teses do Instituto (Tese nº438), mas a preferência pelo entorno regional permanece durante o cinquentenário CAE (Teses nº423, nº430, nº441, nº446, nº451).

Em 2007 as temáticas mais recorrentes nas teses produzidas se mantiveram em tres linhas, a de comércio e finanças internacionais (Teses nº 453, nº460, nº463, nº466 , nº 467, nº471, nº478, nº483, nº484, nº490, nº494, nº502, nº503), a de cooperação internacional (Teses nº452, nº459, nº480, nº486, nº491, nº497, nº500) e voltada para a América do Sul (Teses nº463, nº468, nº473, nº480, nº489, nº494, nº495, nº498, nº503). Nesse mesmo ano algumas teses produzidas indicam os “novos relacionamentos” brasileiros como novos estudos sobre a África (Tese nº454, nº 469, nº 479, nº 492), G-20 (Tese nº471), a utilização de novos mecanismos de inserção internacional (Tese nº 460, nº 487, nº 489, nº496, nº500, nº501) Comunidade Brasileira (Tese nº 457, nº 477, Haiti (Tese nº480) e Combate Internacional à Fome (Tese nº491)

O ano de 2008 é marcado por uma grande diversidade nas temáticas das teses na qual se destacam alguns estudos que buscam compreender o processo decisório interno da política de alguns países – Brasil, Índia, Bolívia - (Teses nº510, nº518, nº519, nº 531, nº 534). A temática comercial (Tese nº524, nº 525, nº 533) e sul-americana (Tese nº 507, nº 522, nº 529, nº 534, nº 535) se mantêm como as “linhas mestres” dos trabalhos do CAE, mas novamente aparecem os estudos sobre novas formas de inserção brasileira (Tese nº 508, nº510, nº515, nº516, nº528, nº529).

Novamente a temática comercial se sobressai em relação às outras temáticas durante o ano de 2009 (Tese nº 542, nº 543, nº546, nº 553, nº558, nº 559, nº 564), mas o

foco desses estudos comerciais se altera, principalmente em conceder espaço aos novos parceiros brasileiros como Ásia e África (Tese nº542, nº 553, nº559). O espaço sul-americano (Tese nº550, nº 552, nº 554, nº 556, nº 557) permanece como insumos para os trabalhos, bem como os estudos sobre a cooperação (Tese nº537, nº 545, nº 554) as novas formas de inserção da diplomacia, com destaque especial para o BRIC, IBAS e Minustah (Tese nº536, nº538, nº541, nº544, nº546, nº548, nº549, nº553, nº555, nº556, nº 558).

O último CAE analisado há uma peculiaridade decorrente do foco regional que mais “despertou interesses” nos diplomatas brasileiros, o Oriente Médio. Em 2010, quatro teses trataram do tema (Tese nº566, nº568, nº569, nº593) com destaque especial para o reconhecimento do Estado da Palestina (Tese nº568, nº593) e da atuação brasileira em questões nucleares iranianas (Tese nº569). Cabe destacar novamente a busca por estudos que retratem as novas formas de inserção diplomática (Tese nº 572, nº 579, nº581, nº594, nº597) e pela preferência de estudos sobre América do Sul (Tese nº565, nº576, nº 582, nº 585, nº 594, nº 596).

7. CONCLUSÃO

“Já faz tempo que a política internacional deixou de ser um campo exclusivo dos especialistas e dos diplomatas. Mas só recentemente, a política externa passou a ocupar um lugar central na vida pública e no debate intelectual brasileiro.”

José Luís Fiori

“O debate da política externa: os conservadores” *Agência Carta Maior*, 04.12.2009

Quando observamos o padrão histórico da política externa brasileira, percebemos que a grande discussão entre os dois partidos não se distancia das clássicas questões sobre a inserção internacional do Brasil. De um lado, aqueles que consideram que somente com a aliança preferencial ao centro do capitalismo mundial o interesse nacional poderá ser alcançado e o desenvolvimento nacional poderá sair do papel. Do outro, considera tal preferência de alinhamento errônea e entreguista, uma vez que defende a política externa como um dever ser universalista, procurando sua inserção internacional em regiões que possam ser proveitosas para a lógica do desenvolvimento nacional.

O diplomata Gelson Fonseca Jr. (1998) em tentativa de reunir hipóteses sobre o pensamento brasileiro em relações internacionais, observando-o sob o prisma da discussão da identidade nacional, elenca um conjunto de fatores para averiguar a possibilidade da existência de um pensamento brasileiro de relações internacionais. O autor sugere entre as necessidades a existência de pensadores com capacidade interpretativa da sociedade, a existência de instituições as quais abriguem esses pensadores, a fertilização desse pensamento no debate público e a presença de correntes e escolas contraditórias ao pensamento. (FONSECA Jr. 1998)

Esses indicadores nos permitem dizer que em ambos os governos analisados na dissertação presenciamos um pensamento distinto acerca das relações internacionais brasileiras. Conforme apresentado ao longo do texto os modelos interpretativos das relações internacionais e da política externa brasileira foram arquitetados por diferentes pensadores, com leituras distintas das possibilidades de inserção brasileira, ancorados e gestados

principalmente dentro de estruturas partidárias com distintas correntes ideológicas, as quais conseguiram transbordar, inclusive, para o debate sobre a política externa brasileira.

Em recente artigo Gláucio Soares (2012) propõe que metodologicamente que o estudo da frequência com que uma teoria, seus conceitos e autores são usados em livros, revistas e outros instrumentos da mídia seja um indicador útil da sua penetração no pensamento da humanidade. Ainda Soares (2012) pontua que mesmo não sendo um indicador exato, como um benefício adicional, essa forma pode ser usado para verificar se os regimes políticos, as ideologias do grupo no poder, a censura e a repressão influenciam essa frequência.

Desde o início da proposta de pesquisa apresentada para a execução da dissertação existia certa desconfiança em relação ao discurso recorrente na literatura brasileira, no qual se reafirmava, por parte de alguns analistas e diplomatas, a blindagem institucional do Itamaraty em relação às mudanças políticas internas, baseada principalmente nas análises dos períodos pré-88, com clara ilusão a capacidade institucional de permanecer alheio as variações políticas e os interesses “secundários” da nação e da sociedade brasileira.

Esse discurso, a nosso ver, vem sendo desmontado por inúmeros trabalhos que buscam demonstrar como os novos atores e as novas dinâmicas decisórias se relacionam com a produção da política externa, entre eles o papel do executivo (Sanchez-Badin e França, 2010), o do presidente (Cason e Power, 2009), o do congresso (Diniz e Ribeiro, 2008), dos partidos políticos (Oliveira, 2011), o dos grupos de interesse (Couto, 2008), o do judiciário (Couto, 2004), o de ministérios e agências estatais (Pinheiro e Beshara, 2012), a participação das cidades, estados (Salomón e Nunes, 2007) e da sociedade civil (Assano e Amapro, 2008). Em complementaridade temos os trabalhos que demonstram as mudanças geradas no processo decisório (Figueira, 2010) em função da pluralização dos atores (Faria, 2008), do processo de horizontalização (Faria, Nogueira, Belém Lopes, 2012) e do papel do regime político (Lima, 2000, Belém Lopes, 2011).

Nesse sentido podemos considerar o atual processo de formulação da política externa nacional como uma simbiose entre as atividades do Estado e dos atores não estatais através das múltiplas interações que ocorrem entre os diversos agentes envolvidos na ação

internacional do Estado (Devin e Toernquist-Chesnier, 2010) em fluxos de ações contínuos e confusos, constituídos pela conjunção de decisões e inações políticas, procedimentos burocráticos, padrões cognitivos, e pelo constrangimento do ambiente no qual ela está inserido (Clarke, 2000).

Nossa proposta foi analisar dentro dessa lógica, como os partidos políticos, enquanto grupos detentores dos recursos decisórios dentro do Itamaraty utilizam das estruturas institucionais para moldar a instituição e a política externa em propósito de um projeto político.

Utilizando de um modelo não muito comum a Análise de Política Externa Brasileira nossa pesquisa buscou uma visão holística das diferenças entre os projetos partidários, uma vez que os situou dentro de uma compreensão que considerou tanto a influência dos fatores externos, as nuances do discurso político, bem como as condições domésticas de proposição política e a utilização da estrutura estatal para condicionar a política pública de acordo com os interesses partidários.

Dentro do modelo teórico a utilização de parâmetros de identificação da institucionalização permitiu a avaliação de como, onde e se existiu uma institucionalização das ideias políticas na atuação da política externa brasileira durante os governos FHC e Lula. Conforme tentamos demonstrar, a posição ocupada pelos partidos na estrutura governamental e no processo de formulação das políticas públicas brasileiras pode influenciar a formação da política externa. Nesse sentido é importante perceber que o *locus* no qual os partidos estão enquadrados, pode impactar na formulação da política externa, confirmando nossa hipótese de que institucionalização das ideias partidárias na política externa foi possível devido ao acesso dos partidos políticos ao centro decisório da política externa brasileira, via executivo federal.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a política externa teve como linha mestra a visão de mundo gestada pelo PSDB, enquanto o PT na oposição adotava uma postura mais crítica em relação ao governo. À época era recorrente declarações petistas denunciando a postura neoliberal que a política externa adotava. Com sua ascensão ao governo, o PT passa a ser o responsável pela condução da política externa, e de certa forma

revê sua postura enquanto oposição, adotando uma posição mais moderada à política externa, mas não deixando de transferir para a política algumas linhas de seu pensamento.

A diferença locacional pode ser encontrada inclusive nas propostas partidárias nas campanhas presidenciais, quando o candidato apoiado pelo governo tende a manter as diretrizes da política externa de seu predecessor, enquanto o candidato oposicionista tenta alterar as linhas da política externa aproximando-a do modelo partidário defendido.

Um ponto interessante é perceber que existem padrões em ambos os governos na forma pela qual os partidos utilizam os mecanismos institucionais para transformar seus projetos políticos em ações políticas, mesmo em função de diferenças ideológicas e conjunturais. Tanto no governo FHC quanto no governo Lula as estruturas nos quais os indícios de uma institucionalização se tornam mais perceptíveis são nas mudanças organizacionais realizadas no Ministério de Relações Exteriores, nas medidas adotadas como mecanismo “filtragem”, na indicação dos *policy-makers* da alta cúpula decisória, e na seleção bibliográfica dos guias de estudos do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata.

Coincidentemente, em ambos os governos os parâmetros nos quais há menor influência da institucionalização das ideias partidárias também possuem padrões de comportamento, uma vez que a influência na indicação dos cargos para as Subsecretaria-Gerais e na produção intelectual/diplomática no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco é menor ou residual.

Nos dois governos o preenchimento dos cargos nas Subsecretárias sinalizam para uma escolha mais técnica daqueles que chefiam os postos, conforme a experiência profissional dentro da instituição. Da mesma forma, a produção dos diplomatas “velhos de casa” não parece ser influenciada pelas preferências governamentais, dado que as teses produzidas estão mais próximas as experiências profissionais do que em função da ação da política externa à época. Esses dois casos sinalizam que apesar da possibilidade de influenciar as instancia decisórias, os partidos ainda não conseguem plenamente moldar o comportamento institucional.

A primeira esfera de comparação sugerida foi o ambiente externo. Sua importância foi a de ilustrar o momento histórico no qual os grupos políticos estavam

inseridos, elucidando as condições internacionais sob as quais a política externa brasileira se inseria. Entendemos que as condições internacionais sob as quais estavam inseridos os dois governos são muito diferentes em sua concepção.

Em função de visões, leituras e condições de mundo totalmente antagônicas o pressuposto básico era da existência de projetos políticos para a política externa diferentes. Esse pressuposto, no nosso entender, se confirma pela distinção dos momentos internacionais nos quais ambos os governos estavam inseridos. No primeiro momento a política internacional e a doméstica latino-americana presenciava o ápice do modelo neoliberal resultante de uma hegemonia recente dos Estados Unidos no cenário pós Guerra-Fria, o qual influenciou em muito a os pensadores do Estado brasileiro à época.

Em contrapartida, o segundo momento de análise considera na América Latina uma nova discussão sobre o papel do Estado e do mercado no desenvolvimento socioeconômico, principalmente em decorrência da crise neoliberal no início do século com a adoção de modelos em resposta ao mesmo. Na seara de interpretações destaca-se o Novo Desenvolvimentismo brasileiro, caracterizado como uma opção ao nacional-desenvolvimentismo e ao desenvolvimentismo liberal, o qual supostamente, conforme afirma Oliva (2010), pode ter refletido na postura internacional brasileira, refletindo os princípios novo-desenvolvimentistas de complementaridade entre Estado e mercado, da necessidade da equidade social para o desenvolvimento bem-sucedido, e a preferência regional.

Alguns trabalhos, em especial o de Puntigliano (2008), condicionam as alterações na estrutura organizacional da instituição diplomática em função das condições adaptativas ao sistema internacional. Conforme o próprio, “os desafios da globalização trouxeram mudanças que afetaram a forma que se estruturaram as organizações nacionais, exigindo mudanças rápidas, a fim de lidar com novos tipos de demandas” (PUNTIGLIANO, 2008, p.28).

Mesmo que concordemos que os efeitos da globalização possam ter alterado as estruturas organizacionais, em função de uma ação a qual “respondeu à penetração crescente de organizações internacionais e de nos problemas globais com a criação de novos pontos de contato multi-nível de contato” (PUNTIGLIANO, 2008, p.29),

consideramos o incompleto, dado que o foco recaí somente nos eventos externos, subestimando a hipótese de que as alterações poderiam ter ocorrido em função de uma preferência política construída por fatores domésticos, como por exemplo diferenças ideológicas e programas políticos com leituras específicas acerca da inserção internacional brasileira.

Na busca de complementar o trabalho de Puntigliano (2008), nossas conclusões acerca das mudanças institucionais, conferem que a condição sistêmica diferente influenciou as leituras da política externa, mas que essas também foram resultantes da utilização das estruturas institucionais para a adequação dos projetos políticos domésticos. Em ambos os governos o processo de institucionalização de ideias alterou a estrutura organizacional do Ministério de Relações Exteriores, em função das visões de mundo que os grupos formularam e as possibilidades de relacionamento do Brasil com o sistema internacional.

Pode-se perceber que durante o governo Fernando Henrique a estrutura institucional, representada pela divisão das Subsecretaria-Gerais, esteve volta para uma inserção internacional que privilegiava a inserção brasileira via fóruns e acordos internacionais.

A divisão tipológica e funcional da Subsecretaria Geral de Assuntos Políticos (SGAP) em Subsecretaria Geral de Assuntos Políticos Bilaterais (SGAP) e Subsecretaria Geral de Assuntos Políticos Multilaterais (SGAM), aliado a restauração de órgãos de caráter multilateral, bem como a manutenção da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômico e de Comércio Exterior a nosso ver se relaciona com a proposta peessedebista de adaptação ao cenário globalizado no qual a maior participação no processo decisório regional e mundial via fóruns políticos e econômicos pode ser a síntese da proposta vigente.

No governo Lula, por sua vez, a estrutura organizacional pode ser observada como reflexo de uma proposta política de inserção. Com a ascensão petista, a divisão das Subsecretarias adota o princípio da localização regional parece responder às propostas de ampliação das parcerias internacionais marcada pelo conceito da pluralidade e da cooperação sul-sul.

Em ambos os casos os mecanismos de filtragens e de composição da cúpula governamental se repetem, e em acordo com a possibilidade de manutenção dos ideais políticos dos partidos no poder. Podemos pensar a mudança de perspectivas ideacionárias da política externa brasileira durante o período dos governos FHC e Lula decorrente a uma correlação de fatores, a saber: dentro do Itamaraty há uma concorrência entre distintos grupos buscando a realização de interesses diferentes dentro da mesma estrutura institucional, entretanto a possibilidade de realização desses só é possível quando esses grupos alcançam postos de poder dentro da instituição.

Em decorrência de fatores, entre eles a pluralização, a politização da política externa brasileira e a mudança comportamental dos partidos políticos em relação à mesma, indícios apontam para uma conjunção entre os interesses dos diplomatas com acesso às instâncias decisórias dentro da instituição e as aspirações partidárias em relação às questões internacionais.

Para além disso, a mudança institucional – politização e pluralização – da política externa permitiu a inserção de novas fontes de proposição em política externa, principalmente aquelas fundadas nos partidos políticos, sendo que em cada um dessas encontram respaldo institucional, inclusive com a utilização das estruturas institucionais para a manutenção das propostas em detrimento do enfraquecimento daquelas contrárias. Nesse sentido, a mudança na política externa pode ser pensada em razão da mudança na hierarquia do MRE, aliando-se principalmente aos projetos dos partidos políticos que governavam o Executivo nacional.

Em tempo de concluir, vale a pena conceder algumas linhas sobre o estudo da atual política externa brasileira. Compreender a relação entre partidos e política externa brasileira hoje é um dos mais promissores campos de estudos dentro da Ciência Política e das Relações Internacionais brasileiras, seja pelas novas configurações que os partidos vêm adotando em seu modo de agir, um modelo mais próximo e mais conjugado com o executivo nacional, seja pela nova conjuntura da política externa brasileira propícia à participação de novos atores.

No entanto, como demonstrado em trabalho anterior (MESQUITA, 2012) os espaços de participação na PEB evidenciam um déficit democrático na formulação dos

posicionamentos da política externa brasileira, sendo necessário que se estabeleça um diálogo permanente da sociedade civil com as instâncias decisórias, essenciais para a construção de uma política externa democraticamente orientada.

Outra lacuna que ainda se observa nos estudos da política externa é a evidenciada por Spektor (2012) ao debater sobre capacidade de impacto de uma nova lógica social e do papel estatal na condução da política externa. Mesmo que tenhamos buscado averiguar indícios de mudanças das condições do Estado, da sociedade, das ideologias vigentes e do sistema internacional a política externa ainda precisa ser estudada observando as novas configurações e relações vigentes entre as diversas estruturas que compõe o Estado brasileiro.

Com o potencial crescimento e exposição brasileira no cenário internacional, acreditamos que é quase certa que os partidos políticos e outros setores da sociedade brasileira estejam mais propícios, e busquem fazer parte do processo de produção da política externa, nesse sentido sentimos a necessidade de trabalhos que procurem um entendimento holístico da política externa brasileira, na qual a complexidade decisória ainda é subestimada, com a utilização novas ferramentas de análises, as quais sejam capazes de compreender a crescente gama interacional entre os diversos *stakeholders* da nova política externa brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, José Guilhaon. Um ano de Política Externa do Governo FHC. **Carta Internacional**. 1996
- ALBUQUERQUE, José Guilhaon. Economia política e política externa no governo Lula: as três agendas de um ativismo incosequente. **Plenarium – Política Externa**. Câmara dos Deputados. Nov. Ano II. Nº 2. 2005
- ALCÂNTARA, Lúcio. Os Paramentos e as Relações Internacionais. **Rev. Bras. Polít. Int.** vol. 44, No. 1, pp. 13-21. 2001
- ALEXANDRE, Cristina **O Congresso Brasileiro e a Política Externa (1985-2005)**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Relações Internacionais, PUC, Rio de Janeiro. 2006
- ALLISON, Graham. **Conceptual Models and the Cuban Missile Crisis**. 1969. *American Political Science Review* 63(3): 689-718.
- ALLISON, Graham. **Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis**, 1ed. Little Brown, 1971.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Os Partidos Políticos nas Relações Internacionais do Brasil - 1930-90. **Contexto Internacional**. Vol. 14, nº2, jul/dez. 1992.
- ALMEIDA, Paulo Roberto. O legado do Barão: Rio Branco e a moderna diplomacia brasileira. **Rev. Bras. Polít. Int.** v.39, n.2, p.125-135, 1996.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. A política internacional do Partido dos Trabalhadores: da fundação à diplomacia do governo Lula. **Revista de Sociologia e Política**. n. 20, jun. 2003
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. A Política Externa nas Campanhas Presidenciais, de 1989 a 2002, e a diplomacia do governo Lula. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações internacionais e política externa do Brasil: história e sociologia da diplomacia brasileira**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2004
- ALMEIDA, Paulo Roberto. Uma nova 'arquitetura' diplomática? – Interpretações divergentes sobre a política externa do governo Lula (2003-2006). **Rev. Bras. Polít. Int.** 49 (1). 2005.
- ALMEIDA, Paulo Roberto. Uma nova 'arquitetura' diplomática? Interpretações divergentes sobre a política externa do governo Lula (2003-2006), **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 49, n. 1, p. 95-116. 2006

ALMEIDA, Paulo Roberto **Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais do Império**. São Paulo: Editora Senac-Funag, 2008

AMARAL, Oswaldo E. do. **A estrela não é mais vermelha: As mudanças do programa petista nos anos 90**. São Paulo: Garçon, 2003.

AMORIM, Celso; FELDMAN, Luís. A política externa do governo Lula em perspectiva histórica. In: DANTAS, San Tiago. **Política externa independente**. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão. Edição atualizada. 372p. 2011

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. IN: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

ARBILLA, José María. Arranjos institucionais e mudança conceitual nas políticas externas argentina e brasileira (1989-1994). **Contexto Internacional**. v.22, n.2, 2000.

ARENAL, Celestino. *Introducción a las Relaciones Internacionales*. Madrid. Tecnos. 3º Ed. 1994

ASSANO, Camila; AMPARO, Thiago. O Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa – Um Caso de Participação Cidadã e Parlamentar na Política Externa em Direitos Humanos. In: Instituto Universitas. **Diplomacia Parlamentar – Uma Contribuição ao Debate**. Instituto Universitas. FUNAG. Brasília-DF: DGrav Multimídia Ltda, 2008.

BADIE, Bertrand. **O diplomata e o intruso: a entrada das sociedades na arena internacional**. Salvador, Editora da UFBA, pp. 183-270. 2009

BARBOSA, Rubens. **Palestra Concedida no Seminário Desafios do Brasil no Mundo Globalizado – 3º Congresso do PSDB**. 2007. Nov. de 2007.

BARBOZA, Mário. Portas abertas para o analfabetismo. **Jornal do Brasil**, 14.01.2005, p. A2. 2005

BARROS, Sebastião do Rego (1998). A execução da política externa brasileira: um balanço dos últimos 4 anos. **Revista Brasileira de Política Internacional**. vol.41, n.2

BELÉM LOPES, Dawisson. **Da Razão de Estado ao Republicanismo Mitigado: A Plausibilidade de uma Política Externa Democraticamente Orientada no Brasil Contemporâneo**. Tese apresentada ao IESP/UERJ.2010

BELÉM LOPES, Dawisson; FARIA, Carlos Aurélio; CASARÕES, Guilherme Mudanças institucionais no Itamaraty, ethos corporativo e mitigação do insulamento burocrático do serviço exterior brasileiro. In: **Anais do 7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)**, Recife, 2010

BELÉM LOPES, Dawisson. A política externa brasileira e a "circunstância democrática": do silêncio respeitoso à politização ruidosa. **Rev. Bras.Pol.Int.**,v. 54, p. 67-86, 2011

BELÉM LOPES, Dawisson; SANTOS, Manoel; FARIA, Carlos Aurélio. **Ciclos de produção da política exterior nas democracias da América Latina: uma proposta de investigação para além do behaviorismo comparativista e das teorias sistêmicas das relações internacionais.** Paper Apresentado no 36º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS GT 28 – Política Internacional Águas de Lindóia, São Paulo, 21 a 25 de outubro de 2012

BERNAL-MEZA, Raúl. A política exterior do Brasil: 1990-2002. **Rev. Bras. Polít. Int.** 45 (1): 36-71. 2002

BERNAL-MEZA, Raúl. International Thought in the Lula Era. **Rev. Bras. Polít. Int.** 53 (special edition): 193-213. 2010

BOSCHI, Renato. Ideias de Pelica na América Latina: “ismos” comparados. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, ano 10. 2007.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado. 1988

BRESSER-PEREIRA, Luiz. O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional. **São Paulo em Perspectiva**, 20 (3), pp.5-24.2006

BUERE, Júlio. **O Itamaraty e a Tradição.** Artigo Apresentado no 3º Encontro Nacional da ABRI. São Paulo. 2011

BURGES, Sean W. Auto-estima in Brazil The logic of Lula’s south-south foreign policy. **International Journal** Autumn 2005

CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso em Razão das Comemorações do Dia do Diplomata.** 20 de abril de 1993

CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso de posse.** Congresso Nacional, a 1.o de janeiro de 1995

CARDOSO, Fernando Henrique. **Plano de Governo.** PSDB. 1998

CARDOSO, Fernando Henrique. A política externa do Brasil no início de um novo século: uma mensagem do Presidente da República. **Rev. Bras. Polít. Int.** . Vol.44. 2001

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Governo Fernando Henrique Cardoso. 2002

CARDOSO, Fernando Henrique. **Por uma política externa responsável**. Instituto Teotônio Vilela. 6/6/2010

CASARÕES, Guilherme. **As três camadas da política externa do governo Collor: poder, legitimidade e dissonância**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “SanTiago Dantas” do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2011

CASON, Jeffrey; POWER, Timothy., Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era, **International Political Science Review**, Vol. 30, No. 2. 2009

CASTELAN, Daniel. **O fim do consenso e o consenso do fim**”. Dissertação de mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009, 146 p. 2009

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira e CASTRO, Francisco Mendes de Oliveira. **1808-2008 Dois Séculos de História do Itamaraty**. Volume 2 (1979-2008). Brasília: FUNAG, 2009.

CERQUEIRA, Rodrigo. **Diários do Príncipe – Imprensa e Política Externa no Governo Cardoso (1995-2002)**. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Instituto de Relações Internacionais. PUC/RJ. 2005

CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Rev. Bras. Polít. Int.** ano 45, n. 2, 2002, p. 5-35.

CERVO, Amado. **Inserção Internacional: Formação dos Conceitos Brasileiros**. Ed. Saraiva. 2008

CERVO, Amado; BUENO; Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Ed. Unb. 2002

CHEIBUB, Zairo. **Diplomacia, diplomatas e política externa: aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty**. Rio de Janeiro, 1984. 140p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

CORAZZA, Gentil. O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 135-152, maio 2006

COUTO, Cláudio; ABRUCIO, Fernando. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. **Tempo Social**. USP. Novembro. 2003

COUTO, Estevão Judicialização da política externa e direitos humanos .**Rev. Bras. Polít. Int.** 46 (1): 140-161. 2004

COUTO, Alessandro Biazzi. A atuação das grandes empreiteiras brasileiras na integração de infra-estrutura na América do Sul. In: VERDUN, Ricardo et al. (Orgs.). **Financiamento e megaprojetos: Uma interpretação da dinâmica regional sul-americana**. Brasília: Inesc, 2008.

CRUZ, Sebastião Velasco,. Alguns argumentos sobre reformas para o mercado. **Revista Lua Nova**. São Paulo, v. 45, p. 5-28, 1998.

CRUZ, Sebastião Velasco; STUART, Ana. Mudança de Rumo: A Política Externa do Governo Lula. 2003. In: VELASCO, Sebastião. **O Brasil no Mundo: Ensaios de Análise Política e Prospectiva**. Ed. Unesp. 2010

CRUZ, Sebastião Velasco. 2010: A Política Externa e a Sucessão. In: VELASCO, Sebastião. **O Brasil no Mundo: Ensaios de Análise Política e Prospectiva**. Ed. Unesp. 2010

DA SILVA, Luis Inácio Lula. Discurso do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente Eleito da República Federativa do Brasil no “National Press Club”, em Washington, D.C. In: DA SILVA, Luis Inácio Lula. **A Política Externa do Brasil**. Brasília. IPRI/Funag, 2003

DA SILVA, Luiz Inácio Lula. Discurso na abertura da Reunião Ministerial. Brasília, 10 dez. 2004. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/download/Discursos/PR630.DOC>> Acesso em: 27 de mar. 2011

DAMATTA, Roberto **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997

DANESE, Sérgio. **Diplomacia presidencial: história e crítica**. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999,

DANESE, Sérgio. O Brasil e a América do Sul: Apontamentos para a história de uma convergência. **Política Externa**. V.9, n.4, p.41-71, 2001

DANTAS, San Tiago. Discurso de posse do ministro das Relações Exteriores, Francisco Clementino de San Tiago Dantas Em 11 de setembro de 1961. In: FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). **Documentos da política externa independente**. v.1. Rio de Janeiro . Centro de História e Documentação Diplomática ; Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

DAVILA, Sergio. Mudança no governo Lula começa por Embaixada de Washington. **Folha de São Paulo**, Brasil, 01 nov. 2006 DANESE, Sérgio. **Diplomacia Presidencial: história e crítica**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

DEVIN, Giullaurne; TOERNQUIST-CHESENIER, Marie. Burst Diplomacy. The Diplomacies of Foreign Policy: Actors and Methods. **Brazilian Political Science Review**. vol. 4, n. 2010

DIAS, M. Carta aberta ao chanceler Celso Amorim. **Jornal do Brasil**, 16.12.2007, p. A11. 2007

DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato. Empresariado e estratégias de desenvolvimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Volume 18, no 52, São Paulo, Junho de 2003

DINIZ, Simone e RIBEIRO, Cláudio. The role of Brazilian Congress in Foreign Policy. An empirical contribution to the debate . **Brazilian Political Science Review**, vol. 2, nº 2, July-December, pp. 10-29. 2008

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam?**. São Paulo: EDUSP, 1998

DUNLAVY, Collen. Political Structure, state policy, and industrial change: Early railroad policy in the United States and Prussia. In: STEINMO, Sven *et al.* **Structuring Politics – Historical Institutionalism in Comparative Analysis**. Cambridge University Press. 1994

ERBER, Fábio. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**, vol. 31, nº 1 (121), pp. 31-55, janeiro-março/2011

FARIA, José Ângelo Estrella. **O Mercosul: princípios, finalidade e alcance do Tratado de Assunção**. Brasília: MRE, 1993

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. **Rev. Bras.Pol.Int.**, Vol.51, No.2. 2008

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta; PARADIS, Clarisse Goulart. **Humanism and solidarity in Brazilian foreign policy under Lula (2003-2010): theory and practice**. Paper apresentado na World International Studies Committee - WISC 2011 Porto, Portugal, 17-20 August 2011

FARIA, Carlos Aurélio. O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. **Contexto Internacional**. Vol.34, No.1, 2012 (no prelo)

FARIA, Carlos; NOGUEIRA, Joana.. BELÉM LOPES, Dawisson. Coordenação intragovernamental para a implementação da política externa brasileira: o caso do Fórum IBAS. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. vol.55 no.1. Rio de Janeiro. 2012

FARIAS, Rogério. **O Brasil e o GATT (1973-1993): Unidades Decisórias e Política Externa**. Dissertação apresentada ao IRI-UNB. 2007

FERREIRA, Túlio. **O Universalismo e seus Descontentes**. Curitiba, Juruá. 2009

FERRO, Fernando. **Cooperação necessária**. 2010. Disponível em:
<<http://www.pt.org.br/portalpt/noticias/governo-lula-10/fernando-ferro:-cooperacao-necessaria-4176.html>> Acesso em: 27 out de 2010

FIGUEIRA, Ariane. **Processo Decisório em Política Externa no Brasil**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Departamento de Ciência Política (DCP) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). 2009

FIGUEIRA, Ariane. Rupturas e continuidades no padrão organizacional e decisório do Ministério das Relações Exteriores. **Rev. Bras.Pol.Int.**. Vol.53, No.2, pp.5-22. 2010

FIORI, José. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul.. **Oikos - Revista de economia heterodoxa** nº 8, ano VI • 2007

FLEMES, Daniel. O Brasil na iniciativa BRIC: soft balancing numa ordem global em mudança?. **Rev. Bras. Polít. Int.** 53. 1. 2010

FOLHA DE SÃO PAULO. A nova geração do Itamarati é neoliberal. **Caderno Mais!**. 18 dez. 1994.

FONSECA Jr., Gelson. O Pensamento Brasileiro em Relações Internacionais: O tema da Identidade Nacional (1950-1995). In: FONSECA Jr., Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais**. São Paulo, Paz e Terra. 1998

FONSECA Jr., Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais**. São Paulo, Paz e Terra. 1998

FONSECA JUNIOR, Gelson. **Gelson Fonseca Junior (depoimento, 2008)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2011

FORO DE SÃO PAULO. **Breve histórico**. 2009. Disponível em:
<<http://www.pt.org.br/portalpt/secretarias/relacoes-internacionais-13/foro-de-sao-paulo-154/pagina-1/>> Acesso em: 15 de Nov. 2010.

FRANCISCO, Paula Elena Vedoveli. **Continuidade e mudança na história intelectual diplomática brasileira : uma análise da construção da tradição**. Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2010.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, 21: 211-59, 2000.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da historia e o ultimo homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GARCÍA, Marco Aurélio. O melancólico fim de século da política externa. **Carta Internacional**. nº 94/95, ano IX, p. 6-7, Dezembro 2000/ Janeiro 2001.

GARCIA, Marco Aurélio. A Opção Sul-Americana. **Interesse Nacional**. Abril/junho. 2008

GARCIA, Marco Aurélio. Respostas da Política Externa Brasileira às Incertezas do Mundo Atual. **Interesse Nacional**. ano 4, edição 13, abr-jun 2011.

GEORGIADOU, Eleni. **Re-evaluating the Greek Foreign Policy System in a Transforming World Politics**. Doctoral Thesis Submitted of Loughborough University. 2011

GOFFREDO Jr., Gustavo **Tradição, normas e a política externa brasileira para os direitos humanos**. Dissertação apresentada ao Mestrado em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2000

GOLDSTEIN, J. e KEOHANE, R. (orgs.) **Ideas and Foreign Policy**. Ithaca and London, Cornell University Press. 1993

GONÇALVES, Fernanda Cristina Nanci Izidro. **Cooperação sul-sul e política externa: um estudo sobre a participação de atores sociais**. Dissertação apresentada ao IRI/PUC Rio. 2011.

GOULART, Roberto. **A política externa brasileira sob o signo do neoliberalismo**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2006

GUIMARÃES, Samuel. P. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

HAKIM, Peter. O Brasil em ascensão: os desafios e as escolhas de uma potência global emergente. **Política Externa**. Vol. 19 No 1. 2010

HALL, Peter. Introduction. In: HALL, P. (org.). **The political power of economic ideas**. Princeton, Princeton University Press. 1989

HALL, Peter. (org.) **The political power of economic ideas**. Princeton, Princeton University Press. 1989

HALL, Peter. TAYLOR, Rosemary. As Três Versões do Neo-Institucionalismo. **Revista Lua Nova**. N° 58. 2003

HATTAM, Victoria. Institutional Political Change: Working-class formation in England and the United States, 1820-1896. In: STEINMO, Sven *et al.* **Structuring Politics – Historical Institutionalism in Comparative Analysis**. Cambridge University Press. 1994

HERMANN, Margaret G., HERMANN, Charles F. **Who Makes Foreign Policy Decisions and How: an empirical inquiry**. *International Studies Quarterly*, Vol. 33, n° 4, dezembro. 1989

HERZ, Mônica. Análise cognitiva e política externa. **Contexto internacional**. Rio de Janeiro, Vol. 16 n°2. Jan. Jun. 1994

HIRST, Monica e PINHEIRO, Letícia. A Política Externa do Brasil em dois tempos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 38, no. 1, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995,

HOBSBAWM, E. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (orgs). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

HUNTINGTON, Samuel. Choque das civilizações? **Política externa**. São Paulo: Paz e Terra, vol. 2, n. 4, 1994.

IPEA. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009**. Instituto de Pesquisa Econômica. PerspectivaS/A.2010

JAKOBSEN, Kjeld. **Comércio internacional e desenvolvimento - Do Gatt à OMC: discurso e prática**. Ed. Fundação Perseu Abramo. 2005

JESUS, Diego de. Da Redução da Incerteza Estratégica à Perpetuação da Exclusão - A Relevância dos Fatores Ideacionais na Análise de Política Externa. **Contexto Internacional**. v.31, n.3, 2009

JESUS, Diego Santos Vieira de Autonomia Pela Contradição: as políticas externa e nuclear de Vargas e JK. **Revista Política Hoje**. Vol. 20, n. 2. 2011

KATZ, Richard; MAIR, Peter.. **How parties organize: change and adaptation in party organizations in Western democracies**. London ; Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications. 1994.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. The Ascendancy of the Party in Public Office: Parties Organizational Changes in Twentieth- Century Democracies. In: MONTERO, José R.,; LINZ, Juan J; GUNTHER, Richard. **Political parties: old concepts and new challenges**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2002.

KEOHANE, Robert. International Institutions: two approaches. **International Studies Quarterly**, vol. 32. 1988

KUBÁLKOVÁ, V. **Foreign policy in a constructed world**. New York: M.E.Sharpe, 2001.

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1993

LAFER, Celso; FONSECA Jr., Gerson. Questões para a Diplomacia no Contexto Internacional das Polaridades Indefinidas (Notas Analíticas e Algumas Sugestões)lin Fonseca Jr., Gerson; CASTRO, S (org.), **Temas de Política Externa Brasileira II**, vol. 1, 2a edição. São Paulo, Paz e Terra, 1997

LAFER, Celso. Entrevista com Celso Lafer. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, P. 271-284. 1993

LAFER, Celso. Brasil: dilemas e desafios da política externa. **Estudos Avançados**.vol.14, n.38. 2000

LAFER, Celso. **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: Passado Presente e Futuro**. Ed. Perspectiva. 2001

LAFER, Celso. Partidarização da política externa. **O Estado de S.Paulo**, 20.12.2009, p.A2. 2009

LAFER, Celso. A candidatura Dilma e a política externa. **Jornal Estado de São Paulo**. 18 de set. 2010

LAMPREIA, Luiz Felipe. Discurso do Embaixador por ocasião de sua posse como Ministro de Estado das Relações Exteriores, 2 de janeiro de 1995. In: MRE, **Resenha de Política Exterior**. 1995

LAMPREIA, Luiz Felipe. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. **Rev. Bras. Polít. Int** vol.41, n.2. 1998

LAMPREIA, Luiz Felipe. Conferência proferida no III encontro Nacional de Estudos Estratégicos. Outubro de 1996. IN: LAMPREIA, Luiz Felipe. **Diplomacia brasileira: palavras, contextos e razões**. Rio de Janeiro: Ed. Lacerda, 1999.

- LAMPREIA, Luiz Felipe. **Luiz Felipe Lampreia (depoimento, 2008)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010.
- LIMA, Roni. Lampreia quer Mercado Comum. **Folha de São Paulo**, São Paulo, primeiro caderno, p. 04, 23 dez. 1994
- LIMA, Maria Regina de S. Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña. **América Latina/Internacional**, vol. 1, n. 2, otoño-invierno 1994.
- LIMA, Maria Regina Soares de. **Instituições Democráticas e Política Exterior**. Contexto Internacional, vol. 22, nº2. 2000
- LIMA, Maria Regina Soares. Na trilha de uma política externa afirmativa. **Observatório da cidadania**. 2003
- LIMA, Maria Regina Soares de. Tradição e Inovação na Política Externa Brasileira. **Plataforma Democrática**. Working Paper nº 3, Julio de 2010
- LIMA, Maria Regina Soares & HIRST, Mônica. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. **International Affairs**, Vol.82, No.1, 2006, pp.21-40.
- LIMA, Maria Regina Soares de; SANTOS, Fabiano. O Congresso e a Política de Comércio Exterior. **Lua Nova**, n.52, São Paulo. 2001.
- LOUREIRO, Maria Rita Loureiro. Democracia e políticas públicas: o papel da burocracia e dos partidos políticos In: IPEA. **Estado, Instituições e Democracia: democracia**. Livro 9 – Volume 2. 2010
- LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980
- MAHONEY, James; THELEN, Kathleen. A Theory of Gradual Institutional Change. In: **Explaining Institutional Change : Ambiguity, Agency, and Power**. Eds MAHONEY, James; THELEN, Kathleen. Cambridge Press. 2010.
- MAPA, Dhiago de Moura. Política Externa e instituições democráticas no governo Lula: politização, interpretações divergentes e ensaios de opinião pública. Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFES. 2011*
- MARIANO, Marcelo. **A Política Externa Brasileira, o Itamaraty e o Mercosul**. Araraquara, 2007. Tese de Doutorado – Unesp, Faculdade de Ciências e Letras, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

MARINGONI, Gilberto. **Entrevista concedida pelo assessor especial para assuntos internacionais da presidência, Marco Aurélio Garcia, à Agência de Notícias Carta Maior (Brasil)**. Caracas, 07/06/2006. Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article139857.html>. Acessado em: 29. out. 2012

MARKS, Gary, WILSON, Carol e RAY, Leonard. National Political Parties and European Integration. **American Journal of Political Science**, vol. 46, no 3, July, pp. 585-594. 2002

MEDINA, Juan Abal. Elementos Teóricos para el Análisis Contemporáneo de los Partidos Políticos: Um Reordenamento del Campo Semántico. In: CAVAROZZI, Marcelo; MEDINA, Juan (eds). **El asedio a la política. Los partidos latinoamericanos en la era neoliberal** Homo Sapiens Ediciones y Konrad Adenauer Stiftung, Rosario, 2002

MELLO E SILVA, Alexandra de. Idéias e política externa- A Atuação Brasileira na Liga das Nações e na ONU. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano 41, n. 2. 1998

MELLO E SILVA. O Brasil no Continente e no Mundo - Atores e Imagens na PEB Contemporânea. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8 n° 15, 1999.

MELLO FRANCO FILHO, Afonso. **Diplomacia Independente: um legado de Afonso Arinos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

MENEGUELLO, Rachel. **PT, a formação de um partido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MENEGUELLO, Rachel. Reeleições. Do poder em dose dupla. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, ano 9, n.35, dez. 2006.

MENEGUELLO, Rachel; AMARAL, Oswaldo. **Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil**. Brazilian Studies Programme, University of Oxford. Occasional Paper.2008

MERCOSUL. **Tratado de Assunção**. 1991. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf101/anexo/Tratado_de_Assuncao..pdf . Acesso em: 13 de jun de 2012

MERLE, Marcel. **La Politique Étrangère**. Paris, Presses Universitaires de France. 1984

MESQUITA, Lucas. Comércio Internacional e a Formação de Parcerias Brasileiras - A Política Externa Brasileira pela ótica do PT e do PSDB. In: LADWIG, Nilzo; COSTA, Rogério (orgs.) **Relações Internacionais, Gestão do Conhecimento e Estratégia do Desenvolvimento: Debates interdisciplinares na primeira década do novo milênio**. Florianópolis. Ed. Unisul. 2012

MESQUITA, Lucas. Sociedade civil e Política Externa Brasileira: os espaços

participativos na PEB contemporânea **Revista Oikos**. UFRJ. Vol. 11, No 2. 2012

MEYRAV, Wurmser, **Ideas and foreign policy: The case of the Israeli Likud party**. Dissertação apresentada a Faculty of Columbian School of Arts and Science of The George Washington University. 1998

MILNER, Helen V. **Interests, institutions, and information : domestic politics and international relations**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1997.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *A política externa* do governo Lula: Aspirações e dificuldades. **Idéias** - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP/SP. v. 1, n. 3. 2011

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, vol. 31, nº 4 (124), pp. 507-527, outubro-dezembro/2011

MRE. **Decreto n.º 5.979, de 06/12/2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5979.htm Acesso em: 15 de nov. 2012

MRE. **Regimento Interno**. Portaria n.º212, de abril de 2008. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/acesso-a-informacao/institucional/regimento-interno-1>. Acesso em: 28 de nov. 2012

MOREIRA JR., Hermes Os Brics e a Recomposição da Ordem Global: Estratégias de Inserção Internacional das Potências Emergentes. **Revista Conjuntura Austral**. Vol. 3, nº. 9-10. 2012

MOSES, Jonathon Inside Out: Globalization and the Reorganization of Foreign Affairs Ministries. **Cooperation and Conflict** . vol. 36(4), 2001

MOURA, Cristina Patriota de. Herança e Metamorfose: a Construção Social de dois Rio Branco. **Revista Estudos Históricos**. Vol.14. Nº 25. 2000

MOURA, Cristina Patriota de. **O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira – Um Estudo de Carreira e Socialização**. Rio de Janeiro. Ed. FGV. 2007

MRE. **Regimento Interno**. Decreto n.º 2.070, de 13 de novembro de 1996.. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/129167/decreto-2070-96>. Acesso em: 20 de out 2012

MRE. **Regimento Interno**. Decreto n.º 3.959, de 10 de outubro de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3959.htm. Acesso em: 20 de out 2012

MRE. **Regimento Interno**. Portaria n.º 212, de 30 de Abril de 2008. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/acesso-a-informacao/institucional/regimento-interno-1>. Acesso em: 14 de Nov de 2012.

NEACK, L.; HEY, J. A. K.; HANEY, P. J. **Foreign Policy Analysis. Continuity and Change in Its Second Generation**, Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1995.

NOVELLI, José Marcos Nayme. **Instituições, Políticas e Ideias Econômicas: o Caso do Banco Central do Brasil**. São Paulo: Editora Annablume, Fapesp, 2001.

NUNES, Edson **A gramática política do Brasil. Clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar; Brasília, ENAP. 1997

O ESTADO DE SÃO PAULO. Bustani aguarda parecer para assumir embaixada em Londres. **O Estado de S.Paulo**, Caderno Cidades. 12.01.2003

O'DONNELL, Guillermo. Delegative Democracy, **Journal of Democracy**, Vol. 5, No. 1, January 1994: 55-69.

OLIVA, Aloizio Mercadante. **As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Análise do Governo Lula (2003-2010)**. Tese apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp. Campinas. 2010.

OLIVEIRA, Amâncio. O governo do PT e a Alca política externa e pragmatismo. **Estudos Avançados**. Vol.17.nº48. 2003

OLIVEIRA, Amâncio. **Legislativo e Política Externa no Brasil: Partidos Políticos e Interesses Organizados**. Tese de Livre Docência. USP. 2011

OLIVEIRA, Amâncio; ONUKI, Janina. Eleições, Partidos Políticos e Política Externa no Brasil. **Revista Política Hoje**. Vol. 144 19, n. 1, 2010

ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Amâncio. “Eleições, política externa e integração regional”. **Revista de Sociologia e Política**, no 27, novembro, pp. 145-155. 2006

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Programa e Plano de ação**. Documento aprovado na reunião de fundação do PT. 01 de Junho de 1980.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Manifesto, Programa, Estatuto**.1984

PARTIDO DOS TRABALHADORES, **Bases do programa de governo**. Documento aprovado no 9º Encontro Nacional do PT. 1994a

PARTIDO DOS TRABALHADORES, **Lula presidente - uma revolução democrática no Brasil**. Documento aprovado no 9º Encontro Nacional do PT. 1994b.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Política Internacional do PT. **Resoluções do 3º Congresso do PT**. 2007

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Política Internacional do PT - Proposta de Resolução apresentada pela Secretaria de Relações Internacionais. 2010a. In: **Cadernos de textos para o 4º Congresso do PT Vol. 2**

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resolução aprovada pelo 4º Congresso sobre Diretrizes do Programa de Governo 2011 – 2014**. 2010b. Disponível em: <http://www.pt.org.br/portalpt/noticias/eleicoes-2010-11/leia-resolucao-aprovada-pelo-4o-congresso-sobre-diretrizes-do-programa-de-governo-3264.html>. Acesso em: 24 de out. 2010.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PETERS, Guy. **The Politics of bureaucracy**. Longman Public. 1995

PETERS, B. Guy. **Bureaucracy and democracy**. Paper presented at the SOG/IPSA Conference „New Public Management and the Quality of Government“, Gothenburg, Nov. 13.-15, 2008.

PFEIFER, Alberto. O Brasil assume a liderança da América do Sul. **Carta Internacional**. Ano VI, n. 63, maio de 1998.

PINHEIRO, Letícia . Unidades de Decisão e Processo de Formulação de Política Externa Durante o Regime Militar” in Guilhon Albuquerque, J. A. (org.), **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira, 1930-1990 / Prioridades, Atores e Políticas**. São Paulo, USP, v. 4, p. 449-474. 2000

PINHEIRO, Leticia; BESHARA, Gregory. Política externa e educação: conflitos e perspectivas no marco da integração regional. In: MILANI, Carlos. PINHEIRO, Letícia (orgs.) Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas. Editora FGV. 2012

POMAR, Valter. **A Política Externa do Governo Lula**. Secretária de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores. 2010

PRADO, Lídia Domingues. **A Política Externa do Primeiro Governo Lula (2003-2006)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP). 2007

PRZEWORSKI, A. (1989), **Capitalismo e socialdemocracia**. São Paulo, Cia. das Letras.

PSBD. **Manifesto, Programa, Estatuto**.1985

PUNTIGLIANO, Andrés Rivarola. Going Global': An Organizational Study of Brazilian Foreign Policy. **Rev. Bras. Polít. Int.** 51 (1): 28-52. 2008

REIS, Fábio Wanderley Reis. Política externa, de novo. **Valor Econômico**. 22.03.2010

RENNÓ, Lúcio, CABELLO, Andrea. As Bases do Lulismo. A volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? **RBCS**. Vol. 25 n° 74. 2010

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean Baptiste. **Introdução à história das relações internacionais**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967

RHODES, Edward Do Bureaucratic Politics Matter?: Some Disconfirming Findings from the Case of the U.S. Navy. **World Politics**. Vol. 47, No. 1. Oct. 1994

RIBAS, Letícia; FARIA, Carlos Aurélio. **A política externa vista da janela do avião: a diplomacia presidencial nos governos FHC E Lula**. III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa "San Tiago Dantas" (UNESP, UNICAMP e PUC/SP). São Paulo. 2011

ROMA, Celso. A Institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 17 no 49 junho/2002

SADER, Emir. a Hegemonia neoliberal na América Latina. IN: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs) .**Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

SAES, Décio. **República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SALLUM Jr., Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. Tempo Social- **Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, 11 (2), p. 23-47, out. 1999 (editado em fev. 2000)

SALLUM JR, Brasílio. Hegemonia Liberal, Desenvolvimentismo e Populismo - Notas sobre a especificidade do governo Lula. **Nueva Sociedad**. N°17. 2008

SALOMÓN, Mônica; NUNES, Carmen. A Ação Externa dos Governos Subnacionais no Brasil: Os Casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um Estudo Comparativo de Dois Tipos de Atores Mistos. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 29, no 1, janeiro/junho 2007

SANCHEZ, Michelle, SILVA, Elaini, CARDOSO, Evorah, SPÉCIE, Priscila. Política externa como política pública uma análise pela regulamentação constitucional brasileira (1967-1988). **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 27, p. 125-143, nov. 2006

SANCHEZ-BADIN, M. e FRANÇA, C. **A inserção internacional do poder executivo federal brasileiro**. São Paulo, Friedrich-Ebert-Stiftung. 2010

SAMUELS, David. A evolução do petismo (2002-2008). *Opin. Publica* [online]. vol.14, n.2 . 2008

SARAIVA, Mirian. A Diplomacia Brasileira e as Visões Sobre a Inserção Externa do Brasil – Institucionalismo Pragmático X Autonomistas **Mural Internacional**, v. 1, p. 45-52, 2010.

SCHNEIDER Ronald M. **Brazil: Foreign policy of a future world power**. Boulder, Co.: Western Press. 1976

SENNES, Ricardo. As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003, p. 133.

SILVA, Carlos Eduardo; ROSSI, Clóvis. FHC quer fim das 'picuinhas' com EUA. **Folha de São Paulo**. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso. Caderno Mais!, p. 05. 18 dez. 1994.

SILVA, André Luiz Reis da. **Do Otimismo Liberal à Globalização Assimétrica: A política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2008

SILVA, Elaini C.G. da; SPÉCIE, Priscila & VITALE, Denise **Atual arranjo institucional da política externa brasileira**. IPEA, *Texto para Discussão* No.1489.2010

SINGER, André. A Segunda Alma do Partido dos Trabalhadores. **Novos Estudos**. Nov. 2010

SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo – Reforma Gradual e Pacto Conservador**. Cia das Letras. 2012

SOARES, A. T. **Organização e administração do ministério dos estrangeiros**. Brasília, Funcep. 1984

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A Ascensão e Queda do Marxismo: os dados que saem dos livros. **Revista Insight Inteligência**. Número 59. Ano: XV - 4º trimestre. 2013

SOLA, Lourdes. **The Political and Ideological Constraints to Economic Management in Brazil - 1945-1963**. Tese apresentada à University of Oxford. Doutorado em Ciência Política). Inglaterra.1982.

SOLIANI, André. Lampreia rejeita sonho de potência mundial. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 abril 2000.

SOUTO MAIOR, Luiz. A ordem mundial e o Brasil. **Rev. Bras. Polít. Int**: Ano 46, n. 2, 2003.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro. Ed. Fiocruz. 2007

SOUZA, Josias. O Itamaraty abre as portas. **Folha de São Paulo**. São Paulo. Caderno Mais! Pág 6-4 18 dez.1994

SOUZA, Marcos Rogério de; RIBEIRO, Ricardo Leito **Política externa do Governo Lula**. 2010. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/portalpt/noticias/eleicoes-2010-11/politica-externa-do-governo-lula-27101.html>> Acesso em: 27 out de 2010.

SPEKTOR, Matias. A Questão Externa. **Folha De São Paulo**. 09/01/2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/matiasspektor/1212043-a-questao-externa.shtml>. Acesso em 09/01/2013

STEINMO, Sven *et al.* **Structuring Politics – Historical Institutionalism in Comparative Analysis**. Cambridge University Press. 1994

TAPIA, Jorge; GOMES, Eduardo. Idéias, interesses e mudanças institucionais. **Tempo Social**, v. 20, n. 1. 2008

TERRON, Sonia Luiza and SOARES, Gláucio Ary Dillon. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. **Opin. Publica** [online]. vol.16, n.2. 2010

THÉRIEN, Jean-Philippe e NOEL, Alan. Political Parties and Foreign Aid. **The American Political Science Review**, vol. 94, no 1, pp. 151-162. 2000

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado democracia e administração Publica no Brasil**: FGV,1ª ed. Rio de Janeiro, 2004.

TRINDADE, Helgio. Brasil em perspectiva: Conservadorismo liberal e democracia bloqueada. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org.) **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação**. SãoPaulo: Editora Senac São Paulo, 2000. p. 368.

VARGAS, Getúlio. **Discurso pronunciado em almoço de confraternização das forças armadas**. 05.01.1952

VELASCO JÚNIOR, Paulo Afonso. Autônoma, Politizada, Anticonformista, Não Subserviente – uma política externa fiel à sua tradição. **Revista Insight Inteligência**. Ano: XIV – 4º trimestre. 2011

VIANNA, Luiz Werneck **O estado novo do PT. Gramsci e o Brasil.** Julho 2007.
Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=755>. Acesso em: 09 de out 2012

VIEIRA, Marco Antônio. Idéais e Instituições - Uma Reflexão sobre a PEB da Década de 90. **Contexto internacional** .vol.23. no.2.Rio de Janeiro. Jul/Dez. 2001

VIGEVANI, Tullo e OLIVEIRA, Marcelo e CINTRA, Rodrigo. **A política externa no Período FHC: a busca de autonomia pela integração. Revista Tempo Social – USP. v. 15, n. 2, nov.2003. p. 31-61**

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto internacional** .vol.29. no.2.Rio de Janeiro. Jul/Dez. 2007

VILELA, Elaine; NEIVA, Pedro. Temas e regiões nas políticas externas de Lula e Fernando Henrique: comparação do discurso dos dois presidentes. **Rev. Bras. Polít. Int.** 54 (2). 2011

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985).** 2ª ed. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004

WEIR, Margaret. Ideas and the politics of bounded innovation. In: STEINMO, Sven *et al.* **Structuring Politics – Historical Institutionalism in Comparative Analysis.** Cambridge University Press. 1994

WHITE, P. Decision-Making analysis. In: TAYLOR, T. (ed). **Approaches and theory in International Relations.** Londres: Longman. 1978.

ANEXOS

Bibliografia dos Guias de Estudos do CACD (1996 – 2010)

Bibliografia Sugerida (1996)

Livros e artigos

- ARON, Raymon. **Guerra e Paz Entre as Nações**. Ed. UNb
- FONSECA Jr., Gelson; Aspectos da Teoria das Relações Internacionais. **Política Externa**. Vol.3,n3,1994-1995
- FONSECA Jr., Gelson; LEITÃO, Valdemar (Orgs). **Temas de Política Externa Brasileira**. FUNAG. 1989
- FONSECA Jr., Gelson; CASTRO, Sérgio (Orgs). **Temas de Política Externa Brasileira II**. FUNAG. 1994
- HOBBSAWN, Eric. **A Era Dos Extremos**. Cia das Letras, 1995
- KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. Simon \$Schuster
- MAGNOLI, Demétrio. **Manual do Candidato – Questões Internacionais Contemporaneas**; FUNAG. 1995
- MORGENTHAU, Hans. **Policies Among Nations**.
- SEIXAS CORREA. Luiz Felipe (Org.) **A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)**. FUNAG
- WEISS, T; FORSYTHE, D; COATE, R. **The United Nations and Changing World Politics**
- BARBOSA, Rubens. O Brasil e suas opções Internacionais. **Política Externa**. Vol.3,n3,1994-1995

Bibliografia Sugerida (1997)

Livros e artigos

- ARON, Raymon. **Guerra e Paz Entre as Nações**. Ed. UNb
- FONSECA Jr., Gelson; Aspectos da Teoria das Relações Internacionais. **Política Externa**. Vol.3,n3,1994-1995
- FONSECA Jr., Gelson; LEITÃO, Valdemar (Orgs). **Temas de Política Externa Brasileira**. FUNAG. 1989
- FONSECA Jr., Gelson; CASTRO, Sérgio (Orgs). **Temas de Política Externa Brasileira II**. FUNAG. 1994

HOBSBAWN, Eric. **A Era Dos Extremos**. Cia das Letras, 1995
KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. Simon Schuster
MAGNOLI, Demétrio. **Manual do Candidato – Questões Internacionais Contemporaneas**; FUNAG. 1995
MORGENTHAU, Hans. **Policies Among Nations**.
SEIXAS CORREA. Luiz Felipe (Org.) **A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)**. FUNAG
WEISS, T; FORSYTHE, D; COATE, R. **The United Nations and Changing World Politics**
BARBOSA, Rubens. O Brasil e suas opções Internacionais. **Política Externa**. Vol.3,n3,1994-1995

Bibliografia Sugerida (1998)

Livros e artigos

ARON, Raymon. **Guerra e Paz Entre as Nações**. Ed. UNB
FONSECA Jr., Gelson; Aspectos da Teoria das Relações Internacionais. **Política Externa**. Vol.3,n3,1994-1995
FONSECA Jr., Gelson; LEITÃO, Valdemar (Orgs). **Temas de Política Externa Brasileira**. FUNAG. 1989
FONSECA Jr., Gelson; CASTRO, Sérgio (Orgs). **Temas de Política Externa Brasileira II**. FUNAG. 1994
HOBSBAWN, Eric. **A Era Dos Extremos**. Cia das Letras, 1995
KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. Simon Schuster
MAGNOLI, Demétrio. **Manual do Candidato – Questões Internacionais Contemporaneas**; FUNAG. 1995
MORGENTHAU, Hans. **Policies Among Nations**.
SEIXAS CORREA. Luiz Felipe (Org.) **A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)**. FUNAG
WEISS, T; FORSYTHE, D; COATE, R. **The United Nations and Changing World Politics**
BARBOSA, Rubens. O Brasil e suas opções Internacionais. **Política Externa**. Vol.3,n3,1994-1995

Textos Inseridos

BARBOSA, Mário Gibson. **Na Diplomacia, o Traço da Vida**. Record. 1992
CORREIA Jr, Manuel Pio. **O Mundo em que Vivi**. Expressão e Cultura. 1996
GUERREIRO, Ramiro. **Lembranças de um empregado do Itamaraty**. Siciliano. 1992
LIMA, Paulo Tarso. **Caminhos Diplomáticos – 10 Anos de Agenda Internacional (1985-1995)**. Francisco Alves. 1997

Bibliografia Sugerida (1999)

Livros e artigos

- ARON, Raymon. **Guerra e Paz Entre as Nações**. Ed. UNB
- BARBOSA, Mário Gibson. **Na Diplomacia, o Traço da Vida**. Record. 1992
- CORRÊA Jr, Manuel Pio. **O Mundo em que Vivi**. Expressão e Cultura. 1996
- FONSECA Jr., Gelson; LEITÃO, Valdemar (Orgs). **Temas de Política Externa Brasileira**. FUNAG. 1989
- FONSECA Jr., Gelson; CASTRO, Sérgio (Orgs). **Temas de Política Externa Brasileira II**. FUNAG. 1994
- GUERREIRO, Ramiro. **Lembranças de um empregado do Itamaraty**. Siciliano. 1992
- HOBSBAWN, Eric. **A Era Dos Extremos**. Cia das Letras, 1995
- KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. Simon & Schuster
- LIMA, Paulo Tarso. **Caminhos Diplomáticos – 10 Anos de Agenda Internacional (1985-1995)**. Francisco Alves. 1997
- MAGNOLI, Demétrio. **Manual do Candidato – Questões Internacionais Contemporâneas**; FUNAG. 1995
- MORGENTHAU, Hans. **Policies Among Nations**.
- SEIXAS CORREA. Luiz Felipe (Org.) **A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)**. FUNAG
- WEISS, T; FORSYTHE, D; COATE, R. **The United Nations and Changing World Politics**
- BARBOSA, Rubens. O Brasil e suas opções Internacionais. **Política Externa**. Vol.3,n3,1994-1995

Textos Inseridos

- CAMPOS, Roberto. **A Lanterna na Popa. Memórias**. TopBooks. 1994
- FLORÊNCIO, Sérgio; ARAÚJO, Ernesto. **Mercosul Hoje**. Alfa –Omega.1996
- FONSECA JR. **A Legitimidade e outras questões Internacionais**. Paz e Terra. 1998
- KENNEDY, Paul. **Preparando para o Século XXI**. Campos. 1995
- LAMAZIERE, George. **Ordem, hegemonia e transgressão : a resolução 687 (1991) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM) e o regime internacional de não-proliferação de armas de destruição em massa**. Coleção Altos Estudos IRBr. FUNAG. 1998
- PATRIOTA, Antonio. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva**. Coleção Altos Estudos IRBr. FUNAG. 1998
- RICUPERO, Rubens. **Visões do Brasil: Ensaio sobre a História e a inserção**

Internacional do Brasil. Record. 1995

Textos Removidos

FONSECA Jr., Gelson; Aspectos da Teoria das Relações Internacionais. **Política Externa.** Vol.3,n3,1994-1995 – Texto presente no livro a Legitimidade e outras questões internacionais

Bibliografia Sugerida (2000)

Livros e artigos

- ARON, Raymon. **Guerra e Paz Entre as Nações.** Ed. UNB
- BARBOSA, Mário Gibson. **Na Diplomacia, o Traço da Vida.** Record. 1992
- CAMPOS, Roberto. **A Lanterna na Popa. Memórias.** TopBooks. 1994
- CORREIA Jr, Manuel Pio. **O Mundo em que Vivi.** Expressão e Cultura. 1996
- FLORÊNCIO, Sérgio; ARAÚJO, Ernesto. **Mercosul Hoje.** Alfa –Omega.1996
- FONSECA JR. **A Legitimidade e outras questões Internacionais.** Paz e Terra. 1998
- FONSECA Jr., Gelson; LEITÃO, Valdemar (Orgs). **Temas de Política Externa Brasileira.** FUNAG. 1989
- FONSECA Jr., Gelson; CASTRO, Sérgio (Orgs). **Temas de Política Externa Brasileira II.** FUNAG. 1994
- GUERREIRO, Ramiro. **Lembranças de um empregado do Itamaraty.** Siciliano. 1992
- HOBBSBAWN, Eric. **A Era Dos Extremos.** Cia das Letras, 1995
- KENNEDY, Paul. **Preparando para o Século XXI.** Campos. 1995
- KISSINGER, Henry. **Diplomacy.** Simon & Schuster
- LAMAZIERE, George. **Ordem, hegemonia e transgressão : a resolução 687 (1991) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM) e o regime internacional de não-proliferação de armas de destruição em massa.** Coleção Altos Estudos IRBr. FUNAG. 1998
- LIMA, Paulo Tarso. **Caminhos Diplomáticos – 10 Anos de Agenda Internacional (1985-1995).** Francisco Alves. 1997
- MAGNOLI, Demétrio. **Manual do Candidato – Questões Internacionais Contemporâneas;** FUNAG. 1995
- MORGENTHAU, Hans. **Policies Among Nations.**
- PATRIOTA, Antonio. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva.** Coleção Altos Estudos IRBr. FUNAG. 1998
- RICUPERO, Rubens. **Visões do Brasil: Ensaio sobre a História e a inserção Internacional do Brasil.** Record. 1995
- SEIXAS CORREA. Luiz Felipe (Org.) **A Palavra do Brasil nas Nações Unidas**

(1946-1995). FUNAG
WEISS, T; FORSYTHE, D; COATE, R. **The United Nations and Changing World Politics**
BARBOSA, Rubens. O Brasil e suas opções Internacionais. **Política Externa**. Vol.3,n3,1994-1995

Bibliografia Sugerida (2001)

Livros e artigos

ARON, Raymon. **Guerra e Paz Entre as Nações**. Ed. UNb
BARBOSA, Mário Gibson. **Na Diplomacia, o Traço da Vida**. Record. 1992
CAMPOS, Roberto. **A Lanterna na Popa. Memórias**. TopBooks. 1994
CORRÊA Jr, Manuel Pio. **O Mundo em que Vivi**. Expressão e Cultura. 1996
FLORÊNCIO, Sérgio; ARAÚJO, Ernesto. **Mercosul Hoje**. Alfa –Omega.1996
FONSECA JR. **A Legitimidade e outras questões Internacionais**. Paz e Terra. 1998
FONSECA Jr., Gelson; LEITÃO, Valdemar (Orgs). **Temas de Política Externa Brasileira**. FUNAG. 1989
FONSECA Jr., Gelson; CASTRO, Sérgio (Orgs). **Temas de Política Externa Brasileira II**. FUNAG. 1994
GUERREIRO, Ramiro. **Lembranças de um empregado do Itamaraty**. Siciliano. 1992
HOBSBAWN, Eric. **A Era Dos Extremos**. Cia das Letras, 1995
KENNEDY, Paul. **Preparando para o Século XXI**. Campos. 1995
KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. Simon \$Schuster
LAMAZIERE, George. **Ordem, hegemonia e transgressão : a resolução 687 (1991) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM) e o regime internacional de não-proliferação de armas de destruição em massa**. Coleção Altos Estudos IRBr. FUNAG. 1998
LIMA, Paulo Tarso. **Caminhos Diplomáticos – 10 Anos de Agenda Internacional (1985-1995)**. Franciso Alves. 1997
MAGNOLI, Demétrio. **Manual do Candidato – Questões Internacionais Contemporâneas**; FUNAG. 1995
MORGENTHAU, Hans. **Policies Among Nations**.
PATRIOTA, Antonio. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva**. Coleção Altos Estudos IRBr. FUNAG. 1998
RICUPERO, Rubens. **Visões do Brasil: Ensaio sobre a História e a inserção Internacional do Brasil**. Record. 1995
SEIXAS CORREA. Luiz Felipe (Org.) **A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)**. FUNAG
WEISS, T; FORSYTHE, D; COATE, R. **The United Nations and Changing**

World Politics

BARBOSA, Rubens. O Brasil e suas opções Internacionais. **Política Externa**. Vol.3,n3,1994-1995

Textos Inseridos

LAMPREIA, Luiz Felipe. **Diplomacia Brasileira – Palavras, Contextos e Razões**. Lacerda. 1999

Bibliografia Sugerida (2002)

Livros e artigos

- ARON, Raymon. **Guerra e Paz Entre as Nações**. Ed. UNB
- BARBOSA, Mário Gibson. **Na Diplomacia, o Traço da Vida**. Record. 1992
- CAMPOS, Roberto. **A Lanterna na Popa. Memórias**. TopBooks. 1994
- CORRÊA Jr, Manuel Pio. **O Mundo em que Vivi**. Expressão e Cultura. 1996
- FLORÊNCIO, Sérgio; ARAÚJO, Ernesto. **Mercosul Hoje**. Alfa –Omega. 1996
- FONSECA JR. **A Legitimidade e outras questões Internacionais**. Paz e Terra. 1998
- FONSECA Jr., Gelson; LEITÃO, Valdemar (Orgs). **Temas de Política Externa Brasileira**. FUNAG. 1989
- FONSECA Jr., Gelson; CASTRO, Sérgio (Orgs). **Temas de Política Externa Brasileira II**. FUNAG. 1994
- GUERREIRO, Ramiro. **Lembranças de um empregado do Itamaraty**. Siciliano. 1992
- HOBSBAWN, Eric. **A Era Dos Extremos**. Cia das Letras, 1995
- KENNEDY, Paul. **Preparando para o Século XXI**. Campos. 1995
- KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. Simon \$Schuster
- LAMAZIERE, George. **Ordem, hegemonia e transgressão : a resolução 687 (1991) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM) e o regime internacional de não-proliferação de armas de destruição em massa**. Coleção Altos Estudos IRBr. FUNAG. 1998
- LAMPREIA, Luiz Felipe. **Diplomacia Brasileira – Palavras, Contextos e Razões**. Lacerda. 1999
- LIMA, Paulo Tarso. **Caminhos Diplomáticos – 10 Anos de Agenda Internacional (1985-1995)**. Franciso Alves. 1997
- MAGNOLI, Demétrio. **Manual do Candidato – Questões Internacionais Contemporâneas**; FUNAG. 1995
- MORGENTHAU, Hans. **Policies Among Nations**.
- PATRIOTA, Antonio. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva**. Coleção Altos Estudos IRBr. FUNAG. 1998

RICUPERO, Rubens. **Visões do Brasil: Ensaio sobre a História e a inserção Internacional do Brasil**. Record. 1995
SEIXAS CORREA. Luiz Felipe (Org.) **A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)**. FUNAG
WEISS, T; FORSYTHE, D; COATE, R. **The United Nations and Changing World Politics**
BARBOSA, Rubens. O Brasil e suas opções Internacionais. **Política Externa**. Vol.3,n3,1994-1995

Textos Inseridos

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Contraponto. 1996
CASTANEDA, Jorge. **A Utopia Desarmada**. Cia das Letras. 1994
CERVO, Amado (org). **O Desafio Internacional**. Ed. Unb. 1994
EVANS, Petes; JACOBSON, Harold; PUTNAM, Robert. (Eds.) **Double Edge Diplomacy**. University of California. 1993
LAFER, Celso. **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira – Passado, Presente e Futuro**. Perspectiva. 2001
MCGREW, Antony; HELD, David. **Pós e Contrás da GLocalização**. Jorge Zahar. 2001
QUEIROZ MATOSSO, Kátia; ,MUZART-FONSECA DOS SANTOS, Idellete;
ROLLAND, Denis. **Le Brésil, l'Europe et les Équilibres Internationaux**. Université Paris-Sorbone. 1999

Bibliografia Sugerida (2003)

Livros e artigos

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Contraponto. 1996
ARON, Raymon. **Guerra e Paz Entre as Nações**. Ed. UNB
BARBOSA, Mário Gibson. **Na Diplomacia, o Traço da Vida**. Record. 1992
CASTANEDA, Jorge. **A Utopia Desarmada**. Cia das Letras. 1994
CAMPOS, Roberto. **A Lanterna na Popa. Memórias**. TopBooks. 1994
CERVO, Amado (org). **O Desafio Internacional**. Ed. Unb. 1994
CORRÊA Jr, Manuel Pio. **O Mundo em que Vivi**. Expressão e Cultura. 1996
EVANS, Petes; JACOBSON, Harold; PUTNAM, Robert. (Eds.) **Double Edge Diplomacy**. University of California. 1993
FLORÊNCIO, Sérgio; ARAÚJO, Ernesto. **Mercosul Hoje**. Alfa –Omega.1996
FONSECA JR. **A Legitimidade e outras questões Internacionais**. Paz e Terra. 1998
FONSECA Jr., Gelson; LEITÃO, Valdemar (Orgs). **Temas de Política Externa Brasileira**. FUNAG. 1989
FONSECA Jr., Gelson; CASTRO, Sérgio (Orgs). **Temas de Política Externa**

Brasileira II. FUNAG. 1994

GUERREIRO, Ramiro. **Lembranças de um empregado do Itamaraty.** Siciliano. 1992

HOBBSAWN, Eric. **A Era Dos Extremos.** Cia das Letras, 1995

KENNEDY, Paul. **Preparando para o Século XXI.** Campos. 1995

KISSINGER, Henry. **Diplomacy.** Simon Schuster

LAMAZIERE, George. **Ordem, hegemonia e transgressão : a resolução 687 (1991) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM) e o regime internacional de não-proliferação de armas de destruição em massa.** Coleção Altos Estudos IRBr. FUNAG. 1998

LAMPREIA, Luiz Felipe. **Diplomacia Brasileira – Palavras, Contextos e Razões.** Lacerda. 1999

LIMA, Paulo Tarso. **Caminhos Diplomáticos – 10 Anos de Agenda Internacional (1985-1995).** Francisco Alves. 1997

MAGNOLI, Demétrio. **Manual do Candidato – Questões Internacionais Contemporâneas;** FUNAG. 1995

MORGENTHAU, Hans. **Policies Among Nations.**

PATRIOTA, Antonio. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva.** Coleção Altos Estudos IRBr. FUNAG. 1998

RICUPERO, Rubens. **Visões do Brasil: Ensaio sobre a História e a inserção Internacional do Brasil.** Record. 1995

SEIXAS CORREA. Luiz Felipe (Org.) **A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995).** FUNAG

WEISS, T; FORSYTHE, D; COATE, R. **The United Nations and Changing World Politics**

BARBOSA, Rubens. **O Brasil e suas opções Internacionais. Política Externa.** Vol.3,n3,1994-1995

Bibliografia Sugerida (2004)

Livros e artigos

CERVO, Amado (org). **O Desafio Internacional.** Ed. Unb. 1994

MAGNOLI, Demétrio. **Manual do Candidato – Questões Internacionais Contemporâneas;** FUNAG. 2000

MORGENTHAU, Hans. **Policies Among Nations.**

SEIXAS CORREA. Luiz Felipe (Org.) **A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995).** FUNAG

Textos Inseridos

- ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira*. São Paulo: USP, 1996-, 4 v.
- ALVES, José Augusto Lindgren. *Relações Internacionais e Temas sociais: a década das conferências*. Brasília: Funag; IBRI., 2001, 432 p.
- ASHWORTH, W. *A short story of international economy since 1850*, Londres: Longman, 1975.
- BANDEIRA, Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos*. São Paulo: Editora Revan, 2003.
- BANDEIRA, Moniz. *Estado nacional e política internacional na América Latina (1930-1992)*. São Paulo, Ensaio, 1993.
- BANDEIRA, Moniz. *Relações Brasil-Estados Unidos no contexto da globalização*. São Paulo: Editora Senac, 1998.
- BERNAL-MEZA, Raúl. *Sistema mundial y Mercosur: globalización, regionalismo e políticas exteriores comparadas*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2000.
- BOORSTIN, D.J. *The image: a guide to pseudo-events in America*. Nova York: MacMillan, 1987.
- BOZO, Frédéric. *La Politique étrangère de la France depuis 1945*, Paris, La Découverte, coll. "Repères", 1997.
- Brasil. MRE/FUNAG. *Globalização na América Latina: integração solidária*. Brasília, FUNAG, 1997, 264 p.
- CERVO, Amado Luiz e Bueno, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: EdUnb, 2002.
- CERVO, Amado Luiz. *As Relações Internacionais da América Latina - velhos e novos paradigmas*. Brasília: Funag; IBRI., 2001.
- CHANG, Ha-Joon. *Kicking away the ladder*, Londres: Anthem Press, 2002
- COELHO, Pedro Motta Pinto. *Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado*. Brasília: FUNAG/IPRI, 1992.
- CORREIA, Leonilda Beatriz Campos Gonçalves Alves. *Comércio e Meio Ambiente: atuação diplomática em relação ao Selo Verde*. Brasília: FUNAG/IRBr/CEE, 1998.
- CUNHA, João Solano Carneiro da. *A Questão de Timor-Leste: origens e evolução*. Brasília: FUNAG/IRBr/CEE, 2000.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*, Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ESTRELA FARIA, J. A. *O Mercosul: princípios, finalidade e alcance do Tratado de Assunção*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1993.
- FONSECA JÚNIOR, Gelson (Org.). *O Brasil no Conselho de segurança da ONU-1998-1999*. Brasília: Funag; IBRI., 2002.
- FROTA, Maria Stela Pompeu Brasil. *Proteção de Patentes de Produtos Farmacêuticos: o caso brasileiro*. Brasília: FUNAG/IPRI, 1993.
- GILPIN, R. M. *The political economy of international relations*, Princeton (MA): Princeton University Press, 1987.
- GILPIN, R. *The challenge of global capitalism*, Princeton: Princeton University Press, 2000.
- GUJARAL, I. K. *Continuity and change: India's foreign policy*, Macmillan, 2003.

- HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- KELSEN, H. *The laws of the United Nations*, Nova York: Praeger, 1966.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*, Campus, 1999.
- LANDAU, R. e ROSENBERG, N. (orgs.). *The positive sum strategy*. Washington (DC):National Academy Press, 1986.
- LESSA, Antônio Carlos. *A Construção da Europa: a última utopia das relações internacionais*. Brasília: Funag; IBRI, 2003.
- LO, Bobo. *Vladimir Putin and the evolution of Russian foreign Policy*, Londres: Blackwell Publishing, 2003.
- MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (Org.). *Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina*. Brasília: Funag; IBRI, 2003.
- MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações internacionais – cultura e poder*. Brasília: Funag; IBRI., 2002.
- MCNEILL, W. H. *The pursuit of power*, Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- MERSCHIMER, J. *The tragedy of great power politics*, Nova York: Norton, 2001.
- MILNER, H. e KEOHANE, R. *Internationalization and domestic politics*, Nova York, Cambridge University Press, 1996.
- MYRDAL, G. *Economic theory and under-developed regions*, Nova York: Harper & Row, 1971.
- PARADISO, J. *Debates y trayectoria de la política exterior argentina*, Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993.
- PECEQUILO, Cristina S. *A política externa dos Estados Unidos*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- REBELO, Aldo e FERNANDES, Luis (orgs.). *Política de defesa para o século XXI*, Brasília: Câmara dos Deputados, 2003
- SARAIVA, José Flávio S. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política exterior do Brasil*. Brasília, EDUNB, 1996.
- SCHURMANN, F. *The logic of world power: an inquiry into the origins, currents and contradictions of world politics*. Nova York: Pantheon Books, 1974.
- SEVARES, Julio. *El capitalismo criminal – gobiernos, bancos y empresas en las redes Del delito global*, Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2003.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. Belo Horizonte/São Paulo. Ed. Itatiaia/ EDUSP, 1987.
- VAZ, Alcides Costa. *Cooperação, integração e processo negociador: A construção do Mercosul*. Brasília: Funag; IBRI., 2002.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

leituras complementares

Teses do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, publicadas pela FUNAG na coleção *Curso de Altos Estudos*:

- ACQUARONE FILHO, A. C. M. *Tratado de Extradicação: construção, atualidade e projeção do relacionamento bilateral brasileiro*. 2003.
- BARRETO FILHO, Fernando M.. *O Tratamento Nacional de Investimentos Estrangeiros*. 1999.
- CÂMARA, Irene P. de L. *Em Nome da Democracia - A OEA e a Crise Haitiana - 1991-1994*, 1998.
- CARDOSO, Afonso J. S.. *O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas*. 1998.
- CARNEIRO DA CUNHA, J. S. *A Questão de Timor-Leste: origens e evolução*, 2001.
- CORREIA, Leonilda B. C. G. A. *Comércio e meio ambiente: atuação diplomática brasileira em relação ao Selo Verde*, Brasília: 1998.
- HOLANDA, Francisco M. de. *O gás natural no Mercosul: uma visão brasileira*. 2000.
- LAMAZIÈRE, Georges. *Ordem, Hegemonia e Transgressão*. Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 1998.
- LIMA NETO, João de M. *Promoção do Brasil como destino turístico*, 2002.
- LIMA, Sergio E. M. *Privilégios e imunidades diplomáticos*. 2002.
- MAGALHÃES, Fernando S. *Cúpula das Américas de 1994: papel negociador do Brasil, busca de uma agenda hemisférica*. 1999.
- OLIVEIRA, Miguel D. de. *Cidadania e Globalização: a política externa brasileira e as ONG's*. 1999.
- PATRIOTA, Antônio de A.. *O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva*. 1998.
- PINTO, Denis F. de S.. *OCDE: uma visão Brasileira*. 2000.
- RUBARTH, O. E. *A Diplomacia Brasileira e os temas sociais: o caso da saúde*. 1999.
- TAVARES, Ricardo N. *As Organizações não-Governamentais nas Nações Unidas*. 1999.
- TIRONI, L. Fernando, *Aspectos estratégicos da política comercial brasileira- 2 V.* 2002.

Textos Removidos

- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Contraponto. 1996 – Referência de História Mundial Contemporânea
- ARON, Raymon. **Guerra e Paz Entre as Nações**. Ed. UNB
- BARBOSA, Mário Gibson. **Na Diplomacia, o Traço da Vida**. Record. 1992
- BARBOSA, Rubens. O Brasil e suas opções Internacionais. **Política Externa**. Vol.3,n3,1994-1995
- CASTANEDA, Jorge. **A Utopia Desarmada**. Cia das Letras. 1994
- CAMPOS, Roberto. **A Lanterna na Popa. Memórias**. TopBooks. 1994

CORRÊA Jr, Manuel Pio. **O Mundo em que Vivi**. Expressão e Cultura. 1996

EVANS, Petes; JACOBSON, Harold; PUTNAM, Robert. (Eds.) **Double Edge Diplomacy**. University of California. 1993

FLORÊNCIO, Sérgio; ARAÚJO, Ernesto. **Mercosul Hoje**. Alfa –Omega. 1996

FONSECA JR. **A Legitimidade e outras questões Internacionais**. Paz e Terra. 1998

FONSECA Jr., Gelson; CASTRO, Sérgio (Orgs). **Temas de Política Externa Brasileira II**. FUNAG. 1994

GUERREIRO, Ramiro. **Lembranças de um empregado do Itamaraty**. Siciliano. 1992

HOBBSBAWN, Eric. **A Era Dos Extremos**. Cia das Letras, 1995 - Referência de História Mundial Contemporânea

KENNEDY, Paul. **Preparando para o Século XXI**. Campos. 1995

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. Simon Schuster

LAMPREIA, Luiz Felipe. **Diplomacia Brasileira – Palavras, Contextos e Razões**. Lacerda. 1999

LAMAZIERE, George. **Ordem, hegemonia e transgressão : a resolução 687 (1991) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM) e o regime internacional de não-proliferação de armas de destruição em massa**. Coleção Altos Estudos IRBr. FUNAG. 1998 - Referência passou a ser sugerida como complementar

LIMA, Paulo Tarso. **Caminhos Diplomáticos – 10 Anos de Agenda Internacional (1985-1995)**. Franciso Alves. 1997

PATRIOTA, Antonio. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva**. Coleção Altos Estudos IRBr. FUNAG. 1998 - Referência passou a ser sugerida como complementar

RICUPERO, Rubens. **Visões do Brasil: Ensaio sobre a História e a inserção Internacional do Brasil**. Record. 1995

WEISS, T; FORSYTHE, D; COATE, R. **The United Nations and Changing World Politics**

Bibliografia Sugerida (2005)

Livros e artigos

ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira*. São Paulo: USP. 1996-, 4 v.

ASHWORTH, W. *A short story of international economy since 1850*, Londres: Longman, 1975.

BANDEIRA, Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos*. São Paulo: Editora Revan, 2003.

BANDEIRA, Moniz. *Estado nacional e política internacional na América Latina (1930-1992)*. São Paulo, Ensaio, 1993.

- BANDEIRA, Moniz. *Relações Brasil-Estados Unidos no contexto da globalização*. São Paulo: Editora Senac, 1998.
- BERNAL-MEZA, Raúl. *Sistema mundial y Mercosur: globalización, regionalismo e políticas exteriores comparadas*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2000.
- BOORSTIN, D.J. *The image: a guide to pseudo-events in America*. Nova York: MacMillan, 1987.
- BOZO, Frédéric. *La Politique étrangère de la France depuis 1945*, Paris, La Découverte, coll."Repères", 1997.
- CERVO, Amado (org). **O Desafio Internacional**. Ed. Unb. 1994
- CERVO, Amado Luiz. *As Relações Internacionais da América Latina - velhos e novos paradigmas*. Brasília: Funag; IBRI., 2001.
- CERVO, Amado Luiz e Bueno, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: EdUnb, 2002.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*, Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- GILPIN, R. M. *The political economy of international relations*, Princeton (MA): Princeton University Press, 1987.
- GILPIN, R. *The challenge of global capitalism*, Princeton: Princeton University Press, 2000.
- GUJARAL, I. K. *Continuity and change: India's foreign policy*, Macmillan, 2003.
- HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*, Campus. 1999.
- LESSA, Antônio Carlos. *A Construção da Europa: a última utopia das relações internacionais*. Brasília: Funag; IBRI, 2003.
- LO, Bobo. *Vladimir Putin and the evolution of Russian foreign Policy*, Londres: Blackwell Publishing, 2003.
- MAGNOLI, Demétrio. **Manual do Candidato – Questões Internacionais Contemporâneas**; FUNAG. 2000
- MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (Org.). *Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina*. Brasília: Funag; IBRI, 2003.
- MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações internacionais – cultura e poder*. Brasília: Funag; IBRI., 2002.
- MCNEILL, W. H. *The pursuit of power*, Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- MERSCHIMER, J. *The tragedy of great power politics*, Nova York: Norton, 2001.
- MILNER, H. e KEOHANE, R. *Internationalization and domestic politics*, Nova York, Cambridge University Press, 1996.
- MORGENTHAU, Hans. **Policies Among Nations**.
- MYRDAL, G. *Economic theory and under-developed regions*, Nova York: Harper & Row, 1971.
- PARADISO, J. *Debates y trayectoria de la política exterior argentina*, Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993.
- PECEQUILO, Cristina S. *A política externa dos Estados Unidos*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

REBELO, Aldo e FERNANDES, Luis (orgs.). *Política de defesa para o século XXI*, Brasília: Câmara dos Deputados, 2003

SARAIVA, José Flávio S. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política exterior do Brasil*. Brasília, EDUNB, 1996.

SCHURMANN, F. *The logic of world power: an inquiry into the origins, currents and contradictions of world politics*. Nova York: Pantheon Books, 1974.

SEIXAS CORREA. Luiz Felipe (Org.) **A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)**. FUNAG

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. Belo Horizonte/São Paulo. Ed. Itatiaia/ EDUSP, 1987.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

Textos Inseridos

GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 2001.

MORAES, José Geraldo Vinci de. *Manual do Candidato - História Geral Contemporânea (séculos XVII-XX)*, Brasília: FUNAG, 2ª edição, 2002.

Textos Removidos

ALVES, José Augusto Lindgren. *Relações Internacionais e Temas sociais: a década das conferências*. Brasília: Funag; IBRI., 2001, 432 p.

ACQUARONE FILHO, A. C. M. *Tratado de Extradução: construção, atualidade e projeção do relacionamento bilateral brasileiro*. 2003.

BARRETO FILHO, Fernando M.. *O Tratamento Nacional de Investimentos Estrangeiros*. 1999.

Brasil. MRE/FUNAG. *Globalização na América Latina: integração solidária*. Brasília, FUNAG, 1997, 264 p.

CÂMARA, Irene P. de L. *Em Nome da Democracia - A OEA e a Crise Haitiana - 1991-1994*, 1998.

CARDOSO, Afonso J. S.. *O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas*. 1998.

CARNEIRO DA CUNHA, J. S. *A Questão de Timor-Leste: origens e evolução*, 2001.

CHANG, Ha-Joon. *Kicking away the ladder*, Londres: Anthem Press, 2002

COELHO, Pedro Motta Pinto. *Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado*. Brasília: FUNAG/IPRI, 1992.

CORRÊA, Leonilda Beatriz Campos Gonçalves Alves. *Comércio e Meio Ambiente: atuação diplomática em relação ao Selo Verde*. Brasília: FUNAG/IRBr/CEE, 1998.

CUNHA, João Solano Carneiro da. *A Questão de Timor-Leste: origens e evolução*. Brasília: FUNAG/IRBr/CEE, 2000.

- ESTRELA FARIA, J. A. *O Mercosul: princípios, finalidade e alcance do Tratado de Assunção*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1993.
- FONSECA JÚNIOR, Gelson (Org.). *O Brasil no Conselho de segurança da ONU–1998- 1999*. Brasília: Funag; IBRI., 2002.
- FROTA, Maria Stela Pompeu Brasil. *Proteção de Patentes de Produtos Farmacêuticos: o caso brasileiro*. Brasília: FUNAG/IPRI, 1993.
- HOLANDA, Francisco M. de. *O gás natural no Mercosul: uma visão brasileira*. 2000.
- KELSEN, H. *The laws of the United Nations*, Nova York: Praeger, 1966.
- LANDAU, R. e ROSENBERG, N. (orgs.). *The positive sum strategy*. Washington (DC):National Academy Press, 1986.
- LAMAZIÈRE, Georges. *Ordem, Hegemonia e Transgressão*. Brasília: FUNAG/IRBr/CAE, 1998.
- LIMA NETO, João de M. *Promoção do Brasil como destino turístico*, 2002.
- LIMA, Sergio E. M. *Privilégios e imunidades diplomáticos*. 2002.
- MAGALHÃES, Fernando S. *Cúpula das Américas de 1994: papel negociador do Brasil, busca de uma agenda hemisférica*. 1999.
- OLIVEIRA, Miguel D. de. *Cidadania e Globalização: a política externa brasileira e as ONG's*. 1999.
- PATRIOTA, Antônio de A.. *O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva*.1998.
- PINTO, Denis F. de S.. *OCDE: uma visão Brasileira*. 2000.
- RUBARTH, O. E. *A Diplomacia Brasileira e os temas sociais: o caso da saúde*. 1999.
- TAVARES, Ricardo N. *As Organizações não-Governamentais nas Nações Unidas*. 1999.
- TIRONI, L. Fernando, *Aspectos estratégicos da política comercial brasileira- 2 V*. 2002.
- SEVARES, Julio. *El capitalismo criminal – gobiernos, bancos y empresas en las redes Del delito global*, Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2003.
- VAZ, Alcides Costa. *Cooperação, integração e processo negociador: A construção do Mercosul*. Brasília: Funag; IBRI., 2002.

Bibliografia Sugerida (2006)

Livros e artigos

- ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira*. São Paulo: USP. 1996-, 4 v.
- BANDEIRA, Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos*. São Paulo: Editora Revan, 2003.
- BANDEIRA, Moniz. *Relações Brasil-Estados Unidos no contexto da globalização*.

- São Paulo: Editora Senac, 1998.
- BERNAL-MEZA, Raúl. *Sistema mundial y Mercosur: globalización, regionalismo e políticas exteriores comparadas*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2000.
- CERVO, Amado Luiz. *As Relações Internacionais da América Latina - velhos e novos paradigmas*. Brasília: Funag; IBRI., 2001.
- CERVO, Amado Luiz e Bueno, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: EdUnb, 2002.
- GILPIN, R. M. *The political economy of international relations*, Princeton (MA): Princeton University Press, 1987.
- GILPIN, R. *The challenge of global capitalism*, Princeton: Princeton University Press, 2000.
- HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- LESSA, Antônio Carlos. *A Construção da Europa: a última utopia das relações internacionais*. Brasília: Funag; IBRI, 2003.
- MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações internacionais – cultura e poder*. Brasília: Funag; IBRI., 2002.
- MILNER, H. e KEOHANE, R. *Internationalization and domestic politics*, Nova York, Cambridge University Press, 1996.
- MORGENTHAU, Hans. **Policies Among Nations**.
- PECEQUILO, Cristina S. *A política externa dos Estados Unidos*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SEIXAS CORREA, Luiz Felipe (Org.) **A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)**. FUNAG
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

Textos Inseridos

- CASTRO, Marcus Faro de. **Política e relações internacionais: fundamentos clássicos**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005.
- LINDGREN, José Augusto. **Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.
- OLIVEIRA, H. A. (Org.) ; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.) . **A política externa brasileira na visão dos seus protagonistas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2005.
- OLIVEIRA, H. A. **Política externa brasileira**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005. v. 1. 291 p.
- OLIVEIRA, H. A. (Org.) ; LESSA, Antonio Carlos (Org.). **Política internacional contemporânea: mundo em transformação**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006. v. 1. 130 p.

- SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado L. **O crescimento das relações internacionais no Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005.
- SMOUTS, Marie-Claude. **As novas relações internacionais: prática e teoria**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.
- SOUTO MAIOR, Luiz A. **O Brasil em um mundo em transição**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003
- ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da. **Relações internacionais - teorias e agendas**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.
- VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, integração e processo negociador: A construção do Mercosul**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.
- VIZENTINI, P. G. F. **O descompasso entre as nações**. Rio de Janeiro: Record, 2004. 163 p. VIZENTINI, P. G. F. (Org.) ; WIESEBRON, Marianne (Org.) . **O sistema mundial em transição: Neohegemonia americana ou multipolaridade?** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005. 162 p.

Textos Removidos

- ASHWORTH, W. A short story of international economy since 1850, Londres: Longman, 1975.
- BANDEIRA, Moniz. Estado nacional e política internacional na América Latina (1930-1992). São Paulo, Ensaio, 1993.
- BOORSTIN, D.J. The image: a guide to pseudo-events in America. Nova York: MacMillan, 1987.
- BOZO, Frédéric. La Politique étrangère de la France depuis 1945, Paris, La Découverte, coll."Repères", 1997.
- CERVO, Amado (org). **O Desafio Internacional**. Ed. Unb. 1994
- DEBORD, G. A sociedade do espetáculo, Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- GARCIA, Eugênio Vargas. Cronologia das Relações Internacionais do Brasil. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 2001.
- GUJARAL, I. K. Continuity and change: India's foreign policy, Macmillan, 2003.
- KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potências, Campus. 1999.
- LO, Bobo. Vladimir Putin and the evolution of Russian foreign Policy, Londres: Blackwell Publishing, 2003.
- MAGNOLI, Demétrio. **Manual do Candidato – Questões Internacionais Contemporâneas**; FUNAG. 2000
- MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (Org.). Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: Funag; IBRI, 2003.
- MCNEILL, W. H. The pursuit of power, Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- MERSCHIMER, J. The tragedy of great power politics, Nova York: Norton, 2001.
- MORAES, José Geraldo Vinci de. Manual do Candidato - História Geral Contemporânea (séculos XVII-XX), Brasília: FUNAG, 2ª edição, 2002.

- MYRDAL, G. *Economic theory and under-developed regions*, Nova York: Harper & Row, 1971.
- PARADISO, J. *Debates y trayectoria de la política exterior argentina*, Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993
- REBELO, Aldo e FERNANDES, Luis (orgs.). *Política de defesa para o século XXI*, Brasília: Câmara dos Deputados, 2003
- SARAIVA, José Flávio S. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política exterior do Brasil*. Brasília, EDUNB, 1996.
- SCHURMANN, F. *The logic of world power: an inquiry into the origins, currents and contradictions of world politics*. Nova York: Pantheon Books, 1974.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. Belo Horizonte/São Paulo. Ed. Itatiaia/ EDUSP, 1987

Bibliografia Sugerida (2007)

Livros e artigos

- ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira*. São Paulo: USP. 1996-, 4 v.
- BANDEIRA, Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos*. São Paulo: Editora Revan, 2003.
- BANDEIRA, Moniz. *Relações Brasil-Estados Unidos no contexto da globalização*. São Paulo: Editora Senac, 1998.
- BERNAL-MEZA, Raúl. *Sistema mundial y Mercosur: globalización, regionalismo e políticas exteriores comparadas*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2000.
- CASTRO, Marcus Faro de. **Política e relações internacionais: fundamentos clássicos**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005.
- CERVO, Amado Luiz. *As Relações Internacionais da América Latina - velhos e novos paradigmas*. Brasília: Funag; IBRI., 2001.
- CERVO, Amado Luiz e Bueno, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: EdUnb, 2002.
- GILPIN, R. M. *The political economy of international relations*, Princeton (MA): Princeton University Press, 1987.
- GILPIN, R. *The challenge of global capitalism*, Princeton: Princeton University Press, 2000.
- HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- LESSA, Antônio Carlos. *A Construção da Europa: a última utopia das relações internacionais*. Brasília: Funag; IBRI, 2003.
- LINDGREN, José Augusto. **Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.
- MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações internacionais – cultura e poder*.

Brasília: Funag; IBRI., 2002.

MILNER, H. e KEOHANE, R. *Internationalization and domestic politics*, Nova York, Cambridge University Press, 1996.

MORGENTHAU, Hans. **Policies Among Nations**.

PECEQUILO, Cristina S. *A política externa dos Estados Unidos*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

OLIVEIRA, H. A. (Org.) ; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.) . **A política externa brasileira na visão dos seus protagonistas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2005.

OLIVEIRA, H. A. **Política externa brasileira**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005. v. 1. 291 p.

OLIVEIRA, H. A. (Org.) ; LESSA, Antonio Carlos (Org.). **Política internacional contemporânea: mundo em transformação**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006. v. 1. 130 p.

SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado L. **O crescimento das relações internacionais no Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005.

SEIXAS CORREA. Luiz Felipe (Org.) **A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)**. FUNAG

SMOUTS, Marie-Claude. **As novas relações internacionais: pratica e teoria**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

SOUTO MAIOR, Luiz A. **O Brasil em um mundo em transição**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da. **Relações internacionais - teorias e agendas**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, integração e processo negociador: A construção do Mercosul**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VIZENTINI, P. G. F. **O descompasso entre as nações**. Rio de Janeiro: Record, 2004. 163 p. VIZENTINI, P. G. F. (Org.) ; WIESEBRON, Marianne (Org.) . **O sistema mundial em transição: Neohegemonia americana ou multipolaridade?** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005. 162 p.

Bibliografia Sugerida (2008)

Livros e artigos

ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira*. São Paulo: USP. 1996-, 4 v.

CASTRO, Marcus Faro de. **Política e relações internacionais: fundamentos clássicos**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005.

- CERVO, Amado Luiz. *As Relações Internacionais da América Latina - velhos e novos paradigmas*. Brasília: Funag; IBRI., 2001.
- GILPIN, R. M. *The political economy of international relations*, Princeton (MA): Princeton University Press, 1987.
- GILPIN, R. *The challenge of global capitalism*, Princeton: Princeton University Press, 2000.
- HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- LESSA, Antônio Carlos. *A Construção da Europa: a última utopia das relações internacionais*. Brasília: Funag; IBRI, 2003.
- MORGENTHAU, Hans. **Policies Among Nations**.
- PECEQUILLO, Cristina S. *A política externa dos Estados Unidos*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da. **Relações internacionais - teorias e agendas**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.
- VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, integração e processo negociador: A construção do Mercosul**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.
- VIZENTINI, P. G. F. **O descompasso entre as nações**. Rio de Janeiro: Record, 2004. 163 p. VIZENTINI, P. G. F. (Org.) ; WIESEBRON, Marianne (Org.) . **O sistema mundial em transição: Neohegemonia americana ou multipolaridade?** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005. 162 p.

Textos Inseridos

- BAYLIS, John & SMITH, Steve (Orgs.). **The Globalization of World Politics: an introduction to international relations**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. **Repertório de Política Externa – Posições do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2007.
- BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica: um estudo da ordem na política mundial**. Brasília: Editora UnB/Imprensa Oficial do Estado/IPRI, 2002.
- CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.
- DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- FONSECA JR., Gelson. **A Legitimidade e Outras Questões Internacionais: poder e ética entre as nações**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GOLDBLAT, Jozef. **Arms Control: The New Guide to Negotiations and Agreements**. 2 ed. Thousand Oaks: Sage Publications Ltd, 2002.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos Anos de Periferia: uma Contribuição ao Estudo da Política Internacional**. 5 ed. Rio de Janeiro : Contraponto, 2007.
- LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três**

Conferências Ambientais das Nações Unidas. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

MOREIRA, Marques; NISKIER, Arnaldo; REIS, Adacir (org.). **Atualidade de San Tiago Dantas.** São Paulo: Lettera.doc, 2005.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates.** Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2005.

NYE JR, Joseph S. **Compreender os Conflitos Internacionais: uma introdução à teoria e à história.** Lisboa: Editora Gradiva, 2002.

PINHEIRO, Leticia. **Política Externa Brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. ROBERTS, Paul. **The End of Oil: On the Edge of a Perilous New World.** Boston: Mariner Books, 2005.

Textos Removidos

BANDEIRA, Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos.* São Paulo: Editora Revan, 2003.

BANDEIRA, Moniz. *Relações Brasil-Estados Unidos no contexto da globalização.* São Paulo: Editora Senac, 1998.

BERNAL-MEZA, Raúl. *Sistema mundial y Mercosur: globalización, regionalismo e políticas exteriores comparadas.* Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2000.

CERVO, Amado Luiz e Bueno, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil.* Brasília: EdUnb, 2002. – Mudança para história do Brasil

LINDGREN, José Augusto. **Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências.** Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações internacionais – cultura e poder.* Brasília: Funag; IBRI., 2002.

MILNER, H. e KEOHANE, R. *Internationalization and domestic politics,* Nova York, Cambridge University Press, 1996.

OLIVEIRA, H. A. (Org.) ; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.) . **A política externa brasileira na visão dos seus protagonistas.** Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2005.

OLIVEIRA, H. A. **Política externa brasileira.** São Paulo: Editora Saraiva, 2005. v. 1. 291 p.

OLIVEIRA, H. A. (Org.) ; LESSA, Antonio Carlos (Org.). **Política internacional contemporânea: mundo em transformação.** São Paulo: Editora Saraiva, 2006. v. 1. 130 p.

SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado L. **O crescimento das relações internacionais no Brasil.** Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005.

SEIXAS CORREA. Luiz Felipe (Org.) **A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995).** FUNAG

SMOUTS, Marie-Claude. **As novas relações internacionais: prática e teoria.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

SOUTO MAIOR, Luiz A. **O Brasil em um mundo em transição**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

Bibliografia Sugerida (2009)

Livros e artigos

ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira*. São Paulo: USP, 1996-, 4 v.

BAYLIS, John & SMITH, Steve (Orgs.). **The Globalization of World Politics: an introduction to international relations**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. **Repertório de Política Externa – Posições do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2007.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica: um estudo da ordem na política mundial**. Brasília: Editora UnB/Imprensa Oficial do Estado/IPRI, 2002.

CASTRO, Marcus Faro de. **Política e relações internacionais: fundamentos clássicos**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

CERVO, Amado Luiz. *As Relações Internacionais da América Latina - velhos e novos paradigmas*. Brasília: Funag; IBRI., 2001.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FONSECA JR., Gelson. **A Legitimidade e Outras Questões Internacionais: poder e ética entre as nações**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GILPIN, R. M. *The political economy of international relations*, Princeton (MA): Princeton University Press, 1987.

GILPIN, R. *The challenge of global capitalism*, Princeton: Princeton University Press, 2000.

GOLDBLAT, Jozef. **Arms Control: The New Guide to Negotiations and Agreements**. 2 ed. Thousand Oaks: Sage Publications Ltd, 2002.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos Anos de Periferia: uma Contribuição ao Estudo da Política Internacional**. 5 ed. Rio de Janeiro : Contraponto, 2007.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três Conferências Ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

LESSA, Antônio Carlos. *A Construção da Europa: a última utopia das relações*

internacionais. Brasília: Funag; IBRI, 2003.

MOREIRA, Marcílio Marques; NISKIER, Arnaldo; REIS, Adacir (org.). **Atualidade de San Tiago Dantas**. São Paulo: Lettera.doc, 2005.

MORGENTHAU, Hans. **Policies Among Nations**.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2005.

NYE JR, Joseph S. **Compreender os Conflitos Internacionais: uma introdução à teoria e à história**. Lisboa: Editora Gradiva, 2002.

PECEQUILO, Cristina S. *A política externa dos Estados Unidos*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PINHEIRO, Leticia. **Política Externa Brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. ROBERTS, Paul. **The End of Oil: On the Edge of a Perilous New World**. Boston: Mariner Books, 2005.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da. **Relações internacionais - teorias e agendas**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, integração e processo negociador: A construção do Mercosul**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

VIZENTINI, P. G. F. **O descompasso entre as nações**. Rio de Janeiro: Record, 2004. 163 p. VIZENTINI, P. G. F. (Org.) ; WIESEBRON, Marianne (Org.) . **O sistema mundial em transição: Neohegemonia americana ou multipolaridade?** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005. 162 p.

Bibliografia Sugerida (2010)

Livros e artigos

ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira*. São Paulo: USP. 1996-, 4 v.

BAYLIS, John & SMITH, Steve (Orgs.). **The Globalization of World Politics: an introduction to international relations**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. **Repertório de Política Externa – Posições do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2007.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica: um estudo da ordem na política mundial**. Brasília: Editora UnB/Imprensa Oficial do Estado/IPRI, 2002.

CASTRO, Marcus Faro de. **Política e relações internacionais: fundamentos clássicos**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

CERVO, Amado Luiz. *As Relações Internacionais da América Latina - velhos e novos paradigmas*. Brasília: Funag; IBRI., 2001.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias,**

instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FONSECA JR., Gelson. **A Legitimidade e Outras Questões Internacionais: poder e ética entre as nações.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GILPIN, R. M. *The political economy of international relations*, Princeton (MA): Princeton University Press, 1987.

GILPIN, R. *The challenge of global capitalism*, Princeton: Princeton University Press, 2000.

GOLDBLAT, Jozef. **Arms Control: The New Guide to Negotiations and Agreements.** 2 ed. Thousand Oaks: Sage Publications Ltd, 2002.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos Anos de Periferia: uma Contribuição ao Estudo da Política Internacional.** 5 ed. Rio de Janeiro : Contraponto, 2007.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três Conferências Ambientais das Nações Unidas.** Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

LESSA, Antônio Carlos. *A Construção da Europa: a última utopia das relações internacionais.* Brasília: Funag; IBRI, 2003.

MOREIRA, Marcílio Marques; NISKIER, Arnaldo; REIS, Adacir (org.). **Atualidade de San Tiago Dantas.** São Paulo: Lettera.doc, 2005.

MORGENTHAU, Hans. **Policies Among Nations.**

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates.** Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2005.

NYE JR, Joseph S. **Compreender os Conflitos Internacionais: uma introdução à teoria e à história.** Lisboa: Editora Gradiva, 2002.

PECEQUILO, Cristina S. *A política externa dos Estados Unidos*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PINHEIRO, Leticia. **Política Externa Brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

ROBERTS, Paul. **The End of Oil: On the Edge of a Perilous New World.** Boston: Mariner Books, 2005.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da. **Relações internacionais - teorias e agendas.** Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, integração e processo negociador: A construção do Mercosul.** Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

VIZENTINI, P. G. F. **O descompasso entre as nações.** Rio de Janeiro: Record, 2004. 163 p.

VIZENTINI, P. G. F. (Org.) ; WIESEBRON, Marianne (Org.) . **O sistema mundial em transição: Neohegemonia americana ou multipolaridade?** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005. 162 p.

Lista de Teses Curso de Altos Estudos Instituto Rio Branco (1995 – 2010)

XXX CAE 1995

247. Conselheiro Mário Ernani Saade
"A Aplicação do Artigo 44 do tratado de Montevideu 1980 vis-à-vis o ingresso do México no NAFTA."
248. Conselheiro Vitor Candido Paim Gobato
"Os Garimpeiros Brasileiros na Fronteira Sul da Venezuela: Características e conteúdo Político de sua presença."
249. Conselheiro Raymundo Santos Rocha Magno
"A Organização dos Estados Americanos: Dispositivos para a Promoção e a Defesa de Democracia. A Suspensão de Membros de Acordo com o protocolo de Washington, de 14 de dezembro de 1992."
250. Conselheira Maria Luiza Ribeiro Viotti
"O Gás nas Relações Brasil-Bolívia."
251. Conselheiro Rubem Antonio Corrêa Barbosa
"O Diferendo sobre a Fronteira Marítima entre a Colômbia e a Venezuela."
252. Conselheira Katia Godinho Gilaberte
"Acordos sobre Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos. A Evolução da Política Brasileira e Perspectivas."

XXXI CAE - 1995

253. Conselheira Marília Sardenberg Zelner Gonçalves
"A Criança e seus direitos, novo tema internacional. Avaliação e perspectiva da atuação diplomática brasileira."
254. Conselheira Leda Lúcia Martins Camargo
"Diplomacia e Meios de Comunicação: A Divulgação de Informações sobre o Brasil no Exterior."
255. Conselheiro Georges Lamazière
"A resolução 687 (1991) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Comissão Especial das Nações Unidas UNSCOM) e o regime internacional de não-proliferação de armas de destruição em massa."
256. Conselheiro Alcides Gastão Rostand Prates

“OMC para quê? (Crônica de uma negociação e comentários sobre seus resultados).”

XXXII CAE- 1996

257. Conselheira Irene Pessôa de Lima Câmara
Em Nome da Democracia: a OEA e a Crise Haitiana 1991-1994.”
258. Conselheiro Edson Marinho Duarte Monteiro
“As Relações Econômicas entre os Países do Centro e Leste Europeu e a União Européia: Os Acordos de Associação.”
259. Conselheiro Carlos José Middeldorf
“Atribuição por *jus sanguinis* e perda de nacionalidade brasileira após a Emenda Constitucional nº3, de 1994.”
260. Conselheiro Antônio José Rezende de Castro
“A independência do Paraguai como resultado da ação diplomática brasileira: 1869-1876. Conseqüências para relacionamento bilateral.”
261. Conselheiro Alexandre Ruben Milito Gueiros
“O Secretário-Geral: um novo fator político na equação de poder da OEA.”
262. Conselheiro Raul de Taunay
“O fenômeno da emigração brasileira: o fluxo Norte-Italiano. (Uma contribuição as práticas de apoio e proteção).”
263. Conselheiro Pedro Henrique Lopes Borio
“Os meios de comunicação norte-americanos como alvo prioritário de uma estratégia de projeção da imagem do Brasil no Exterior: análise de experiências recentes e perspectivas da Embaixada em Washington.”
264. Conselheiro Paulo Cesar Meira de Vasconcellos
“A Inserção do Canadá nas Américas. Reflexões sobre as Relações com o Brasil.”
265. Conselheira Leonilda Beatriz Campos Gonçalves Alves Corrêa
“Comércio e meio ambiente: atuação diplomática brasileira em relação ao Selo Verde.”

XXXIII CAE - 1997

266. Conselheiro Paulo Américo Veiga Wolowsky

“O novo Brasil e o novo Moçambique: a busca de parâmetros de uma parceria sustentável”

267. Conselheiro Gilberto Fonseca Guimarães de Moura
“A Polônia em transição e a configuração de um novo quadro político econômico para o relacionamento com o Brasil”
268. Conselheiro José Antônio Marcondes de Carvalho
“Do fracasso de Bicesse à esperança de Lusaca: etapa da construção da paz em Angola sob a perspectiva do Conselho de Segurança”
269. Conselheiro Josal Luiz Pellegrino
“O papel atual e potencial do Parlamento Europeu nas relações da União Européia com o Brasil”
270. Conselheiro Antônio de Aguiar Patriota
“O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva”

XXXIV CAE - 1997

271. Conselheiro Michael Francis de Maya Monteiro Gepp
“Diplomacia Consular: assistência e proteção a nacionais”
272. Conselheiro Miguel Darcy de Oliveira
“Cidadania e globalização - a política externa brasileira frente à emergência das ONGs como novos atores internacionais”
273. Conselheiro Paulo Roberto de Almeida
“Formação da Diplomacia Econômica no Brasil - as relações econômicas internacionais no Império”-Tomo 1 e 2
274. Conselheiro Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos
“O Brasil e os bancos multilaterais de desenvolvimento: uma estratégia para a conjuntura atual”
275. Conselheiro Paulo Antônio Pereira Pinto
“A influência político-cultural chinesa no atual processo de cooperação entre a RPC e o Sudeste Asiático”
276. Conselheiro João Solano Carneiro da Cunha
“A questão do Timor Leste e suas implicações na Política Externa brasileira”
277. Conselheiro Marcos Bezerra Abbott Galvão

“Globalização: arautos, céticos e críticos. O conceito, o debate atual e alguns elementos para a política externa brasileira”

278. Conselheiro Ricardo Neiva Tavares

“As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas: do relacionamento com o Conselho Econômico e Social à busca de novas áreas de atuação”

279. Conselheiro Sérgio França Danese

“Diplomacia presidencial e política externa brasileira. A ação pessoal do Presidente da República como instrumento da diplomacia brasileira”

280. Conselheiro Antônio Carlos do Nascimento Pedro

“Peru-Ecuador. Futuro de paz/ perspectiva de conflito”

XXXV CAE - 1998

281. Conselheiro Fausto Martha Godoy

“China e Formosa: cenários para a diplomacia brasileira”

282. Conselheiro Ernesto Otto Rubarth

“A diplomacia brasileira e os temas sociais: o caso da saúde”

283. Conselheiro Luís Fernando Panelli César

“Brasil-Argentina: a construção de uma aliança estratégica”

284. Conselheiro Fernando Simas Magalhães

“Cúpula das Américas de 1994: papel negociador do Brasil, em busca de uma agenda hemisférica”

285. Conselheiro Evandro de Sampaio Didonet

“A negociação da ALCA e a agenda econômico-comercial do Mercosul: o debate sobre o aprofundamento da integração sub-regional além da consolidação da União Aduaneira”

XXXVI CAE - 1998

286. Conselheiro Fernando Cacciatore de Garcia

“O povoamento e delimitação do Extremo Sul. De Tordesilhas até hoje.”

287. Conselheira Ivone Brandão Vieira Wester

“Perspectivas para os interesses brasileiros nas repúblicas turco-islâmicas do Transcáucaso e da Ásia Central no processo pós-guerra fria.”

288. Conselheiro Antônio Humberto dos Cavalcanti de Albuquerque Fontes Braga
“Permanência do Brasil na UNIDO: uma análise.”
289. Conselheiro Flávio Helmold Macieira
“O Brasil e o MTCR. Outubro de 1995 a janeiro de 1998: a fase inicial da participação brasileira no regime. Observações e perspectivas.”
290. Conselheiro Eduardo Ricardo Gradilone Neto
“Modelos de relações internacionais e sua contribuição para a formulação da política externa e para o tratamento da informação diplomática no Itamaraty.”
291. Conselheiro Henrique da Silveira Sardinha Pinto
“O Escritório Financeiro em Nova York e seu papel na execução orçamentária e financeira do Itamaraty no Exterior.”
292. Conselheira Maria Edileuza Fontenele Reis
“Brasileiros no Japão: o elo humano das relações bilaterais e a construção de uma política de assistência.”

XXXVII CAE – 1999

293. Conselheiro Hélio Magalhães de Mendonça
“Em busca de seu lugar na comunidade internacional: a política externa da nova África do Sul.”
294. Conselheiro Sergio Mauricio da Costa Palazzo
“A prática consular no Brasil – alguns aspectos.”
295. Conselheiro Denis Fontes de Souza Pinto
“A Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento – OCDE: o papel dos Comitês. Uma visão brasileira.”
296. Conselheiro Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura
“O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas.”

XXXVIII CAE – 1999

297. Conselheiro Luiz Felipe Mendonça Filho
“A intervenção norte-americana no Panamá em dezembro de 1989 – a operação *justacausa*.”

298. Conselheiro Luiz Gilberto Seixas de Andrade
"Privilégios e imunidades. O sistema brasileiro e propostas para seu aperfeiçoamento."
299. Conselheiro Carlos Alberto Lopes Asfora
"A cooperação Brasil-República da China na área espacial."
300. Conselheiro Frederico Salomão Duque Estrada Meyer
"Brasil-Cuba: perspectivas para o fortalecimento das relações bilaterais."
301. Conselheira Gladys Ann Garry Facó
"O Brasil e a República da Coréia: relações em mutação."
302. Conselheiro Appio Cláudio Muniz Acquarone
"Tratados de extradição: construção, atualidade e projeção do relacionamento bilateral brasileiro."
303. Conselheira Débora Vainer Barenboim
"Relações entre o Executivo e o Legislativo na formulação e execução de política externa."
304. Conselheiro Francisco Mauro Brasil de Hollanda
"O gás natural da Bolívia e da Argentina na matriz energética brasileira: uma análise à luz da política brasileira de integração."

XXXIX CAE - 2000

305. Conselheiro Roberto Pires Coutinho
"Normatização dos Nomes Geográficos Estrangeiros na Língua Portuguesa - Aspectos Políticos e Diplomáticos - Uma Proposta de ação do Itamaraty."
306. Conselheiro João Batista Cruz
"O Paraguai pós-Stroessner: autoritarismo e democracia."
307. Conselheira Mitzi Gurgel da Costa Valente
"A ajuda alimentar como instrumento de política externa. Subsídios para uma linha de ação diplomática."
308. Conselheiro Hermano Telles Ribeiro
"Brasil e México: convergências e divergências (1995-1999). Desafios de uma parceria possível."

309. Conselheiro Paulo Cesar de Camargo
"Perspectivas do Comércio eletrônico - Atuação do Itamaraty."
310. Conselheiro Paulo Cordeiro de Andrade Pinto
"Diplomacia e política de defesa: o Brasil no debate sobre a Segurança Hemisférica no período pós-Guerra Fria."
311. Conselheira Maria Laura da Rocha
"Diplomacia, Tecnologia e Defesa: o Itamaraty e a captação internacional de tecnologia sensível para o setor aeroespacial."
312. Conselheira Ana Lucy Gentil Cabral Petersen
"A UNCTAD como foro das questões do comércio e do desenvolvimento no final do século XX - a participação brasileira."
313. Conselheiro Carmelito de Melo
"A especificidade do Itamaraty à luz da teoria weberiana de burocracia: a execução da despesa no exterior."
314. Conselheiro José Luiz Machado e Costa
"Balanço estratégico na América do Sul e o papel do Brasil na construção de uma visão sul-americana de defesa."

XL CAE - 2000

315. Conselheira Maria-Theresa Lazaro
"Os arquivos do Itamaraty: a renovação da memória diplomática."
316. Conselheiro João Mendonça Lima Neto
"A promoção do Brasil como destino turístico: considerações sobre o papel do Itamaraty."
317. Conselheiro Carlos Henrique Cardim
"A Política Externa da República: A contribuição de Rui Barbosa e sua relevância atual."
318. Conselheiro Agemar de Mendonça Sanctos
"A nova diplomacia consular: o Cônsul como agente político e a sua atuação nos Estados Unidos da América."
319. Conselheiro George Monteiro Prata
"O novo Trabalhismo Britânico e a Teceira Via no Reino Unido."

320. Conselheiro Luiz Alberto Figueiredo Machado
"A Plataforma Continental Brasileira e o Direito do Mar: Considerações para uma Ação Política."
321. Conselheiro George Ney de Souza Fernandes
"Cuba: Mudança na continuidade. Contribuição para a atuação do Brasil na ilha."
322. Conselheiro José Mauro da Fonseca Costa Couto
"A Flórida como plataforma de projeção dos interesses comerciais brasileiros no sudeste do EUA e na bacia do Caribe."
323. Conselheiro Renato Soares de Menezes
"CPLP para quê? Sua criação, análise de seus resultados e perspectivas para a sua consolidação."
324. Conselheiro José Fiúza Neto
"Tendências do relacionamento da África do Sul com Angola: do "apartheid" à política externa da nova RAS."
325. Conselheira Susan Kleebank
"Cooperação judiciária por via diplomática: avaliação e propostas de atualização do quadro normativo."

XLI CAE – 2001

326. Conselheiro Paulo Joppert Crissiuma
"Segurança e Defesa no Brasil e na Argentina. Os desafios de uma agenda comum."
327. Conselheira Ligia Maria Scherer
"A questão de Jerusalém: realidades e perspectivas."
328. Conselheiro Marcel Fortuna Biato
"As negociações de Paz Equador-Peru: 1995-1998."
329. Conselheiro Hélio Vitor Ramos Filho
"Perspectivas de integração energética do Brasil com os países andinos e amazônicos - Um mapeamento das ações futuras."

XLII CAE – 2001

330. Conselheiro Raul Campos e Castro
“A redescoberta do Brasil por Portugal”.
331. Conselheiro Antenor Américo Mourão Bogéa Filho
“A diplomacia federativa”.
332. Conselheiro Pedro Luiz Rodrigues
“O Itamaraty e a opinião pública no Brasil”.
333. Conselheiro Manuel Innocencio de Lacerda Santos Junior
“O rosto da Diplomacia – o Cerimonial como instrumento e forma de expressão da atividade diplomática”.
334. Conselheiro Fernando Jablonski
“A revolução iraniana e suas atuais reformas políticas. Repercussões estratégicas. Eventuais desdobramentos para a diplomacia brasileira”.
335. Conselheiro José Amir da Costa Dornelles
“A Venezuela sob Hugo Chávez e suas relações com o Brasil”.
336. Conselheiro Marcos Vinicius Pinta Gama
“A inserção do Brasil no Sistema Interamericano de promoção e proteção dos Direitos Humanos”.
337. Conselheira Maria Auxiliadora Figueiredo
“Causas, solução e prevenção de conflitos na África: o caso da Guiné-Bissau”.
338. Conselheiro Eduardo Botelho Barbosa
“Promoção Comercial: considerações gerais, Canadá e reflexões sobre o caso do Itamaraty”.
339. Conselheira Carmen Lidia Richter Ribeiro Moura
“O Brasil e o fortalecimento do sistema de salvaguardas da Agência Internacional de Energia atômica: do Acordo Quadripartite ao Protocolo Adicional”.
340. Conselheiro Paulo Roberto Caminha Castilhos de França
“A Guerra do Kosovo e o conceito de Intervenção Humanitária”.
341. Conselheiro Antônio José Ferreira Simões
“A ALCA no limiar do Século XXI: Brasil e EUA na negociação comercial hemisférica”.
342. Conselheiro João Batista Lanari Bó

“A proteção do patrimônio no âmbito da UNESCO: ações e significados para o Brasil”.

343. Conselheira Maria Nazareth Farani de Azevedo

“O princípio da Precaução e do Acordo sobre a aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC – As implicações para o processo de reforma agrícola”.

344. Conselheiro Roberto Carvalho de Azevedo

“Financiamentos à Exportação: O contencioso Embraer – Bombardier e as disciplinas da OMC”.

XLIII CAE – 2002

345. Conselheiro Sérgio Eugênio de Rios Bath

“Crise e transformação do Sistema Financeiro Internacional”.

346. Conselheiro Milton de Freitas Almeida Neto

“Distensão interna e projeção externa do Irã na primeira presidência Khatami: perspectivas para a diplomacia brasileira”.

347. Conselheiro Carlos Henrique Moojen de Abreu e Silva

“O dilema cambial argentino e os interesses brasileiros”.

XLIV CAE – 2º semestre de 2002 (1ª fase)

348. Conselheiro Carlos Alfredo Lazary Teixeira

“A modernização do sistema de promoção comercial do MRE”

349. Conselheira Gláucia Silveira Gauch

“Paraguai: a crise de um modelo político em transição e suas implicações no relacionamento com o Brasil”.

350. Conselheiro Vergniaud Elyseu Filho

“O CTBT como instrumento de Não-Proliferação Nuclear Vertical e Horizontal. Posição dos EUA”.

351. Conselheiro João Batista da Costa

“Relações Brasil-América Central a partir da crise dos anos 70-80 e do processo de pacificação”.

352. Conselheiro João Luiz de Barros Pereira Pinto

“Política de tecnologia da informação: ferramenta indispensável para a modernização”.

353. Conselheiro Carlos Sérgio Sobral Duarte
“O Brasil Estado-parte no Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP): implicações para a ação diplomática brasileira nos campos do desarmamento e da não-proliferação nuclear”.

XLIV CAE – 1º semestre de 2003 (2ª fase)

354. Conselheira Monica Renata Salski
“Cooperação Brasil-Alemanha no campo da educação e da pesquisa”.
355. Conselheiro Paulo Sérgio Traballi Bozzi
“O estudo do acesso das frutas tropicais brasileiras ao mercado japonês. Perspectivas de entendimento entre o Brasil e o Japão em matéria de liberalização comercial”.
356. Conselheiro Miguel Junior França Chaves de Magalhães
“Céus abertos. A liberalização comercial dos transportes aéreos internacionais nos Estados Unidos da América e União Européia. Conseqüências e alternativas para o Brasil”.
357. Conselheira Vera Lucia dos Santos Caminha Campetti
“A Identificação de Oportunidades Comerciais no Mercado Exterior. As Empresas Brasileiras de Menor Porte e a BRAZILTRADENET”.
358. Conselheiro José Carlos de Araújo Leitão
“A mediterraneidade da Bolívia e o fortalecimento das conexões com o Atlântico”.
359. Conselheiro João Inácio Oswald Padilha
“A projeção internacional do Chile: condicionamentos políticos internos. Implicações para a atuação diplomática brasileira”.
360. Conselheira Ana Candida Perez
“Evolução da Política Externa de Direitos Humanos – conceitos e discurso”.
361. Conselheiro Bruno de Risios Bath
“A política comercial brasileira com relação ao países andinos a partir dos anos 90: objetivos, possibilidades e limitações”.
362. Conselheiro Anuar Nahes
“As Reparações da Guerra do Golfo e sua implicações para o Brasil: A Comissão de Compensação das Nações Unidas”.
363. Conselheiro Hadil Fontes da Rocha Vianna

“O confronto entre conservacionistas e caçadores na regulamentação internacional da caça à baleia: considerações para a atuação do Brasil na Comissão Internacional da Baleia”.

364. Conselheiro Arnaldo Caiche D’Oliveira
“Relações Brasil-Israel. Estudo dos condicionamentos diplomáticos ao desenvolvimento da cooperação bilateral”.
365. Conselheiro Antonio Luis Espinola Salgado
“Direitos Humanos, reconciliação nacional e consolidação democrática: a experiênciachilena”.
366. Conselheira Regina Maria Cordeiro Dunlop
“Conhecimentos tradicionais – o interesse brasileiro na OMPI”.
367. Conselheiro Cícero Martins Garcia
“Importância e formas de aprimoramento da atividade de difusão cultural como instrumento da política externa brasileira”.
368. Conselheiro Carlos Alberto Michaelson den Hartog
“Financiamento e Reforma das Nações Unidas (implicações político-orçamentárias para o Brasil)”.
369. Conselheiro José Vicente da Silva Lessa
“A Paradiplomacia e os Aspectos Legais dos Compromissos Internacionais celebrados por Governos Não-Centrais”.
370. Conselheiro Jorge Geraldo Kadri
Especial e Diferenciado – O Mandato de Doha e os Interesses do Brasil”.

XLV CAE – 2º semestre de 2003

371. Conselheiro Antonio José Maria de Souza e Silva
“Combate ao Terrorismo: a Evolução do Tratamento Multilateral e os Reflexos para o Brasil”.
372. Conselheira Ana Maria Sampaio Fernandes
“Cooperação Fronteira. Aspectos Institucionais. Os Comitês de Fronteira”.
373. Conselheiro Paulo Roberto Palm
“O Sistema de Circulação de Pessoas no Espaço Comunitário Europeu: Um Modelo de Instrumento de Integração Regional”.
374. Conselheiro José Borges dos Santos Júnior
“Colômbia: perspectivas de resolução do conflito interno”.

375. Conselheiro Edgard Antonio Casciano
Tendências da Política Externa da Alemanha Reunificada: Continuidade e Mudança”.

376. Conselheiro Sérgio Luiz Canaes
“A experiência das Pequenas e Médias Empresas italianas para o modelo exportador. Possibilidades e limitações de aplicação no Brasil”.

377. Conselheira Lúcia Maria Maierá
“A Carta Democrática Interamericana: uma garantia para a preservação da democracias Américas?”.

378. Conselheiro Santiago Irazabal Mourão
“A proliferação de mísseis e o seu impacto no quadro estratégico global. Os esforços da comunidade internacional para disciplinar a questão. Implicações e desafios para a política externa brasileira”.

XLVI CAE – 1º semestre de 2004

379. Conselheiro Afonso Alvaro de Siqueira Carbonar
“O Brasil e o Acesso a Mercados na ALCA: Problemas e Impactos nas Relações com os EUA”.

380. Conselheiro Paulo Wangner de Miranda
“Cingapura: Uma Economia em Transformação. Considerações sobre a Intensificação da Presença Brasileira no Sudeste Asiático”.

381. Conselheiro André Aranha Corrêa do Lago
“Estocolmo, Rio de Janeiro, Joanesburgo: a evolução do discurso brasileiro nas conferências ambientais das Nações Unidas”.

382. Conselheiro Fernando José Marroni de Abreu
“A Política de Defesa Nacional – Uma Visão Crítica”.

XLVII CAE -- 2º semestre de 2004

383. Conselheiro Luís Henrique Sobreira Lopes
“O Brasil e a Febre Aftosa na América do Sul: um chamado concreto à liderança”

384. Conselheiro Cláudio Frederico de Matos Arruda
“O Senado Federal e as Relações Exteriores”

385. Conselheira Ana Lélia Beninca Beltrame

“O Sequestro Interfamiliar de Crianças para Países de Direito Islâmico”

386. Conselheiro Reinaldo Storani

“Uma abordagem Orçamentário-Financeira para o Ministério das Relações Exteriores”

387. Conselheira Maria Clara Duclos Carisio

“A Evolução da Política Agrícola Comum da União Européia e seus Efeitos sobre os interesses Brasileiros nas Negociações Internacionais sobre Agricultura.”

388. Conselheiro Alfredo José Cavalcanti Jordão de Camargo

“A Emergência do Poder Político dos Grupos Autóctones na Bolívia: o Desenho de Novo Paradigma Político e suas Implicações Diplomáticas para o Brasil”

389. Conselheiro Tovar da Silva Nunes

“O Impacto da Trade Promotion Authority (TPA) nas Negociações de Livre Comércio das Américas, à luz dos Interesses Comerciais Brasileiros.”

390. Conselheira Mariângela Rebuá de Andrade Simões

“As negociações do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança: as Questões de Comércio e Meio Ambiente e a Posição Brasileira”

391. Conselheiro Paulo Estivallet de Mesquita

“Multifuncionalidade e Preocupações Não-Comerciais: Implicações para as Negociações Agrícolas na OMC”

XLVIII CAE -- 1º semestre de 2005

392. Conselheira Marcela Maria Nicodemos

“As Nações Unidas e a Promoção do Direito da Mulher: Retórica ou Realidade?”

393. Conselheiro Douglas Wanderley de Vasconcellos

“O Esporte e as Relações Internacionais. Negócios, Negociações e Projeção de Imagem Externa Via Manifestações Esportivas”

394. Conselheiro Alfredo César Martinho Leoni

“O Programa de Estudantes-Convênio como Instrumento de Cooperação Educacional do Brasil. Uma Proposta de Parceria com o Setor Privado Brasileiro”

395. Conselheiro Fernando de Mello Vidal

- “Brasil-Estados Unidos: Parceria Estratégica em Energia. Proposta de Ação Diplomática”
396. Conselheiro Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto
“Sistema de Conferências Ibero-americanas. Histórico, Perspectivas e Participação do Brasil.”
397. Conselheiro Clemente de Lima Baena Soares
“O Processo Legislativo e a Aprovação de Acordos Internacionais Assinados pelo Brasil”
398. Conselheira Eliana Zugaib
“A Hidrovia Paraguai-Paraná e seu Significado para a Diplomacia Sul-Americana do Brasil”
399. Conselheiro Santiago Luis Bento Fernandez Alcazar
“A Inserção da Saúde na Política Exterior Brasileira”
400. Conselheiro Silvio Meneses Garcia
“Adoção Internacional de Menores e a Participação da Assistência Consular”
401. Conselheiro Fernando Apparicio da Silva
“O Brasil e o TNP. Uma Apreciação Crítica da Implementação do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares após 2000. Velhos e Novos Desafios para as Posições, Interesses e Atuação Diplomática do Brasil”
402. Conselheiro Flávio Marega
“O Mecanismo Arbitral de Solução de Controvérsias Investidor Estrangeiro-Estados Acordos Internacionais sobre Investimentos: Implicações para o Brasil”
403. Conselheira Márcia Donner Abreu
“Enfrentando o Duopólio Estados Unidos-União Européia na Organização Mundial do Comércio: O G-20 e as Negociações Multilaterais Agrícolas”
404. Conselheiro Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos
“A América do Sul no Discurso Diplomático Brasileiro”
405. Primeira-Secretária Ana Maria Mülser Parada
“Propriedade Intelectual e Saúde Pública: O Êxito da Iniciativa Brasileira na IV Conferência Ministerial da OMC (Doha, 2001)”
406. Primeiro-Secretário João Mendes Pereira

“A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul – IIRSA como Instrumento da Política Brasileira para a Integração da América do Sul”

XLIX CAE -- 2º semestre de 2005

407. Conselheiro Rodrigo do Amaral Souza
“Moeda única do Mercosul: devaneio ou objetivo factível? Lições da experiência europeia”
408. Conselheiro Vilmar Rogeiro Coutinho Junior
“A política automotiva do Mercosul. Um novo exercício de equilíbrio de interesses estratégicos”
409. Conselheiro Antonio Francisco da Costa e Silva Neto
“Aproximações a uma definição internacional de comportamento empresarial: os instrumentos da OCDE para empresas multinacionais e sobre a governança corporativa. Implicações para a atuação do Brasil”
410. Conselheira Maria Helena Pinheiro Penna
“Autodeterminação dos povos indígenas: um conceito em evolução à luz dos direitos humanos”
411. Conselheiro Lineu Pupo de Paula
“A gestão do patrimônio móvel e imóvel do Ministério das Relações Exteriores”
412. Conselheiro Roberto Colin
“O fortalecimento do Estado Russo com Vladimir Putin”
413. Conselheiro Carlos Márcio Bicalho Cozendey
“Mercosul: União Aduaneira?”
414. Conselheiro Olyntho Vieira
“Proteção internacional de refugiados: o uso do reassentamento em terceiros países como solução durável e instrumento de compartilhamento de encargos (*burdensharing*). A experiência brasileira”
415. Conselheiro Nedilson Ricardo Jorge
“Técnicas de negociação diplomática: estratégias e táticas”
416. Conselheira Marcia Loureiro

“A dimensão parlamentar da integração regional: o Parlamento do Mercosul”

417.Primeiro Secretário João Marcelo de Aguiar Teixeira

“A cooperação internacional como instrumento de política externa brasileira.Propostas para a participação do Brasil como prestador de assistência técnica no âmbito da FAO”

418.Primeiro Secretário Luís Felipe Silvério Fortuna

“Vasos comunicantes – A política de ciência e tecnologia entre o Brasil e o Reino Unido (1994-2004)”

419.Primeiro Secretário Pedro Miguel da Costa e Silva

“A Petrobras na Bolívia: seu impacto sobre as relações bilaterais e a política externa brasileira”

420.Primeiro Secretário João Genésio de Almeida Filho

“O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS): análise e perspectivas”

L CAE (1ª etapa) - 2006

421.Conselheiro Luiz Antônio Dubeux Fonseca

“Brasil e Guiana – adensamento das relações políticas: interesses brasileiros.”

422.Conselheiro Eduardo Carvalho

“Austrália - Superação de distâncias imaginárias com o Brasil.”

423.Conselheira Virginia Bernardes de Souza Toniatti

“A aproximação institucional da França à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Perspectivas.”

424.Conselheira Andréia Cristina Rigueira David

“A gestão de recursos humanos no Ministério das Relações Exteriores: análise e reflexões.”

425.Conselheiro Zenik Krawctschuk

“A estratégia internacional de combate à lavagem de dinheiro. A política brasileira e a cooperação internacional na matéria”

426.Conselheiro Aldemo Serafim Garcia Júnior

“A Câmara dos Deputados nas Relações Internacionais do Brasil (1998 a 2004).”

427. Conselheiro José Humberto de Brito Cruz
“Cidadania e integração: o problema do ‘déficit democrático’ no processo de construção da União Européia.”
428. Conselheiro Igor Kipman
“Estados insulares do Caribe. Relevância para a Política Externa Brasileira”
429. Conselheira Ana Maria Pinto Morales
“O NAFTA e o comércio de bens e fluxo de investimentos para o México: lições para o Brasil.”
430. Conselheiro Carlos Ricardo Martins Ceglia
“A eleição de Álvaro Uribe Vélez à Presidência da República da Colômbia. Análise política de *mano dura* contra as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo (FARC – EP)* – e suas repercussões para o Brasil. Agosto de 2002a dezembro de 2004.”
431. Conselheira Vera Cíntia Álvarez
“Diversidade cultural e livre comércio, antagonismo ou oportunidade? Estudo da Convenção da UNESCO sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade de Expressões Culturais e sua compatibilidade com os acordos de natureza comercial.”
432. Conselheira Maria de Lujan Caputo Winkler
“O papel do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores no contexto da diplomacia das visitas presidenciais bilaterais. Análise e propostas de aperfeiçoamento.”
433. Conselheira Wanja Campos da Nóbrega
“O Sistema da Organização das Nações Unidas: perspectivas, oportunidades e limitações para a promoção comercial brasileira. Propostas de ação.”
434. Conselheiro Demétrio Bueno Carvalho
“O Brasil e o Protocolo de Quioto: equidade e parceria no Regime Multilateral de Mudanças do Clima.”
435. Conselheiro Guilherme de Aguiar Patriota
“Os Desafios da Diplomacia Científico-Tecnológica Brasileira em um mundo em transformação.”
436. Conselheira Eliana da Costa e Silva Puglia

“O processo de democratização em São Tomé e Príncipe – perspectivas do relacionamento bilateral.”

437. Conselheiro Luis Antonio Balduino Carneiro
“Resultados e perspectivas do Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento.”

L CAE (2ª etapa) - 2006

438. Conselheiro Francisco Carlos Soares Luz
“A questão da Aids na África Austral: realidade e perspectivas da cooperação brasileira com os países da região para o combate à pandemia.”
439. Conselheiro José Marcos Nogueira Viana
“Negociações sobre patentes farmacêuticas entre o Brasil e os Estados Unidos da América no âmbito da Organização Mundial do Comércio.”
440. Conselheiro Ricardo Guerra de Araújo
“As ambições normativas e a estratégia comercial da União Europeia (UE) em negociações de acordos preferenciais de comércio: o caso do Mercosul.”
441. Conselheira Maria Luisa Escorel de Moraes
“A política externa do Governo Lagos: a reinserção chilena na América do Sul e as relações com o Brasil.”
442. Conselheiro Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra
“Política externa da Índia para os países em desenvolvimento e o relacionamento Brasil – Índia.”
443. Conselheiro Achilles Emílio Zaluar Neto
“A não-proliferação nuclear e o Conselho de Segurança.”
444. Conselheiro Nestor José Forster Júnior
“A diplomacia brasileira e os mecanismos inovadores de financiamento dos objetivos de desenvolvimento do milênio.”
445. Conselheira Maria Luiza Ribeiro Lopes da Silva
“A Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas e suas principais realizações: uma perspectiva brasileira.”

446. Conselheiro Fábio Vaz Pitaluga
“Compras governamentais. Negociações na Área de Livre Comércio das Américas: desafios e implicações para o Brasil.”
447. Primeiro Secretário Reinaldo José de Almeida Salgado
“Fundos estruturais para o MERCOSUL: lições da experiência europeia.”
448. Primeiro Secretário Breno de Souza Brasil Dias da Costa
“Os Estados Unidos e a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas: a evolução da posição norte-americana e seus efeitos sobre a candidatura brasileira a membro permanente do CSNU.”
449. Primeiro Secretário Marcelo Baumbach
“Os regimes de sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas: evolução recente e apreciação crítica.”
450. Primeiro Secretário Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz
“O Brasil e a sociedade da informação: a construção de uma estratégia para a CMSI.”
451. Primeiro Secretário Luciano Mazza de Andrade
“O fortalecimento institucional do Mercosul e a supranacionalidade: considerações sobre as prioridades da agenda institucional desde a perspectiva brasileira.”

LI CAE (1ª etapa) - 2007

452. Conselheiro José Antonio Gomes Piras
“A relevância da cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e a Alemanha no período 1996-2005.”
453. Conselheiro Eduardo de Mattos Hosannah
“Investimentos diretos espanhóis no Brasil: evolução, incertezas e perspectivas.”
454. Conselheira Maria Elisa Teófilo de Luna
“O mosaico africano do Golfo da Guiné: perspectivas para a atuação diplomática brasileira.”
455. Conselheiro Matias Antonio Senra de Vilhena
“O Pacífico Insular: última fronteira da diplomacia brasileira.”

456. Conselheiro João Pedro Corrêa Costa
“A comunidade brasileira no Japão: de decasségui a emigrante. A política do Estado para a preservação de sua cidadania.”
457. Conselheiro Jorge José Frantz Ramos
“A Constituição de 1988 e a geração de apátridas de origem brasileira a partir da Emenda Constitucional n.º 3 de 1994.”
458. Conselheiro Nilo Barroso Neto
“Diplomacia pública: conceitos e sugestões para a promoção da imagem do Brasil no exterior.”
459. Conselheiro Marcos Leal Raposo Lopes
“Cooperação com os países árabes – o potencial da Liga dos Estados Árabes como parceira do Brasil.”
460. Conselheira Elza Moreira Marcelino de Castro
“TRIPS e saúde pública: implicações e perspectivas.”
461. Conselheiro João André Pinto Dias Lima
“A Unidroit e os esforços internacionais de harmonização do Direito Privado. A participação do Brasil.”
462. Conselheiro Sérgio Barreiros de Santana Azevedo
“As negociações internacionais sobre investimentos e a preservação de espaço para a implementação de políticas de desenvolvimento: uma avaliação das posições brasileiras.”
463. Conselheiro Rudá Gonzales Seferin
“Relações econômico-comerciais com o Uruguai: uma visão ampliada da promoção comercial como instrumento de integração.”
464. Conselheiro Nelson Antonio Tabajara de Oliveira
“Novas ameaças, velhas vulnerabilidades: o novo conceito de segurança hemisférica e a identidade da agenda de desenvolvimento latino-americana. Notas sobre a Declaração sobre Segurança nas Américas.”
465. Conselheiro Oswaldo Biato Júnior
“A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas.”
466. Conselheiro Roberto Abdalla
“O Conselho de Cooperação do Golfo e o Acordo de Livre Comércio com o Mercosul: relevância para os interesses brasileiros.”
467. Conselheiro Norton de Andrade Mello Rapesta

“Exportação de produtos de defesa: importância estratégica e promoção comercial.”

468. Conselheiro Antonio Alves Júnior

“A Secretaria do MERCOSUL: uma proposta de fortalecimento institucional.”

469. Conselheira Irene Vida Gala

“A política externa do Governo Lula para a África: a política externa como instrumento de ação afirmativa ... ainda que não só.”

470. Conselheiro Rodrigo de Lima Baena Soares

“Política externa e mídia em um Estado democrático. O caso brasileiro.”

471. Conselheiro Flávio Soares Damico

“O G-20 de Cancún a Hong Kong: interações entre as diplomacias pública e comercial.”

LI CAE (2ª etapa) - 2007

472. Conselheiro Julio Glinternick Bitelli

“A Argentina, o Brasil e a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas: baliza da parceria estratégica ou trincheira de uma rivalidade minguante?”

473. Conselheiro Rubens Gama Dias Filho

“O Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela – uma ação diplomática.”

474. Conselheiro Claudio Raja Gabaglia Lins

“Experiências de coordenação. O Sistema Italiano de Apoio às Exportações: comparação como o Brasil.”

475. Conselheiro Paulino Franco de Carvalho Neto

“As perspectivas para o fortalecimento da Convenção para a Proibição das Armas Biológicas (CPAB) e os interesses brasileiros.”

476. Conselheiro Alexandre Guido Lopes Parola

“Crítica da ordem injusta. Dimensões normativas e desafios práticos na busca da ordem e justiça nas relações internacionais. Uma visão brasileira.”

477. Conselheiro George Torquato Firmeza

“Políticas para comunidades no exterior: um estudo comparado.”

478. Conselheiro Norberto Moretti
“Interesses brasileiros e o ‘acordo sobre subsídios’ da OMC. Necessidades internas e restrições externas: um balanço.”
479. Conselheira Márcia Maro da Silva
“O papel do Itamaraty no reconhecimento da independência de Angola: recuperação da memória histórica.”
480. Conselheiro Wladimir Valler Filho
“O Brasil e a crise haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e ação diplomática.”
481. Conselheiro Alex Giacomelli da Silva
“A Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento: consensos e dissensos de Monterrey e sua importância para o Brasil.”
482. Primeiro Secretário Albino Ernesto Poli Junior
“O debate contemporâneo em Teoria das Relações Internacionais.”
483. Primeira Secretária Maria Elisa Rabello Maia
“As negociações de acesso a mercados de bens não-agrícolas da Rodada de Doha e os interesses do Brasil.”

LII CAE - 2007

484. Conselheiro Paulo Roberto da Costa Pacheco
“Os Investimentos alemães no Brasil: Histórico e Perspectivas.”
485. Conselheiro Tarcisio de Lima Ferreira Fernandes Costa
“As duas Espanhas e o Brasil.”
486. Conselheira Maria Teresa Mesquita Pessôa
“A Cooperação Brasil – Ucrânia nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior. A binacional Alcântara Cyclone Space.”
487. Conselheiro Ruy Pacheco de Azevedo Amaral
“O Ano Do Brasil Na França. Um Modelo De Intercâmbio Cultural.”
488. Conselheira Glivânia Maria de Oliveira
“A busca de maior democratização das instâncias decisórias internacionais: o G-4 e a elusiva convergência com a África no processo de reforma do CSNU.”

489. Conselheira Cláudia Fonseca Buzzi Freire
“A literatura como instrumento da diplomacia cultural: reflexões à luz das relações Brasil-Argentina.”
490. Conselheiro Ronaldo Costa Filho
“O Artigo XXIV do GATT: Uma Regulamentação Imperfeita da Relação entre os Acordos Preferenciais e o Sistema Multilateral de Comércio.”
491. Conselheiro Benedicto Fonseca Filho
“A Cúpula do Milênio como ponto de inflexão da estratégia de combate à fome, em escala global, pelo Sistema das Nações Unidas, e a política externa do governo Lula.”
492. Conselheiro Ricardo André Vieira Diniz
O processo de integração regional no Continente africano: o caso da África Austral.”
493. Conselheiro Silvio José Albuquerque e Silva
“Combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância correlata: a Conferência Mundial de Durban e a Política Externa Brasileira.”
494. Conselheiro Ernesto Henrique Fraga Araújo
“O Mercosul como Plataforma Negociadora: As Negociações Comerciais Extra-Regionais.”
495. Conselheiro Alessandro Warley Candeas
“A construção política da integração: os interesses nacionais argentinos e a ‘cordial inteligência política’ do Brasil.”
496. Conselheiro Paulo Roberto Soares Pacheco
“A Terceira Via: sua dimensão plurilateral (a Governança Progressista) o protagonismo do Reino Unido e o papel do Brasil entre os ‘progressistas em desenvolvimento’.”
497. Conselheiro Carlos Luís Dantas Coutinho Perez
“A Cooperação Nuclear Brasil – Argentina: Origens, Condicionantes e Perspectivas.”
498. Conselheiro Ary Norton de Murat Quintella
“A Inserção do Equador na América do Sul: da Assinatura da Paz com o Peru ao Governo Palácio.”
499. Conselheiro Silas Leite da Silva

“O ordenamento jurídico do espaço exterior e a atuação do Brasil no Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior.”

500. Conselheiro Miguel Griesbach de Pereira Franco
“O etanol como commodity internacional: proposta para uma estratégia de cooperação com o Japão.”
501. Conselheira Sônia Regina Guimarães Gomes
“Filmar no Brasil: A atuação do Itamaraty no estímulo à exportação dos serviços de produção audiovisual.”
502. Conselheiro Otávio Brandelli
“Organização Mundial do Comércio. Solução de controvérsias e propriedade intelectual. Avaliação da factibilidade de aplicação do Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Acordo TRIPS) em contra medidas autorizadas pelo Órgão de Solução de Controvérsias da OMC.”
503. Conselheiro Leonardo Luís Gorgulho Nogueira Fernandes
“O Brasil e a dolarização no Equador: implicações e desafios no contexto da integração econômico-comercial sul-americana.”
504. Primeira Secretária Maria Cristina Ferraz Alves
“Regulamentação Internacional de produtos geneticamente modificados. Desafios para o Brasil.”
505. Primeira Secretária Gilda Motta Santos Neves
“Comissão das Nações Unidas para Consolidação da Paz – Perspectiva Brasileira.”
506. Primeiro Secretário João Alfredo dos Anjos Júnior
“José Bonifácio, primeiro Chanceler do Brasil.”

LIII CAE (1ª etapa) - 2008

- 507 - Conselheira Maria Ercilia Borges Alves Murakami
“O processo de adensamento das relações entre o Brasil e a Venezuela a partir de 1994.”
- 508 - Conselheiro Marco Farani
“Cinema e política: a política externa e a promoção do cinema brasileiro no mercado internacional”

- 509 - Conselheiro João Carlos Parkinson de Castro
“Processo de Cúpulas ALC-UE: do Rio de Janeiro a Viena.”
- 510 - Conselheiro Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes
“A política externa do Governo Sarney: o início da reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia.”
- 511 - Conselheira Silvana Polich
“O Brasil e a desconstrução da antiga Iugoslávia: lições e perspectivas para a diplomacia brasileira.”
- 512 - Conselheiro Flávio Hugo Lima Rocha Junior
“A questão do Saara Ocidental: subsídios para a diplomacia brasileira.”
- 513 - Conselheiro Paulo Roberto Amora Alvarenga
“As relações Brasil-EUA no primeiro mandato do Presidente Lula: o desenvolvimento de um diálogo realista.”
- 514 - Conselheira Eugenia Barthelmess
“Brasil e União Européia: a construção de uma parceria estratégica.”
- 515 - Conselheiro Carlos Alfonso Iglesias Puente
“A cooperação técnica horizontal como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005.”
- 516 - Conselheira Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert
“A vertente lingüística da globalização: a língua portuguesa e os impactos lingüísticos decorrentes dos processos de integração econômica.”
- 517 - Conselheiro Fernando Luís Lemos Igreja.
“A Argélia revisitada. Um estudo de caso de promoção comercial”
- 518 - Conselheiro Carlos Eduardo de Ribas Guedes
“Propostas para o fortalecimento orçamentário do Itamaraty.”
- 519 - Conselheiro Pompeu Andreucci Neto
“A institucionalidade do processo de formulação da política de comércio exterior no Brasil. O caso da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX): uma reflexão sobre sua evolução e seu contexto e um exame das oportunidades que apresenta para a diplomacia brasileira.”

- 520 - Conselheiro Luiz Cesar Gasser
“Os Acordos Internacionais de Madeiras Tropicais (1983-2006): evolução normativa e implementação, à luz dos interesses brasileiros.”
- 521 - Conselheiro Alexandre José Vidal Porto
“A manipulação do conceito de direitos humanos na política externa dos Estados Unidos: elementos e perspectivas.”
- 522 - Conselheiro Rodrigo de Azeredo Santos
“A criação do Fundo de Garantia do MERCOSUL: vantagens e proposta.”
- 523 - Conselheiro Ricardo Maschietto Ayrosa
“O Brasil e o Protocolo Adicional da Agência Internacional de Energia Atômica: uma reflexão necessária.”
- 524 - Conselheiro Haroldo de Macedo Ribeiro
“Comércio, meio ambiente e solução de controvérsias: a evolução da jurisprudência do Sistema Multilateral sobre os artigos XX (b) e XX (g) do GATT e sua potencial incidência sobre os interesses brasileiros”.
- 525 - Conselheiro João Lucas Quental Novaes de Almeida
“As negociações da Rodada Doha em matéria de antidumping: 2001-2007.”
- 526 - Conselheiro Francisco Pessanha Cannabrava
“Biodiversidade e patentes: propostas de emenda ao Acordo TRIPs da OMC para assegurar a implementação dos artigos 15 e 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica.”
- 527 - Conselheiro Benoni Belli
“O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e as resoluções sobre os países: o fim da politização e da seletividade?”
- 528 - Primeira Secretária Carla Barroso Carneiro
“O Brasil e a Diplomacia Energética do Japão.”
- 529 - Primeira Secretária Claudia de Borba Maciel
“Principais aspectos da atuação da Petrobras na Venezuela e seus reflexos sobre a evolução recente das relações bilaterais.”
- 530 - Primeiro Secretário João Paulo Soares Alsina Júnior
“Relações internacionais, poder militar e Estados periféricos: um estudo sobre a instrumentalidade da Força Armada para a condução da política externa brasileira contemporânea.”

LIII CAE (2ª etapa) - 2008

- 531 - Conselheiro José Carlos da Fonseca Junior
“Caminhos da Índia: o sistema político indiano em tempo de reformas. Implicações para o Brasil”
- 532 - Conselheiro Claudio José de Campos
“Aquisição irregular da nacionalidade brasileira originária: estudo de casos e possíveis implicações para o serviço consular”
- 533 - Conselheira Maria Izabel Vieira
“A Rodada de Doha e o protecionismo agrícola: o caso do G-10”
- 534 - Conselheiro Colbert Soares Pinto Júnior
“A doutrina bolivarista: origens, forma atual e possíveis implicações para a política exterior brasileira”
- 535 - Conselheiro Michel Arslanian Neto
“A liberalização do comércio de serviços no MERCOSUL: estado atual e desafios”

LIV CAE (1ª etapa) – 2009

- 536 – Conselheiro Milton Rondó Filho
“A Política Externa Brasileira e a Reforma Agrária, de 1979 a 2006”
- 537 – Conselheiro Paulo Fernando Dias Feres
“Os biocombustíveis na matriz energética alemã: possibilidades de cooperação com o Brasil”
- 538 – Conselheiro José Augusto Silveira de Andrade Filho
“Observação internacional de eleições: instrumento adicional para a atuação diplomática brasileira”
- 539 – Conselheiro Eduardo Paes Saboia
“O Banco Mundial e o meio ambiente: desafios globais e interesses brasileiros”
- 540 – Conselheiro José Ricardo da Costa Aguiar Alves
“O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas: apreciação crítica das propostas de reforma. Subsídios para a atuação diplomática do Brasil”

- 541 – Conselheiro José Mário Ferreira Filho
“Brasil, Rússia, Índia e China. Possibilidades e perspectivas de diálogo”
- 542 – Conselheiro Ricardo Luís Pires Ribeiro da Silva
“A nova rota da seda: caminhos para a presença brasileira na Ásia Central”
- 543 – Conselheira Ivanise de Melo Maciel
“A política de concorrência na ALCA e na OMC: implicações para as negociações de acesso a mercados”

LIV CAE (2ª etapa) – 2009

- 544 – Conselheiro Márcio Fagundes do Nascimento
“Uma perspectiva sobre a privatização do emprego da força por atores não-estatais no âmbito multilateral”
- 545 – Conselheiro Marcos Arbizu de Souza Campos
“O ‘Memorando de Entendimento Brasil – EUA para Avançar a Cooperação em Biocombustíveis’ e a busca de convergências com as agendas energéticas da OEA e do BID”
- 546 – Conselheiro Leonardo Sotero Caio
“O Benelux como porta de entrada de produtos brasileiros no mercado europeu”
- 547 – Conselheira Gisela Maria Figueiredo Padovan
“Diplomacia e uso da força: os painéis do Iraque”
- 548 – Conselheira Fátima Keiko Ishitani
“O engajamento do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Significado para a política externa brasileira”
- 549 – Conselheiro Mauricio Carvalho Lyrio
“A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos”
- 550 – Conselheira Vivian Loss Sanmartin
“A terceira nacionalização do setor de hidrocarbonetos na Bolívia: repercussões sobre a integração gasífera no Cone Sul e a atuação diplomática brasileira na região”
- 551 – Conselheiro Rodrigo d’Araujo Gabsch
“Aprovação interna de tratados internacionais pelo Brasil – Possíveis opções para acelerar o seu processo”

- 552 – Conselheiro Osvaldo dos Santos Pizzá
“As relações Estados Unidos da América – Venezuela: evolução recente e o papel do Brasil”
- 553 – Conselheiro Juliano Féres Nascimento
“O Marrocos como plataforma para a exportação brasileira com destino à União Européia - Aspectos comerciais da ‘Parceria Euro-Mediterrânea’”
- 554 – Conselheira Maria Cristina de Castro Martins
“Brasil – Colômbia: países próximos, vizinhos distantes. A cooperação técnica como estratégia de aproximação das relações bilaterais”
- 555 – Conselheiro Leonardo Cleaver de Athayde
“A ‘Agenda para o Desenvolvimento da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI): significado, perspectivas futuras e relevância para a diplomacia brasileira”
- 556 – Conselheiro Roberto Goidanich
“Os Aquíferos Transfronteiriços e a Política Externa Brasileira: a Experiência do Sistema Aquífero Guarani”
- 557 – Conselheiro Adriano Silva Pucci
“O estatuto da fronteira Brasil – Uruguai”
- 558 – Conselheiro Almir Lima Nascimento
“A vertente empresarial do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS): subsídios para a atuação do MRE”
- 559 – Conselheiro Paulo Elias Martins de Moraes
“O setor de carnes nas relações comerciais entre Brasil e Rússia”
- 560 – Conselheiro Fernando Meirelles de Azevedo Pimentel
“O fim da era do petróleo e a mudança do paradigma energético mundial: perspectivas e desafios para a atuação diplomática brasileira”
- 561 – Conselheiro Ademar Seabra da Cruz Júnior
“Diplomacia, desenvolvimento e sistemas nacionais de inovação: estudo comparado entre Brasil, China e Reino Unido”
- 562 – Primeiro Secretário Fernando de Oliveira Sena
“Processo orçamentário das Nações Unidas: propostas de aperfeiçoamento da participação brasileira”

563 – Primeiro Secretário Eduardo Uziel
“O Conselho de Segurança, as operações de manutenção da paz e a inserção do Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas”

564 – Primeiro Secretário Otávio Gabriel de Carvalho Santos Briones
“O impacto das medidas sanitárias e fitossanitárias da União Européia sobre as exportações agrícolas brasileiras”

LV CAE (1ª etapa) – 2010

565 – Conselheira Maria Sílvia Barbin Laurindo
“O adensamento das relações com o Suriname: interesses do Brasil e perspectivas”

566 - Conselheiro Nei Futuro Bittencourt
“Guerra do Iraque (2003 - ?). A Justificação da Guerra: Política Externa Norte-americana no Governo Bush”

567 - Conselheira Elizabeth-Sophie Mazzella di Bosco Balsa
“As relações Brasil – Ucrânia: novos eixos de cooperação”

568 - Conselheiro Cláudio César Rodrigues do Nascimento
“O Brasil diante da questão israelo-palestina: Do Reconhecimento do Estado de Israel à Abertura do Escritório de Representação em Ramallah. Uma Política de Princípios, entre o Equilíbrio e o Pragmatismo”

569. - Conselheiro Luís Fernando Abbott Galvão
“A Questão Nuclear Iraniana e o Artigo IV do TNP”

570. - Conselheiro Renato Mosca de Souza
“Uma Visão Brasileira do Processo de Reforma da FAO e da sua Busca de Centralidade na Governança Mundial em Alimentação e Agricultura: Perspectivas e Propostas de Ação”.

571 - Conselheira Ana Maria de Souza Bierrenbach
“O Conceito de Responsabilidade de Proteger e o Direito Internacional Humanitário”

572. - Conselheiro Everton Frask Lucero
“Governança da Internet: Aspectos da Formação de um Regime Global e Oportunidades para a Ação Diplomática”

573 - Conselheiro Neil Giovanni Paiva Benevides

“Relações Brasil – Estados Unidos no Setor de Energia. Do Mecanismo de Consultas sobre Cooperação Energética ao Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis (2003 – 2007). Desafios para a Construção de uma Parceria Energética”

574 - Conselheiro Pedro Murilo Ortega Terra
“O Mercado Indiano de Alimentos: Oportunidade para o Agronegócio Brasileiro? Atualidade e Propostas de Ações de Promoção Comercial”

LV CAE (2ª etapa) – 2010

575– Conselheiro José Jorge Alcazar Almeida
“A África Oriental: Estratégias para a revitalização das relações com o Brasil”

576 – Conselheiro Bruno Luiz dos Santos Cobuccio
“A irradiação empresarial espanhola na América Latina: um novo fator de prestígio e influência”

577 - Conselheiro Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso
“O recente fenômeno imigratório de nacionais brasileiros na Bélgica: um caso singular no contexto das Comunidades Brasileiras no Exterior. Análise e perspectivas de sua inserção na sociedade belga”

578– Conselheiro Antônio Otávio Sá Ricarte
“O Futuro da Convenção do Patrimônio Mundial”

579 - Conselheiro Luciano Helmold Macieira
“Religião e Globalização: o Crescimento das Igrejas Evangélicas Brasileiras, sua Expansão pelo Mundo e Possíveis Implicações para a Política Externa Brasileira”

580 - Conselheiro Roberto Teixeira de Avellar
“A Política Neerlandesa de Cooperação para o Desenvolvimento: Subsídios para a Política Brasileira no Setor”

581 - Conselheiro Marcelo Otávio Dantas Loures da Costa
“Minha Pátria é a Língua Portuguesa: o Brasil e a Política de Promoção do Idioma”

582 - Conselheira Ana Paula Simões Silva

- “O Brasil na Política Externa Argentina: do Realismo Periférico de Carlos Menem à Diplomacia Heterodoxa dos Governos Kirchner. Desafios e Perspectivas para as Relações Brasil – Argentina”
- 583 - Conselheira Maria Feliciano Nunes Ortigão de Sampaio
“O Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT): Perspectivas para sua Entrada em Vigor e para a Atuação Diplomática Brasileira”
- 584 - Conselheiro José Estanislau do Amaral Souza Neto
“A Diplomacia Contemporânea dos Estados Bálticos. Subsídios para a Política Externa Brasileira”
- 585 - Conselheiro José Raphael Lopes Mendes de Azeredo
“O Investimento Brasileiro na Argentina no Século 21 – Desafios para a Atuação Diplomática Brasileira”
- 586 - Conselheiro Pedro Gustavo Ventura Wollny
“As Contribuições do Brasil a Organismos Internacionais e a Consolidação do Novo Perfil Orçamentário do País: Estudo, Diagnóstico e Propostas”
- 587 - Conselheiro Fábio Mendes Marzano
“Políticas de inovação no Brasil e nos Estados Unidos. A busca de competitividade. Oportunidades para a ação diplomática”
- 588 - Conselheiro Sérgio Rodrigues dos Santos
“Os Acordos de Parceria Econômica entre a União Europeia e os países da África, Caribe e Pacífico (ACP): Implicações para a Política Comercial Brasileira”
- 589 - Conselheiro Eugênio Vargas Garcia
“O Sexto Membro Permanente – O Brasil e a Criação da ONU”
- 590 - Conselheiro André Odenbreit Carvalho
“O Plano de Ação de Bali, o Futuro do Regime Internacional de Mudança do Clima e suas Implicações para o Brasil”
- 591 - Conselheiro Sarquis José Buainain Sarquis
“Comércio Internacional e Crescimento Econômico: uma Visão para a Diplomacia Brasileira”
- 592 - Conselheiro Ricardo de Souza Monteiro
“As Barreiras Sanitárias à Carne Bovina Brasileira”

- 593 - Conselheira Rosimar da Silva Suzano
“As Perspectivas das Relações do Brasil com a Autoridade Nacional Palestina após a Abertura do Escritório de Representação em Ramalá: os Desafios e as Oportunidades de Ampliação do Diálogo Político e da Cooperação, e o Tratamento de Questões Consulares”
- 594 - Conselheiro Julio Cesar Ferreira da Silva Junior
“Integração Educacional no MERCOSUL: Objetivos, Dificuldades e Perspectivas”
- 595 - Conselheiro Alexandre Henrique Scultori de Azevedo Silva
“‘Fortaleza Europa’: a Diretiva de Retorno e os Desafios para a Atuação Consular do Brasil”
- 596 - Conselheiro Audo Araujo Faleiro
“Do Bolivarianismo ao Socialismo do Século XXI: Evolução e Perspectivas do Projeto Político do Presidente Hugo Chávez e Implicações para a Política Externa Brasileira”
- 597 - Conselheiro André Ricardo Heráclio do Rêgo
“Os Sertões e os Desertos: o Combate à Desertificação e a Política Externa Brasileira”